

Rumo ao mundo de **FRANCISCO:**

Economia, humanismo e ecologia
em tempos de crise

Guilherme Costa Delgado



afipea

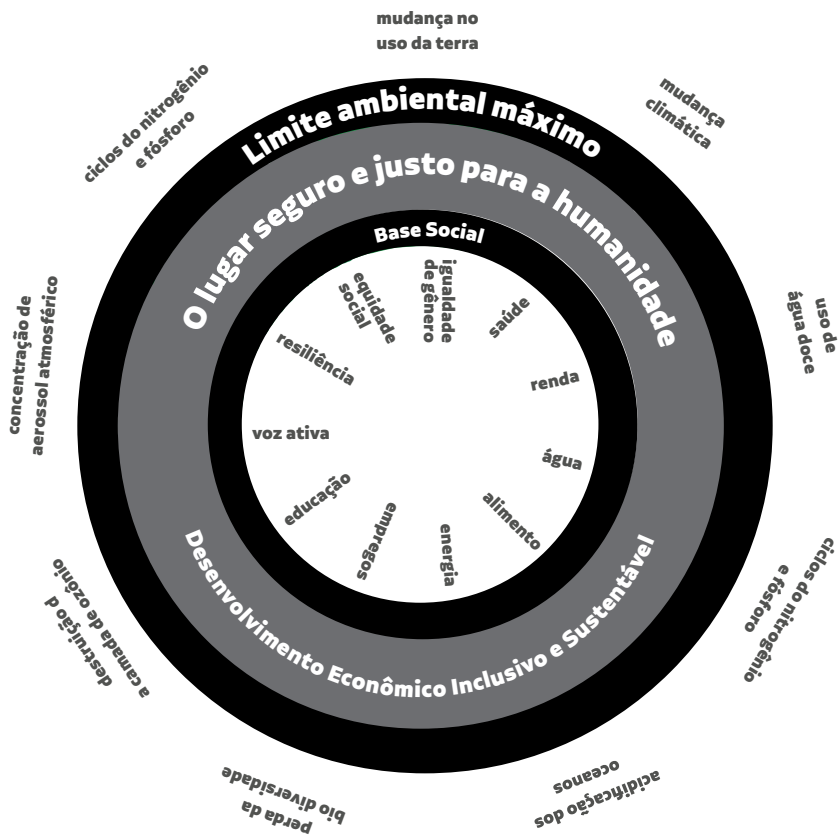
Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

Guilherme Costa Delgado

Rumo ao mundo de
FRANCISCO:

Economia, humanismo e ecologia
em tempos de crise

Brasília: Afipea-Sindical
2021



Autor

Guilherme Costa Delgado

Diagramação e Direção de Arte

Gustavo Luiz de Oliviera Nascimento

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Delgado, Guilherme Costa

Rumo ao mundo de Francisco [livro eletrônico] : Economia, humanismo e ecologia em tempos de crise / organização José Celso Cardoso Junior -- 1. ed. -- Brasília, DF : Associação dos Funcionários do Ipea, 2021.

ePDF

ISBN: 978-65-994701-1-0

Economia 2. Política 3. Crisa 4. Ecologia

CDD: 320

O Sicoob Cooperplan congratula-se com a Afipea-Sindical na produção deste livro, mas se isenta de compromissos pelos conteúdos e opiniões aqui emitidas, que são de inteira responsabilidade dos autores.

Sumário

09 **AGRADECIMENTOS**

11 **PREFÁCIO**

13 **INTRODUÇÃO GERAL**

18 **CAPÍTULO I**

Crise Econômica: Enfoques Histórico
e Teórico das Crises Capitalistas

42 **CAPÍTULO II**

Enfoques Alternativos à Economia de Mercado:
Experiências e Conceitos

61 **CAPÍTULO III**

Esclarecimentos Epistemológicos sobre a Crise
da Ciência Econômica

75 CAPÍTULO IV

Fundamentos da Economia Ecológica:
Ética, Ciência e Prática Social e Política

97 CAPÍTULO V

Fundamentos da Economia Humana:
Ética e Política

114 CAPÍTULO VI

Setor de Subsistência da Economia:
Dimensão e Significado no Brasil

138 CAPÍTULO VII

'Economia de Francisco': o que Significa

162 CAPÍTULO VIII

Uma Narrativa Articulada de Economia Humana
e Ecológica nos Evangelhos

211 CONCLUSÕES FINAIS

218 REFERÊNCIAS

221 ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

Originalmente, as intuições e ideias que desenvolvo ao longo deste livro estiveram presentes em um projeto de formação, destinado a públicos diversos com quem me relaciono – da Igreja, movimentos sociais e também do mundo acadêmico, elaborado ainda no primeiro semestre de 2020. Conhecedor deste projeto, o colega José Celso Cardoso Jr. indagou-me e também me instigou a transformá-lo em livro, algo que de alguma maneira estava em minhas cogitações.

A oportunidade, motivação e também requisitos para elaborar este livro ficaram para mim muito mais claros no 2º semestre de 2020 e primeiros meses de 2021, quando sob regime de confinamento devido à Pandemia Covid-19, em Lisboa, tive o tempo e a compreensão dos que comigo também se confinaram – a esposa Adélia e a filha Mariana, para o trabalho concentrado de elaboração dos vários capítulos.

Em verdade, já vinha pesquisando há algum tempo as relações da economia com a teologia, quando em maio de 2019, deparei-me com a Mensagem de Assis (Papa Francisco) sobre a ‘Economia de Francisco’. Desde então não parei de reunir materiais sobre os temas conexos, da Economia Humana e da Economia Ecológica, providência que se revelou essencial a quem no ano seguinte ficaria de certa forma interdito às visitas normais às livrarias, bibliotecas e universidades.

Por outro lado, contei com estímulo e apoio muito importantes dos colegas da Direção da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) - Acácio, José Parente, Osvaldo Aly, Raimundo,

Yamila, Sônia, Brancolina e vários outros, que ao me solicitarem insistentemente a antecipação do Curso de Formação, ainda em novembro de 2020, na verdade contribuíram, em muito, para a conclusão do livro no mês de fevereiro de 2021.

O ambiente de crise econômica que precede e acompanha todo o processo de pesquisa e elaboração do livro, em comum às inspirações da Mensagem de Assis, funcionaram para mim como instigações à busca de oportunidades nas economias alternativas, para procurar saídas a uma via principal notoriamente avariada. E curiosamente, neste momento histórico, encontro muitas pessoas, em todos os níveis, mais interessadas pelos enfoques críticos e alternativos ao sistema dominante, comparativamente aos tempos supostamente 'normais' desse sistema.

Creio que a feliz e profética provocação do Papa Francisco funcionou para mim como grande motivação à reflexão dos temas subjacentes à Mensagem de Assis – Economia Humana e Economia Ecológica – a que me dediquei em maior profundidade estudá-las em conexão com o fenômeno da crise econômica; com propósito explícito de me comunicar didaticamente com o leitor, para um debate ultra relevante, embora pouco visitado pelas nossas mídias nas nossas conjunturas econômicas críticas.

Finalmente, quero destacar meu agradecimento específico ao colega José Celso Cardoso Jr., que com toda generosidade se prontificou a editar este livro, pela AFIPEA, oportunidade ímpar para também me solidarizar com as lutas contemporâneas dos colegas do IPEA.

PREFÁCIO

Mário Theodoro

Quem viveu os anos 1970 e 80 nos corredores do Ipea pode se considerar privilegiado. Tido à época como um oásis de liberdade em meio ao deserto do pensamento conservador do estado autoritário, a instituição destilava ideias, as mais diversas e plurais. Naqueles tempos o Ipea era o principal interlocutor do governo com a academia. Uma fonte abundante de debates e por ali surgiram soluções, que logo se tornariam ações e políticas, casos como o do Seguro Desemprego, o próprio Sistema Nacional de Emprego (SINE), e programas de grande importância como o Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros.

Nesse cenário de profusão criativa em meio à total ausência de democracia no país, destaco o papel de alguns colegas, que, como baluartes da liberdade de pensamento, norteavam o sempre necessário e corajoso debate. Lembro-me aqui de figuras ímpares que ajudaram a me forjar como pesquisador. Nomes como o de Maria Nazareth de Aguiar, mulher negra, uma das maiores experts em economia regional e que contribuiu sobremaneira para o aprimoramento das políticas destinadas às regiões mais pobres. Lembro-também da importância de figuras como Brancolina Ferreira, em sua luta incessante pela reforma agrária, ou ainda, de Nair Bicalho e seus estudos sobre os movimentos sociais. Eu poderia aqui citar outros nomes. Não me faltariam exemplos. Deixo-os para uma outra oportunidade. Mas não me furtarei de falar de Guilherme Delgado.

Guilherme sempre foi uma das referências de minha geração no Ipea, dotado de uma solidez teórica invejável e admirável capacidade de problematizar questões candentes, trazendo-as ao necessário crivo do processo de elaboração das políticas. Como economista, nunca se deixou seduzir pela litania da ciência pura,

asséptica e neutra. Pelo contrário, esteve sempre atento aos desdobramentos sociais em curso e seus efeitos. O Brasil é, sabidamente, uma sociedade extremamente desigual. A apatia e a tibieza dos tecnocratas da ciência neutra escondem, na verdade, um consentimento com a produção e a reprodução de injustiças. Essa tem sido a postura do chamado *main stream* da ciência econômica, que a partir da segunda metade do século passado arrogou-se o papel de organizador e preceptor da ação pública, tendo como base o ideário neoliberal. Nada mais presunçoso, falso e deletério. A economia sem princípios éticos, sem uma âncora moral e sem a necessária percepção crítica de que o conflito de interesses rege o sistema econômico, torna-se um mero exercício de administração do capitalismo sem regras.

Neste seu mais recente livro, *Rumo ao Mundo de Francisco: economia, humanismo e ecologia em tempos de crise*, maravilhosamente acolhido e publicado por nossa Afipea-Sindical, além de trazer à luz o debate sobre a necessidade de uma economia humanizada, porquanto ética, Guilherme enfrenta outro tema visceral que é a questão da ecologia, aquela que toca mais diretamente o futuro de nossa existência. Esses dois pilares, a Economia Humana e a Economia Ecológica são analisados em função da crise econômica em curso. O autor atende aqui à convocação do Papa Francisco por uma ciência mais ligada ao ser humano e atenta aos reais anseios da população. Para mim soou como uma retomada do clima do velho e bom Ipea das fervorosas ideias que nos estimulavam a seguir em frente. Em uma linguagem bem simples e didática, mas sem abrir mão do rigor e da clareza de ideias, Guilherme nos proporciona uma obra madura que, de certo modo, refaz o caminho desejado pelos grandes mestres, para quem o ápice da produção reside na capacidade de expressá-la de forma compreensível e direta. A mensagem inscrita neste livro não poderia ser mais oportuna e verdadeira. As políticas públicas devem ser capazes de se contrarrestarem ao atual cenário social disruptivo, elegendo como pilares os princípios éticos inscritos na religiosidade progressista de Francisco.

INTRODUÇÃO GERAL

O título deste livro – Rumo ao Mundo de Francisco: Economia, Humanismo e Ecologia em Tempos de Crise – desdobra-se em duas abordagens complementares e autônomas. De um lado, tratando das relações da Economia com a Ecologia e os vários enfoques de Economia Humana, sob as condições de crise econômica; e de outro, mapeando os diversos enigmas, sob distintas perspectivas, de como essas relações críticas repercutem nas elaborações alternativas à Economia de mercado

O plano de trabalho e organização consiste basicamente em identificar problemas no sistema econômico, convertê-los em questões anômalas, contrapontos éticos ou enigmas a decifrar; para de alguma forma resgatar os novos paradigmas proclamados, quando estes já amadureceram para assim se afirmarem. Mas há também as várias questões em aberto, objeto de estudos interdisciplinares ou de experiências práticas da sociedade, sem suficiente elaboração teórica no âmbito das disciplinas científicas críticas ao *'mainstream'* econômico, que merecem destaque pela relevância intrínseca das questões aí levantadas. Há, portanto, abordagens fundamentadas em 'disciplinas científicas críticas' e abordagens ao estilo 'campo de estudos e experiências', com as devidas autonomias e interconexões a considerar.

Essa arquitetura genérica, brevemente antecipada nos parágrafos precedentes, está distribuída em oito Capítulos, além desta 'Introdução' e das 'Conclusões Finais', com a estruturação e organização que se segue.

O Capítulo I trata do tema da crise econômica no capitalismo,

abordando-o sinteticamente sob os enfoques dos autores clássicos dos Séculos XIX e XX, notadamente K. Marx, J. Schumpeter e J.M. Keynes, revelando as diferenças, mas também muita convergência entre eles no diagnóstico das crises, como na explicação do desenvolvimento econômico. Nesses diversos enfoques teóricos, as relações da Economia com a Ecologia estão ainda ausentes ou são implicitamente considerados irrelevantes; mas os problemas de Economia Humana, principalmente o desemprego e as condições de vida da classe trabalhadora têm grande relevância à chamada crítica da Economia Política. Dois eixos-paradigma evoluem a partir dessa crítica, a saber: a Economia Marxista, por um lado; e por outro lado, a Economia do Bem-Estar Social. Esta última é acolhida no âmbito da corrente principal no imediato Pós II Guerra, com restrições, enquanto o paradigma marxista sofre veto permanente.

Aditam-se em seguida novas questões críticas, típicas do final do Sec. XX e início do Sec. XXI – questão ecológica, desregulação financeira, desemprego e precarização do trabalho, que conquanto não sejam de todo estranhas às análises clássicas, não figuravam ainda como enigmas ao desenvolvimento do capitalismo. Este, centrado no consenso da inovação técnica ao estilo schumpeteriano, continua promovendo o chamado processo da ‘destruição criadora’, promotor de crises cíclicas, lidas algo olímpicamente como ‘normais’ e necessárias ao desenvolvimento econômico.

De outra natureza são as crises do final do Século XX até o presente. Elas põem em xeque a própria concepção de inovação econômica, fundamentada em uma tecnociência eticamente autossuficiente. Alguns novos problemas ou anomalias econômicas do final do Século XX e início do Século XXI chegam também a abalar os consensos científicos na economia capitalista, fazendo emergir novas formulações de paradigmas econômicos, principalmente no âmbito da Economia Ecológica, enquanto outras tensões relacionadas à instabilidade financeira continuam em aberto. São questões abordadas nos capítulos subsequentes.

O Capítulo II faz um balanço sintético dos ‘Enfoques Alterna-

tivos à Economia de Mercado', levantando na literatura especializada conceitos e experiências com distintos fundamentos éticos relativamente à economia regulada pelo próprio sistema de preços. Prepara caminho para abordagens mais destacadas às disciplinas científicas críticas – Economia Ecológica (Cap. IV) e Economia Humana (Capítulos V e VI); e realiza um retrospecto datado das experiências de economia humana desde o início do Século XIX.

O terceiro Capítulo trata dos 'Esclarecimentos Epistemológicos...' necessários à compreensão da relação existente entre o fenômeno recorrente da crise econômica, objeto do capítulo inicial e a emergência de economias alternativas à condição de paradigma científico em disputa. Esta contextualização epistêmica ajuda a discernir sobre as questões críticas sob controvérsia, seja da economia real, seja da própria ciência acadêmica que a legitima.

As discussões dos novos problemas suscitados pela crise evoluem às condições de 'revolução científica' e de 'mudança de paradigma', condições associadas ao desvendamento crítico de anomalias ou enigmas identificados e esclarecidos pelas novas disciplinas críticas.

No Capítulo IV essa problematização trazida pelo capítulo anterior fica muito clara para explicar o surgimento e fundamentação da Economia Ecológica, na linha de novo paradigma científico, que não cabe no espaço formal da Economia principal. Uma questão enunciada chave, com a clivagem de uma disjuntiva, esclarece aquilo que formulamos até aqui sobre paradigmas científicos em disputa: inovações técnicas guiadas pelo critério estrito do utilitarismo individual promovem o desenvolvimento ou provocam degradação ambiental?

Observe-se que a disputa científica tem origem no campo de debate próprio da ética filosófica, com a problematização que se faz sobre a evolução contemporânea da tecnociência (ética da responsabilidade de Hans Jonas). Penetra diretamente no campo da economia com a crítica da *alta entropia* como caracterização endógena ao sistema econômico de mercado (Nicholas Georgescu-Roegen); e evolui para diversas formas de transição ecológica

com novos conceitos, a exemplo da inovação ecológica. O campo das mudanças climáticas é certamente a espécie mais visível do gênero da alta entropia econômica, enquanto que as inovações ecológicas que aí se introduzem contêm conteúdos antinômicos relativamente à inovação econômica clássica.

O Capítulo V – ‘Fundamentos da Economia Humana: Ética e Política’ – traz ao presente questões tão antigas quanto a humanidade – atendimentos de necessidades básicas, proteção social e resgate de capacidades humanas, com o agravante de que todas essas questões se exacerbam em ambiente de crise econômica continuada. Ademais, consensos econômicos até certo ponto pactuados sobre uma economia paralela do Estado do Bem-Estar Social, legitimada ainda nos anos 30 do Século XX, são parcialmente abandonados pelas influências conjugadas do declínio do socialismo real e emergência das influências do neoliberalismo no centro das economias capitalistas.

Muito embora a Economia do Bem-Estar Social figure como disciplina científica, com ampla literatura teórica de comprovação, levantada ao abrigo do Estado do Bem-Estar, não se pode dizer que tal formulação seja potente o suficiente para dar conta à economia humana em geral, haja vista a precariedade da forjação desse Estado Social em muitos países; e das tendências contemporâneas de elevação da desigualdade e desproteção social em razão de fatores críticos ainda não suficientemente sistematizados. Algo mais ainda temos que tratar, sem pretensão de esgotar o tema, mas de introduzir a situação concreta da economia brasileira à reflexão que aqui estamos propondo.

O Capítulo VI se ocupa de um tema de Economia Humana – ‘O Setor de Subsistência na Economia: Dimensão e Significado na Economia Brasileira’ –, tendo a economia brasileira por referencial histórico e geográfico e também a consciência de que lidamos com um tema com muitas marginalidades implicadas nas suas relações, com o próprio Estado social, com os mercados organizados do capitalismo (brasileiro) e com o próprio debate acadêmico da mudança estrutural do sistema econômico. Estamos ainda situados em campos interdisciplinares de estudos e expe-

riências sociais, campo fértil à formulação de novos paradigmas do desenvolvimento, a exemplo da teoria crítica do subdesenvolvimento (Celso Furtado), que ainda não se disseminou e amadureceu suficientemente.

A condição de marginalidade em relação ao Estado Social e aos próprios mercados capitalistas organizados, expõe a numerosa força de trabalho do Setor de Subsistência às estratégias de sobrevivência que precisam ser focalizadas, não apenas para compreendê-las analiticamente, mas principalmente para superá-las, que é o enfoque mais destacado do texto.

Sem embargo, há que considerar na análise do tema seu lado sombrio de manipulação ideológica, por um lado; e por outro, de atração para a criminalidade organizada ou mesmo desorganizada, que as situações de desigualdade e exclusão influenciam. Essas ondas de manipulação ideológica, marcadamente de certa *teologia da prosperidade* no campo religioso; bem como a atração pela criminalidade, ocupam o espaço vazio da ausência ou precariedade de políticas de Estado, na linha do desenvolvimento humano.

Até o Capítulo VI a abordagem dos ‘enigmas a decifrar’ está muito ligada ao significado de anomalias ao funcionamento da economia, para o que as economias alternativas, estejam elas já estruturadas em disciplinas científicas críticas ou em campos de estudos interdisciplinares, contribuem com seus estudos críticos e formulação de paradigmas econômicos alternativos.

Por outro lado, o Capítulo VII – ‘Economia de Francisco: o que Significa’ – contém um enigma novo, formulado em linguagem profética, cuja enunciação aparece já no início da Mensagem de Assis (primeiro de maio de 2019), que propõe estudo e prática de uma ... *“economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não depreda”* ...

A linguagem dessa proposta da ‘Economia de Francisco’, oriunda de uma Mensagem papal, instigou-me a percorrer três caminhos possíveis à sua interpretação. O primeiro é o de pesquisar para escrever este livro até o capítulo VI. O segundo é o de tentar interpretar a Mensagem à luz da doutrina social da Igreja mais

recente (Sec. XXI), que é a proposta deste Capítulo VII. E o terceiro, muito mais trabalhoso e também fecundo, é uma incursão pelos textos dos Evangelhos Sinóticos, tentando organizar uma 'Narrativa Articulada' de economia humana e ecológica nas falas e gestos de Jesus de Nazaré – tema do Capítulo VIII. Obviamente, estes dois capítulos finais, como não poderia deixar de ser, adotam outros pressupostos epistêmicos, relativamente aos seis capítulos iniciais; fazendo dialogar e também confrontar éticas econômicas e éticas teológicas e filosóficas distintas, que estão implícitas no confronto de verbos enunciado no começo da Mensagem de Assis.

Finalmente, nas 'Conclusões Finais' fazemos a síntese explícita do conjunto da obra, interpretando os enigmas aqui apontados, à luz das várias contribuições analisadas, com destaque aos dois últimos capítulos.

CAPÍTULO I

Crise Econômica: Enfoques Histórico e Teórico das Crises Capitalistas

1.1 Introdução

Este primeiro Capítulo aborda, na próxima seção (seção 1.2), as crises da economia capitalista sob três enfoques teóricos das suas regularidades, para o que sinteticamente apresentamos as versões de Joseph Schumpeter, J. M. Keynes e Karl Marx. Suas teorias reivindicam generalidade explicativa intertemporal, embora estejam compreendidas basicamente no contexto da Revolução Industrial e do seu progresso técnico endógeno. Historicamente abarcam os grandes ciclos econômicos dos dois séculos que vão de 1780 a 1980.

Por outro lado, na seção seguinte (seção 1.3) fazemos uma problematização nova das crises capitalistas – questão ecológica e sanitária, desemprego e precarização do trabalho e crise financeira autônoma –, que mesmo indiretamente presentes nos enfoques teóricos da seção inicial, não são fatores causais explicativos dos ciclos econômicos ‘clássicos’, ou mesmo pensados como questões econômicas relevantes.

Outra característica relevante desses novos problemas geradores de crises econômicas é seu caráter sistêmico global, visto que apresentam origens geográficas difusas e se propagam por vias internas e externas, sem respeitar fronteiras nacionais. Mas não se caracterizam pelas regularidades das crises industriais cíclicas do capitalismo, enunciadas nas teorias referidas anteriormente.

Pelas diferenças e algumas semelhanças dessas duas categorias de crises capitalistas, aplicam-se-lhes no presente, terapias

controladoras anticíclicas e outras de ‘ajuste econômico’, com resultados insuficientes ou malsucedidos, do ponto de vista dos resultados.

Uma terceira linha de abordagem é sobre a incidência dessa nova geração de crises econômicas nos países da periferia do sistema, aqui denominados de ‘Sul’, para o que escolhemos a situação peculiar do Brasil à análise, com alguma corroboração empírica.

Os fatores de especificidade à abordagem ora proposta revelam: 1) frequência, duração e intensidade das crises relativamente mais amplas; 2) combinação desequilibrada de terapias de saneamento financeiro e retomada do crescimento; 3) regressão das políticas sociais a patamares pretéritos ao Estado de Bem-estar Social.

A situação examinada da economia brasileira contém elementos conjunturais e casuísticos, como também questões contemporâneas comuns, incidentes nessas realidades econômicas, outrora enfocadas pela teoria do subdesenvolvimento.

As crises econômicas e financeiras frequentes e os processos de ajuste interno ocorrem sob condições de intensa desindustrialização, redução dos aparatos de proteção social, com precarização das relações de trabalho e certo reingresso do comércio externo à especialização da produção de ‘commodities’, sendo esta última condição um fator de contribuição líquida à danificação ambiental.

As questões críticas colocadas nessas seções 3 e 4 não cabem adequadamente nos enfoques teóricos da seção inicial, mas servem de guia às análises dos capítulos subsequentes do livro, retomadas como o são, não mais sob enfoque da crise econômica, mas da sua ‘normalidade’.

1.2 Breve Abordagem Teórica e Histórica das Crises Cíclicas da Economia Capitalista

O título desta seção contradiz formalmente o tratamento da literatura especializada – histórica e teórica – sobre as crises cíclicas do sistema capitalista, objeto que é de verdadeiros trata-

dos bibliográficos em Karl Marx, Joseph Schumpeter e John M. Keynes e dos seus respectivos seguidores, para citar apenas os principais teóricos.

Tampouco se pretende fazer uma resenha teórica, cotejo de abordagens, periodizações históricas, que também não caberiam em uma seção de um capítulo, intitulada de “Breve Abordagem...”; e ficarão devidamente remetidas às notas referenciais as observações mais completas daquilo que aqui se trata.

Esses dois avisos introdutórios longe estão de minimizar a relevância e pertinência dessas abordagens teóricas e históricas, que pela sua condição de ápice na produção de conhecimento científico, podem ser consideradas clássicas do desenvolvimento capitalista.

O que quero sinalizar com a expressão “Breve Abordagem” é simplesmente a noção de que estou introduzindo o tema das crises na análise mais geral deste capítulo e do próprio livro em seu conjunto.

O contexto do tratamento da economia sob condições de crise no mundo contemporâneo, não se esgota no diagnóstico em si. É apenas parte de um processo, como se fora a rigorosa identificação de uma doença do sistema, que reclama terapias de reformulação ou reconstrução transformadora e também preventiva do sistema econômico, com sentido de mudança, para enfrentar os problemas suscitados pelas crises da economia mercantil. Algumas dessas contribuições aparecem na discussão teórica aqui apresentada, relacionadas aos contextos históricos bem identificados. Outros problemas, mais recentes, mas não menos graves, ainda permanecem em aberto.

Os grandes teóricos do desenvolvimento capitalista, que neste sentido podem ser considerados seus ‘clássicos’, a exemplo dos citados Marx em *O Capital* **(1)** - (1863), Joseph Schumpeter na sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* **(2)** - (1911) e *Business Cycles* **(3)** - (1939), e John M. Keynes, com sua *Teoria Geral do Emprego...* **(4)** - 1936, trataram das crises cíclicas como fenômenos endógenos do sistema capitalista. Neste sentido, os ‘clássicos’ convergem a explicar as crises, por diferentes caminhos, mas

pondo algum argumento em comum na causalidade do progresso técnico, tanto ao desenvolvimento capitalista, quanto às suas crises periódicas. Mas a terapêutica para enfrentá-las os divide inteiramente – do enfoque revolucionário marxista ao reformismo econômico keynesiano; e ainda o enfoque independente de Joseph Schumpeter.

O ambiente histórico do Século XIX à primeira metade do Século XX, sobre o qual as abordagens aqui denominadas de clássicas analisaram as crises cíclicas, contém ainda um outro fator de convergência: tratam de sistemas industriais nacionais, impulsionados pela Revolução Industrial, nos quais o progresso técnico é a principal mola propulsora do desenvolvimento econômico. É, portanto, no bojo da teoria do desenvolvimento econômico (J. Schumpeter) ou da acumulação do capital (K. Marx), que se gestam endogenamente as crises cíclicas como fenômenos inevitáveis.

O fenômeno do desenvolvimento econômico, como pertinentemente teoriza J. Schumpeter, não é similar ao crescimento natural de uma árvore – contínuo e uniforme –, mas diversamente, é descontínuo e contraditório, sob impulso de uma fase expansiva, a que se contrapõe em certo ponto de mutação uma fase depressiva **(5)**. Essas fases são movidas respectivamente por ondas de inovação e subseqüentes períodos de superprodução (ou subconsumo) e declínio econômico.

As inovações técnicas, no sentido amplo que o autor da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* atribui ao conceito **(6)** são ao mesmo tempo o motor do desenvolvimento e o fator causal das crises: promovem a onda ascendente do ciclo expansivo e, no seu auge, a crise da superprodução. Esta leva a economia ao desemprego das pessoas e respectivas capacidades produtivas industriais; mas no fosso da crise emergem novas oportunidades à recuperação econômica por meio de novas ondas de inovação. Mas este movimento pendular nada tem de mecânica econômica ao estilo vulgar de um ‘perpétuo-mobile’

As crises impactam, necessariamente, o sistema econômico a mudar qualitativamente. Mas o que tem de original em Schum-

peter é a consideração de que essa mudança não é apenas econômica. Na sua abordagem do *Business Cycles* (7), de 1887 a 1939, o autor tem consciência das mudanças institucionais e políticas provocadas pela crise econômica e o revelará com maior destaque no livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (8).

Por sua vez, em outra significativa abordagem da crise econômica – a *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) de J. M. Keynes (9) – o autor identifica nas falhas endógenas de demanda efetiva pela produção gerada pelo sistema econômico, o fator causal das crises econômicas frequentes ou até das depressões profundas e duradouras. A crise de 1929 e maior parte dos anos 30 é o observatório imediato da história que o autor tem pela frente. E neste evento, como nos demais analisados, ocorre o descasamento das dinâmicas de produção, alavancadas pelo progresso técnico e irrigadas pelo sistema de crédito, em descompasso periódico com a dinâmica do consumo coletivo de bens e serviços. Esse desequilíbrio, imanente ao funcionamento do próprio sistema mercantil, torna a economia refém das crises de superprodução e desemprego; para o que o keynesianismo abre verdadeiras avenidas à criação de demanda efetiva complementar, pela ação política do Estado.

Há toda uma fundamentação teórica e política para explicar essa anomalia sistêmica. E principalmente para construir uma terapia à criação de demanda nova, pela via do gasto público ou pela expansão da liquidez (crédito bancário) no sistema sob desemprego. Essa terapia desafiava à época, como ainda hoje, os teóricos da austeridade fiscal e monetária, precisamente por constituírem esses receituários austeros, sob condições de desemprego geral, verdadeiro paradoxo realimentador das próprias crises e nunca o seu antídoto.

Por outro lado, também não se pode compreender as propostas keynesianas de ação supletiva do Estado na criação de demanda efetiva como receita mágica para solução de quaisquer crises, nem tampouco à sua prevenção.

O máximo que a *Teoria Geral* prevê é uma compreensão mais consistente sobre o funcionamento do sistema econômico e das

condições mais adequadas para enfrentar situações cíclicas de alteração da demanda insuficiente, que também pode ser lida pelo lado da superprodução.

Muito antes de Joseph Schumpeter e John M. Keynes teorizarem sobre o tema das crises econômicas, estas já eram fato histórico incontestado (vide *Business Cycles* do próprio Schumpeter).

Mas a obra primordial sobre o tema é *O Capital: Crítica à Economia Política* (10) de Karl Marx. E nesta, exposta em três livros – o primeiro dedicado à Produção de Mercadorias; o segundo à Circulação de Mercadorias e o terceiro à Distribuição do Valor Econômico; em nenhum capítulo ou título específico trata topicamente das crises econômicas. Mas o faz em toda fundamentação do livro e de sua obra completa, a qual, metodologicamente, é uma abordagem da *contradição em processo*, que é sua conceituação do capital. Este conceito se coloca como relação social, susceptível nos tempos lógicos ou cronológicos da produção, circulação ou distribuição, às rupturas entre produção e sua realização ou venda final. Essas rupturas ou descasamentos, que por outros caminhos Schumpeter e Keynes identificam como causas das crises cíclicas, na obra de Marx são imanentes à própria relação em si.

Ao contrário de Adam Smith, com sua formulação da ‘mão invisível’ dos mercados, padronizada na versão neoclássica pelo equilíbrio endógeno entre oferta e demanda, mecanicamente atribuído ao sistema de preços, a economia de mercado de *O Capital* não passa por essa formulação aparentemente exata.

O processo produtivo e a formação dos preços percorrem outro itinerário em Marx. Tem início (o processo produtivo) com um montante D do capital dinheiro, que é necessário antecipar à contratação de trabalhadores e aquisição de meios produtivos denominados M (mercadorias intermediárias); com o que ao final do período de produção, adicionado da circulação mercantil especificamente requerida, o capitalista almejará obter D'. E nesse tempo mediador D-M-D', ou seja, no tempo de rotação do capital para diferentes processos produtivos, ocorrem problemas de toda sorte. Seja no nível individual ou de conjunto, esses problemas

referidos provocam o desequilíbrio, de maneira a desbalancear as previsões iniciais D , relativamente às condições finais de realização D' . Daí que o descasamento entre previsões e realizações é imanente à própria condição da produção capitalista.

A obra de Marx não contém nenhum histórico de crises de superprodução; e tampouco trata como Keynes o fez no seu tempo histórico, de propor um tratamento contracíclico às crises macroeconômicas de realização da produção. Estas questões são postas à literatura econômica já na primeira metade do século XX, quando se começa a teorizar o desenvolvimento econômico.

Por sua vez, já na obra principal que é *O Capital*, o sistema bancário é muito relevante à produção capitalista no circuito $D-M-D'$, como o será também pelas obras dos seus continuadores no início do século XX, para interpretar os processos de concentração e centralização do capital pela via financeira, a exemplo de *O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding (11). A forma dinheiro líquido do capital assume aqui uma certa institucionalidade bancária, que é também fonte de alavancagem e de macrocoordenação ao movimento dos capitais, sem evitar crises, mas talvez até ampliando-as no seu potencial, como veremos mais adiante na história do tempo presente.

Teorias sobre crise econômica na economia marxista são inerentes à própria dinâmica do sistema, a exemplo da queda tendencial da taxa de lucro, do subconsumo, do crescimento desproporcional de setores econômicos, como também do capital financeiro. Há vasta literatura sobre o tema, principalmente dos discípulos de Marx. Mas esta é uma digressão que já não cabe nos limites desta seção.

Dessa breve digressão teórico-histórica sobre as crises econômicas do capitalismo – dos finais do século XVIII ao imediato pós II Guerra Mundial –, pode-se caracterizar esses dois séculos como período de crises cíclicas, movidas pelas *ondas largas de inovação* (12) no sistema industrial dos países centrais, causas endógenas, com defasagens temporais, do crescimento econômico e da crise sistêmica.

Por sua vez, o período do final do século XX, terminados os

processos de reconstrução do pós-guerra e de desmontagem do sistema do socialismo real europeu, revela novos ingredientes à crise econômica, sem que os antigos problemas tivessem sido adequadamente resolvidos.

1.3 Problemas Contemporâneos Estruturais da Economia

Em um livro de 2014 com pretensões didáticas, organizado por Robert. M. Solow – *Os Desafios da Economia (13)*, doze Prêmios Nobel da Economia apresentaram aquilo que consideram os grandes problemas da economia deste início de Século XXI, sobre os quais a economia e os economistas, supostamente, precisariam encontrar respostas, de alguma maneira.

Já no capítulo inicial do referido livro, que juntamente com a ‘Introdução’ são uma espécie de apresentação de conjunto dos problemas estruturais – velhos e novos – do sistema econômico, as crises econômicas, sejam elas decorrentes de ciclos regulares ou de outras flutuações irregulares da atividade econômica, continuam lá presentes.

Por outro lado, se as crises cíclicas do capitalismo, do seu período industrial típico, são interpretadas, conforme o faz Joseph Schumpeter, como momentos de ‘destruição criadora’ (14), os novos problemas do capitalismo no século XXI, direta ou indiretamente enunciados neste citado livro organizado por Robert Solow, são muito mais complexos e profundos.

Novamente, há uma matriz geradora, a um tempo pedra angular e pedra de tropeço, qual seja, o campo das inovações econômicas, com implicações graves sobre o meio ambiente e as relações de trabalho; que demandam atenção especial.

O progresso técnico ultra intensificado pela onda microeletrônica, suscita dinâmicas econômicas ‘insustentáveis’ do ponto de vista da equidade no mundo do trabalho e no espaço ambiental, noções que a economia convencional trata por ‘mercado de trabalho’ e ‘recursos naturais’.

Ademais, uma aparentemente despropositada intensificação do sistema financeiro na economia global ocupa agora papel propagador, mas também causal, das crises econômicas sistêmicas,

a exemplo da crise de 2008-2011, com características bem distintas das crises industriais cíclicas.

Vou, à minha maneira tratar desses novos problemas de insustentabilidade econômica, enunciados no citado livro – a questão ambiental e a questão da equidade no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que analiso uma outra questão onipresente – o problema da hipertrofia das finanças no sistema econômico, tratada de passagem no artigo de Paul Krugman – “Combate à Depressão Econômica”.

Esclareço, por oportuno, que a escolha dessas questões estruturais – as duas primeiras claramente vinculadas ao padrão de progresso técnico da economia mercantil contemporânea; e a terceira sobre o sistema financeiro na economia –, são tratadas de forma diferente do livro “Os Desafios Econômicos”, que aqui utilizo tão somente como referência didática.

1.3.1 – Progresso técnico e questão ambiental

Há um certo consenso teórico nas teorias sobre determinantes do desenvolvimento econômico, que abrangem várias escolas de pensamento, Clássica, Neoclássica, Marxista, Schumpeteriana, Keynesiana e Post-Keynesiana, não obstante persistirem grandes divergências em outras abordagens. O elemento comum que as faz convergir pode ser formulado da seguinte forma: a elevação da produtividade do trabalho, sustentada principalmente por inovações técnico-científicas, é causa motora do desenvolvimento econômico ou da ‘Riqueza das Nações’, como classicamente foi denominado o desenvolvimento capitalista nos termos de Adam Smith (final do Sec. XVIII).

Por sua vez, como enunciado na seção precedente, desde Marx, mas também nas teorias schumpeteriana e keynesiana relacionadas ao desenvolvimento capitalista, há uma questão intrínseca que os divide, derivada daquilo que os unifica: a distribuição ou apropriação dos frutos do progresso técnico, que é também causa indireta das crises cíclicas, bem como da desigualdade econômica endógena do sistema.

Por outro lado, a antinomia entre progresso técnico e igualda-

de social em torno do excedente econômico ou da 'mais valia', encontrou nos Estados democráticos algum grau de compromisso, basicamente político, a exemplo do Estado de Bem-Estar Social, sem colocar em questão a própria essência do progresso técnico na economia mercantil. Mas esse compromisso, como veremos adiante, é reversível.

De outro caráter é o progresso técnico endógeno à economia capitalista e sua relação com os bens da natureza ou meio ambiente. Essa relação, aparentemente, foi um não problema até os anos 70 do Sec. XX, objeto de silêncio na teoria do desenvolvimento por cerca de dois séculos. Mas desde os anos 70 do século passado emergem, com forte evidência, problemas e contradições relativamente aos padrões de crescimento econômico e suas repercussões negativas sobre as condições de reprodução da vida no planeta Terra e nos vários territórios de cada país ou região do mundo.

Há certamente um componente ecológico gerador de crise econômica, diferente das crises cíclicas analisadas até meados do Século XX, que de certa forma o sistema as tratou como 'normais' ou regulares.

Mas no caso da crise ecológica, o que está em xeque é a própria normalidade do crescimento econômico, ancorado na disponibilidade presumidamente infinita dos bens da natureza, segundo os métodos e processos de exploração prevaletes há séculos, mas intensificados em seu potencial danificador nos anos mais recentes.

A questão crucial, que a maioria dos economistas profissionais evita, é primordialmente ético-econômica, como pretendo destacar, embora pareça ser tecnológica, em razão da parceria constitutiva da ética econômica com o progresso técnico.

Observe-se que é da natureza constitutiva da economia capitalista, desde os fundadores no Sec. XVIII, uma espécie de casamento indissolúvel entre os princípios do utilitarismo individual com o progresso técnico-científico, aliança que promove o desenvolvimento econômico. E nesse processo econômico não há limites previamente estabelecidos, que não sejam fixados pela

escassez nos termos que a economia a reconhece, qual seja, a do sistema de preços de oferta e procura como seu único balizador.

Por sua vez, a questão ecológica coloca desafios ao mesmo tempo éticos e científicos a esse paradigma do desenvolvimento. Há uma outra concepção de escassez na economia ecológica, no sentido da finitude dos bens naturais, não refletida pelo sistema de preços de mercado. Há ainda uma outra ética econômica não compatível com o utilitarismo individual, que deve preceder e presidir as inovações ecológicas na economia. Estas, também não se assemelham às inovações mercantis competitivas, tão bem estudadas na obra seminal de Joseph Schumpeter.

Estaríamos as inovações de uma economia ecológica, cuja produção é necessariamente de baixa dissipação de energia e não poluição planetária, que ao mesmo tempo minimizam a utilização de bens naturais finitos, devidamente incorporadas à escassez econômica pela ótica dos mercados? Ou essas inovações demandam uma normatividade externa, para efetivamente poder serem adotadas?

Ademais, a divisão entre bens naturais “renováveis e “não renováveis”, que alguns economistas utilizam para admitir certa legitimidade econômica e ecológica para a segunda categoria, é de certa forma artificial, porque aqueles bens naturalmente renováveis – a água que consumimos, o ar que respiramos, as florestas, os cardumes etc., podem se transformar em não renováveis mediante formas de exploração antiecológicas.

Isto posto, o raio de abrangência da economia ecológica é certamente muito mais amplo do que sua atribuição a priori a recursos finitos em sua disponibilidade natural de estoque.

A abordagem da economia ecológica é distinta da economia convencional, não obstante os incômodos que tal proposição possa provocar à visão mercantil estrita de muitos economistas profissionais, a exemplo do citado Robert Solow no livro por ele organizado, quando trata dos “Recursos Naturais e Sustentabilidade” (15).

Finalmente, é preciso destacar que provêm de fora da economia convencional a maior parte das pressões por mudanças de

paradigma econômico no trato das questões ecológicas, quais sejam: do movimento ecológico mundial; do virtual consenso no campo das ciências experimentais sobre o chamado ‘efeito estufa’, provocado pela emissão de gases nos processos econômicos de produção e consumo; do apelo das Religiões, a exemplo da Encíclica ‘Laudato Si’ da Igreja Católica; e ainda da pressão política para enfrentar os desafios das mudanças climáticas; dentre outras pressões identificáveis.

Em verdade, economistas profissionais com claro engajamento numa espécie de ‘revolução científica’ no âmbito da economia ecológica são raros. Mas os problemas críticos que aí se acumulam não o são. Reservamo-nos a tratar deste assunto da Economia Ecológica, mais detidamente, no Capítulo 4, que lhe é específico (16).

1.3.2 – Crise financeira, desemprego e precarização das relações de trabalho

Na história da economia capitalista, crises agudas observadas desde o final do Século XVIII, tinham por marco mais significativo até 2008, a crise de 1929/33, desencadeada nos EUA e logo em seguida propagada pela Europa e daí para o mundo inteiro.

Por outro lado, não obstante a frequência de crises financeiras que se vinham manifestando pelo mundo ao longo dos últimos 30 anos (17), principalmente na periferia do sistema capitalista mundial, o centro desse sistema – EUA e União Europeia – somente a partir de 2008 passa a protagonizar uma nova crise econômica global, tendo suas instituições financeiras papel protagonista de fenômeno destrutivo comparável à crise econômico-financeira de 1929/33.

Para o que importa enfocar nesta seção – a questão do desemprego em conexão com a precarização do trabalho e suas relações com a crise financeira contemporânea, alguns esclarecimentos preliminares precisam ser feitos à luz dos fatos conjunturais desta crise.

Há certamente realidades novas da economia, novidade aqui datada de meio século, a exemplo da mundialização das cadeias

produtivas industriais, por um lado; e por outro a globalização ainda mais vasta do sistema financeiro; reestruturações que funcionam como fatores de propagação, como também de produção autônoma de crises financeiras. Isto porque essa reestruturação produtiva e financeira se faz acompanhar de diversas formas de desregulamentação fiscal (nos ‘paraísos fiscais’, em particular), como também financeira, dentro e fora dos ‘paraísos fiscais’, condições que se fazem corroborar tácita ou ostensivamente pela desregulamentação financeira legal, como espécie de novo consenso político econômico. Isto muda um pouco depois do atentado às ‘Torres Gêmeas’ de 11 de setembro de 2001 e mais ainda depois da crise financeira de 2008; mas nunca a ponto de controlar o movimento dos capitais à escala global.

Em particular, a crise financeira, inicialmente de 2008 nos EUA, é produto peculiar de certa desregulamentação financeira na criação e circulação de títulos hipotecários e de seus derivativos, tendo por garantias reais os imóveis residenciais. Estes, por sua vez, gozam de ampla facilidade de acesso ao crédito bancário para toda sorte de construção, ampliação, reparos imobiliários etc., sob presunção de uma valorização irreversível dos preços desses ativos.

Mas a reversão dos preços de mercado dos imóveis ocorre, iniciada entre 2007/2008, fazendo estourar uma denominada “bolha financeira” imobiliária de hipotecas e derivativos em poder dos bancos, representada aqui pelo descasamento completo do novo valor dos imóveis residenciais (depreciados) em confronto com o valor das dívidas hipotecárias (congeladas em valores então irrealistas). Esta situação provoca uma crise bancária sem precedentes, que rapidamente é expandida ao sistema financeiro europeu; e daí, seja pela corrente financeira, seja pela corrente comercial, ao mundo inteiro.

O nexo da crise financeira com o desemprego é direto e imediato, pela via da retração do crédito, queda na demanda e redução da atividade econômica. E por sua vez, o tamanho das operações de saneamento financeiro necessárias ao resgate de dívidas podres do sistema joga papel peculiar. Tornam o Estado

e o próprio sistema econômico em geral reféns dessas práticas de saneamento financeiro, sob o argumento da 'bola de neve' ou da 'quebradeira geral' em caso do não socorro. Os motivos 'saneamento financeiro' e 'recuperação econômica' se embaralham e a política anticíclica idem.

Por seu turno, a gestão das crises financeiras pelos EUA e depois pela Europa, com certa defasagem, demandarão operações gigantescas de emissão de dívida pública contratada em moedas de reserva internacional (vale dizer, conversíveis), como também pela emissão monetária ('quantitative easing'), situação que não se aplica aos países não emissores de dólar ou euro, que como sabemos são a maior parte do mundo.

Outro componente defasado da Crise de 2008 é a queda na demanda mundial por 'commodities', com defasagens de alguns anos, que aflora claramente à economia global, sob o formato do declínio acentuado de preços. Isto afeta fortemente a América Latina e especialmente o Brasil, vítima terciária desta crise, como também dos seus problemas internos entre 2015-2020, com graves consequências sobre desemprego e desigualdade (ver seção 1.4).

Ao final de 2020, o mundo se defronta com outro desafio crítico, a crise sanitária da Pandemia Covid 19, cujos efeitos sobre o desemprego e a desigualdade são radicais e similares a uma grave crise ecológica.

Há, portanto, um trinômio crítico – crises cíclicas industriais, crises financeiras autônomas e crises sanitárias e ecológicas, todas elas de graves consequências sobre o desemprego e a desigualdade de rendimentos das famílias – para o que o arsenal anticíclico da economia keynesiana é necessário, mas insuficiente, e o receituário da austeridade fiscal, paradoxalmente, realimentador das crises **(18)**.

Por outro lado, as crises de desemprego, sob as condições contemporâneas do mercado de trabalho das economias industrializadas, fazem-se preceder e acompanhar por fenômenos diversos de subutilização e precarização das relações de trabalho, que avançam para uma parcela muito expressiva da força de trabalho.

E mesmo quando ocorre a fase de recuperação econômica e chega-se a mitigar o indicador internacional de desemprego aberto – isto é: a proporção dos trabalhadores desempregados procurando emprego no período de referência como proporção da PEA –, outros indicadores de subocupação continuam a operar.

Observe-se que nesta conta de ‘desemprego aberto ou involuntário’ não se incluem os ‘desalentados’, que deixam de procurar emprego, mas não estão empregados; não se incluem também os que obtêm emprego em tempo parcial, embora procurem emprego em tempo integral; como não se incluem também os ‘auto ocupados’ em funções ou profissões de micro empreendimentos instáveis e de forte risco, em geral ‘informais’, no sentido de não manterem vínculos com a Previdência Social.

O tamanho dessa força de trabalho subocupada que não entra nas estatísticas do desemprego é um problema, que não se pode esconder. Para se ter uma ideia, no centro do sistema, porque na periferia é maior, se considerarmos apenas o motivo ‘desalento’ – *“O fato da taxa oficial de desemprego nos EUA em janeiro de 2011 ser de 8,3% da PEA, mas (haver) um total de 15,5% de trabalhadores sem emprego e desejando trabalhar a tempo integral...”* (19), revela parte do problema de que estamos tratando, com o agravante de que 2011 nos EUA já é período de recuperação da crise de 2008.

Do exposto, depreende-se que a medição do desemprego pela ótica do desemprego aberto, sem as devidas considerações aos fenômenos da subocupação e da precarização das relações de trabalho, não reflete adequadamente os problemas da desigualdade e das disfunções da economia sobre o mundo do trabalho.

Este fenômeno da precarização do trabalho, que na periferia do sistema capitalista sempre foi de grandes proporções, tem como novidade agora sua transferência às economias industriais maduras – EUA e União Europeia –, no rescaldo das crises econômicas recentes.

Em especial, a crise sanitária COVID 19 de 2020, seja nos EUA, seja na União Europeia, têm obrigado os governos nacionais a estabelecer pagamentos de auxílio desemprego, fora dos padrões

oficiais, a uma proporção muito alta da força de trabalho em situação de ocupação informal ou precária. Não tão alta quanto os 50% da PEA brasileira nessas condições (20), mas entre 1/5 e 1/4 da PEA nos países do sul da Europa e nos EUA.

1.4 A Natureza Peculiar das Crises Econômicas no Brasil e suas Implicações

Algumas características das crises econômicas dos países latino-americanos, que a análise particular do caso brasileiro aqui destacado ilustra, merecem resgate analítico: 1) a frequência, duração e intensidade das crises econômico-financeiras nas últimas quatro décadas; 2) uma combinação perversa de terapias com vistas ao saneamento financeiro e de retomada do crescimento econômico; 3) políticas de emprego e proteção social sob permanente risco de regressão à auto regulação pelo mercado de trabalho.

1.4.1 – Sobre a frequência e intensidade das crises econômicas

Depois de um longo ciclo de expansão com industrialização, de cerca de meio século (1930/1980), o período mais recente, inaugurado com a crise da dívida externa em 1981, caracteriza a economia brasileira pelo baixo crescimento, com intermitência de crises econômico-financeiras. Essas, durante os últimos quarenta anos, assumiram certo status de ‘normalidade’, reivindicando frequentes terapias, ora de saneamento financeiro, ora de retomada do crescimento econômico. Esse é também um período de relativa desindustrialização da economia, complementada nas duas últimas décadas pela especialização primário-exportadora no comércio externo.

Consultando a história econômica recente, observa-se uma disputa radical por recursos das finanças públicas, muito embora de forma sub-reptícia, em torno dos motivos suscitados pelas crises, sejam elas do crescimento, como também da estabilidade de preços – ‘saneamento financeiro’ e ‘retomada do crescimento’.

O primeiro motivo está muito ligado ao jargão conservador dos ‘ajustes fiscais’ em torno da austeridade orçamentária para o ser-

vição da dívida pública (geração de 'superávits primários'). Mas o 'saneamento financeiro', de quando em vez também é invocado pelo discurso keynesiano como pré-condição ao crescimento; ou mais especificamente à própria retomada do crescimento.

No caso brasileiro, a reversão do longo ciclo de crescimento desde antes da Segunda Guerra irá evidenciar-se a partir de 1981. Neste ano se data o fim do último ciclo de crescimento do PIB (1967/80, no entorno de 8,6% em média anual), para o nível substancialmente mais baixo do ciclo subsequente (1988/99, no entorno de 2,5% a.a.) (21).

A retomada do crescimento econômico algo mais duradouro dar-se-á apenas na primeira década do Século XXI, fato comum à maioria dos países latino-americanos, apresentando o Brasil uma taxa continuada de crescimento no entorno de 4,4% durante período 2004/2010.

Mas a reversão do ciclo de crescimento, depois de um triênio de semiestagnação (2011/2013), prossegue no biênio seguinte (2014/2015), quando se abandona de vez o motivo 'recuperação econômica' e se engessa a economia desde 2015 na 'austeridade fiscal pró-cíclica', culminando em 2020 com a crise sanitária do Covid 19.

Por sua vez, é nesse cenário pós 2010 que a economia brasileira recebe os sinais mais diretos de repercussão da crise financeira mundial de 2008. O principal efeito da crise externa no Brasil caracteriza-se pela reversão continuada dos preços externos das 'commodities', que se acentua a partir de 2013. Ademais, a política monetária americana de defesa da economia interna mediante emissão monetária ('quantitative easing'), inunda os mercados de liquidez, valorizando as moedas nacionais em relação ao dólar, que combinado com o declínio das 'commodities', agrava a situação externa das economias primário-exportadoras.

Por sua vez, a mudança no ciclo ascendente relativamente longo das 'commodities', desde início dos anos 2000, puxado pela expansão da economia chinesa, se faz acompanhar agora pela desaceleração da economia chinesa. Nesse ínterim, as exportações brasileiras se concentraram em meia dúzia de 'commodities' – petróleo bruto, minério de ferro, alumínio, açúcar, soja, milho,

carnes, café e pasta de celulose –, cujo declínio rebaixa praticamente a zero o saldo comercial brasileiro no biênio 2013/2014. Enquanto isto, o ‘déficit’ na Conta de Serviços recrudescer para níveis preocupantes em torno de 4,0 % anuais do PIB.

1.4.2 – ‘Saneamento Financeiro’ e ‘Recuperação Econômica’ com captura das finanças sociais

A travessia de uma crise de relações externas pela órbita do orçamento público e da gestão financeira, transita necessariamente pela mediação das políticas de Estado, por meio das quais se pratica, ora os chamados ‘ajustes fiscais’, ora políticas inversas de caráter contra cíclico. Nesse contexto, o sistema financeiro joga papel de destaque na mediação dos motivos ‘saneamento financeiro’ com ou sem recuperação econômica.

No caso específico do enfrentamento da crise externa de 2008, a política brasileira aplicou em primeiro momento (2009/2014) sucessivas operações anticíclicas, mediante aportes do Tesouro ao BNDES para financiamento de várias linhas de crédito de investimento do Banco (22), com resultados sobre a atividade econômica favoráveis em primeiro momento. Mas a partir de 2015 inverte-se completamente a terapia, atendendo às pressões do setor financeiro privado, para a linha do ajuste fiscal convencional, com interrupção das operações Tesouro/BNDES, queda no gasto social, elevação de tarifas de serviços públicos etc.; e do lado monetário uma significativa elevação dos juros da Dívida Pública. Essa combinação perversa de queda da demanda externa com ‘ajuste fiscal’ provocaria, como de fato provocou, uma queda ainda mais acentuada do Produto Interno.

Mas para que se possa interpretar esse ajuste fiscal de 2015 (Governo Dilma) e todos os que lhe sucederam no período 2016/2020 (Governos Temer e Bolsonaro), a motivação principal que lhes move é claramente de proteger a renda dos credores da Dívida Pública.

Há evidências políticas e até mesmo empíricas muito significativas de que o motivo ‘saneamento financeiro’ preventivo, sustentado pela política de juros ultra elevados, sob condições

de recessão profunda e de todas as demais restrições fiscais que enumeramos, geraria, como de fato gerou, queda de arrecadação tributária e previdenciária. E não se pode presumir que os estrategistas conservadores disso duvidassem.

O passo seguinte a essa estratégia é a chamada ‘reforma estrutural’, tendo claramente em vista a captura por desvio de destino constitucional, das chamadas ‘finanças sociais’, cujo eixo central está no Orçamento da Seguridade Social (Previdência Social, Saúde e Assistência Social), para o objetivo da geração do ‘superavit-primário’ a qualquer custo. Este processo já será operado pelos governos seguintes ao golpe parlamentar do ‘impeachment’ de 2016 – Temer e Bolsonaro, com consequências políticas e distributivas muito graves e obviamente nenhum crescimento econômico.

1.5 Conclusões

O tema da crise econômica faz a abertura deste livro, cujo conteúdo mais geral é de busca de rumos e referências para a sociedade humana e o espaço da natureza em contextos múltiplos de agravos às condições de sobrevivência.

Abordamos o tema sob três óticas distintas – teórica geral, histórico-contemporânea; e de uma perspectiva peculiar latino-americana, enfocando o Brasil como caso particular significativo. As caracterizações específicas dessas três abordagens se apresentam com as articulações que se seguem:

Faz-se uma espécie de síntese das grandes contribuições teóricas sobre o tema das crises econômicas em Karl Marx, Joseph Schumpeter e J. M. Keynes, resgatando suas teorias do desenvolvimento capitalista, simultaneamente portadoras das crises cíclicas de superprodução e desemprego;

A partir de determinada quadra histórica, que do tempo presente já dura meio século, revelam-se novos problemas estruturais do sistema econômico, quais sejam: de suas relações com a natureza, com o trabalho e com o dinheiro; como fontes não regulares de crise econômica à busca de interpretações teóricas e terapias políticas apropriadas.

Fazendo ainda uma análise específica da incidência das crises contemporâneas na periferia do sistema econômico, escolhendo um caso especial significativo para análise – a situação do Brasil.

Do ponto de vista histórico, podemos fazer uma didática distinção de uma abordagem clássica das crises cíclicas da economia capitalista, comparativamente aos novos problemas revelados desde as últimas três décadas do século XX ao presente. Nesses dois ambientes históricos, de certa forma refletidos nas abordagens '1' e '2', há zonas de mutação de estruturas econômicas, cujas crises cíclicas persistem, mas agora com determinações causais mais complexas e graves.

As abordagens das crises cíclicas do primeiro período contêm certo grau de regularidade e previsibilidade, segundo o marco teórico a que recorreremos; e funcionariam, até certo ponto, como instrumentos de uma 'destruição criadora' de estruturas tecnológicas antigas, dando ensejo à entrada triunfal de novas ondas de inovação econômica. Foi assim na passagem da Primeira à Segunda Revolução Industrial até a segunda metade do Século XIX; e desde então por aproximadamente mais 100 anos.

Por sua vez, do ponto de vista humano, o desemprego periódico de parte importante da força de trabalho teria encontrado na teoria keynesiana do emprego e nas estruturas políticas do Estado do Bem-Estar, terapias curativas aparentemente suficientes, para fazer o sistema caminhar sem maiores sobressaltos.

Por outro lado, quando confrontamos os novos problemas estruturais – *ecológicos, financeiros, laborais* e até mesmo *sanitários* – causadores de graves contrações da atividade econômica; percebemos o quanto insuficiente às novas condições históricas são as formulações teóricas das crises cíclicas e de suas terapias contracíclicas.

Estão em questão neste final de Século XX e início do Século XXI algumas relações econômicas, que conquanto não sejam inéditas, assumem caráter crítico, sem que a teoria econômica do 'mainstream' tenha dado conta do seu adequado equacionamento.

A primeira e grave relação causal a ser revelada é a *questão*

ecológica, relacionada aos padrões de progresso técnico incompatíveis com a reprodução da vida. As consequências planetárias das atividades econômicas de produção e consumo sobre a carbonização da atmosfera, por um lado, e a danificação dos ecossistemas territoriais, por outro, estão aí evidentes, sem nenhum indicador de ‘destruição criadora’, mão tão somente de destruição irreversível, a ser evitada.

A segunda questão, também de caráter global, tem a ver com a crescente autonomização e internacionalização do *sistema financeiro*, precedendo e acompanhando a internacionalização das cadeias produtivas globais. Nesse contexto, condensa-se um potencial crescente de produção e propagação de crises financeiras, como de resto o foi a crise das hipotecas imobiliárias norte-americanas de 2008.

Em terceiro lugar, a novidade na *economia do trabalho* comparativamente às crises econômicas cíclicas dos dois primeiros séculos; é seu potencial de destruição da própria relação salarial e não só do emprego, que se observa no sistema econômico. Neste sentido, acumulam-se evidências da ampliação sem precedentes de atividades econômicas e relações de trabalho precárias, informais ou de subsistência, de forma permanente, para parte expressiva da força de trabalho. Isto ocorre não apenas na periferia do sistema, mas também nas economias centrais. Em particular no Brasil, cuja análise mais detalhada de longo prazo da economia do trabalho procedemos no Capítulo 2, o chamado ‘setor informal’ do mundo do trabalho já é metade da PEA.

Por último, revela-se o *fator epidemiológico*, previsível, até certo ponto, pelas suas causalidades econômicas originais; e de consequências econômicas devastadoras sobre as atividades do sistema.

Todos esses fatores sistêmicos mencionados têm origem na matriz da economia de mercado, sob o enfoque da ética do individualismo utilitário em associação com o padrão de progresso técnico, calcado pelas inovações mercantis estritas.

Por sua vez, não se encontra nessa matriz econômica, dinâmicas anticíclicas para as consequências dessa nova geração de

crises, algo até certo ponto inédito na história econômica do capitalismo.

Estão postos problemas humanos e ecológicos ao sistema à busca de novas terapias, sem abandono dos tratamentos anticíclicos, mas tendo presente sua insuficiência e não desnecessidade. Neste sentido, este capítulo inicial enuncia questões, que os capítulos subsequentes deverão cuidar de sistematizar nos seus respectivos contextos analíticos, a exemplo dos enfoques específicos das economias humana e ecológica. Similar digressão merecem a economia de mercado e as economias alternativas, ora sob tensão e disputa de paradigmas, tema de objeto explícito do Capítulo 3.

Notas Referenciais

- (1) Ver Marx, Karl (1980) – *O Capital...* op. cit.
- (2) Ver Schumpeter, Joseph A. (1982) – *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* – op. cit.
- (3) Ver Schumpeter, Joseph A. (1939) – *Business Cycles...* op. cit.
- (4) Ver Keynes, John M (1990). – *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. – op. cit.
- (5) Cf. Schumpeter (1982) – Capítulo VI – ‘Considerações Preliminares’ e tópicos 2 e 3 - op. cit.
- (6) Ver o conceito amplo de inovação econômica em Schumpeter (1982) – Capítulo 2 – op. cit.
- (7) Cf. Schumpeter, Joseph A. (1939) – op. cit.
- (8) Ver Schumpeter, Joseph A. (1971) – *Capitalismo, Socialismo e Democracia* – op. cit.
- (9) Cf. Keynes, J.M. (1990) – Capítulo 3 -Sobre o Princípio da Demanda Efetiva – op. cit.
- (10) Cf. Marx, Karl (1980) – op. cit.
- (11) Ver Hilferding, Rudolf (1963 – *El Capital Financiero* – op. cit.
- (12) Os conceitos de ‘ondas longas’ e ‘ondas curtas’ de inovação técnica são utilizados por Joseph Schumpeter no sentido respectivo de ciclos longos e curtos de inovação industrial. Historicamente, os ciclos longos corresponderam sucessivamente aos ciclos Têxtil, Metalomecânico-Ferrovário, Petroquímico,

Químico e Rodoviário etc., que o autor analisou exaustivamente na obra *Business Cycles* (1939) - *op. cit.* No interior desses ciclos longos se realizam ondas secundárias e terciárias de inovação técnica, fatores simultaneamente de desenvolvimento econômico, como também de crises cíclicas de superprodução.

(13) Ver Solow, Robert M. (Org-2014) - *Os Desafios da Economia* - *op. cit.*

(14) O processo de 'destruição criadora', muito citado em meios acadêmicos e midiáticos, está bem definido como processo cíclico de inovação técnica, no capítulo VI da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Joseph Schumpeter, que trata especificamente do 'Ciclo Econômico'. Mas é também objeto específico de - "O Processo da Destruição Criadora" do Capítulo 7 do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* - *op. cit.*, também do autor.

(15) Robert Solow inclui-se, entre os que negam a existência de uma economia específica para os bens da natureza ou recursos naturais como denomina, tratando a economia ambiental como mais um '... ramo específico da economia". Cf. Solow, Robert (2014) *op. cit.* p. 132.

(16) Ver Capítulo 4.

(17) Para uma abordagem conjuntural sucessiva, ver - "Período histórico de Crises Financeiras Sucessivas e a Crise Brasileira de 2015/2017" - in Delgado, Guilherme (2018) - *Terra, Trabalho e Dinheiro...* *op. cit.* pp. 81/104.

(18) Para uma importante contribuição heterodoxa ao enfrentamento das crises capitalistas contemporâneas, ver longa entrevista por escrito do Prof. Luiz Gonzaga Belluzo no 'site' IHU-Unisinos, em 17 de abril de 2020, concedida a jornalista Patrícia Fachin.

(19) Cf. Dale T. Mortensen in *Desafios da Economia*, Cap. 4, p. 93 - *op. cit.*

(20) Ver dados sobre 'Setor Informal e de Subsistência' relativos a economia brasileira no Capítulo 2, Tabela 1.

(21) Entre 2009-2014 o Tesouro Federal emprestou para os fundos de financiamento do BNDES e demais bancos públicos, montante equivalente a 400 bilhões de reais, lastrados por emissão de títulos da dívida pública. Convertidos em créditos de longo prazo, estes recursos retornariam ao Tesouro, também a longo prazo. Ver análise específica in Delgado, Guilherme C. (2015) - "Brasil Pós 2010..." - p. 25, *op. cit.*

(22) Ver análise detalhada da situação de reversão cíclica, descrita in Delgado, Guilherme C. (2015) - pp. 23/28.

CAPÍTULO II

Enfoques Alternativos à Economia de Mercado: Experiências e Conceitos

2.1 Introdução

Nos mais de 200 anos de plena hegemonia e crescimento da economia capitalista no mundo, organizaram-se de forma paralela – reativa ou subsidiária – várias experiências de economia humana conviventes, sobre as quais precisamos resgatar alguns dos seus principais campos de atuação, formas de funcionamento e ‘approaches’ teóricos subjacentes.

Essas economias alternativas apresentam-se ora como experiências históricas particulares, que se repetem em diferentes países com características próximas, sob condições históricas aproximadas. E noutros casos são experiências específicas de países ou regiões do mundo, mas que não se manifestam em todo o mundo,

O propósito deste capítulo não é realizar uma resenha exaustiva de experiências de economia humana, que se possa caracterizar como alternativas à economia mercantil ao longo da história econômica do capitalismo. Mas é apreender o que de mais convergente se descreve na literatura internacional sobre o tema, destacando em particular a situação da economia brasileira.

Do ponto de vista conceitual vamos identificar um espectro amplo de atividades econômicas, relações de trabalho e associação, relações fundiárias etc. que propiciam meios de subsistência e ocupação a uma parte expressiva da População Economicamente Ativa, sem que tais relações econômicas sejam reguladas pelo contrato monetário de trabalho ou visem primordialmente a produção de mercadorias com fins de lucro.

Dentro desse conceito amplo das economias alternativas à economia mercantil cabem muitas das experiências intencionais da sociedade civil, de reação às exclusões e disfunções da economia principal, a exemplo da Economia Social (Sec. XIX), como também da Economia Solidária e da Economia Ecológica no Século XX.

Em outro patamar, que obviamente não exclui a sociedade civil, constrói-se na segunda metade do Século XX o Estado do Bem-Estar Social, ancorado em sistema de direitos sociais, instituído pelo estado democrático específico de cada país, que pelas suas características principais se identifica como estrutura ou subsistema estatal de provisão de fontes financeiras e de gastos sociais, vinculados a direitos sociais positivamente regulamentados.

Por sua vez, para países do Sul, tendo o Brasil como exemplo particular e significativo, abordamos o tema do 'Setor de Subsistência' na economia, evidência do mundo dos fatos, pouco tratada na literatura teórica, mas que merece análise nesta resenha.

Todos os arranjos alternativos operam com atenção pragmática peculiar para alguns valores éticos, nem sempre sistematizados teoricamente, a saber: 1) a cooperação interpessoal dos membros de um dado grupo social para realização de atividades econômicas de interesse comum; 2) o usufruto das forças gratuitas da natureza para atender necessidades; 3) a confiança interna entre membros do grupo familiar ou multifamiliar para fins de cuidar, proteger e atender necessidades comuns de subsistência.

Finalmente, o capítulo se encerra com uma seção didática de resenha teórica de vários enfoques críticos à economia mercantil autorregulada, retomando em outro contexto epistêmico os problemas do desenvolvimento e da ecologia visitados nas várias seções precedentes.

2.2 Economias Social e Solidária

Essas duas economias apresentam um campo comum no aspecto conceitual e algumas diferenças, principalmente históricas, que é preciso destacar para distinguir.

A Economia Social é datada historicamente ao início do Sec.

XIX e praticamente se desencadeou, em primeiro momento, como reação às condições de vida e de trabalho da classe operária inglesa à época da Revolução Industrial; e depois se expandiu pelo movimento operário europeu em geral. Baseia-se na proposta de construção de uma economia alternativa, com valores, práticas associativas e relações de trabalho distintas da economia mercantil.

Do ponto de vista conceitual pode-se definir essa Economia Social como “...*campo de atividades econômicas realizadas por cooperativas, mutualidades e associações, cuja ética econômica se traduz nos seguintes princípios: 1- finalidade de servir os membros e à coletividade em geral ao invés de uma finalidade lucrativa; 2- autonomia de gestão; 3- primado de pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos rendimentos.*” (Cf. Laville, Jean-Louis, 2018, op.cit. pg. 219) **(1)**.

Observa-se ainda os direitos iguais de todos os membros nos órgãos sociais do empreendimento; e o excedente ou sobra de gestão, que no equivalente à empresa capitalista é sua conta de “Lucros e Perdas”, é reinvestido e permanece como propriedade social. A partilha do excedente de gestão a ser distribuído, quando existe, é proporcional às atividades dos membros para com o empreendimento (Cf. Laville, Jean-Louis, 2018, op.cit.) **(2)**.

Uma avaliação histórica da Economia Social, principalmente ligada à forma cooperativa, apresenta certo consenso mundial de que se desviou dos princípios éticos originais, para nas relações com a economia capitalista seguir-lhe os passos e aproximar cada vez mais a cooperativa ao modelo de ‘multicooperativa empresarial’; com estratégias de diversificação de capitais e concentração econômica muitos semelhantes às grandes ‘holdings’ dos modernos complexos agroindustriais **(3)**.

Por sua vez, essa tendência à plena integração com as estratégias da empresa capitalista, não é apenas de um país, mas também uma tendência muito frequente no cooperativismo europeu, como observa Jean Louis Laville na sua análise da Economia Social **(4)**.

Obviamente que houve no Sec. XX, e ainda continua no sécu-

lo atual, um campo de Economia Social com fortes vínculos ao cooperativismo inspirado nos valores éticos originais, que é claramente socialista. Neste sentido, possivelmente, a experiência brasileira mais importante é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, relativamente à organização de suas centenas de cooperativas agrícolas e agroindustriais.

Possivelmente, faltou ao movimento cooperativista convencional – mas não faltou ao MST – a clareza sobre a necessidade do vínculo político da economia das cooperativas aos seus princípios éticos, sem o que o sistema tende à certa oligarquia de gestão, por um lado; e à plena integração à economia mercantil, por outro.

2.3 Economia Solidária

O movimento da Economia Solidária tem várias conexões com a Economia Social em termos de princípios éticos. Contudo, sua datação histórica é mais recente (último quartel do Século XX). Seus objetivos também são mais amplos, incorporando a temática ambiental, que estivera ausente dos princípios básicos da Economia Social por todo o Sec. XIX e metade do Século XX.

Face a uma realidade de desarticulação política dos sistemas cooperativistas e associativos ligados à Economia Social, emergem nas últimas décadas do Século XX novos problemas e dilemas no mundo do trabalho, tais como o declínio do Estado de Bem-Estar e a emergência do neoliberalismo econômico, por um lado, com severas influências na desigualdade social; e por outro, o despontar da questão ambiental à agenda política global.

Nesse contexto, organizam-se, em diversos países, instituições autodeclaradas de Economia Solidária **(5)**, com pretensão à ação socioeconômica e sociopolítica por dentro do sistema associativo, mas sem se confundir com as estratégias das cooperativas mercantis estritas.

Segundo Paul Singer, principal representante do movimento de Economia Solidária no Brasil e organizador de uma Secretaria de governo específica nos mandatos do PT (2003-2015), o conceito de economia solidária se caracteriza por duas especificidades:

“... a) estimula a solidariedade para os membros mediante a prática da autogestão; b) pratica a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos menos favorecidos.” (6)

Por sua vez, Jean- Louis Laville nas ‘Conclusões’ do seu livro *Economia Social e Solidária...*, caracteriza a Economia Solidária como campo em aberto:

“- a contribuir para um quadro plural de normas, valores e práticas susceptíveis de reforçar a democracia e estruturar processos econômicos a fim de atender necessidades e anseios populares;

- reproduzir a vida humana e natural em condições que garantam a dignidade dos seres humanos e a preservação do meio ambiente;

- realizar crítica ao modelo marxista de centralização no Estado à constituição da economia socialista (cf. Laville (2018) p. 285/286, op. cit);

- confiar à sociedade civil papel de liderança da Economia Solidária, com autonomia em relação ao estado e ao mercado.” (7)

2.4 Economia Ecológica

As origens históricas do movimento ecológico mundial, enquanto movimento social militante, de que trataremos mais detidamente no Capítulo IV adiante, pode-se dizer que também o são da economia ecológica como experiência histórica da segunda metade do Século XX, especialmente o último quarto.

Colocar um marco temporal para um movimento amplo como o da Ecologia, que transcende a Economia Ecológica; e de certa forma o antecede, carrega sempre certa dose de arbitrariedade. Mas para fins didáticos, restritamente aqui referido à Economia Ecológica, penso ser relevante estabelecer dois marcos temporais iniciais nos anos 70 do Século XX.

Em primeiro lugar, a publicação do Relatório Meadows (Relatório do Clube de Roma sobre ‘Limites do Crescimento’, de 1972), que é do ponto de vista empírico a mais importante contribuição, até então, para demonstrar a insustentabilidade ambiental do padrão

de crescimento econômico precedente, projetado a longo prazo.

Pode-se dizer que o Relatório do Clube de Roma fez acender luz amarela ao perfil da expansão econômica, como essa se dera até então; com agravante de que tal perfil continuaria até o presente.

Por outro lado, uma crítica teórica, que corrobora este Relatório e vai muito além, a ponto de ser considerada uma espécie de fundamento original da Economia Ecológica, têm por base dois princípios críticos à economia convencional e inversamente geradores de uma economia ecológica: 1) a alta entropia/baixa entropia; 2) a alta depleção/baixa depleção de bens naturais não renováveis, tratados no jargão convencional como recursos naturais disponíveis. O autor desta tese – Nicholas Georgesku Roegen **(8)** – antecipa com sua crítica teórica à economia de alta entropia, àquilo que poucas décadas depois se tornaria consenso no âmbito das ciências experimentais: a inviabilidade planetária da utilização de fontes de energia fóssil e de outros processos econômicos geradores de gases do efeito estufa.

A crítica levantada por Georgesku sobre a ‘alta entropia’ da economia convencional, ainda nos anos 70 (1971) do século passado, atinge em cheio o próprio padrão de progresso técnico sobre o qual se move a economia de mercado, como também do ponto de vista metodológico à própria fundamentação da chamada ‘Economia Positiva’, tema a que nos reservamos tratar no Capítulo IV. Por sua vez, a crítica sobre ‘alta depleção’ de bens naturais não renováveis corrobora, teoricamente, resultados que seriam posteriormente apresentados pelo Relatório “Limites do Crescimento”, de 1972.

A partir de então, inaugura-se de certa forma a Economia Ecológica como disciplina científica crítica à economia mercantil estrita, com princípios de produção econômica de baixa entropia e utilização circular ou contínua dos recursos naturais, com que se persegue a ‘baixa depleção’ da utilização de bens naturais.

As evidências científicas sobre aquecimento global e sua relação com a utilização de energia fóssil, dentre outros processos econômicos de alta entropia, revelaram-se cada vez mais claramente a partir dos anos 90 do Século XX, com as sucessivas Con-

ferências do Clima (9), deflagradas a partir de 1992. Desde então, as consequências climáticas do aquecimento global vêm corroborando toda uma vertente de estudos e propostas relacionadas à transição ecológica na economia. Em particular, a produção de energia limpa, ou seja, a utilização de fontes renováveis e de baixa entropia (eólica e solar), vem crescendo no mundo, mas principalmente na União Europeia, ainda que sem reverter apreciavelmente os níveis de emissão dos gases do efeito estufa para níveis considerados suportáveis do ponto de vista climático.

Por outro lado, as contribuições do movimento ecológico para uma nova cultura ecológica vão muito além dessa importante vertente econômica de transição ecológica no âmbito das alterações climáticas, vinculadas à política energética.

As questões da produção alimentar, da gestão dos recursos hídricos, da biodiversidade e da utilização responsável dos bens comuns da terra vêm adquirindo crescente evidência e subsidiam novos campos de crítica à economia mercantil e de aplicação da economia ecológica.

Pode-se dizer que, na conjuntura do ano de 2020, a Pandemia do COVID 19, com suas origens cada vez mais indicativas da danificação econômica de ecossistemas, vem acendendo luz vermelha para a forma como no mundo inteiro se lida com os bens comuns da terra. Falta ainda formulação teórica para a Economia Ecológica neste campo; mas acumulam-se evidências no sentido da necessidade de medidas de precaução sobre os direitos de exploração dos bens comuns da natureza. Pesquisas em Saúde Pública e prevenção epidemiológica ora tendem a se concentrar neste domínio, com que se ampliaria o espectro de áreas relevantes à Economia Ecológica, mais além da energia, da segurança alimentar e nutricional e da gestão convencional dos bens comuns da natureza. Todas essas questões serão tratadas de forma analítica no Capítulo específico sobre Economia Ecológica (Cap. IV adiante).

Finalmente, é preciso ressaltar o caráter derivado da Economia Ecológica, que em grande medida vem se alimentando das contribuições multidimensionais do movimento ecológico mundial – social, ambiental, cultural e religioso. Essas contribuições

repercutem direta ou indiretamente na gestação de inovações – experiências e teorias – à construção de uma nova economia com finalidades ecológicas.

Por suas características, de certa forma derivadas do movimento ecológico, a economia ecológica possui ora o perfil de campo múltiplo de atividades e pesquisas nos diversos campos das ciências, ora de disciplina científica em processo de disputa crítica ou de revolução científica **(10)** no âmbito da ciência econômica em particular, tema abordado no Capítulo III.

2.5 O Estado do Bem-Estar Social e sua Economia Vinculada

As inspirações ético-políticas da Economia Social nos Séculos XIX e XX e da Economia Solidária mais recentemente evoluem no campo político-jurídico para a institucionalização dos direitos sociais no chamado Estado do Bem-Estar Social, cuja expressão mais didática é o Relatório Beveridge de 1942 **(11)**.

Paralelamente, e de certa forma em resposta às pressões do Pós II Guerra – tanto dos sindicatos de trabalhadores e como dos partidos de esquerda -, o mundo do trabalho evoluiu para adotar direitos trabalhistas e previdenciários ao abrigo das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a cuja adesão tácita ou explícita os Estados membro iriam incorporando em suas legislações componentes básicos desse Estado de Bem-Estar.

Esse movimento de convergência em torno dos direitos socioeconômicos portadores de direitos à igualdade social, pressupõe a construção de sistemas estatais de proteção social em sociedades democráticas e requer certo consenso ideológico em torno de uma repartição mais igualitária, tanto na tributação, quanto na destinação dos fundos sociais aos cidadãos mais pobres da sociedade.

Em termos normativos, o Estado de Bem-Estar Social reconhece direitos econômicos às pessoas em determinadas situações de necessidades ou riscos sociais, tais como motivos Previdenciários, aí incluídos os vários riscos incapacitantes ao trabalho, atendimentos de Saúde, Assistência Social e Educação Básica; a

quem presta serviços e paga benefícios monetários justificados pelo critério do direito universal.

O critério da universalidade de acesso pressupõe que o Estado social recorrerá a importante fluxo econômico de origem tributária para atender as necessidades de toda a população, visto que mesmo quando se cobra algum valor pela prestação de alguns serviços (o previdenciário, em particular), não se poderá exigí-lo como condição 'sine-qua-non', sob pena da exclusão dos mais vulneráveis.

Em sua formulação econômica, o Estado de Bem-Estar opera com determinado sistema redistributivo, no qual o conjunto da sociedade, mediante pagamento de tributos gerais ou vinculados, é corresponsável por financiar o pagamento universal dos serviços e benefícios universais, designados como direitos às situações de necessidades sociais regulamentadas. Mas além da universalidade de acesso, que é princípio de equidade social, a progressividade tributária sobre a renda e a riqueza é outro princípio de igualdade social que se requer nesse sistema, para cumprir de fato seus propósitos redistributivos.

Diferentemente da Economia Social e da Economia Solidária, cujos protagonistas maiores são as entidades associativas da sociedade civil; no Estado de Bem-Estar Social o protagonista maior é a própria estrutura da administração pública, que assume a prestação de serviços e o pagamento regular dos benefícios monetários, devidamente regulamentados, como também todo o papel regulatório na tributação vinculada a esse sistema. E como tal, constitui um subsistema de direitos sociais, aditivo à economia mercantil, sem, contudo, alterá-la estruturalmente.

Por outro lado, é preciso ter clareza de que o Estado de Bem-Estar é uma construção histórica e política em cada Estado Nacional. Suas estruturas efetivas e formas administrativas dependem das condições de cada país em aderir às diferentes tipologias de equidade social implícitas. Nestas tipologias variáveis, os critérios de universalidade de acesso e progressividade tributária têm sido os grandes obstáculos à disseminação do sistema, por razões de desacordo ideológico.

Até mesmo em sociedades menos desiguais e razoável maturidade dos sistemas de democracia política, a exemplo dos países da Europa Ocidental, ambiente original desse sistema, seu período áureo vai do imediato Pós II Guerra até os anos 70 do século passado. Nos anos 80, concomitante ao declínio do socialismo real e à emergência da doutrina econômica neoliberal, ataca-se a hegemonia política que norteou o Estado de Bem-Estar, precisamente por se negar solidariedade tributária a esse sistema e reivindicar crescentemente a privatização dos serviços sociais do Estado.

No Brasil, conquanto desde os anos 30 do Século XX tenhamos avançado na legislação trabalhista, a estrutura de direitos sociais ao estilo Estado do Bem-Estar somente se organizará de forma parecida à universalidade de acesso, a partir da Constituição de 1988, com a institucionalização do seu sistema de Seguridade Social. Mas os ventos regressivos do conservadorismo político também se fizeram aqui presentes, principalmente a partir da segunda década do Sec. XXI. E são precisamente as pressões de economia política contra a existência de finanças sociais comprometidas com a sustentação do sistema de Seguridade Social, o principal alvo de ataques ao projeto de Estado Social da Constituição de 1988.

2.6 Economias de Subsistência e Economia Popular

As diversas economias alternativas à economia mercantil estrita que examinamos nas seções precedentes – Economia Social e Solidária, Economia Ecológica e Estado de bem-Estar Social – têm um fator comum de convergência: são construções históricas oriundas de movimentos sociais, com algum grau de cobertura e reconhecimento pelo Estado. Situação diversa é a das Economias de Subsistência, como veremos adiante.

Por outro lado, há na América Latina e no Brasil em particular; ou para utilizar uma categoria mais fecunda do sociólogo português Boaventura de Souza Santos, *nos países do Sul* (12), uma situação que não se adequa às economias anteriormente descritas, mas que é de fundamental importância para caracterizar essas

economias do Sul: o setor de subsistência misturado às várias formas de trabalho informal ou precário aí operantes.

O Setor de Subsistência aqui considerado compreende um conjunto amplo de atividades econômicas e relações de trabalho, que propiciam meios de subsistência e ocupação a uma parte expressiva da População Economicamente Ativa, tanto rural quanto urbana **(13)**. Mas essas relações não são reguladas pelo contrato de trabalho legal, nem visam primordialmente a produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos, conformando verdadeiro sistema submerso de relações econômicas e sociais; ou uma 'economia submersa' no jargão da autoridade tributária.

Tais atividades e relações sociais, originalmente de caráter rural, são uma herança da economia colonial, que se mantiveram (no caso brasileiro) com o fim do escravismo e a expansão da economia primário-exportadora até os anos 30 do século passado. Atravessaram todo o ciclo de industrialização e urbanização intensivos de seis décadas (1930/1980), e vêm se mantendo na atualidade, com tendência ao sobredimensionamento nas frequentes crises de estagnação industrial que o Brasil tem enfrentado desde os anos 80 do século XX.

É preciso destacar algumas características fundamentais deste Setor de Subsistência auto reprodutivo ao longo da história, quais sejam:

Está virtualmente fora do raio de proteção da política social, como também da política agrícola do Estado, com a exceção no caso brasileiro de sua Previdência Rural;

Estende-se do espaço rural e pequeno urbano para as regiões metropolitanas, mediante multiplicação de relações de trabalho informais ou precárias;

Alberga-se crescentemente nas atividades informais urbanas do 'Setor Serviços', caracterizadas pelas autoridades fiscais como de 'economia submersa'.

Boaventura de Souza Santos, sem utilizar a mesma categoria que ora utilizo – a do Setor de Subsistência – estima que na América Latina as relações de trabalho informais ou de trabalho pre-

cário representam no presente algo em torno de 50% da PEA **(14)**.

No Brasil, quando utilizamos algumas categorias ocupacionais censitárias, muito nos aproximamos de uma noção empírica de Setor de Subsistência, ao agregarmos as seguintes categorias ocupacionais: *‘Trabalho por conta própria sem contribuição previdenciária’*, *‘Trabalhadores não remunerados em apoio à produção’*, *‘Trabalho na produção para autoconsumo’*, *‘Empregados sem carteira ou vínculo previdenciário’* e *‘Desocupados involuntários’*. E comparando esse agregado empírico (Setor de Subsistência) com outro de sentido oposto, qual seja, o das relações de trabalho formais, protegidas pelo direito social, observamos uma situação muito significativa em quatro Censos Demográficos decenais, como apresentado na Tabela 1.

Conforme os dados da Tabela 1, o Setor de Subsistência corresponde a 43,4% da PEA em 1980, 54,4% no ano 2000, 43,8% em 2010 e ascende substancialmente nos últimos cinco anos da segunda década, para algo em torno de 50 % da PEA, muito embora esta última observação não apareça na Tabela 1

Tabela 1: Setores Formal e Informal do Mundo do Trabalho no Brasil: 1980, 2000 e 2010, em % da PEA.

| Categorias Ocupacionais | Censo de 1980 | Censo de 2000 | Censo de 2010 |
|------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| SETOR FORMAL | 55,6 | 43,1 | 55,7 |
| Empregados Contribuintes | 43,8 | 31,8 | 44,3 |
| Conta-Própria Contribuintes | 06,6 | 04,1 | 05,1 |
| Servidores Públicos | 03,4 | 04,8 | 05,0 |
| Empregadores Contribuintes | 01,8 | 02,4 | 01,3 |
| SETOR DE SUBSISTÊNCIA | 43,4 | 54,4 | 43,8 |
| Conta Própria s/ Contribuição (A) | 16,9 | 14,9 | 14,8 |
| Não Remunerados (apoio à produção) | 04,6 | 03,3 | 01,6 |
| Produção para autoconsumo | 00,0 | 02,5 | 03,7 |
| Empregados sem Contribuição | 19,8 | 18,7 | 16,1 |
| Desocupados Involuntários | 02,1 | 15,0 | 07,7 |

Fontes – Censo Demográfico (Mão de Obra), Brasil 1980 e 2000 e Censo Demográfico 2010, Trabalho e Rendimentos. (A) Esta variável é utilizada como componente do setor informal, mas sabe-se que está superestimada pela alta participação da Previdência Rural, entre 10 a 12% da PEA, que é contabilizada pelo IBGE como “não contribuintes à Previdência Social”, mas por razões de direito social deveria compor o ‘Setor Formal’.

Faltam ainda os dados do Censo Demográfico de 2020, todavia ainda não realizado. Mas com as PNADs (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) de 2018 e 2019 (15), pelo que já se conhece relativamente ao crescimento da ‘desocupação involuntária’ e das atividades de subsistência, que praticamente dobram em relação a 2010, para cenário anterior à Pandemia da Covid-19, tudo converge no ano censitário de 2020 para um salto significativo do ‘Setor de Subsistência’.

À parte questões de detalhamento empírico sobre as várias subcategorias constitutivas desse amplo setor ocupacional, transparece evidente sua relevância demográfica, como também sua exclusão do mundo do trabalho protegido pelas normas trabalhistas e previdenciárias formais, mesmo após ambas as reformas liberais havidas recentemente.

Por sua vez, o que se pode interpretar legitimamente da leitura dos dados da Tabela 1, é uma situação econômica do final do Século XX e início do Século XXI de convivência de duas economias, uma ‘formal’ e outra ‘informal’, cada qual disputando cerca de metade da força de trabalho. Nos momentos de expansão econômica, expande-se a primeira, e nos momentos de contração, a segunda. Mas no mínimo 40% da PEA se reproduz nas atividades e relações de trabalho de subsistência; e na situação inversa, auge da expansão econômica, é de no máximo 56% o tamanho daquilo que alguns sociólogos costumam chamar de sociedade salarial.

Pensar uma economia prospectiva requer que se leve em conta a dinâmica de inclusão desse amplo “Setor de Subsistência” na economia; e para fazê-lo não podemos deduzi-lo como imaginariamente incluído no ‘setor formal’ da economia capitalista, senão de forma desigual e subalterna, com todos os bloqueios ao desenvolvimento humano, sob condições de certa igualdade social. Os dados nos revelam esta situação com clara evidência histórica, que não se resolve pela expansão econômica do setor capitalista ‘formal’.

2.6.1 - Iniciativas de economia popular

Mais além do estado de necessidade que caracteriza as condi-

ções de vida e de trabalho sob situações de desemprego, desproteção das políticas sociais e privações humanas de toda natureza, há que se resgatar o lado resiliente dos saberes e iniciativas criativas em economia humana que se observam nos diversos âmbitos do Setor de Subsistência.

O que chamamos aqui de 'Economia Popular' é uma tentativa de superar o mero enfoque empírico do Setor de Subsistência, para resgatar as relações submersas dessa economia numa perspectiva de superação dos seus limites, mas apelando para suas próprias forças criativas. Em particular, precisamos destacar alguns dos seus mecanismos invisíveis, como a troca de serviços sem mediação do dinheiro ao estilo "mutirão", a cooperação intrafamiliar e interfamiliar, os mecanismos de ajuda mútua e as práticas agroecológicas 'naturais' de diversos povos da floresta etc., como experiências a serem resgatadas, tendo em vista sua valorização econômica em duplo sentido. Esse resgate é realizado para que seja reconhecido seu valor econômico potencial e real. E para que essas comunidades consigam desenvolver seus potenciais em 'mercados institucionais' diferentes dos mercados capitalistas que as espoliam.

No capítulo específico sobre economia de subsistência e economia popular (Capítulo VI à frente) - desenvolvemos de forma mais didática essa ilustração das iniciativas de economia popular, ora aqui enunciadas a título de resenha de experiências e conceitos.

2.7 Desenvolvimento Humano e Economia Ecológica como Resenha Teórica

Os enfoques de economia humana e ecológica que tratamos nas seções precedentes apresentam características principais de experiências históricas em contraposição ou à margem da economia dominante. Fizemos uso de conceitos e noções de éticas econômicas que as orientam, tais como a cooperação solidária, o atendimento de necessidades básicas, as relações ecológicas, a proteção social, a subsistência humana etc. Mas claramente não recorreremos a nenhuma 'teoria geral' dessas experiências, até

porque não se pode assim proceder a algo que não se põe desta forma na literatura especializada.

Por outro lado, há uma literatura crítica ao chamado 'mainstream' econômico, principalmente no âmbito da teoria do desenvolvimento, que devidamente resenhada cumpre de certa forma o papel didático da síntese teórica, com os devidos cuidados a problemas e contextos de que cada autor estar tratando.

As questões de sentido ou dos princípios orientadores do desenvolvimento humano pertinentes ao enfoque desta seção versam criticamente sobre os seguintes problemas: 1) distribuição de renda; 2) liberdade humana e atendimento de necessidades básicas; 3) superação do subdesenvolvimento; 4) sustentabilidade ambiental.

Essas vertentes da teoria do desenvolvimento econômico, que incluímos nesta breve resenha teórica, estão datadas historicamente na segunda metade do Século XX; e se formulam em ambiente crítico às tradições fundadoras do crescimento econômico capitalista, sem pretensão de ruptura revolucionária, como fora o marxismo político ao longo do século XX.

Didaticamente, vou fazer uma associação crítica entre os problemas principais levantados em relevantes obras de autores críticos e às quatro questões supramencionadas, a saber:

i A desigualdade estrutural na repartição dos rendimentos e o desemprego cíclico por incapacidade endógena do sistema em preveni-los, são objeto da "Teoria Geral" (Keynes, J. M. *Teoria Geral...* cap. 14, op. cit – obra de 1936);

ii Dependência e desigualdade na periferia do sistema, no contexto das economias subdesenvolvidas, vinculadas às relações com as economias centrais do sistema capitalista, a partir da especialização da periferia na exploração de vantagens comparativas naturais no comércio internacional, podem ser apreendidos em Celso Furtado (*Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Estrutural*, op. cit; textos originais dos anos 60 do Se. XX);

iii Privação de capacidades humanas, com conseqüente perda de liberdade das pessoas a agir de conformidade com os fins que lhes são caros, veja-se em Amartya Sen (*Desenvolvimento*

como *Liberdade*, op. cit; obra da década de 1990);

iv Insustentabilidade ambiental, relacionada aos padrões de progresso técnico sobre os quais se move a economia de mercado, marcados por grave problema estrutural da alta entropia (dissipação de energia útil + poluição planetária), está presente em Nicholas Georgescu (*Energia e Mitos Econômicos*, op. cit., capítulo de um livro sobre o tema da 'Lei da Entropia...' e suas implicações econômicas, publicado em 1972).

Um breve comentário sobre as obras citadas e suas relações e implicações, substitui aqui uma síntese teórica, que infelizmente é algo ainda por se construir.

As abordagens do desemprego cíclico e da injusta distribuição de renda como problemas endógenos da economia capitalista são consistentes com a análise de várias outras abordagens críticas. Terá no campo político influência importante à justificação econômica das políticas sociais inspiradoras do Estado de Bem-Estar Social.

Uma outra geração de cientistas sociais críticos, contemporânea de Amartya Sen nos anos 80/90 do século XX, formula a teoria das 'Necessidades Humanas Básicas' de Len Doyal e Ian Gough (16), para cujo atendimento haveria de se criar, pela mão do Estado, todo um aparato de progresso técnico e provisão às demandas sociais, imprescindíveis ao pleno exercício dos direitos humanos. A teoria das necessidades humanas básicas é de certa forma um adendo às teorias do Estado de Bem-Estar, formulada a partir do campo marxista, enquanto Amartya Sen o faz a partir de uma visão liberal na acepção anglo-saxônica.

Por sua vez, na sua teoria do "Desenvolvimento como Liberdade", Amartya Sen realiza certa ruptura epistêmica com a ideia instrumental do progresso técnico promotor da elevação da produtividade do trabalho pela via dos mercados, condição suficiente à promoção do desenvolvimento econômico. Na teoria de A. Sen são as capacidades humanas inatas e adquiridas o cerne do desenvolvimento. Essas capacidades, uma vez exercitadas como ações visando a fins que são caros às pessoas, ou seja, na condição de possibilidade ao exercício da liberdade humana, é que se

está promovendo o desenvolvimento. Capacidade de agir e liberdade são de certa forma sinônimos.

Por outro lado, essas capacidades estão bloqueadas pelas privações humanas, de caráter social ou individual, que se constituem em barreiras ao desenvolvimento, porque obstam a capacidade de agir livre. Observe-se que nessa teoria, o progresso técnico é mediação e não finalidade do desenvolvimento. E essa mediação se cumpre desbloqueando as privações humanas. Em tais condições, o chamado vetor de habilitações inatas e adquiridas, devidamente desbloqueado, é a fonte geradora de ações intrinsecamente boas, segundo uma ética livre das pessoas e da sociedade e nunca segundo uma compulsão utilitária imposta pelo binômio 'auto interesse individual e progresso técnico'.

Outra abordagem crítica – a teoria do subdesenvolvimento – do brasileiro Celso Furtado **(17)**, considera a peculiar situação dos países pré-industriais que se integraram pelo comércio internacional às economias centrais industrializadas, realizando especial mimetismo socioeconômico: reproduzem os padrões de consumo 'centrais' a uma elite ligada ao setor primário exportador, enquanto a maioria da população subsiste, sob condições de forte desigualdade, à margem dos padrões de consumo da chamada vida civilizada. Nessas economias subdesenvolvidas, o progresso técnico-científico, motor da Revolução Industrial, é completamente marginal, enquanto as vantagens comparativas naturais são a via para integração no comércio externo e a forma de inserção dependente desses países na divisão internacional do trabalho.

Por último, o enfoque da economia ecológica, que tem no filósofo, físico e economista romeno-norte-americano, Nicholas Georgescu Roegen **(18)**, uma espécie de fundador. Sua teoria ataca de maneira radical os fundamentos da alta entropia ou desperdício de energia útil com paralela poluição planetária por essa energia desperdiçada (gases). Observe-se que quando formulada, ainda no início dos anos 70 do Século XX, a expressão 'alta entropia' soava um tanto esotérica. Mas a emergência dos problemas do aquecimento global e das mudanças climáticas, clara-

mente verificadas já no Século XXI, recupera o pensamento de Georgesku, formulado nos anos 70/80 do século passado, época em que o paradigma tecnológico da Revolução Industrial era de certa forma 'indiscutível' no círculo acadêmico a que este economista-filósofo se filiava.

Em suma, as várias abordagens aqui brevemente referidas têm em comum, não obstante grandes diferenças históricas e epistêmicas entre si, corroboram a crítica consistente aos fundamentos da sustentabilidade e da igualdade social nos marcos da economia de mercado autorregulada. De certa forma, lançam também pistas a uma nova economia política com outros determinantes éticos, tais como as necessidades humanas, a proteção social e a sustentabilidade ambiental. Mas, advirta-se desde já, isto não se constitui ainda em uma síntese teórica.

Notas Referenciais

- (1) Cf. Laville, Jean-Louis (2018) – **A Economia Social e Solidária...** op. cit.
- (2) Cf. Laville, Jean-Louis (2018) – op. cit. p. 219: *os membros dispõem de direitos iguais nos órgãos sociais de âmbito geral; a parte do excedente de gestão reinvestida na empresa permanece duradouramente propriedade social; a partilha do excedente de gestão entre as pessoas associadas, quando existe, é proporcional às suas atividades com a empresa.*
- (3) A cooperativa empresarial no Brasil, especialmente a 'Multicooperativa' integrada aos complexos agroindustriais, é objeto de análise histórica in Delgado, Guilherme C. (1985) – **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil...** op. cit. p. 164-179.
- (4) Laville, Jean-Louis (2018) – op. cit. Ver em especial no Capítulo 8 – "Economia Social", seção 2 "A relação com a economia" – p. 221-230.
- (5) Para uma análise histórico-teórica da Economia Solidária, especialmente da experiência brasileira recente. Ver Singer, Paul (2018) – **Ensaio sobre Economia Solidária** – op. cit.
- (6) Singer, Paul (2018) – op. cit, p. 23.
- (7) Ver Laville, Jean-Louis (2018), op. cit. p. 269/278.
- (8) Ver Georgesku, Nicholas R. (2005) – 'Energia e Mitos Econômicos' in **Economia Ensaio** – op. cit.

(9) As Conferências do Clima têm oficialmente início com a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste evento firmou-se a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que dará ensejo posteriormente ao Protocolo de Quioto (1998), posto em execução a partir de 2005, com metas específicas à emissão dos gases do efeito estufa aos países aderentes. Desde 2009 em todos os anos tem-se realizado as Conferência Internacionais sobre as Alterações Climáticas (ver dados em detalhe na internet.)

(10) Pra análise dos conceitos de *revolução científica, ciência normal e ciência extraordinária* ver Kühn, Thomas (1998) – ***Estrutura das Revoluções Científicas*** – op. cit.

(11) O Relatório Beveridge, de 1942, foi apresentado ao Parlamento Britânico em plena Segunda Guerra Mundial. É peça essencial daquilo que viria a ser no Pós-guerra uma espécie de modelo de proteção social na Europa Ocidental, com influência mundial à formulação de políticas sociais do que se convencionou chamar de Estado do Bem-Estar Social.

(12) Ver Santos, Boaventura de Souza – (2020), p. 12 – op. cit.

(13) Ver análise histórica com corroboração empírica sobre ‘O longo ciclo de industrialização – 1930-1980 e a permanência do Setor de Subsistência na atualidade’ in Delgado, Guilherme C. (2018) – op. cit., p. 244/257.

(14) Cf. Santos, Boaventura de Souza (2020), p. 12.

(15) Segundo a PNAD de 2019, os trabalhadores definidos como informais, somados às categorias de subsistência no espaço rural, agregam 45.2% da PEA (ver Cap VI, Tabela 1).

(16) Doyal, Len e Gough, Ian (1991) – ***A Theory of Human Needs*** – op. cit.

(17) Furtado, Celso (2000) – ***Introdução ao Desenvolvimento*** – op. cit., p. 26.

(18) Georgesku, Nicholas R. (2005) – op. cit.

CAPÍTULO III

Esclarecimentos Epistemológicos Sobre a Crise da Ciência Econômica

3.1 Introdução

Nos dois primeiros capítulos temos um sujeito oculto com quem dialogamos. No primeiro capítulo tratamos das crises, nomeadamente do sistema econômico, também referido à economia de mercado ou economia hegemônica. Já no segundo capítulo fizemos a distinção explícita a tratar dos “Enfoques Alternativos à Economia de Mercado”, que necessariamente pressupõe a preexistência e dominância de um enfoque de economia ao centro de algum sistema.

Essas abordagens iniciais clamam por esclarecimento epistêmico. Afinal, as crises cíclicas da economia de mercado e principalmente àquelas do último meio século estariam plenamente reconhecidas e incorporadas à dinâmica do sistema econômico? Ou, por outro lado, poderiam levá-lo a mudar qualitativamente? E nesse processo de mudança, que papel poderiam desempenhar as economias alternativas?

A literatura convencional da chamada ciência econômica costuma utilizar em inglês a palavra “Economics” para significar o que entendemos em português por Ciência Econômica; e outro vocábulo (‘economy’ ou ‘economies’ no plural) para descrever os vários ramos, correntes e enfoques com que tratamos das questões econômicas. Ademais, tem-se o pressuposto no plano epistemológico de uma certa relação de dependência das ‘economies’ com relação à ‘Economics’, sendo esta última uma espécie de campo de princípios gerais ou leito cumulativo ao qual convergem todas as vertentes de um grande sistema pré-definido,

reconhecíveis pela ciência moderna.

Nossa abordagem aqui é diferente da convencional; dialoga com esta, mas acrescenta novos enfoques e argumentos; sobretudo para destacar o conceito de 'paradigma da ciência normal' em mutação, por trás da aparente perenidade da Ciência Econômica ('Economics') em progressão e mudanças cumulativas.

Por sua vez, os problemas endógenos da crise estrutural capitalista, de permeio às pressões socioculturais para incorporação de outros determinantes às condições de distribuição e também de produção de bens econômicos, funcionam como condições históricas fundamentais à emergência da 'revolução científica' **(1)**. Esta, implica na mudança de paradigma econômico. Isto significaria no caso da nossa 'Economics' em uma revolução científica, necessariamente reestruturante e substitutiva do paradigma dominante anterior.

Antes de considerar esse processo de mudança, precisamos caracterizar mais rigorosamente o paradigma dominante da economia de mercado (seção 3.2); reservando às seções 3.3 e 3.4 os esclarecimentos epistemológicos que implicariam às mudanças de paradigma científico relativamente às contribuições das duas 'economies' alternativas. Estas, foram enunciadas no Capítulo II – Economia Ecológica e Economia Humana; e tratadas mais profundamente nos Capítulos IV e V a seguir.

O último tópico (seção 3.5) é uma tentativa de síntese, ainda parcial e provisória, visto que os exercícios de fundamentação das economias alternativas são objetos dos capítulos subsequentes.

3.2 Considerações Preliminares: 'economia com mercado' e 'economia de mercado'

Atividade econômica em sociedade é tão antiga quanto a sociedade tribal, o que não significa, como pertinentemente nos adverte Karl Polanyi **(2)**, que o princípio do intercâmbio econômico ou a decantada 'propensão natural à troca' de Adam Smith, prevaleça na comunidade tribal, dentre outros princípios relevantes da antropologia econômica.

Ao contrário, todas as sociedades e civilizações, até a Revolu-

ção Industrial na Inglaterra do Sec. XVIII, seguem os princípios múltiplos da reciprocidade, da redistribuição e também do intercâmbio para satisfação de suas necessidades materiais, sem que, como afirma Polanyi (3), prevaleça o motivo intercâmbio. Este motivo ou princípio antropológico predomina especificamente na economia de mercado da era industrial, conceito a que retomaremos mais rigorosamente adiante.

Por outro lado, os mercados, enquanto instituições sociais ou mesmo espaços geográficos designados para as trocas de bens e serviços, são tão antigos quanto as civilizações usuárias da moeda ou de outros meios equivalentes para as trocas. Mas isto não significa que sejam *economias de mercado* no sentido moderno da expressão. Distintamente, são *economias com mercado*, espaços de intercâmbios diversos, mas sem predominância desse princípio.

Economias tão antigas, como na época de Jesus Cristo, já operavam com mercados organizados, a exemplo dos “trabalhadores da vinha” (Mt 20, 1-6), para citar uma referência bíblica ao mercado de trabalho; ou do comércio regular até mesmo de moedas no Templo de Jerusalém (Mt 21, 12-16). Mas nenhum dos dois casos caracteriza *economia de mercado*.

O mesmo se pode dizer da instituição das feiras europeias medievais, tão bem incorporadas à denominação dos dias da semana em português e descritas com destaque na obra clássica de Henry Pirre, “História Econômica e Social da Idade Média” (4).

Até mesmo o período histórico do chamado Mercantilismo, que didaticamente vai desde os grandes descobrimentos marítimos à era industrial, não caracteriza os sistemas econômicos nacionais protagonistas como de economia de mercado.

O conceito de economia de mercado, recorrendo mais uma vez a Karl Polanyi, pressupõe transformações radicais na sociedade econômica, de sorte a converter os preços de oferta e demanda de bens e serviços em sistema regulador autônomo da atividade econômica, aí compreendidos – produção, consumo, circulação mercantil e distribuição final da renda. Estão incluídos também nesta ‘transformação’ as chamadas ‘mercadorias fictícias’, por

não serem produtos do trabalho humano – terra, trabalho e dinheiro.

Essa transição histórica das *economias com mercado* para as *economias de mercado*, na qual domina o princípio econômico do intercâmbio, terá início com a Revolução Industrial na Inglaterra, da segunda metade do Sec. XVIII.

É, portanto, na era do capitalismo industrial que se estabelecem as condições históricas, ideológicas e políticas para o nascimento da denominada ‘Economia Política’ clássica de Adam Smith, com pretensão de inaugurar uma ciência particular na moderna acepção do termo – a Ciência Econômica. Esta, tem por paradigma constitutivo os mercados autorregulados pelo seu sistema de preços monetários, espécie de pedra angular do problema da escassez econômica. Aí entram: a) um sistema ético particular: o individualismo utilitário; b) o princípio do intercâmbio econômico ou “propensão natural à troca” em condições de predominância absoluta sobre quaisquer outros princípios antropológicos; c) a alavanca do progresso técnico a impelir o crescimento econômico; d) o pressuposto da concorrência nos mercados, liberados da interferência ‘extra econômica’. São todas condições e princípios à obtenção da máxima eficiência privada, tudo mais lhes sendo caudatário. E nesse contexto, ao Estado cumpre o papel de garantia da ordem jurídica e política, com ênfase no direito de propriedade e na garantia de adimplência dos contratos privados; mas sem papel ativo na atividade econômica.

3.2.1 - A fundação da Ciência Econômica (‘Economics’) e o paradigma da economia de mercado

Os filósofos e teólogos fundadores da Economia Política, nome original com que denominavam a ciência em formação, quais sejam, Adam Smith, David Ricardo e de certa forma K. Marx, em verdade estabeleceram um campo de estudos e um conjunto de problemas e métodos legítimos sobre os quais várias gerações de pesquisadores se debruçaram para resolver questões da economia de mercado. ‘Mutatis mutandis’ é este o conceito de paradigma científico, que o filósofo da ciência Thomas Kuhn define na

sua 'rota para a ciência normal' (5). Em torno desse paradigma, Marx faz a crítica da Economia Política clássica, de certa forma uma primeira ruptura revolucionária do paradigma clássico, que os seus seguidores iriam interpretar com a criação do sistema econômico centralizado do socialismo real.

De certa forma, J. M. Keynes e J. Schumpeter, como visto no Capítulo I, fazem também contribuições revolucionárias em relação ao paradigma clássico, propondo problemas e métodos novos a uma comunidade de seguidores, obtendo respostas significativas no campo da pesquisa e da política econômica, sem, contudo, abandonar os princípios mais gerais da 'Economics'.

Do exposto, depreende-se que a economia de mercado autorregulada pelo sistema de preços é apenas o paradigma fundador da economia moderna; mas nunca o seu ponto final ou 'o fim da história', como açodadamente muitas vezes assim se apresentam, tácita ou explicitamente, certos fundamentalistas da 'Economics'.

Por seu turno, o que nos importa destacar neste Capítulo, são precisamente as condições históricas contemporâneas para mudanças no paradigma científico original. Essas condições históricas, descrevemo-las de certa forma nos dois primeiros capítulos; e neste terceiro pretendemos analisar o fenômeno menos visível, mas também real, de uma certa revolução científica em curso.

3.3 A Ciência Econômica sob Tensão da Mudança de Paradigma

Os problemas econômicos contemporâneos do último meio século dão motivos às crises econômicas do período, que destacamos em seção do primeiro capítulo. Poderiam também suscitar uma peculiar situação de crise da ciência particular, a ciência econômica, relativamente desconcertada epistemologicamente para responder a essa classe de problemas enunciados. Refiro-me aqui, para lembrar o leitor do Capítulo I, que nas seções sobre "Progresso Técnico e Questão Ambiental" e "Crise Financeira, Desemprego e Precarização das Relações de Trabalho", enunciamos problemas contemporâneos, ainda não suficientemente ab-

sorvidos pela 'ciência normal'

Está em questão, nessas crises referidas anteriormente, o paradigma original da economia de mercado autorregulado pelo sistema de preços, endogenamente impotente a resolver, dentro da sua problemática e da sua metodologia científica, três questões cruciais do mundo contemporâneo: 1) a relação com a natureza, susceptível de protegê-la da destruição provocada pelas inovações técnicas de origem econômica; 2) das inovações do sistema financeiro, capazes de causar e propagar crises financeiras autônomas à escala global; 3) das novas ondas de desemprego e precarização das relações de trabalho, com impactos cada vez mais profundos sobre a igualdade social e a demanda efetiva no sistema econômico.

Perante esse potencial de crise do paradigma da economia de mercado autorregulada deste Sec. XXI, sob hegemonia do sistema financeiro, criam-se condições objetivas à emergência de descobertas científicas em resposta às crises, fora do paradigma original.

Por outro lado, a mudança de paradigma científico em uma ciência social, como é a economia, não é algo que se possa deduzir dos problemas novos, provocativos de crise na atividade econômica, aparentemente sem solução nos marcos da economia convencional, ora sob hegemonia do pensamento neoliberal.

Analisando o fenômeno epistemológico mais amplo das crises nas diversas ciências particulares, Thomas Kuhn nos dá algumas pistas de como reagem as comunidades de praticantes da pesquisa científica. **(6)** Kuhn esclarece que:

"As crises podem terminar de três maneiras. Algumas vezes a ciência normal acaba revelando-se capaz de tratar do problema que provoca a crise, apesar do desespero daqueles que o viam como fim do paradigma existente. Em outras ocasiões o problema resiste até mesmo a novas abordagens aparentemente radicais. Nesse caso, os cientistas podem concluir que nenhuma solução para o problema poderia surgir no estado atual da área de estudo. O problema recebe então um rótulo e é posto de

lado para ser resolvido por uma futura geração que disponha de instrumentos mais elaborados. Ou, finalmente, o caso que mais nos interessa: uma crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e uma subseqüente batalha por sua aceitação.”

É neste terceiro caso, mencionado por Tomas Kuhn, que se situa a discussão das economias alternativas, tratadas no Capítulo II, que ora enfrentam no plano das experiências concretas, como também na condição de disciplinas científicas, o desafio da disputa de paradigmas com a economia de mercado contemporânea.

Por sua vez, uma mudança de paradigma econômico, a exemplo de inovações teóricas significativas nos campos da economia ecológica ou da economia humana, não são operações típicas de laboratório, daquelas que revolucionaram e ainda revolucionam as ciências experimentais, depois de aceitas pelas comunidades respectivas. Isto porque, no caso da economia, a mudança de paradigma de que estamos tratando, com todas as resistências inerentes a essas situações, é uma questão que envolve mudanças de caráter cultural e ético; para o que precisamos esclarecer mais detidamente essa questão nos tópicos subseqüentes.

3.4 As Economias Alternativas como Expressões de Mudanças Estruturais Contemporâneas

Na verdade, é preciso reconhecer, tomando a história como referencial, que as teorias andam mais lentamente que as experiências vividas, sendo as primeiras uma espécie de sistematização lógica dos movimentos do mundo real, percebidos por alguns pesquisadores mais argutos. Mas da percepção à formulação teórica e principalmente desta à aceitação ampla por uma comunidade científica, há defasagens temporais muito variadas.

Tendo presente essa observação inicial, enxergamos as economias alternativas neste duplo movimento: i) de experiências econômicas revolucionárias em relação à economia de mercado autorregulada, cuja matriz contemporânea é o neoliberalismo; e ii) de disciplinas científicas em busca de afirmar novo paradigma.

Particularmente, essa situação é mais claramente observável nos campos que escolhemos para estudo neste livro, a economia ecológica e economia humana, às quais podemos associar problemas estruturais típicos levantados no Capítulo inicial.

3.4.1 – Porque a questão ecológica é também um problema econômico de mudança de paradigma

Dentre as muitas formas de abordar a questão ecológica, o enfoque econômico, no sentido conceitual aqui perseguido, consiste em constatar uma inadequação estrutural do importante conceito da teoria do desenvolvimento econômico, a inovação econômica de caráter mercantil (ver Joseph Schumpeter em sua obra clássica, *Teoria do Desenvolvimento Econômico*) (7), face às condições de uma economia ecológica lidando com suas inovações. Essa afirmação se aplica a todas as categorias de bens econômicos produzidos ou extraídos do espaço da natureza – renováveis ou não renováveis – sempre que à produção destes se aplique o conceito clássico da inovação econômica.

Por sua vez, há uma espécie de outra face da moeda da afirmação supracitada, que pode ser sintetizada da seguinte forma: as inovações ecológicas na economia guiam-se pelos critérios de sustentabilidade ambiental e preservação da vida, que subordinam os princípios do utilitarismo individual, subjacentes à economia de mercado, cujo principal motivador é a minimização de custos privados.

Posta a inovação em economia ecológica nestes termos, em confronto com o conceito de inovação econômica de sentido mercantil; temos didaticamente um problema e uma solução, que envolvem quebra de paradigma científico pré-existente e afirmação de um novo em disputa.

Observe-se, como vimos no Capítulo I, que ao conceito de inovação econômica ao estilo schumpeteriano, está também associado o chamado critério da ‘destruição criadora’, relativamente às estruturas econômicas arcaicas, superadas pelo processo da inovação, criadora de novas estruturas tecnológicas revolucionárias. Mas no caso da economia ecológica, os processos de des-

truição das fontes de vida são irreversíveis e incompatíveis com a criação e reprodução sustentáveis dessas fontes de vida.

Por outro lado, se até nas experiências de laboratório, como vimos antes, há resistências à mudança da chamada ‘ciência normal’, imagine-se no caso de uma ciência social, como é o caso da Economia, em que o interesse econômico privado é peça fundamental para definir o que de fato pode ocorrer no campo da inovação.

Perante um problema, percebido como novo, como o da sustentabilidade ambiental, a primeira resposta do ‘mainstream’ é afirmar, como peremptoriamente o faz Robert Solow **(8)** que:

“Não existe uma economia específica para os recursos naturais e ambientais. Os princípios econômicos que se aplicam a estes aspectos importantes e relevantes da vida social são os mesmos que se aplicam aos problemas econômicos em geral, embora tenham que ser adaptados às circunstâncias específicas que surgem quando tentamos analisar os interesses entre natureza e os sistemas econômicos humanos.”

Uma outra classe de reações muito evidente se dá no estilo de embates e compromissos diplomáticos que se dão nas sucessivas Conferências Internacionais sobre o Clima. Uma parte significativa de cientistas do clima constata e concorda sobre os efeitos da emissão dos gases do ‘efeito estufa’ sobre o aquecimento planetário, levando os Estados nacionais a se comprometerem com as metas econômicas para redução dos níveis de poluição. Isto teria consequências econômicas diretas e imediatas, principalmente na redução da utilização do tripé energético – petróleo, gás natural e carvão – dentre outros compromissos.

Reações econômicas subsequentes tornam ‘letra morta’ esses acordos; ou mais gravemente, adota-se uma atitude ‘negacionista’ explícita, ao estilo Trump-Bolsonaro, como tentativa de adiar o problema do aquecimento global às futuras gerações.

A terceira postura, que é de trabalhar com a tese da mudança

de paradigma na prática experiencial, sem abandonar o campo da formulação teórica, é o que realiza na atualidade o movimento ecológico mundial, do qual o paradigma da economia ecológica é parte integrante de uma proposta ecológica mais geral.

Por seu turno, a alteração pragmática do paradigma econômico no âmbito das políticas de energia, agricultura e indústria, vêm ocorrendo de forma explícita, principalmente na União Europeia, onde há maior consenso político sobre a questão. (9).

Por sua vez, a transição mundial no rumo de uma economia ecológica hegemônica, pressupõe um movimento muito mais abrangente, que em algum momento encontraria formulação teórica mais geral na disciplina científica, aceitável pela comunidade de praticantes acadêmicos. Enquanto isso, o avanço científico vê-se bloqueado e não bafejado pela disputa de paradigmas; muito embora o campo das experiências concretas continue a se multiplicar.

Por último, precisamos advertir para o fato de que, no caso do movimento ecológico e de suas inovações ao campo econômico, temos o fator tempo funcionando como espécie de regulador cronológico. Este, nos desperta para as consequências em aproximadamente 30 anos do aquecimento global de 2 ou mais graus centígrados de temperatura média no Planeta Terra. E como neste campo as evidências factuais são cada vez mais fortes, é lícito aceitar a tese, seja por convicção, seja por estado de necessidade, de que, pelo menos no contexto específico da descarbonização da atmosfera planetária, tenhamos avanços significativos nas próximas décadas. Isto significaria um passo importante à 'praxis' de um novo paradigma científico, mesmo que a comunidade da ciência (econômica) normal continuasse a cultivar o discurso nada ecológico da economia de mercado autorregulada.

3.4.2 – Economia humana e a questão da mudança de paradigma

A economia humana de que estamos tratando, abrange simultaneamente as várias experiências econômicas e disciplinas científicas abordadas no Capítulo II: a) Economia Social e Solidá-

ria; b) Economia de Subsistência e Economia Popular; c) Estado de Bem-Estar Social e sua economia vinculada; c) Teorias do “Desenvolvimento Humano”. Desse conjunto, temos um campo nitidamente de experiências sociais concretas nos dois primeiros casos ‘a’ e ‘b’ e dois núcleos de disciplina científica nos itens ‘c’ e ‘d’. Neste último caso, há formulações teóricas explícitas com sentido de mudança no paradigma da ciência econômica normal.

Observe-se que, como já discutimos anteriormente, a própria economia do Estado de Bem-Estar Social é fruto de uma certa revolução científica – o keynesianismo, claramente hegemônico no período do Pós- II Guerra, até princípios dos anos 70 do Sec. XX.

Por seu turno, o retorno do desemprego e da desigualdade social nestas primeiras décadas do Século XXI, agravado pela aparente superação da sociedade salarial capitalista, colocam-nos desafios epistemológicos novos, principalmente no ambiente de crise econômica persistente.

Do ponto de vista político, as crises recorrentes do desemprego, principalmente a atual Pandemia Covid-19, clamam por ações contracíclicas muito fortes do Estado e de certo reforço ao combatido Estado de Bem-Estar. Este é claramente o desafio enfrentado pelos sistemas públicos de saúde e de proteção ao trabalho, situações que vem requerendo respostas institucionais ou emergenciais vigorosas para controle às diferentes situações nacionais.

Por sua vez, as análises não apenas do desemprego, mas das novas relações de trabalho que emergem no capitalismo do século XXI, suscitam algumas formulações teóricas contra-hegemônicas e revelam conjecturas as mais diversas. Thomas Pikety aponta para o aprofundamento sem precedentes da desigualdade social **(10)**, para o que dispõe de farta corroboração empírica.

Por sua vez, em linha algo distinta, Ladislav Dowbor **(11)** em recente livro, *O Capitalismo se Desloca*, defende a tese de que há uma certa mudança epistêmica a considerar, no sentido da profunda alteração de relações de produção, que vai do capitalismo da era industrial para uma era do conhecimento e da informação,

supostamente muito mais permeável à igualdade social. Mas o autor citado também duvida desse sentido igualitário das forças econômicas em jogo, a depender do poder de fato detido pelo *Capital Improdutivo* (12), outra obra também recente, na qual o autor trata da hegemonia do capital financeiro na economia global.

Por outro lado, há de distintas procedências, críticas éticas e políticas, a que se soma o próprio Vaticano no documento *Oeconomicae et Pecuniariae Questiones* (13). Neste documento, o Vaticano se pronuncia sobre o funcionamento do sistema financeiro internacional, como causa autônoma das crises econômicas, à maneira daquilo que analisamos no Capítulo I. Essa crítica atinge os próprios fundamentos do sistema mercantil autorregulado, clamando por nova regulação internacional, na contramão do liberalismo econômico.

Do exposto, depreende-se uma situação histórica anômala, de crises financeiras sucessivas com origem explícita no sistema financeiro (2008 por exemplo); para o que os Estados nacionais recorrem frequentemente ao aumento da dívida pública, seja para o próprio socorro ao sistema financeiro ou à economia do trabalho, como na Pandemia Covid-19.

Mas a gestão da dívida pública dos Estados Nacionais dentro dos respectivos sistemas de finanças públicas de cada país, é cada vez menos autônoma, porque objeto sistemático de manipulação pela finança privada credora. Os próprios sistemas nacionais de finanças públicas não têm controle dos vazamentos de recursos aos “paraísos fiscais”, nem tampouco as autoridades fiscais e monetárias nacionais detêm suficiente capacidade e autonomia para controlar os movimentos especulativos do capital à escala global.

A conclusão parcial que se pode obter sobre o potencial de mudança sistêmica da economia financeira, na linha de uma reforma altamente regulatória contra as crises, é paradoxalmente negativa, haja vista a pretensão onipresente da desregulação financeira como grande bandeira ideológica à hegemonia do sistema.

Diferentemente da discussão da seção anterior sobre mudança

ao paradigma ecológico, na qual há de alguma forma uma certa zona de convergência à transição ecológica; no caso da economia monetária e financeira global ou nacional, as possibilidades de uma regulação pública, na linha do interesse geral, são cada vez mais limitadas, com ou sem crises recorrentes do sistema.

3.5 Uma Síntese Provisória sobre Mudanças de Paradigma da Economia Autorregulada

Do exposto, o que é possível concluir é ainda conjectural. Os efeitos das crises econômicas recorrentes das últimas décadas, seja de origem financeira, seja de origem ecológico-sanitária, são inegavelmente de graves repercussões sobre o desemprego e a desigualdade social.

Por sua vez, a mudança ao paradigma ecológico, mais convencionalmente denominada de transição ecológica, tende a caminhar mais rapidamente, senão por convicção, por estado de necessidade; não obstante o peso retrógrado do 'negacionismo' neste domínio.

Por outro lado, uma mudança radical na chamada arquitetura monetário-financeira global, à imagem e semelhança de uma nova Conferência de Bretton Woods, é impensável no atual quadro estratégico da ordem econômico-financeira global.

Ainda no nível conjectural, o que parece mais consensual a partir da crise econômica provocada pela Pandemia Covid-19 é uma certa recuperação de prestígio e de recursos do Estado de Bem-Estar.

A esses dois vetores – o ecológico e o financeiro – se soma um terceiro, o das relações de trabalho em processo de crise recorrente, parte em função das crises financeiras, parte em função do estilo de progresso técnico dominante. Esses três vetores parecem-nos os campos mais maduros à mudança de paradigma relativamente à economia de mercado autorregulada. Esta vive situação de crise estrutural, já entrando para a terceira década do Sec. XXI.

Mas a dinâmica das crises da atividade econômica e das crises de caráter epistêmico da ciência econômica não seguem as

mesmas regras. O que parece mais fértil nessa reflexão é a influência que vem de fora da economia profissional, no sentido das experiências vividas e mesmo dos avanços parciais nas disciplinas científicas críticas. Inversamente, o campo do ‘mainstream’ é reticente, quando não claramente resistente ao abandono dos fundamentos do paradigma original de fundamentação clássica ou neoclássica.

Notas Referenciais

(1) Os conceitos de *paradigma científico*, *ciência normal*, *ciência extraordinária* e *revolução científica*, que estou de forma explícita ou implícita utilizando neste Capítulo estão baseados na obra - *A Estrutura das Revoluções Científicas (1998)*, de Thomas Kuhn – op. cit.

(2) Ver Polanyi, Karl (2000) - *A Grande Transformação* – op. cit.

(3) Cf. Polanyi, Karl (2000) – op. cit.

(4) Ver Pirrene, Henry (2007) – *História Econômica e Social da Idade Média* – op. cit.

(5) Cf. Kuhn, Thomas (1998) – op. cit., Capítulo 1.

(6) Cf. Kuhn, Thomas (1998) – op. cit., pp. 115/116.

(7) Ver conceito de inovação econômica na *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de Joseph Schumpeter – op. cit. Capítulo 2.

(8) Cf. Solow, Robert M. “Recursos Naturais e Sustentabilidade” in *Os Desafios da Economia* (2014) – op. cit., pp. 138/139.

(9) Entre 2004 e 2018, a proporção das energias renováveis em relação ao consumo bruto total mais que dobrou na União Europeia, passando de 9,6% em 2004 para 18,9% em 2018; com compromisso de elevação em ritmo similar até 2050. Fonte de dados: ‘Estatísticas de Energias Renováveis na União Europeia’ – disponível na internet.

(10) Pikety, Thomas (2014) – op. cit.

(11) Dowbar, Ladislav (2020) – *O Capitalismo se Desloca*, op. cit.

(12) Dowbar, Ladislav (2017) – *A era do Capital Improdutivo*, op. cit.

(13) Congregação para Doutrina da Fé e Dicastério para o Desenvolvimento Humano Integral (2018) – op. cit.

CAPÍTULO IV

Fundamentos da Economia Ecológica: Ética, Ciência e Prática Social e Política

4.1 Introdução

Os fundamentos da ecologia também os são da economia ecológica; mas a recíproca não é verdadeira, ou seja – não é verdadeiro que os fundamentos da economia são também fundamentos da ecologia.

O texto deste capítulo, seja na seção 4.2, que trata dos “Diversos Enfoques da Fundamentação...”, seja na seção 4.3, que aborda as relações da “Transição Ecológica, Desenvolvimento e Inovação...”, tem presente esse sentido de determinação, vale dizer, da ecologia para a economia, com todas as suas implicações.

Há uma preliminar que se coloca para toda a análise aqui percorrida: o caráter pluridisciplinar da ecologia. Mas isto não significa que caiba qualquer arranjo epistêmico no enfoque da Economia Ecológica. Esta ou a Ecologia, observadas à luz de várias abordagens do conhecimento, tais como as da ética filosófica, das ciências particulares ou da prática social, contêm eixos comunicativos complexos, mas não contraditórios.

Uma ética da responsabilidade ecológica é claro fundamento filosófico da Ecologia; e por sua vez, a disciplina científica da economia de baixa entropia é eixo teórico da Economia Ecológica; convergem e não podem se contradizer. Isto é o que de certa maneira tratamos nos dois primeiros tópicos da seção 4.2.

Igualmente, práticas sociais autônomas do Movimento Ecológico são uma outra fonte de legitimação social da Ecologia; convergem e não se contradizem com os princípios éticos da Ecologia e com seus fundamentos científicos.

Abordamos na seção 4.3 as questões de caráter mais pragmático da transição ecológica nos quatro tópicos ali enumerados: 1) a armadilha do desenvolvimento; 2) os papéis díspares da inovação econômica e da inovação ecológica; 3) as condições necessárias à transição ecológica e 4) as áreas mais sensíveis à transição ecológica no Brasil contemporâneo. E nesse contexto, em todas as análises se repõem as questões originais da convergência e da contradição. As soluções em cada caso são de *transição dialética*, sem receitas preestabelecidas. Mas há um sentido paradigmático da economia ecológica em todos os enfoques de transição ecológica enunciados, que se põe como norma do agir humano, sem o que, práticas alternativas de economia convencional reproduziriam e não resolveriam os problemas que a própria transição está se propondo resolver.

Os contextos históricos, regionais, sociais e políticos de abordagem da economia ecológica variam em escala muito ampla, requerendo mediações de vários estilos; para o que sempre teremos que estar atentos para avaliar suas implicações ao sentido perseguido pela própria transição. Mas é importante em todas as situações fazer a pergunta chave, sobre qual é o problema ecológico que se está procurando resolver com as diversas estratégias e mediações da transição ecológica. Isto de certa forma nos sinaliza sobre a pertinência do caminho perseguido à classe de problemas que se está nominalmente tentando superar.

4.2 Os Diversos Enfoques da Fundamentação Ecológica

4.2.1 – O debate ético-ecológico e uma síntese atual (2015)

O campo do agir humano com vistas a fins considerados virtuosos é objeto próprio da ética filosófica, como também o é a pragmática do agir humano segundo distintas inspirações que provém da fé, da política, da própria experiência histórica, e no limite também da ciência, submetida a recomendações éticas.

Para os propósitos específicos desta seção, que é de fundamentação da economia ecológica, estamos procedendo a uma separação de argumentos – ético-filosóficos, científicos e pragmáticos

– com finalidade didática e tendo presente a precedência de que em todas as situações o argumento ético subjaz às orientações do que fazer e do como fazer, face a problemas previamente identificados.

Do ponto de vista do debate ético-filosófico, há várias correntes de pensamento ético-ecológicas, com formulações próximas sobre a questão ecológica e algumas diferenças específicas nas recomendações do agir sócio-político **(1)**. Essas formulações têm consequências sobre a ação pragmática do Movimento Ecológico, como também sobre a própria construção teórica da economia ecológica, como veremos em sequência.

A primeira formulação teórica, a chamada ética da responsabilidade ecológica, do filósofo Hans Jonas, no próprio título da sua principal obra enuncia o grave problema a enfrentar: “O Princípio da Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica”.

O autor (Hans Jonas) está preocupado com a tecnociência em crescimento exponencial no mundo contemporâneo e com o risco iminente de destruição de cadeias integradas da vida no espaço da natureza. A intencionalidade do viver, em todas as espécies e não apenas na espécie humana, é o valor maior de sua elaboração filosófica. Mas a espécie humana é a única em condições de refletir e agir conscientemente para reverter tais processos destrutivos em curso.

A obra de Hans Jonas, de orientação antropocêntrica pelo princípio da responsabilidade, irá suscitar algumas críticas, principalmente da chamada Ecologia Profunda de Arne Naess **(2)**, que atribui à sua formulação um sentido ético mais amplo, comparativamente à ética da responsabilidade, na seguinte citação que reproduzo **(3)**:

“O cuidado flui naturalmente se o ‘eu’ for alargado e aprofundado de modo a que a proteção da Natureza livre seja sentida e concebida como a proteção de nós próprios (...) do mesmo modo que não precisamos de moral para respirar, (também) se o nosso ‘eu’ no sentido lato englobar outros seres, não precisamos de exortação moral para

mostrar cuidado (...); nós temos cuidado conosco; sem sentirmos nenhuma pressão moral pôr o fazermos.”

A Ecologia Profunda tem grande influência militante nos movimentos ecológicos internacionais. Uma Plataforma de oito pontos é redigida em 1984 por George Sessions e Arne Naess, com a seguinte estruturação **(4)** aqui sintetizada:

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana sobre a terra tem o valor intrínseco da vida humana e não humana; independentemente de sua utilidade para fins humanos;
2. Riqueza e diversidade de formas de vida contribuem para a realização dos valores citados no tópico anterior; e são também valores intrínsecos;
3. Os seres humanos não têm direitos a reduzir essa riqueza e diversidade, exceto para satisfazer as necessidades vitais;
4. O florescimento da vida não humana requer diminuição substancial da população humana;
5. A atual interferência humana no mundo não humano é excessiva, e a situação está a piorar rapidamente;
6. São necessárias mudanças políticas, principalmente na economia, tecnologia e ideologia;
7. A mudança ideológica em apreço precisa procurar qualidade de vida;
8. Os subscritores da Plataforma se comprometem a pôr em prática esses princípios.

O caráter eco-cêntrico dessa formulação ético-ecológica e a controvérsia que suscita o ponto 4 ('diminuição substancial da população humana'), suscitaram objeções, sem prejuízo dos pontos em comum com a ética de responsabilidade.

Uma espécie de síntese dos aspectos virtuosos do antropocentrismo de Hans Jonas e das várias formulações eco-cêntricas, das quais a Ecologia Profunda é a mais conhecida, sem desconhecer

a Ecologia da Terra de Aldo Leopold (5); está implicitamente contida na proposta da Ecologia Integral, que iremos encontrar na *Encíclica Laudato Si* de 2015. Lembrar que a maior parte da discussão ecológica aqui resumida é dos anos 60 e 70 do Século XX.

Obviamente a Ecologia Integral no sentido que a define a 'Laudato Si' (Cap. 3) têm inspiração bíblica, dentro de uma hermenêutica de 'cultivar e cuidar' (Gen. 2,15) os bens da criação de Deus ou criaturas (a denominada vida não humana da Ecologia Profunda). Também a 'Laudato Si' faz uma crítica profunda à tecnociência contemporânea (Cap 3 – 'Raiz Humana da Crise Ecológica') e propõe um agir consigo próprio, com os outros e com a natureza muito coerente com os princípios, quer da ética de responsabilidade, quer da Ecologia Profunda, sem cair nos reducionismos presentes no antropocentrismo ou do eco-centrismo fechados.

Os princípios do agir econômico-ecológico e principalmente sua diferenciação radical do agir do 'homo economicus', segundo a 'Laudato Si', merecem uma síntese, que aqui é apresentada em sequência à guisa de contribuição hermenêutica, de nossa própria autoria.

O '*homo economicus*' é movido exclusivamente pela pulsão egoísta e utilitária no seu comportamento microeconômico, seja como empreendedor, consumidor ou trabalhador. Suas relações econômicas com os outros indivíduos se dão nos marcos estritos do utilitarismo individual (espaço da troca mercantil). O mesmo se aplica às relações com a natureza, à sociedade e a si próprio. O princípio de origem hedonista, de obtenção do máximo benefício individual (prazer) ao menor custo privado (sacrifício próprio) é compulsório, pela expectativa de uma ética utilitária estrita da concorrência de mercado, que sanciona e impõe tal conduta. Assim agindo, alavancado pelo progresso técnico imiscuído na própria concorrência, essa conduta geraria crescimento econômico geral, balizado por um sistema de preços de oferta e de procura, conducente mecanicamente ao equilíbrio de preços entre compradores e vendedores. Todas as relações econômicas seguem os princípios da racionalidade instrumental; ignoram intersubjetividades e também ignoram os efeitos externos de suas ações

para com terceiros (externalidades); e principalmente para com a natureza.

Por sua vez, o *'homo ecologicus'* da economia ecológica, segundo os princípios da Ecologia Integral presentes na *Encíclica Laudato Si* de 2015, mantém relações completamente distintas consigo próprio, com os outros seres humanos e com a natureza; e para as pessoas de fé religiosa, esse caráter relacional humano é expressão de sua relação com Deus, na linha de *cultivar e cuidar* toda a cadeia da vida.

Sendo como são seres da natureza (ou da criação no enfoque teológico), o consumidor, o empreendedor e o trabalhador da economia ecológica procuram a harmonia e o cuidado para com a natureza como norma geral de conduta humana. À produção e ao consumo ecológico estão associados, respectivamente, os padrões de ação econômica que minimizam todas as formas de entropia da terra (no sentido de território e planeta); como também à geração de um valor de uso saudável para os frutos do trabalho, obtidos para consumo final.

Dentro destes critérios de uma ética da vida penetrando em todas as esferas do agir econômico é que se põe a Economia Ecológica, em perspectiva de reorganizar e reconstruir as bases de uma nova aliança do ser humano para com a realidade circundante – social, terrena e cósmica (6). Esta, teria o sentido de reversão de determinadas tendências caóticas da economia moderna; em perspectiva de reconstrução de um ambiente cósmico recomposto em suas relações harmônicas com as cadeias vitais da natureza.

Esses conceitos teóricos – do agir econômico convencional e do agir ecológico-econômico – consubstanciam os conceitos antinômicos de inovação econômica e inovação ecológica aqui utilizados. São guias referenciais relevantes às respectivas estratégias de crescimento econômico convencional e do desenvolvimento econômico sustentável.

Por outro lado, o referencial teórico não dispensa o debate pragmático da transição ecológica, que precisamos fazer, tendo esses conceitos como polaridades, associadas a distintas normas

de conduta econômica. Veremos mais adiante (na seção 4.3) algo dessa transição, de suas condições necessárias e também de algumas contradições pelo caminho.

4.2.2 – A Economia Ecológica e sua nova problematização econômica do desenvolvimento

O grave problema ético colocado pelo filósofo Hans Jonas sobre os riscos destrutivos da tecnociência introjetados nas inovações econômicas ou no padrão de progresso técnico do mundo contemporâneo, tem na formulação crítica dos fundadores da Economia Ecológica a caracterização de economia de alta entropia e depleção de recursos naturais não renováveis. Esta é, de certa forma, a tese de um dos principais fundadores da nova disciplina, a Economia Ecológica, que propõe em verdade um novo paradigma científico **(7)** à Economia. Esse paradigma significa uma clara ruptura com a clássica teoria do desenvolvimento econômico, suportada pelas inovações técnico-científicas ao estilo schumpeteriano dos ‘...novos produtos, novos métodos produtivos, novas fontes de energia e de matéria prima...’ **(8)**.

O problema da alta entropia na relação da economia convencional com a natureza ganhou notoriedade, já neste Século, pelo efeito da carbonização da camada mais próxima da atmosfera, com suas implicações sobre o clima planetário. Este fenômeno é uma clara expressão da economia de alta entropia. Mas é preciso advertir para o fato de que o fenômeno da carbonização não é expressão geral da alta entropia, mas sim um caso particular e notório de uma lei mais geral da Física aplicada à Economia (Termodinâmica); ou na linguagem filosófica, a manifestação da desordem, destruição e até catástrofe ambiental a partir daquilo que Hans Jonas havia identificado como poder ilimitado da tecnociência na sua relação com as cadeias da vida. Assume ora a expressão da carbonização, ora da contaminação por agrotóxico, ora a destruição de espécies do ecossistema, ora a degradação dos sistemas hídricos etc., visto que na perspectiva das inovações econômicas competitivas essas consequências ambientais (externalidades) são custos sociais que não entram no cálculo

privado da lucratividade (do empreendedor) ou da utilidade (do consumidor) relativamente às mercadorias específicas oferecidas para compra e venda.

É nesse contexto que a Economia Ecológica comparece com a proposta completamente distinta das inovações ecológicas prometidas com outro paradigma científico e cultural, o da produção e consumo responsáveis (no sentido da ética de responsabilidade); e de baixa entropia, no sentido da minimização de todas as formas de deterioração ambiental provocadas pela ação econômica convencional.

Por outro lado, uma mudança radical de paradigma científico, com claras implicações sobre todo o sistema econômico não se faz da noite para o dia. Isto implica em mudanças éticas, culturais, científicas e de interesses econômicos arraigados, resistentes a giros significativos de rumos.

Observe-se que as literaturas fundadoras da Economia Ecológica, da Ética da Responsabilidade e do próprio Relatório do Clube de Roma (de 1971, sobre os 'Limites do Crescimento'), são da década dos anos 70 do Século XX. Passadas cinco décadas, os problemas então levantados se agravaram consideravelmente, enquanto que as inovações ecológicas ainda perseguem espaço a duras penas.

4.2.3 – A fundamentação pragmática

A fundamentação ética e científica da Economia Ecológica não se restringe ao debate acadêmico; até mesmo porque o debate acadêmico pressupõe um estilo de ação econômica e social nas pegadas das inspirações dessa ecologia.

As fontes de inspiração são múltiplas – das práticas culturais dos povos originários, das religiões monoteístas, da experiência de vida dos 'povos da terra, das águas e da floresta' (9) e por último da própria experiência militante do Movimento Ecológico. É bom lembrar, que a chamada Ética da Terra (1948), precursora da vertente da filosofia ecológica dos anos 70 do Século XX, é obra de um visionário professor, caçador e filósofo – Aldo Leopold; cuja fonte de inspiração confessada é a morte de uma loba, abati-

da a tiros no Estado de Wisconsin (USA) pelo grupo de caçadores do qual participava Aldo Leopold. O repentino desaparecer dos sinais vitais do animal, perceptível no fogo cadente do seu olhar, abre toda uma cosmovisão ecológica pessoal e o leva a narrar a experiência em livro (Leopold, Aldo – “A Sand County Almanac” – op. cit.). O livro expressou literariamente uma ética da terra, antecipando muitos dos ‘insights’ posteriores da Ecologia Profunda.

No Brasil, temos uma variedade imensa de experiências agroecológicas – das ervas medicinais às ‘sementes da paixão’ (10), passando por um rico acervo de conhecimento resgatado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e também pela AS-PTA ao longo de mais de quarenta anos (11).

Por sua vez, o grande desafio pragmático e político que o Movimento Ecológico em todo o mundo enfrenta é precisamente a passagem da experiência ecológica singular e significativa, que por primeiro se revela em espaços microcósmicos; para sua conversão em políticas de Estado.

Esta outra abordagem da fundamentação pragmática, irá requerer mediações de vários níveis – regionais, culturais, econômicas etc. – que se distinguem das experiências típicas do ‘mundo da vida’, por se relacionar necessariamente com ‘o mundo dos sistemas de Estado’, fazendo aqui uso das categorias do filósofo J. Habermas.

Para guardar certa coerência expositiva no capítulo, reservamos à seção 4.3 o debate dessas novas relações pragmáticas, sob o título de: “Transição Ecológica, Desenvolvimento e Inovação: Antinomias e Convergências”, subdividido em três tópicos que especificam seus vários aspectos.

4.3 Transição Ecológica, Desenvolvimento e Inovação: antinomias e convergências

4.3.1 – Papéis díspares da inovação econômica e da inovação ecológica

A ideia do desenvolvimento econômico sustentado pelas ino-

vações técnico-científicas ao estilo schumpeteriano, referido anteriormente (ver nota referencial n. 8), é teoricamente consenso na teoria do desenvolvimento econômico, compatível com teorias de várias escolas de pensamento – clássica, marxista, neo-clássica, keynesiana e estruturalista **(12)**.

Por outro lado, como vimos na seção 4.2 deste texto, é precisamente o fundamento de tecnociência das inovações econômicas, que estará sob crítica contundente da ética da responsabilidade, por um lado, e da economia de baixa entropia, por outro; esteios da Economia Ecológica.

É neste contexto que precisamos situar epistemologicamente as inovações ecológicas, inseridas em outro paradigma científico e cultural; de uma relação responsável para com a sustentação da vida e das condições de sua reprodução. E nessa abordagem ético-ecológica, os vários fenômenos de alta entropia – carbonização da atmosfera, destruição de ecossistemas, deterioração de sistemas hídricos e degradação de cadeias biológicas imprescindíveis à saúde humana – são claramente expressões antinômicas.

Isto posto, precisa-se desde logo antecipar, que o processo de desenvolvimento econômico sob influxo das inovações ecológicas não é, nem pode ser esperado como iniciativa normal dos mercados, sob a égide do seu sistema de preços, na linha das inovações econômicas competitivas. Tampouco o é iniciativa fora do mercado, mas em contexto regulatório apropriado, sem o que não se enfrenta a questão ambiental multifacetada **(13)**.

Do contrário, o crescimento econômico seria uma espécie de outra face da moeda da crise ecológica. Isto porque, é da índole do sistema assim proceder, guiado por critérios do individualismo utilitário em aliança com o progresso técnico, matrizes da teoria e da 'praxis' do desenvolvimento econômico. E nesse contexto, quanto mais potente o perfil do progresso técnico, maior se torna seu potencial destrutivo sobre o espaço da natureza.

Para desencadear processos de mudança na economia, abrindo espaço às experiências da economia ecológica, é preciso que se aceite uma outra norma na relação da atividade econômica com o espaço da natureza, sem o que a adoção da anterior norma

mercantil estrita, conduziria, como vem conduzindo, aos impasses ambientais brevemente descritos neste texto.

As inovações econômicas competitivas seguem a lógica do 'homo economicus'; enquanto que as inovações ecológicas requerem um ambiente institucional para o agir do 'homo ecologicus', cujos esteios éticos subjacentes apresentamos na seção 4.2.

Mas o ambiente institucional normal é o das inovações econômicas competitivas. Daí que, para que se viabilizem inovações ecológicas tendentes a resolver várias das antinomias apontadas acima – carbonização, destruição de ecossistemas, deterioração de sistemas hídricos, degradação de cadeias biológicas etc. – é preciso construir o ambiente institucional da transição ecológica.

4.3.2 – Sobre as condições necessárias à transição ecológica

A expressão 'transição ecológica' é plurissignificativa, mas sem ambiguidades. Contêm vários conteúdos – científico, político e cultural – de mudança de situações problemáticas estabelecidas, para novas situações de convívio harmônico com a natureza. Essa transição se dá no atual contexto histórico, em ambiente de crise socioeconômica aguda, ou de mudança de cosmovisão civilizatória, na caracterização mais ampla de Leonardo Boff (14).

Do ponto de vista estritamente epistemológico, a transição de uma economia de mercado a uma economia ecológica é uma mudança de paradigma científico da Economia (15), que em geral não é aceita pela ciência (econômica) normal, pelo fato de significar uma certa 'revolução científica', ainda não assimilada pelo 'mainstream econômico', mesmo depois de meio século de fundação da economia ecológica.

Por sua vez, neste meio século, desde as primeiras teses sistêmicas da economia ecológica no conceito da baixa entropia, segundo Nicholas Georgescu Roegen (16), já se criaram algumas instâncias institucionais, seja de disciplina científica (17), seja de programas políticos concretos de transição ecológica em vários países; a ponto de converter o debate do tema em discussão de

políticas públicas.

Em termos de políticas ou programas internacionais concertados, auto afirmados como de transição ecológica, podem-se distinguir alguns campos de maior destaque, quase todos com forte incidência na área rural, a saber:

- i. a energia de baixa entropia, com ações significativas na União Europeia;
- ii. a agricultura biológica ou agroecológica (vinculada à Política Agrícola Comum da União Europeia);
- iii. a Economia Circular (misto de campo de pesquisa com disciplina científica), que trata da reciclagem de resíduos urbanos e industriais em quase todo o mundo;
- iv. a gestão hídrica;
- v. o reordenamento fundiário e a reestruturação agrária.

À exceção do tópico 3 que se refere mais explicitamente à reciclagem de resíduos urbanos e industriais, com repercussão indireta sobre o espaço rural, todos os tópicos principais da transição ecológica, operados por meio de políticas públicas, têm no espaço rural um lugar de destaque.

Por sua vez, a adoção de políticas de Estado de grande envergadura pela União Europeia, no âmbito das energias de fontes 'limpas' **(18)**; ou ainda de sua Política Agrícola Comum **(19)** para o caso da agricultura biológica, convertem esses campos, quais sejam, os da produção de energia limpa (isenta da emissão de gases do efeito estufa) e dos alimentos saudáveis, em bandeiras da economia ecológica, plenamente legitimadas por políticas de Estado na Europa.

Por seu turno, os temas da gestão hídrica e do reordenamento fundiário são também vistos com crescente preocupação política, notoriamente pelos problemas de escassez hídrica, poluição do espaço rural com lixo agrícola ou urbano e, principalmente nos últimos anos, com a forte incidência de incêndios florestais, grandemente influenciados pelas temperaturas de verão acima dos 40 graus.

Em todos esses casos citados há uma questão a enfrentar ou que vem sendo posta continuamente: a questão da transição normativa, tácita ou explicitamente colocada como obstáculo às inovações ecológicas.

A discussão normativa, que transcende o seu aparato legal, contém essencialmente o sentido ético da inovação, que no caso da economia convencional está implicada na ideia-força do utilitarismo individual. Esta, de tal forma se ‘naturalizou’ na sociedade capitalista, que adquiriu foros de normalidade política, resistente às mudanças.

Por sua vez, a adoção da inovação ecológica em cada campo de atividade, reclama aceitação ética ecológica distinta da ética econômica ‘normal’.

Daí que, para produzir energia em escala social ampla, é preciso construir uma política. Idem para os alimentos, a água, a reciclagem dos resíduos, o ordenamento territorial etc. E como tal, requer um debate ético-político em cada campo, como condição de possibilidade à adoção da economia ecológica, para além do nível microcósmico que é seu campo original de experiência.

No exemplo citado de política energética, as sucessivas Conferências do Clima, desde 1992, terão tido um papel ético-político fundamental para abrir passagem a certo consenso político atual (europeu) sobre as prioridades às “Energias Renováveis”. Estas têm crescido exponencialmente nos últimos quinze anos e apontam para uma meta perseguida até 2030 de atingir um terço do consumo total de energia elétrica.

No outro exemplo, também significativo, da agricultura biológica (nome europeu da agroecologia), sua inserção no ‘primeiro pilar’ da Política Agrícola Comum, suportada por recursos orçamentários da União Europeia, é manifestação evidente de prioridade política em todo o espaço abrangido dos vários países envolvidos. E para o período 2021/2027 o planejamento político em curso sugere ampliação de recursos e prioridades às inovações ecológicas.

Por sua vez, aos casos citados, como a outros que envolvam desenhos explícitos ou implícitos de transição ecológica, é relevan-

te sempre realizar a avaliação de conteúdo, no sentido da efetiva transição dos polos do agir econômico que mencionamos na seção anterior.

Não se pode esquecer que há uma concepção de economia ambiental, que nada tem a ver com a economia ecológica aqui conceituada, que se apresenta como domínio convencional da 'Economics' e se candidata para cumprir papéis àquilo a que não está habilitada. Robert Solow, um dos inimigos viscerais da economia ecológica à moda Nicholas Georgesku, assim apresenta a questão, que reproduz tema já analisado no capítulo III:

"Não existe uma economia específica para os recursos naturais e ambientais. Os princípios econômicos que se aplicam a estes aspectos importantes e relevantes da vida social são os mesmos que se aplicam aos problemas econômicos em geral, embora tenham que ser adaptados às circunstâncias específicas que surgem quando tentamos analisar as interações entre a natureza e os sistemas econômicos humanos." (20)

A posição de Robert Solow do ponto de vista epistêmico significa negar a mudança de paradigma científico; e do ponto de vista político é certamente um dos obstáculos a ser enfrentado na estruturação de verdadeiros programas de transição ecológica. É exemplo dos vários obstáculos ideológicos à mudança da norma econômica para construção da inovação ecológica, legitimada no espaço social.

Por outro lado, existe um fator diferencial crucial na chamada economia ambiental do 'mainstream' econômico à moda Robert Solow, relativamente à abordagem da economia ecológica que estamos caracterizando neste texto. Este fator significativo é a provisão de bens públicos ou bens comuns que necessariamente são objeto da economia ecológica, isto é, o clima planetário, a saúde pública na alimentação, a água disponível e saudável, a prevenção de catástrofes no espaço fundiário etc. Mas na economia mercantil, esses bens são externalidades, visto que esta

foi construída essencialmente para produção de mercadorias e para “mercadorizar” todos os bens não produzidos pelo trabalho humano, principalmente no caso do crescimento econômico, o espaço territorial da natureza

Tendo presente essas contradições no debate da economia política ambiental, é importante perceber que há uma tarefa relevante de legitimação política e econômica no percurso da transição ecológica. Começa sempre na sociedade civil organizada, que é o espaço de motivação e experimentação original da ecologia; e em algum momento histórico requererá adoção pelo Estado democrático, especialmente nos processos de desenvolvimento rural. Não há receita pronta e acabada sobre tal percurso; mas é necessário, de quando em vez, propor algum caminho pragmático para adoção política, tema a que nos reservamos para comentar no tópico seguinte.

Do exposto, emerge configurada a necessidade do debate ético-político, que precede e legitima mudanças significativas nas políticas públicas; e que por sua vez, requer propostas pragmáticas ao agir econômico.

4.3.3 – Áreas mais sensíveis à transição ecológica no Brasil

É muito variável a viabilidade política da transição ecológica, de país a país em cada momento histórico; ou mesmo de região a região. Na Amazônia brasileira argumenta-se atualmente sobre o ponto de não retorno da recuperação florestal (das áreas desmatadas), com risco crescente de ‘savanização’ de grandes porções da floresta amazônica, na ausência de políticas imediatas de recuperação ecológica. E no Pantanal, o espetáculo deprimente dos incêndios rurais em 2020, com fortíssimo componente de criminalidade associada, sinalizam claramente para políticas regionais de preservação de biomas, contra riscos iminentes de sua destruição irreversível.

Parece-nos relevante não propriamente sugerir programas típicos para cada macrorregião ou biomas do País, para o que não temos competência, nem é este o enfoque adequado deste traba-

lho.

O que nos parece mais apropriado é uma proposta geral, suscetível de limitar iniciativas econômicas regionais de claro viés degradante ao meio ambiente; ao mesmo tempo em que se fomentaria neste mesmo espaço as inovações ecológicas atinentes a várias demandas reais e potenciais da transição ecológica.

Neste sentido, propusemos em trabalho recente **(21)** o zoneamento agro-hidro-ecológico do território brasileiro, com vinculação prescritiva à política agrícola do Plano Anual de Safra. Tal zoneamento incidiria no nível das Mesorregiões Homogêneas do IBGE e afetaria explicitamente as atividades agropecuárias e extrativistas de cada região, mediante prêmios e sanções às diferentes práticas produtivas adotadas. A proposta parte de levantamentos censitários (2006 e 2017) sobre a incidência da degradação ambiental, segundo três indicadores sintéticos selecionados por Mesorregião (com detalhamento às microrregiões específicas): 1) emissão de gases do efeito estufa por hectare explorado ou desmatado; 2) consumo agropecuário de água por hectare cultivado; 3) utilização de agrotóxicos por hectare cultivado. A partir das informações obtidas nesse levantamento preliminar, estabelece-se prescritivamente para cada Mesorregião de cada Estado da federação as categorias de 'A' até 'E' dos níveis aceitáveis ou não desses indicadores, em ordem do menor para o maior; associando prêmios e penalizações fiscais e financeiras aos estabelecimentos agropecuários identificados em cada nível desse ordenamento.

Nesse citado zoneamento somente entrariam atividades agropecuárias. Mas como é verdade que as operações de 'grilagem de terras públicas' precedem a atividade agropecuária; e como também é verdadeiro que a mineração desempenha papel muito grave nos processos de degradação ambiental, sobressai também aí a necessidade de um apropriado zoneamento de caráter regulatório.

Por outro lado, mais além de regular a atividade econômica produtora de mercadorias, há que se atentar para a função pública de gestão dos bens comuns, a exemplo da gestão hídrica,

que certamente se beneficiaria do zoneamento agro-hidro-ecológico; mas que precisaria ir mais além no planejamento e gestão das várias bacias hidrográficas, que por natureza são bens de uso comum.

Por último, transparece cada vez mais evidente, principalmente nos dias atuais da Pandemia Covid-19, a necessidade de proteção de ecossistemas contra riscos epidemiológicos e zoonoses. Parece-nos que a pesquisa neste campo precisa de prioridade, porque cada vez se desvendam novos riscos potenciais à saúde pública; mas ainda não se tem informação mais sistemática sobre sua incidência regional e sobre as medidas necessárias a adotar.

O campo da economia ecológica, como se pode deduzir, é profícuo e amplo. Apresenta notórias vinculações com o desenvolvimento rural; mas em sentido completamente distinto do padrão brasileiro de crescimento agropecuário. É necessário e até mesmo inevitável que se reestruture esse estilo de crescimento; muito embora não desconheçamos as resistências que provoca. Mas há um enigma ao estilo “decifra-me ou te devoro”, em tempo cronológico cada vez mais curto.

4.4 Conclusões

Este texto percorreu na seção 4.2 o caminho da fundamentação da Economia Ecológica nos domínios da Ética, da Ciência e da prática social, principalmente política, que é campo imprescindível à transição ecológica, esta objeto da seção 4.3. Subjacente às várias teses de fundamentação, coloca-se a ideia-força do desenvolvimento, que na sua vertente clássica do desenvolvimento econômico autorregulado pelos mercados, contém antinomias graves à economia ecológica.

O crescimento econômico adquiriu entre nós um certo grau de consenso pragmático e legitimidade política, quase sempre em contraposição à estagnação; que em certo sentido preteriu discussões mais aprofundadas sobre causalidades e implicações, como também das armadilhas conceituais que estão contidas no seu homônimo teórico – o desenvolvimento.

Ao longo do Sec. XX consolidou-se uma teoria do desenvolvimento econômico, que atribui ao progresso técnico a condição de matriz geradora do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, compõem-se as inovações técnico-econômicas à maneira teorizada por Joseph Schumpeter, como vetores efetivos à elevação da produtividade do trabalho em termos do sistema econômico, gerando em consonância crescimento econômico autossustentado. O mesmo autor também teorizou sobre as crises cíclicas, oriundas das ondas de progresso técnico na economia capitalista, interpretando-as à luz da sua conhecida tese da 'destruição criadora'. (22)

Todo o consenso teórico e político na esfera dos pesquisadores e agentes do desenvolvimento econômico contém a armadilha principal naquilo que é seu próprio núcleo teórico – a inovação técnica como matriz do desenvolvimento. E o foco principal da questão é sobre a relação do progresso técnico com o espaço da natureza. Essa tem sido a tarefa crítica essencial da economia ecológica, sistematicamente formulada a partir dos anos 70 do Sec. XX, cujo ponto de objeção principal está na 'destruição irreversível' dos bens da natureza a que a 'destruição criadora' capitalista acarretou e ainda acarreta.

A economia ecológica, misto de novo paradigma científico com experiência econômica alternativa, vem propondo o conceito distinto da inovação ecológica na economia como critério chave a uma ideia de desenvolvimento sustentável. Este é conceito qualitativamente antinômico à inovação econômica estrito senso e persegue um outro objeto, a relação harmônica da economia com as forças da natureza, mas não sua subordinação utilitária-individual ao estilo praticado pelos mercados autorregulados por seu sistema de preços.

O debate do pensamento ecológico, refletido pela economia ecológica, é proposto de forma mais sistemática pela ética da responsabilidade ecológica, cujo formulador original – o filósofo Hans Jonas, que identifica no próprio crescimento exponencial dos aparatos técnico-científicos ao longo das várias Revoluções Industriais, desde final do Sec. XVIII – um risco iminente de des-

truição irreversível dos bens da natureza. E nesse contexto, há um único ser da natureza com capacidade pensante, que seria responsável para estabelecer os limites preventivos e corretivos desse processo de destruição iminente.

Essa ética da responsabilidade (ecológica) colocou 'sub-júdice' um conjunto muito amplo de autoproclamadas revoluções tecnológicas, a exemplo da chamada 'revolução verde' na agricultura, sob influxo de inovações biológicas, químicas e mecânicas, que o Brasil adotou sob a etiqueta de 'modernização da agricultura' no período 1965-85. Irá retomá-la com destaque nos anos 2000, agora sob o signo da especialização em 'commodities' no setor externo e reestruturação da chamada economia do agronegócio.

Passados mais de meio século da 'revolução verde' e de suas congêneres, acumulam-se evidências históricas dos efeitos de alta entropia dessas inovações: *solos doentes, colheitas infestadas de pragas, desertos encharcados e agricultores endividados*, para utilizar uma síntese muito significativa da experiência indiana, relatada por Vandana Shiva (23).

Tais limites agrícolas, muito evidentes em países superpovoados como a Índia e a China, aparentemente poderiam ser ignorados por outros, como o Brasil, cujo processo de expansão da fronteira agrícola se dá em paralelo à sua reinserção no modelo da 'revolução verde' em pleno Século XXI.

Por outro lado, as objeções pertinentes da ética da responsabilidade e da própria formulação teórica da Economia Ecológica sobre os vários riscos da agricultura de alta entropia, não nos podem deixar inertes para o caminhar irreversível da catástrofe. E esta está implicada no modelo de superexploração do setor primário, replicando técnicas da 'revolução verde' há pelo menos duas décadas, sob farto incentivo fiscal e financeiro do Estado.

A questão pragmática, e ao mesmo tempo teórica central que se põe no contexto brasileiro, é de abrir espaço político à inovação econômico-ecológica e ao mesmo tempo, de restringir a liberalidade de propagação das inovações estritamente de economia de mercado (autorregulada), comprovadamente danosas ao ambiente.

É importante perceber algo inescapável. A opção pela economia ecológica como paradigma de inovações no desenvolvimento, especialmente no desenvolvimento rural, implica na ruptura com o velho paradigma estritamente mercantil da ‘revolução verde’ e de quaisquer outras formulações de economia ambiental subordinadas ao velho paradigma dos mercados autorregulados, a exemplo da chamada ‘economia financeira verde’. Os modelos éticos subjacentes à economia ecológica e ao utilitarismo individual da economia mercantil não combinam.

Mediações técnico-políticas são necessárias para fazer a transição ecológica. E neste texto propomos uma mediação, a do zoneamento agro-hidro-ecológico, incorporado aos Planos de Safra Anuais. Há outras experiências mais avançadas em outros contextos históricos, a exemplo da União Europeia, que em algum momento poderemos seguir algumas pistas.

Finalmente, é necessário advertir sobre a necessidade urgente da transição ecológica em setores já de certa forma consensuais, a exemplo das energias renováveis e da produção alimentar; como também nas áreas ligadas à gestão de bens comuns, tais como recursos hídricos, gestão territorial e saúde pública, que cada vez mais são percebidos como áreas mais sensíveis à garantia das condições de vida de forma integral.

Notas Referenciais

(1) Para uma resenha ético-filosófica do tema da ética ecológica, ver de Varandas, Maria José – ‘Para uma Ética Ambiental – Percursos Fundamentais’ in Neves, Maria do Céu et. Ali (Orgs) - op. cit., pp. 31/56.

(2) Para uma síntese da Ecologia Profunda de Arne Naess, ver de Varandas, Maria José – ‘Para uma Ética Ambiental- Percursos Fundamentais’ – pp. 47/57 – op.cit.

(3) Cf. Varandas, M. José, p. 50 - op. cit.

(4) Ver Plataforma da Ecologia Profunda, citada in Varandas, Maria José – op. cit. p. 50.

(5) Ver a resenha sobre Ética da Terra, de Aldo Leopold, in Varandas, Maria José – p. 51, op. cit.

(6) Para uma abordagem da ecologia como ‘nova cosmovisão’, ver de Boff, Leonard

(1999) – *Ética da Vida*, op. cit.

(7) O conceito de paradigma do desenvolvimento econômico é aqui utilizado no sentido do paradigma científico, na forma que o filósofo da ciência Thomas Kuhn assim o definiu no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cap. 4 – op. cit.

(8) Ver o conceito de inovação econômica exaustivamente exposto no capítulo 2- ‘O fenômeno fundamental do desenvolvimento, in Schumpeter, J. (1982) – op. cit.

(9) Esta expressão ‘povos da terra, das águas e da floresta’ é utilizada como auto identificação dos camponeses brasileiros em documento de 2012, comemorativo do cinquentenário do I Congresso Camponês do Brasil, realizado em Belo Horizonte (MG) em 1962, cujo evento comemorativo se deu em Brasília – CONTAG – 2012.

(10) Em 2013 (janeiro) o Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) identificou no Estado da Paraíba, no Polo Borborema, cerca de 81 Bancos de Sementes atendidos pelo PAA, denominadas ‘sementes da paixão’; considerada como experiência mais fecunda de fomento à agroecologia dentre todas as avaliadas pelo Programa nesta etapa. (Cf. Relatório de Avaliação II, de 15-01-2013 – não publicado, de autoria do autor deste livro).

(11) AS-PTA e Agroecologia, fundada em 1983, é uma associação sem fins lucrativos que atua na promoção do desenvolvimento rural sustentável e acumula grande acervo de experiência do enfoque agroecológico no Brasil. Por sua vez, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), operando em rede nacional, cumpre importante papel de resgate das experiências ecológicas regionais e também supre com assistência técnica demandas de públicos desassistidos. (Ver dados mais detalhados na internet.)

(12) Para uma abordagem analítica sobre o referido consenso das várias escolas de pensamento econômico sobre o papel do progresso técnico no desenvolvimento econômico, ver de Delgado, Guilherme C. (2017) – ‘Desigualdades Sociais Face ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico’ – op. cit.

(13) Estou aqui fazendo a distinção de uma economia de mercado autorregulada pelo seu sistema de preços, sistema típico do capitalismo da era industrial, segundo Karl Polanyi. Distingue-se de todos os demais sistemas econômicos pretéritos ou pré-históricos, ainda segundo Polanyi na sua obra clássica – *A Grande Transformação: As Origens da nossa Época* -op. cit, que embora convivam com mercados organizados, não são considerados economias de mercado.

(14) Cf. Boff, Leonardo (1999) – op. cit. Ca. 5.

(15) Ver conceitos de ‘paradigma científico’, ‘ciência normal’ e ‘revolução científica’ in Kuhn, Thomas (1998) – op. cit.

(16) Ver Georgesku, Nicholas R. (2006) – ‘Energia e Mitos Econômicos’ in *Revista Economia Ensaios*, op. cit.

(17) A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO), fundada no início dos anos 90, já realizou 13 Encontros Anuais, o último dos quais em setembro de 2019 em Campinas (SP) – UNICAMP. Participa da -The International Society for Ecological Economics (ver dados na internet).

(18) Entre 2004 e 2018 a produção de energia de fontes renováveis se elevou na União Europeia (EU) de 9,6% para 18,9% do consumo bruto de energia elétrica, com compromisso da EU de manter este crescimento em ritmo similar até 2050 (Fonte de dados – ‘Estatísticas de Energias Renováveis da União Europeia’, disponível na internet).

(19) A agricultura biológica conta com todos os estímulos da Política Agrícola Comum da União Europeia.

(20) Cf. Solow, Robert (2014), op. cit. pp. 138/39.

(21) Ver de Delgado, Guilherme C. (2020) – *Desenvolvimento Rural e Economia Ecológica: uma abordagem a partir do zoneamento* op. cit.

(22) Ver in Schumpeter, Joseph (1961) – *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Cap. 7 (‘Processo da Destruição Criadora’) uma discussão ampla e multifacetada desse processo, abrangendo vários enfoques disciplinares – histórico, econômico, social e também institucional, que se estende pelo Capítulo 12- (‘Paredes em Desmoronamento’).

(23) Shiva, Vandana (2015) – *A Violência da Revolução Verde...* op. cit.

CAPÍTULO V

Fundamentos da Economia Humana: Ética e Política

5.1 Introdução

Este capítulo fundamenta o conceito de Economia Humana no âmbito das disciplinas científicas que legitimam a construção dos aparatos de economia política, tendo em vista atender necessidades sociais e riscos econômicos, algo que o sistema de economia de mercado não o faz, ou até mesmo os provoca. Mas também contempla experiências sociais inovadoras, não necessariamente atreladas aos aparatos sistêmicos do denominado Estado de Bem-Estar Social.

Nas seis seções em que está organizado, incluindo esta 'Introdução', iniciamos pela seção 5.2 com o esclarecimento sem ambiguidades do significado de Economia Humana. Tematizamos seu conteúdo no atendimento interconectado de: necessidades básicas de subsistência, de proteção social contra riscos incapacitantes ao trabalho e no desenvolvimento de capacidades humanas. Essa tematização contém dois enfoques legitimadores, a saber: i) o da política social do Estado (Estado Social); ii) precedido pelo enfoque ético-teológico, que como veremos, antecede de longa data os tempos modernos; e de certa forma continua a se propor na crise do Estado Social, retomada ao final.

Sendo a Economia Humana uma abordagem interdisciplinar, como também o é a Economia Ecológica, faz-se necessário aportar contribuições teóricas relevantes, sobretudo as da teoria da justiça de John Rawls, da própria economia heterodoxa de Amartya Sen e da ciência política de Norberto Bobbio, as quais com suas diferentes conceituações de justiça e equidade, realizam

indiretamente certa legitimação epistêmica da Economia Humana, referida ao Estado de Bem-Estar e à ideia da justiça distributiva.

Finalmente, como todas as elaborações teóricas de Economia Humana aqui referidas passam pelo Estado, constatamos na última seção (5.6, “Economia Humana à Margem do Estado”), que há um campo de realidade social muito vasto, clamando por outro enfoque. Mas isto não cabe numa seção residual, senão como anúncio do seu tratamento analítico diferenciado para novo capítulo, o que será feito no Capítulo VI, com o que se completa o tratamento da Economia Humana, incluindo todo o trabalho social precarizado, que ficou dimensionado, mas não interpretado neste Capítulo V.

O enfoque do ‘Setor de Subsistência na Economia: Dimensão e Significado’, que nos exigirá todo um capítulo analítico (Cap. VI), é campo de análise e estudos contemporâneos, pouco adequado para ser tratado na disciplina científica da Política Social, porque aí se encontraria de maneira ultra marginal. Mas paradoxalmente, é o que há de mais atual e contemporâneo, quando se consideram as novas ondas tecnológica e financeira do capitalismo, à busca de um novo tratamento teórico e principalmente político.

5.2 Uma Aproximação Conceitual Superando Ambiguidades

A expressão Economia Humana carrega ambiguidade implícita, se lida de forma literal, visto que leva diretamente a um aparente pleonasma. Isto porque, toda economia é fruto da atividade humana, esteja esta diretamente envolvida com trabalho humano e apropriação dos bens naturais, ou com muitas formas de produção e consumo alavancadas pelo progresso técnico. Daí se deduz que qualquer economia é humana, incluindo a economia de mercado do capitalismo.

A Economia Humana de que tratamos neste capítulo é um campo de estudos onde comparecem várias disciplinas científicas, a exemplo da Economia Social, da Economia do Desenvolvimento e da própria Economia Ecológica, que tratamos no capítulo IV, to-

das elas focadas em pressupostos éticos distintos da economia de mercado.

As motivações ético-econômicas gerais da economia humana podem ser destacadas didaticamente em três eixos conceituais comunicativos, mas separáveis para efeito de estudo e aplicação: 1) atendimento de necessidades econômicas básicas; 2) proteção social contra riscos incapacitantes ao trabalho; 3) desenvolvimento humano.

Cada um desses campos ou objetivos de economia humana se põe, como veremos adiante, em contracorrente à economia de mercado autorregulada pelo seu sistema de preços; pelo suposto de que esta não está dotada de princípios e meios adequados para enfrentar os problemas implícitos declarados nos três eixos supracitados.

Assim, no primeiro eixo mencionamos o atendimento de necessidades básicas de todas as pessoas humanas, sem o que estas sofreriam sérios riscos de consequências destrutivas, face as carências do alimento, do teto, do agasalho etc. Estes bens econômicos, no conceito da economia principal, são ofertados na condição de mercadorias, para cujo acesso o sistema as considera não como atendendo *necessidades humanas*; mas desejos utilitários de consumo, que precisam se traduzir em demandas monetárias por mercadorias produzidas pelo sistema de preços.

Por sua vez, no bloco 2, que trata da proteção social contra riscos incapacitantes ao trabalho, estão especificadas várias situações impossibilitantes à inserção no mercado de trabalho, tais como idade avançada, doença ou acidente, invalidez, viuvez, desemprego involuntário etc., que afastam as pessoas das condições de percepção de rendimentos monetários oriundos do trabalho. Isto leva também à cessação da possibilidade de obtenção dos bens econômicos de subsistência, inserindo-as em um *estado de necessidade*, estranho aos parâmetros da economia de mercado.

Por último, no terceiro bloco, tratamos das condições de desenvolvimento humano, sucedâneas ao desenvolvimento econômico estrito, com que estamos também fazendo uso de uma formulação alternativa ao paradigma da economia de mercado,

nominalmente recorrendo à contribuição de Amartya Sen na obra “Desenvolvimento como Liberdade” (1).

É, portanto, nesses três eixos das *necessidades humanas básicas, da proteção social e do desenvolvimento de capacidades*, que se situa o escopo da economia humana neste capítulo, objeto de fundamentação ética às várias disciplinas científicas que vão se construindo em anexo à economia principal, sem prejuízo do enfoque experiencial de economia humana, tratado em especial no Capítulo VI.

Conquanto a estrutura do Capítulo V se pareça com similar estrutura do Capítulo IV (sobre a Economia Ecológica), os conteúdos diferem em vários aspectos. Enquanto a Economia Ecológica guarda certa homogeneidade conceitual entre a abordagem ética, científica e pragmática; a exposição teórica sobre Economia Humana abrange disciplinas científicas onde é central o papel do Estado. Mas há práticas sociais de grande amplitude demográfica sem Estado, que estão de certa forma à margem da abordagem teórica; e que também precisam ser consideradas.

5.3 Fundamentação sob o Enfoque da Proteção Social contra Riscos Incapacitantes

Como vimos no Capítulo II, há diferentes aparatos do chamado Estado de Bem-Estar Social pelo mundo; que no Brasil chegam de forma explícita, de direito, na Ordem Social da Constituição de 1988. Há todo um pacto de economia política subjacente ao Estado de Bem-Estar-Social, variável internacionalmente, cuja idade de ouro é o Pós II Guerra Mundial, no período contemporâneo à Guerra Fria.

Por outro lado, se deixarmos provisoriamente à parte os aspectos históricos e nos concentrarmos no foco da fundamentação ético-econômica deste pacto social, veremos que dele brota necessariamente uma economia política supletiva à economia de mercado, com função explícita de atender certos problemas ou necessidades, não abrangidas endogenamente pelas forças de mercado, vale dizer: os *riscos incapacitantes ao trabalho*.

Observe-se que, não obstante grandes variações das tipologias

do Estado de Bem-Estar **(2)**, o problema que se tem sob foco é o de como responder às muitas e previsíveis situações de incapacidade ao trabalho, dentre as quais o desemprego involuntário é a mais notória, com raiz nas crises cíclicas do sistema econômico, como visto no capítulo inicial. Mas, independentemente das crises econômicas, há os chamados riscos previdenciários (idade avançada, invalidez, doença, acidente de trabalho, viuvez etc.), riscos esses que o sistema irá incorporar na categoria de riscos previdenciários portadores de direitos sociais garantidos pelo Estado Social, sob determinadas condições **(3)**.

O conceito de direito social leva o cidadão a se tornar credor do acesso a benefícios monetários compatíveis com a percepção de uma remuneração de subsistência, enquanto durem as situações incapacitantes definidas. E isto é uma novidade do Sec. XX, do ponto de vista do trato com a questão social.

Por outro lado, o fundamento ético deste direito é muito mais antigo. Vincula-se à tradição judaico-cristã mais antiga (Ex. 22, 20-26), que atribui ao imigrante, aos órfãos e às viúvas e aos pobres em geral, preferências explícitas, reveladas por Deus aos profetas de Israel.

Essa tradição confirma-se explicitamente com Jesus Cristo em inúmeras passagens, a exemplo do Sermão das Bem-Aventuranças (Mt. 5, 1-11 e Lc. 6, 20-27); ou ainda no discurso articulado de Jesus Cristo na Sinagoga de Nazaré (Lc. 4, 16-27), citando o Profeta Isaias, para acentuar as (in)capacidades humanas dos cegos, surdos, coxos etc., terapeuticamente cuidadas e curadas. E esta condição, inerente à dignidade das pessoas humanas, é uma proposta a ser seguida, que na modernidade vêm sob a categoria de direito social.

A tradição da proteção social na modernidade das Igrejas Cristãs assume a forma de Ensino Social ou Doutrina Social, especificamente da Igreja Católica, tendo por referencial, para a classe de problemas que estamos abordando, desde o final do Sec. XIX, a Encíclica 'Rerum Novarum' do Papa Leão XIII. Ela se constitui em uma espécie de diretriz ética de proteção aos trabalhadores, no caso, fazendo referência explícita às relações sociais emergentes

com a economia capitalista em sua fase industrial moderna.

Mas algumas décadas antes da instituição eclesial de matiz católica se posicionar, o movimento operário de inspiração socialista na Europa pressionava por condições dignas de trabalho e ensaiava suas diversas experiências de economia solidária e cooperativa, brevemente mencionadas no Capítulo II e fortemente influenciadas pelos princípios da fraternidade universal.

Por sua vez, a proposta do Estado moderno de assumir a condição de garantidor de direitos sociais de proteção ao trabalho aos seus cidadãos contra vários riscos incapacitantes, como também de atender outras necessidades básicas de caráter universal, a exemplo da saúde e da educação básica, configuram historicamente a chamada era de ouro do Estado de Bem-Estar Social na Europa (1950/1980). Este, por sua vez, é o tempo de bom funcionamento de um estilo de economia suplementar ao mercado e simultaneamente dependente de um consenso político sobre tributação e destinação de fundos redistributivos para financiar o Estado de Bem-Estar.

Por outro lado, a emergência ou restauração nos anos 80 do Sec. XX da ideologia neoliberal no centro do capitalismo, matizada pelas gestões Reagan (EUA) e Thatcher (Inglaterra) naquela década, recupera toda uma tradição fundamentalista dos mercados autorregulados, dos discípulos de L. Von Mises, F. Von Hayek e Milton Friedman (4), cujos princípios básicos de economia política negam de forma explícita ou tácita os direitos sociais do Estado de Bem Estar; e afirmam a prevalência dos mercados de seguros privados aos bens sociais protegidos pelo Estado Social. Estes são convertidos em mercadorias como outras quaisquer nos formatos de seguros privados, principalmente nas áreas de Previdência Social, Saúde Pública e Educação Básica; com pretensão de substituir as ofertas do Estado, financiadas por tributação; ou contribuição tripartite compulsória no caso da Previdência Social.

Temos já neste século XXI um duplo movimento regressivo, cognominado de reformas, particularmente no Brasil, que vem a ser a desmontagem dos aparatos do Estado social da Constituição de 1988, 'pari-passu' ao crescimento dos riscos sociais do tra-

balho, principalmente a partir de 2015 **(5)**.

A crise do Estado de Bem-Estar no mundo, mais particularmente no Brasil, que entrara defasadamente neste pacto social com a Constituição de 1988, ainda que com origem prévia na era Vargas, tem seu foco crucial no conflito distributivo das finanças públicas.

A política do Estado Social no Brasil, no sentido da aplicação plena da legislação que rege os sistemas de Seguridade Social e Educação Básica, contém o importante aparato de suas finanças sociais associadas **(6)**, mediante as quais realiza pagamento de benefícios monetários e transferências em espécie às famílias, estas últimas no formato de serviços de saúde e educação, principalmente, de forma gratuita. E como dissemos anteriormente, essa associação das finanças sociais ao Estado Social é parte integrante essencial do sistema, estando na base do pacto social constitutivo. Mas é também seu ‘calcanhar de Aquiles’, pela magnitude de recursos que requer em sociedades de desigualdade social muito profunda.

Vou fazer um esforço de dimensionamento do tamanho dos recursos envolvidos com os “Benefícios Monetários” e “Transferências em Espécie” do Estado Social brasileiro, para o que farei uso das estatísticas das Contas Nacionais brasileiras no período de 2000 a 2013, antes que se iniciasse o movimento mais profundo de “reformas” desestruturantes do último quinquênio (2015/2020), cf. Tabela 1 em sequência.

Tabela 1: Distribuição de Renda Interna com Discriminação de Aportes da Política Social. Em % da Renda Interna Bruta: 2000/2013.

| | %Renda Interna | | | | | |
|--|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2000 | 2003/05 | 2006/08 | 2009/11 | 2012 | 2013 |
| Renda Interna Bruta (%) | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1. Salários e Ordenados | 32,24 | 31,26 | 32,90 | 33,32 | 33,88 | 34,33 |
| 2. Benefícios Monetários às Famílias | 13,59 | 14,89 | 15,32 | 15,01 | 15,01 | 15,23 |
| 3. Renda Monetária ao Trabalho (1 + 2) | 45,83 | 46,15 | 48,12 | 48,33 | 48,89 | 49,56 |
| 4. Transferências em Espécie às Famílias | 08,44 | 08,18 | 08,44 | 09,14 | 09,08 | 09,54 |
| 5. Benefícios +Transferências às Famílias (2 + 4) | 22,03 | 23,07 | 23,76 | 24,15 | 24,09 | 24,77 |

Fonte: Sistema de Contas Nacionais do Brasil, IBGE (vários anos). Cf. Delgado, G. (2018), op. cit. p. 180.

Observe-se que, pelos dados da Tabela 1, o tópico 2 dos “Benefícios monetários pagos às famílias” varia no período considerado de um mínimo de 13,6% a um máximo de 15,3% da Renda Interna Bruta (RIB). Dessa porção da RIB ou PIB podemos dimensionar, com apurações externas às Contas Nacionais, aquilo que efetivamente são rendas da Seguridade Social, a exemplo dos pagamentos do INSS (Previdência Social mais Benefícios de Prestação Continuada da Assistência Social), acrescidos dos pagamentos de Seguro Desemprego e saques anuais do FGTS e por último os saques do Programa Bolsa Família. Tais pagamentos têm perfil claramente de melhoria da igualdade na distribuição de renda e correspondem à proporção entre 75% a 80% do valor total desses “benefícios monetários às famílias”. Mas a parte que falta para completar os 100% corresponde basicamente aos pagamentos de aposentadorias e pensões dos vários regimes estatais de Previdência da União, Estados e Municípios, cujo perfil distributivo é qualitativamente bem distinto do primeiro grupo (no sentido do grau de concentração). Infelizmente, nem as próprias Contas Na-

cionais distinguem esses dois sistemas, suscitando não poucos equívocos de interpretação.

Por outro lado, o item 4 das “Transferência em espécie às famílias” corresponde ao gasto orçamentário dos entes públicos (União, Estados e Municípios) com os sistemas de Saúde e Educação Básica. São uma espécie de aproximação empírica, nas Contas Nacionais, ao valor desses dois bens públicos, remetidos aos orçamentos familiares de forma gratuita e universal e valorados nas Contas Nacionais pela despesa orçamentária respectiva. Certamente que os papéis distributivos do SUS e do sistema de educação básica gratuita são muito relevantes ao atendimento de necessidades básicas da população mais pobre.

Do exposto, pode-se deduzir que há efeito distributivo favorável à igualdade social na destinação do gasto social vinculado à Seguridade Social e à Educação Fundamental e Básica, suplementadas pelo FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e pelo FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico). Não é igual a conclusão que se pode extrair relativamente ao gasto público vinculado às várias Previdência do Serviço Público, cujos perfis distributivos dos benefícios pagos (entre 1,0 salário mínimo e cerca de 35 salários mínimos no topo), bem diferente do sistema INSS (limites entre 1,0 s.m. a 5,0 s.m.).

O que se pode concluir, a partir dos dados da Tabela 1, é que para estabelecer e manter um sistema de direitos sociais nos moldes da proteção social universal em uma sociedade fortemente desigual como a brasileira, é preciso construir políticas de solidariedade como condição de possibilidade a uma redistribuição equânime da renda tributária, para financiar este Estado Social. O tamanho desse sistema, segundo os dados da Tabela 1 (ver item 5 – Benefícios mais Transferências em Espécie às Famílias) fica ao redor dos 20% a 21% do PIB, se fizermos as exclusões dos sistemas de aposentadorias civis e militares, que indevidamente entraram nessa contabilidade pública. E quando essas condições entram em crise, seja por campanha ideológica orquestrada, seja por crise persistente do sistema econômico, essa Economia Humana do Estado Social tende a declinar. O motivo apregoado e executado

é o de desviar ou minimizar suas 'finanças sociais' dos orçamentos públicos, ao invés de realizar reformas adequadas ao sentido redistributivo na tributação dos mais ricos.

Esse é o grave dilema do Estado Social no tempo presente, variável de país a país, que no caso brasileiro do último quinquênio (2016/2020), experimentou sua fase mais crítica de simultânea elevação de riscos sociais e redução de recursos para atendimento de suas demandas.

5.4 Fundamentação com Base nos Critérios das Necessidades Básicas e das Capacitações

O conceito das *necessidades humanas básicas* está em certa medida incluído na agenda da proteção social, de que tratamos no tópico anterior. Mas o aporte ético de uma economia fundamentada no atendimento de necessidades básicas dos seres humanos é certamente distinto da economia de mercado. Esta também pode atender bens de subsistência, desde que o acesso a esses bens de subsistência se apresente ao sistema devidamente apoiado por um sistema de 'finanças sociais', potente o suficiente para viabilizar uma significativa redistribuição da renda interna. Na falta dessa condição, o sistema se contrai, mas não as necessidades básicas associadas aos riscos sociais de que tratamos preliminarmente.

Desde o nascimento, mas com antecedência para a mãe e família do nascituro, algumas questões cruciais da vida humana são também questões econômico-sociais muito relevantes à família humana. Ganhar e garantir seus meios de subsistência, sob o formato de remuneração pelo trabalho, constituem condição indispensável para a esmagadora maioria da população sobreviver dignamente. Mas como vimos na seção precedente, as sobrevivências individuais ou familiares não dependem somente do indivíduo e de sua família.

Atender necessidades, garantir direitos sociais, proteger a sociedade contra riscos incapacitantes dos seres humanos, além de realizar o desenvolvimento humano, são todos princípios éticos de uma economia centrada no valor intrínseco da vida. Mas to-

dos esses princípios são externos à economia de mercado, fundamentada no princípio exclusivo do valor utilidade, aplicado ao indivíduo. Haverá certamente zonas de convergência, de uma sociedade movida pelo utilitarismo econômico e da ética protetora da vida, como de resto vimos na experiência do Estado de Bem-Estar Social. Mas é preciso advertir que a economia de mercado autorregulada, sem direção política externa a objetivos das necessidades básicas, não garante a reprodução da vida digna em sociedade, pelas razões expostas.

Isto posto, o que se pode deduzir sobre a ética econômica dos mercados autorregulados, portanto isentos da regulação ético-política, que lhes é estranha; é a desvinculação endógena da economia de mercado com relação ao atendimento de necessidades humanas básicas às pessoas não dotadas de renda e riqueza monetárias suficientes para pagar por seguros privados ou outras ofertas privadas de bens sociais.

Na avaliação do desenvolvimento humano de uma sociedade, segundo Amartya Sen, uma sociedade altamente desigual, também o é uma sociedade de graves privações no âmbito do atendimento de necessidades básicas de sua população. Altas privações humanas, estilizadas na empiria pelo seu 'Deprivation Index', completa o círculo vicioso das incapacidades humanas; no sentido do não exercício de capacidades, em termos de potencial de habilidades inatas e aprendidas. Essas capacidades ficam desperdiçadas e sufocadas. Daí que nesse contexto, cogitar o desenvolvimento humano, na teoria de Amartya Sen, consiste essencialmente em recuperar essas capacitações para o exercício de fins que são caros às pessoas. Este conceito de desenvolvimento, também o é de liberdade no seu livro clássico, "Desenvolvimento como Liberdade" **(7)**.

Por sua vez, Len Doyal e Ian Gough formulam contemporaneamente a Amartya Sen uma teoria muito próxima das "Necessidades Humanas Básicas" **(8)**, para cujo atendimento haveria que se criar, pelas mãos do Estado, todo um aparato de progresso técnico e demanda social imprescindíveis ao pleno exercício dos direitos humanos. Essa teoria das necessidades humanas básicas,

é de certa forma um adendo à teoria do Estado de Bem-Estar, formulada a partir do campo marxista; enquanto que Amartya Sen o faz a partir de uma visão liberal, em sua acepção anglo-saxônica, que é preciso esclarecer, se opõe radicalmente às concepções neoliberais da economia convencional.

5.5 Diferentes Concepções de Igualdade e Justiça no Estado Social: J. Rawls, A. Sen e N. Bobbio

Estamos tratando neste capítulo da Economia Humana, agora já com 'status' de disciplina científica, tendo por referencial as noções implícitas de *proteção social*, *necessidades humanas básicas* e mais explicitamente o *desenvolvimento humano*, segundo a concepção referida de Amartya Sen.

Mas uma economia humana, para realizar essa trajetória de superar as desigualdades, privações e desproteção social, que subjazem à dinâmica das inovações econômicas do crescimento econômico convencional (ver análise do Capítulo 1); precisa apoiar-se em alguma teoria da justiça social. O próprio John M. Keynes já constatara este problema, ao diagnosticar em sua "Teoria Geral..." os problemas endógenos do desemprego cíclico e da injusta distribuição de renda, como inerentes ao sistema econômico capitalista; para o que sugere pistas à superação do problema estrutural, que seus contemporâneos na Inglaterra interpretaram à luz da construção do Estado de Bem-Estar Social.

Por outro lado, quando se examina o gênero *igualdade social*, sob o enfoque problemático da desigualdade, há pelo menos três abordagens, que escolhemos à maneira de certa síntese didática. Essas abordagens oferecem legitimação epistêmica a uma economia humana, que tem um pacto político de Estado democrático por referencial realizador da justiça econômica.

Três autores trataram com especial destaque a questão da justiça aplicada à economia, aportando conceitos novos, a partir dos quais é possível alcançar certo padrão de equidade social, que de certa forma reconciliaria a economia de mercado com os princípios de uma ética universal. São ideias-força, cada qual a seu modo, que refundam a concepção de desenvolvimento eco-

nômico, resgatadas no próprio âmbito da literatura tida como de cunho liberal (no sentido anglo saxônico).

Dessa perspectiva, temos três concepções-chave, a comentar em sequência: 1) a teoria da ‘justiça como equidade’ **(9)**, de John Rawls, que introduz duas categorias de bens econômicos não mercantis na economia: “Bens Primários” e “Bens Públicos”; 2) a própria teoria já referida de A. Sen sobre as “Capacidades Humanas” **(10)** e seu conceito de desenvolvimento humano, inovador em relação ao desenvolvimento econômico convencional; 3) O conceito de “Bem Público” **(11)** correlacionado à ideia de *justiça distributiva*, de Norberto Bobbio. Vejamos suas diferenças e similaridades, para o que nos interessa aqui resgatar: a legitimação teórica da Economia Humana.

Esses conceitos, cada qual ao seu modo, contêm princípios de equidade como dotação política, que alteram estruturalmente as condições iniciais de desigualdade. Vamos recorrer a cada um deles, para aplicá-los nos devidos eixos teóricos àquilo que é relevante ao nosso eixo explicativo.

Bem Primários e Bens Públicos, na teoria da “Justiça como Equidade” de John Rawls, são essenciais à sociedade justa. Os Bens Primários são *direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais da autoestima*, por serem necessários à sobrevivência digna de todos os indivíduos.

Os Bens Públicos, por seu turno, são *educação, saúde, habitação, segurança etc.*, necessários para garantir condições dignas de vida coletiva, isto é, a preservação da qualidade de vida em comum, e são pactuados socialmente à medida do desenvolvimento político da sociedade. Tanto os bens primários quanto os bens públicos são finalmente gerados na esfera pública, onde um Estado justo cumpre, dentre outras, as funções de *transferência*, que estabelece o mínimo de bens a serem socialmente garantidos a todos **(12)**; e de *distribuição*, para financiar continuamente programas destinados a recompensar àqueles que, por razões alheias a sua vontade, ficam fora do sistema produtivo e da possibilidade de alcançar bens primários necessários **(13)**.

Os conceitos de bens primários e bens públicos de Rawls equi-

valem, na teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen, aos “entitlements” ou dotações, que viabilizam habilitação dos desiguais a *‘prover capacidades para realizar desempenhos’*, de sorte que pelo acesso a essa categoria de bens se cumprem as condições iniciais de igualdade de oportunidades ou mais propriamente de *igualdade de capacidades*, como condição ao desenvolvimento humano.

Finalmente, na sua teoria da justiça, Norberto Bobbio argumenta com o princípio do *‘tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais’* (14), onde seu conceito de bem público é precisamente aquele que garante a justiça distributiva e a promoção da igualdade mediante ação legal do Estado. O critério de igualdade de Bobbio vai além da igualdade de oportunidade. Afeta não apenas as condições iniciais do processo competitivo nas relações econômico-sociais; mas as próprias condições de obtenção final da igualdade de resultados.

Para o que nos importa resgatar dessa discussão teórica, os conceitos apresentados de bens primários, bens públicos e dotações de capacidades para realizar desempenhos, têm em comum o caráter de *dotação oriunda da esfera pública*, com vistas a promover a igualdade econômica ou no mínimo corrigir desigualdades neste âmbito.

No contexto da política social brasileira, fundamentada na Ordem Social da Constituição de 1988, esses conceitos de bens públicos equalizadores pedem ser empiricamente identificáveis em determinados “benefícios monetários” e “transferências em espécie”, que apresentamos na Tabela 1, basicamente ligados aos aportes de bens e serviços da Seguridade Social e da Educação Básica no período 2000/2013, feita a ressalva de Norberto Bobbio, de *‘tratar igualmente aos iguais e desigualmente os desiguais’*.

5.6 Economia Humana à Margem do Estado

Toda formulação teórica de Economia Humana que utilizamos na seção precedente e também nas anteriores tem por âncora o Estado Social, criando aparatos técnico-políticos de justiça e equidade; de certa forma na contracorrente do sistema econômi-

co dominante.

Por outro lado, há inúmeras situações de fato em que não se construiu o Estado Social; ou sua construção foi precária e ainda assim vem sendo revertida. E ainda por último, para utilizar uma categoria já referida do sociólogo Boaventura de Souza Santos – *nos países do Sul* – a característica principal de suas sociedades e economias é precisamente a precarização das relações de trabalho e relativa ausência do Estado Social. Se a todas essas situações mencionadas, acrescermos o fenômeno da crise econômica recorrente da economia principal, assunto do capítulo inicial, temos um campo vasto de situações em que o Estado fica à margem da Economia Humana.

Por outro lado, em todos esses casos de relativa ausência do Estado, subsistem todas as questões que fundamentam essa Economia – atendimento de necessidades básicas das pessoas como síntese dos três eixos previamente definidos – com o agravante da ausência da proteção social das instituições de Estado e da crise econômica.

Observe-se que a realidade dos “Países do Sul”, que a teoria do desenvolvimento mais antiga caracterizava, à maneira de Celso Furtado, como sendo das estruturas do subdesenvolvimento, não cabe no ‘approach’ teórico precedente; e tampouco é um assunto lateral, a ser tratada de forma residual.

Precisamos em verdade fazer um outro percurso, provavelmente com outro ferramental analítico, para dar conta dessa economia humana de subsistência, que sobrevive nas condições históricas de verdadeira ausência ou precariedade do Estado Social. Temos informação indireta, levantada no Capítulo II (tabela 1) de uma massa de População Economicamente Ativa entre 1980 a 2010 de no mínimo 43% até o máximo de 54%, que ganha seus meios de vida, seja no trabalho precário, seja no âmbito da chamada economia de subsistência rural. Esse tema requer tratamento especializado e certamente revelará outros arranjos de economia popular construídos a partir da experiência social do estado de necessidade.

Esse tema, pela relevância social e também relativa exclusão da

abordagem teórica estilizada da Economia Humana, no conceito de disciplina científica, requer um capítulo específico (Capítulo VI), porque não cabe nos limites de uma seção de encerramento nos moldes em que está organizado este Capítulo V, senão no formato da advertência que ora estamos fazendo.

Notas Referenciais

(1) Sen, Amartya (2000) – *Desenvolvimento como Liberdade* – op. cit.

(2) A literatura especializada sobre Estado de Bem-Estar Social apresenta várias tipologias sobre natureza e funções do Estado. Neste sentido, Richard Titamus opera basicamente com os conceitos de “institucional’ e “residual’, atribuindo à primeira categoria a condição de universalidade da proteção social, com centralidade no papel do Estado e à segunda – papel complementar às atribuições da família e dos indivíduos. Tipologias mais complexas, a exemplo de Gosta Sping-Andersen, acrescentam aspectos distintos às tipologias de Titamus. (Ver características gerais do Estado do Bem-Estar – Capítulo II, seção 4).

(3) A Convenção n. 102/1952 da Organização Internacional do Trabalho estabelece o conceito de proteção social (seguridade social) às condições incapacitantes ao trabalho – desemprego involuntário, idade avançada, invalidez, acidente de trabalho, doença, viuvez etc.; e outras condições de Assistência Social, adotáveis pelos Estados signatários nos termos e formatos assumidos por cada país. O Brasil, conquanto signatário ainda nos anos 50 do século passado da referida Convenção, de direito aderirá plenamente a essa Convenção 102/52 no texto da Constituição de 1988, particularmente no seu capítulo da Seguridade Social.

(4) O trio de economistas neoclássicos ou neoliberais L. Von Misses (1881-1973), F. Von Hayek (1889-1992) e Milton Friedman (1912-2006), todos economistas notórios no campo acadêmico, têm doutrinariamente em comum certa preferência quase idolátrica pelos mercados autorregulados e certa aversão aos controles sociais ao estilo Estado do Bem-Estar. Isto, manifestamente desde os anos 30 do Século XX.

(5) Para uma análise histórica do período posterior a 2013, ver de Delgado, Guilherme C. (2018)- *Terra, Trabalho e Dinheiro...* Parte II – (Política Social, Relações de Trabalho e Conflito Distributivo) – op. cit. pp. 149/260.

(6) O conceito de ‘finanças sociais’ que estou utilizando se reporta à Constituição Federal de 1988, que em diferentes tópicos estabelece o Orçamento da Seguridade Social e as várias vinculações tributárias explícitas - (Educação, Saúde e Seguro

Desemprego) e implícitas às Contribuições Sociais (Previdência Social e Assistência Social). Ver in Delgado, Guilherme C. (2018) – op. cit. – ‘A categoria dinheiro como finanças públicas’ pp. 24/28.

(7) Cf. Sen, Amartya (2000) – op. cit.

(8) Cf. Doyal, Len e Gough, Ian (1991) – *Theory of Human Needs* – op. cit.

(9) Para uma abordagem dos conceitos de ‘bens primários’ e ‘bens públicos’ na obra de John Rawls, ver de Sonia T. Felipe – ‘Rawls: uma teoria ético-política da justiça’ in Oliveira, A. Manfredo (Org-2000) – op cit.

(10) Para uma análise do conceito de capacidades humanas na obra de Amartya Sen, ver – Sen, Amartya (2001) – *Desigualdade Reexaminada* – Capítulo 3 – op. cit.

(11) Cf. Santillán, José F. (Org-2003) – *Norberto Bobbio – Antologia* – ‘Em torno da noção de justiça’- pp.205/218., op. cit..

(12) Cf. Sonia T. Felipe in Oliveira A., Manfredo (Org-2000) – p. 154, op. cit.

(13) Cf. Sonia T. Felipe in Oliveira A., Manfredo (2000) – p. 154, op. cit.

(14) Cf Santillán, José F. (Org. – 2003) – *Norberto Bobbio – Antologia* – pp.212/214, op. cit.

CAPÍTULO VI

Setor de Subsistência da Economia: Dimensão e Significado no Brasil

6.1 Introdução

Este capítulo continua a abordagem de Economia Humana do Capítulo V, mas o faz em contexto de elevada marginalização de parcela expressiva da população relativamente ao acesso às políticas sociais, como às relações de produção organizadas do capitalismo brasileiro.

Para caracterizar e dimensionar essa mencionada ‘parcela expressiva da população marginalizada’, analisamos na seção 6.2 o próprio Setor de Subsistência brasileiro, sua gênese histórica e configuração contemporânea. O enfoque, que denomino de ‘pre-concepção temática’, esclarece preliminarmente sobre a noção de Setor de Subsistência de que estamos tratando, ciente das lacunas epistêmicas envolvidas na abordagem do tema. E aqui já fica claro um fenômeno de grande dimensão: cerca de metade da força de trabalho, em quatro décadas, sob tratamento marginal na economia, na política social e também no pensamento teórico sobre o mundo do trabalho.

O tratamento teórico (seção 6.3) aparece já na história econômica do período colonial, da qual resgatamos alguns historiadores clássicos que abordaram o tema no contexto da economia do período; mas também no Século XX, com ênfase em uma polémica sobre dualidade ou integração capitalista marginal do Setor de Subsistência no capitalismo brasileiro.

A seção 6.4 faz análise do ciclo econômico atual, para concluir sobre a inviabilidade de absorção do Setor de Subsistência com crescimento econômico; e muito menos ainda com estagnação

econômica prolongada, com que nos defrontamos há vários anos.

A seção 6.5 trata dos “Potenciais de Transformação...”, tendo sempre por referência o Setor de Subsistência, identificando luzes e sombras na perspectiva do desenvolvimento humano, observadas determinadas experiências políticas concretas, a exemplo da Previdência Rural e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar). Há claros sinais positivos nessas e noutras experiências de política social e agrária.

Por outro lado, há usos e manipulação da dependência e da desigualdade social, que caracterizam as relações de trabalho neste campo, para outros objetivos, a exemplo do *discurso empreendedorista* de inspiração na teologia da prosperidade, de tendência neopentecostal.

O problema mais sério, face à ausência de estratégia transformadora, é a forte disputa já instalada entre facções da criminalidade organizada – das máfias tradicionais e das milícias urbanas e rurais, todas elas envolvidas nos negócios de venda de proteção territorial (urbana) e grilagem de terra pública (zona rural), com evidente deslocamento para uma *economia da criminalidade*, de claro desafio ao Estado democrático

As ‘Conclusões’ ao final fazem a síntese do conjunto das abordagens visitadas, com sentido de recuperação das políticas públicas, tendo em vista o desenvolvimento humano. Nesse contexto, é necessário o papel do Estado e imprescindível o reconhecimento e recuperação das energias bloqueadas de capacidades humanas desperdiçadas, de uma economia popular a ser resgatada.

6.2 Uma Preconcepção Temática sobre uma Economia Humana à margem do Estado Social

Quando utilizamos a noção de Setor de Subsistência que empregamos no Capítulo II, definimo-lo “*pelo conjunto amplo de atividades econômicas e relações de trabalho, que propiciam meios de subsistência e ocupação à parte expressiva da PEA (População Economicamente Ativa), tanto rural quanto urbana; mas essas relações não são reguladas pelo contrato de trabalho legal, nem visam primordialmente a produção de mercadorias*

ou serviços mercantis com fins lucrativos.” Temos aqui uma categoria que se define por sua dupla marginalidade: primeiro em relação ao Estado Social, em razão de sua não inclusão no raio de proteção do direito social (trabalhista e previdenciário); segundo frente à marginalidade econômica, visto que produz categorias de bens e serviços para mercados que não adotam o contrato de trabalho legal (trabalhadores informais), ou são empreendedores por conta própria, sem vínculos tributários ou previdenciários, operando numa zona cinzenta da marginalidade.

E ainda temos um componente rural expressivo de agricultores familiares **(1)** que produzem para o autoconsumo ou vendem fração muito pequena na forma de excedente econômico. Toda a produção econômica dessas atividades informais e de subsistência opera igualmente à margem da tributação.

Essa dupla marginalidade do Setor de Subsistência, aqui definido, leva-o empiricamente para a noção legal de ‘trabalho informal’, fora do raio de atendimento dos direitos trabalhistas e previdenciários urbanos, muito embora incluído no acesso aos chamados ‘benefícios em espécie’ da política social (saúde pública e educação básica). Ademais da condição do ‘trabalho informal’, o Setor de Subsistência recolhe todos os desempregados procurando emprego e indiretamente incorpora os ‘desalentados’ do mercado de trabalho (aqueles desempregados que deixaram de procurar emprego por interpretarem a situação como impraticável) nas muitas formas de trabalho informal e/ou atividades de subsistência. Com essa caracterização empírica ampla, a categoria Setor de Subsistência é uma espécie de ‘guarda-chuva’ de abrigo a todo o mundo do trabalho não incluído na categoria do ‘trabalho formal’ **(2)**.

Para os propósitos de análise deste capítulo, é importante ter em conta, não obstante a dupla marginalidade mencionada, as formas específicas de relacionamento e coexistência com o Estado, a sociedade em geral e a economia, que se estabelecem com essa categoria excluída do relacionamento formal. Vejamos, para o foco de análise que nos interessa, algumas relações e condições de coexistência do Setor de Subsistência em relação à economia,

primeiramente dentro da dinâmica cíclica de crescimento econômico *versus* estagnação no período contemporâneo.

Como vimos no Capítulo II, para o período coberto por quatro Censos Demográficos (1980/2010), o Setor de Subsistência, como aqui definido, variou de um mínimo de 43,4% da PEA no último ano do ciclo de crescimento forte da economia brasileira desde o Pós-Guerra (1980); para um máximo de 54,4% da PEA no ano 2000, depois de duas décadas de estagnação econômica, nos anos oitenta e noventa do século passado (ver dados dos anos censitários à Tabela 1).

Tabela 1: Setores Formal e de Subsistência do Mundo do Trabalho: 1980-2019
(em % da PEA).

| | 1980 | 2000 | 2010 | PNAD-2019 |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| Setor Formal | 55,6 | 43,1 | 55,7 | 54,8 |
| Setor de Subsistência | 43,4 | 54,4 | 43,8 | 45,2 |

Cf. dados descritos na Tabela 1 do Capítulo II, relativamente às composições respectivas de cada Setor com base em dados dos Censos Demográficos, exceto para o ano de 2019, cujo dado é da PNAD-continua do último trimestre e do Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS, setembro de 2020). Utilizou-se a informação do BEPS sobre contribuintes em todos os regimes previdenciários, para dimensionar o 'setor formal' de 2019.

Por sua vez, a recuperação econômica entre 2004/2012 registra já no Censo Demográfico de 2010 um conjunto apreciável do 'trabalho formal' recuperado e paralela redução do Setor de Subsistência, que neste Censo irá alcançar proporção quase idêntica à revelada no Censo Demográfico de 1980. Mas tal padrão de recuperação se mantém por pouco tempo. Já a partir de 2013 o mercado de trabalho formal passa a ser restritivo; e claramente promotor de desemprego no quinquênio 2015/2019, antes mesmo dos efeitos depressivos da Pandemia covid-19.

Toda essa informação está sintetizada na Tabela 1, com a informação da PNAD-2019 substituindo o dado do ano censitário de 2020, que certamente revelaria situação ocupacional bem mais grave, haja vista a ampliação do desemprego aberto e principalmente o 'desalento' no mercado de trabalho, já conhecidos para o

ano de 2020 pelas informações da PNAD-contínua.

Pelo exposto, pode-se concluir, do ponto de vista da evolução histórica recente (1980/2020), que há uma magnitude apreciável do Setor de Subsistência, ao redor de 50% da PEA, variando para mais nos anos recessivos e para menos nos anos de crescimento econômico; mas sempre mantendo um patamar muito elevado de relações de informalidade e subsistência no mundo do trabalho.

Por outro lado, o paradoxo da situação revelada pela empiria da Tabela 1 é precisamente o fato de termos, em quatro décadas, metade da PEA inserida estruturalmente na marginalidade de relações socioeconômicas que caracterizam o Setor de Subsistência, como se tal padrão conferisse normalidade à situação. É grande demais do ponto de vista demográfico essa “economia invisível” para ficar à margem da Economia Humana, como a temos conceitualmente definido neste trabalho pela literatura teórica.

Isto posto, o desafio analítico que se põe é precisamente compreender as relações dessa economia de subsistência brasileira com o sistema econômico principal, que não é apenas o do seu “setor formal”. E por outro lado, temos alguns liames com a política social, susceptíveis de produzir transformações às relações de dependência e desigualdade do próprio Setor de Subsistência, na linha do desenvolvimento humano. Mas antes, precisamos investigar mais a fundo a gênese histórica do setor de subsistência brasileiro e abordá-lo também sob o enfoque teórico.

6.3 Uma Teorização ainda Marginal para uma Longa História

Os dados sobre a dimensão demográfica do Setor de Subsistência que utilizamos na Tabela 1, para o período 1980/2019, evidenciam um fenômeno que contém gênese histórica bem documentada **(3)**; mas infelizmente um tratamento epistemológico marginal na literatura especializada, que tentarei explicar.

Temos sólida evidência histórica nos chamados clássicos da história econômica e social do Brasil que trataram do setor de subsistência da economia, a exemplo de Caio Prado Jr., Celso

Furtado e Raimundo Faoro; de algum ou de vários argumentos sobre a relevância desse setor para compreensão sobre o funcionamento e reprodução da economia colonial escravista e pós-escravista.

De comum a estes três autores citados, conquanto persistam grandes diferenças em outros aspectos, temos as teses que ligam o setor de subsistência à produção de gêneros alimentícios ligados ao mercado interno e de que sua estrutura produtiva é basicamente não escravista, muito embora ligada ou atrelada por laços de dependência social à grande propriedade territorial, oriundo do regime das sesmarias **(4)**.

A literatura histórica sobre o tema do 'setor de subsistência' conclui inevitavelmente sobre sua relevância, sob vários aspectos: dimensão demográfica; função de subsistência alimentar da população; albergue de mão de obra às fases cíclicas de contração da "Grande Lavoura" e da "Mineração"; papéis extra econômicos de manutenção do sistema econômico dominante. Mas persiste uma suspeita epistêmica, principalmente na "Formação do Brasil Contemporâneo" de Caio Prado Jr., de certa transitoriedade e irrelevância teórica desse setor de subsistência, que aparentemente tenderia a ser absorvido pela economia principal capitalista **(5)**.

Do ponto de vista do tratamento teórico da economia brasileira na segunda metade do Século XX, possivelmente o trabalho clássico sobre o tema seja "*A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*" de Francisco de Oliveira **(6)**. Este autor cita prodigamente as noções de 'Setor de Subsistência Rural' e 'Setor de Subsistência Urbano' (terciário não capitalista), numa linha de refutação da tese dualista, que em grande medida provêm de Celso Furtado, na sua caracterização teórica do subdesenvolvimento.

Por outro lado, Francisco de Oliveira está fortemente associado a uma interpretação que denomino de 'funcional' desse 'terciário não capitalista'; porquanto reconhece sempre nessas atividades e relações de trabalho do Setor de Subsistência uma ligação estrutural com a dinâmica capitalista da economia. E por esta tese, o Setor de Subsistência não é outro polo (uma dualidade na expres-

são do autor), mas parte integrante da estrutura social construída pelo nosso capitalismo retardatário. O citado ensaio de Francisco de Oliveira (1975), elaborado em pleno ciclo expansivo da economia brasileira, não cogita em nenhuma de suas análises de investigar os próprios potenciais dinâmicos desse Setor para se reproduzir. Tampouco considera a hipótese da prescindibilidade do Setor de Subsistência para o desenvolvimento capitalista.

Essas lacunas teóricas, não obstante o mérito do trabalho em relação à tese principal, contêm implicações epistêmicas relevantes, a meu ver mais relevantes pelo que ignoram, do que por aquilo que predizem. De certa forma, reproduzem similar lacuna epistemológica na interpretação histórica do Setor de Subsistência à maneira como o faz Caio Prado Jr. na abordagem histórica referida anteriormente. Nesta, Caio Prado ignora quaisquer dinâmicas internas potenciais do setor de subsistência colonial, subordinando-o integralmente à dinâmica da 'Grande Lavoura' de exportação ou da 'Mineração'. Já em Francisco de Oliveira essa subordinação é endógena ao capitalismo retardatário brasileiro em pleno ciclo de industrialização acelerada da segunda metade do século XX.

Em verdade, a discussão datada de Francisco de Oliveira é com Celso Furtado, daí o título do seu trabalho "*Crítica à Razão Dualista*", cujo grande mérito (de Celso Furtado), ainda nos meados do Século XX, é precisamente o de tematizar essa dualidade do setor de subsistência na sua teoria do subdesenvolvimento **(7)**, em contraposição a um setor capitalista integrado às correntes primário-exportadoras; enquanto o primeiro se ligava ao mercado interno.

Por sua vez, Celso Furtado é também o historiador econômico que atribui maior relevância ao setor de subsistência do período colonial, como categoria com potencial dinâmico de se reproduzir às crises da 'Grande Lavoura' e da 'Mineração' **(8)**, seja por reprodução natural, ligado à pecuária extensiva e suas relações de parceria; seja por motivações extra econômicas.

Finalmente, independentemente da discussão teórica sobre 'dualidade' ou 'integração capitalista' do debate amigável entre

Celso Furtado e Francisco de Oliveira, importa-nos contemporaneamente regatar é a relevância da categoria 'Setor de Subsistência', historicamente herdada, com as características de marginalidade e dependência que persistiram. Mas há um referencial inovador a explorar, qual seja o seu o potencial de desenvolvimento em outro projeto econômico, distinto do chamado capitalismo retardatário brasileiro, como veremos mais adiante (seção 6.5).

6.4 Dinâmica do Sistema Econômico com Relação ao Setor de Subsistência

Neste Século XXI, especialmente depois da crise financeira mundial de 2008, para o Brasil com defasagem de mais de meia dúzia de anos, o Setor de Subsistência se adensou previsivelmente em razão da ampliação do desemprego, subemprego e desalento, até 2019; tudo muito agravado em 2020 com a crise econômica provocada pela Pandemia da Covid-19, para níveis nunca alcançados na história econômica, desde a Crise Financeira de 1929.

Para o Brasil em particular, neste início de Século XXI vão se configurando duas tendências importantes do sistema econômico. De um lado, tem-se uma relativa estagnação do sistema industrial, notadamente da sua vertente exportadora. De outro, amplia-se expressivamente a participação da produção de 'commodities' e produtos semielaborados no comércio exterior (9), puxando de certa forma todo o sistema à especialização primária exportadora.

O sistema econômico como um todo já havia se contraído de sua fase de industrialização intensiva, desde o final do longo ciclo de meio século (1930/80), de maneira que sua recuperação nos anos 2000 se dá predominantemente impelida pelo crescimento do comércio externo de 'commodities' agrícolas e minerais, com perda relativa da participação da manufatura. E quando, no último quinquênio da segunda década, as ondas secundárias da Crise de 2008 atingem claramente os preços externos das 'commodities', a economia brasileira caminha para um misto de recessão/depressão, agravada pelas tensões de natureza político-

institucional internas.

Por sua vez, essa fase de estagnação prolongada ora referida (crescimento per-capita nulo ou negativo do PIB), é também de relativa desmontagem das finanças sociais, que sustentam o Estado Social da Constituição de 1988, como analisamos anteriormente (Capítulo V).

Pelos dois vetores mencionados – estagnação econômica e desmontagem relativa dos meios de financiamento do Estado Social –, a tendência conjugada é de ampliação significativa do Setor de Subsistência, como efetivamente vem ocorrendo, pelo que se pode empiricamente verificar novamente pelos dados da Tabela 1.

Por outro lado, o que é mais significativo nesse contexto histórico dessas duas primeiras décadas do Século XXI é uma espécie de mudança de dinâmica econômica do sistema econômico geral, que para os propósitos analíticos aqui perseguidos, conspira em quaisquer fases do ciclo econômico, com vistas a reproduzir um Setor de Subsistência muito grande e sem possibilidade de absorção pelas relações do setor formal da economia, a prazo previsível.

Ao contrário do longo ciclo industrial (1930/1980), em que de alguma maneira cresceu de maneira firme o processo de integração ao mercado de trabalho formal, no presente o fenômeno se inverte, com descarte crescente de profissões e pessoas ‘não qualificadas’, como também das novas gerações de ‘educados e qualificados’, mesmo sendo esses, graduados, mestres e até doutores, todos doravante considerados sobrantes no mercado de trabalho.

O chamado ‘setor terciário não capitalista’, a que se referiu Francisco de Oliveira, é hoje também abrigo de uma legião de trabalhadores com níveis educacionais mais elevados, com o agravante de que as novas gerações em formação se defrontam com bloqueios antes inimagináveis.

A questão da absorção dessa força de trabalho sobrente não depende da disjuntiva ‘crescimento econômico x estagnação’, porquanto o sistema econômico atual, mesmo quando se ex-

pande, não revela potencial de incluir todas as categorias marginalizadas, classificadas em desemprego aberto, subemprego e desalento, nem as novas gerações que a cada ano se incorporam à força de trabalho. Ao contrário, a dinâmica do chamado capitalismo organizado do setor formal hoje revela clara tendência para remeter, de forma permanente, todas essas categorias mencionadas para o espaço marginal do Setor de Subsistência.

Do exposto, o que se pode concluir provisoriamente é a tese de que o Setor de Subsistência ora participa da dinâmica capitalista, mas de maneira negativa, alijado que está de suas estruturas orgânicas, como sejam o contrato de trabalho e a produção para mercados capitalistas organizados. E pelo seu tamanho demográfico e reprodução histórica, ainda pressiona para baixo a remuneração do trabalho. Ademais, pela dificuldade crescente de acesso a direitos sociais universais, há também nova fonte de pressão por desigualdade econômica. Todas essas características certamente estariam em convergência com a tese principal de Francisco de Oliveira, mencionada na seção anterior.

Mas falta-nos um argumento crucial nesse arrazoado algo catastrófico, qual seja, explorar o argumento da dinâmica potencial desse Setor, no sentido da sua transformação.

6.5 Potenciais de Transformação: luzes e sombras

A pergunta que não se pode deixar de fazer é sobre a possibilidade histórica de superação dessa relação desigual e dependente do Setor de Subsistência em relação ao capitalismo organizado. Isto nos coloca desafios de desenvolvimento humano, fora dos marcos do crescimento econômico convencional, que como vimos ao longo da história econômica brasileira, não é capaz de incluir cerca de metade de sua força de trabalho nos padrões formais definidos por sua própria norma social.

Ora, se podemos assumir como verdadeira a tese da não inclusão tendencial do Setor de Subsistência no chamado capitalismo organizado do seu 'setor formal', a pergunta derivada dessa proposição é sobre potenciais dinâmicas internas do próprio Setor de Subsistência, que uma vez acionadas, propiciariam novas

relações de trabalho e produção econômica, qualitativamente distintas das relações desiguais e dependentes historicamente herdadas.

Isto posto, partimos da hipótese de que há potenciais dinâmicas internas desse mundo do trabalho, olhado por muitos como ‘resto do Brasil’ (10), mas que, no entanto, aqui é encarado sob outra perspectiva – a do desenvolvimento humano.

6.5.1 – Uma experiência exitosa de transformação a partir da política social

Sendo como é a expressão Setor de Subsistência, de origem rural, pela reminiscência de um grande contingente de trabalhadores, desde a economia colonial, à margem das fazendas escravistas e inseridos na agricultura de subsistência e pecuária extensiva (ver seção 6.3); curiosamente é neste espaço que irá ocorrer a mais importante experiência histórica de transformação do setor de subsistência: a criação e implantação em três décadas da Previdência Rural, instituída pela Constituição Federal de 1988, centrada no ‘regime de economia familiar’.

Mesmo sem pretensão de política de fomento econômico, o sistema implementado ao abrigo das regras constitucionais da Seguridade Social, retirou praticamente 2/3 da PEA rural das condições de miséria e estagnação próprios do Setor de Subsistência. Assim o fez, por desencadear um conjunto de mudanças autônomas no regime de economia familiar rural, insuspeitadas à época de sua instituição.

Decorridas três décadas de introdução da Previdência Rural, temos resultados palpáveis, que nos indicam algumas mudanças significativas na linha do desenvolvimento humano, a saber:

1. Melhoria significativa de acesso dos agricultores de subsistência (ou de baixos excedentes monetários) aos benefícios monetários da Previdência Social em todo o Brasil: dobra o estoque de benefícios entre 1991/2010 e cresce 14,7% entre 2010 a 2019, nas condições que resumimos na Tabela 2. E enquanto houve política de valorização do salário mínimo, até 2015, esta beneficiou ex-

pressivamente a Previdência Rural (ver evolução do salário mínimo vinculado aos benefícios rurais, convertido em dólar na série da Tabela 2).

**Tabela 2: Evolução da Previdência Rural (1991/2019):
benefícios acumulados e famílias cobertas.**

| ANOS | Nº total de benefícios | Valor unitário (US\$) | Famílias Contempladas |
|--------------------------|-------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Funrural | em mil unidades | Meio salário mínimo | em mil unidades |
| 1991 | 4.060,4 | 22,0 | não adequado |
| Previdência Rural | | Um salário mínimo | |
| 1992 | 4.976,9 | 47,1 | 2.971,3 |
| 2000 | 6.493,9 | 82,5 | 3.877,0 |
| 2010 | 8.372,1 | 311,8 | 4.998,3 |
| 2019 | 9.606,0 | 212,3 | 5.731,5 |

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (vários anos) e Boletim Estatístico da Previdência Social (dez. 2019). A relação do número de benefício por família é de 1,676, apurada em pesquisa direta realizada em 2003 pelo IPEA.

2. Mudança significativa nas relações de gênero e importante resgate de uma economia feminista no meio rural, anteriormente invisibilizada.

3. Melhoria significativa nos indicadores de 'capacidades humanas', com claras expressões empíricas nas informações sobre expectativa de vida, nível educacional e indicadores de saúde captados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

4. Melhoria de autonomia do regime de economia familiar em comparação às relações pretéritas de dependência e desigualdade de rendimentos.

5. A política social da Previdência Rural cumpre um claro papel de desenvolvimento humano, preparando caminho a outras políticas específicas de fomento econômico para a agricultura familiar ou de experiências autônomas de economia popular, a exemplo da citada mudança das relações de gênero **(11)**. Ademais, no nível político, possibilita e é possibilitada pela emergência

do movimento das mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da CONTAG, cuja expressão pública mais visível é a periódica “Marcha das Margaridas”; e no âmbito da Via Campesina, pela constituição do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), ambas bem articuladas nas pautas de gênero dentro do ‘regime de economia familiar rural’.

A experiência brasileira de Previdência Rural é reconhecida interna e externamente pelo êxito em seus indicadores de melhoria na igualdade social; e disso não há nenhuma objeção (do meu conhecimento) na literatura sobre o tema. Sua continuidade em três décadas, prepara condições a uma estratégia alternativa de desenvolvimento rural no âmbito da economia familiar, superando relações pretéritas do Setor de Subsistência com o capitalismo retardatário brasileiro. Isto é tema instigante, que a meu ver merece aprofundamento.

Por outro lado, como a estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar no contexto da própria política agrária, é assumida formalmente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Rural em 1999, mas sofre interrupção com sua extinção em 2016; perdem-se desde então vários programas de fomento econômico (o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - ‘PAA’ - é um deles). Isto evidentemente tem efeitos adversos sobre os chamados ‘mercados institucionais’, que vinham se criando no âmbito do Setor de Subsistência, sob transformação.

Por seu turno, não se pode desconhecer que a principal política de Estado de caráter transformador desse Setor de Subsistência – a Previdência Rural – continua a vigorar, não obstante várias tentativas fracassadas de regressão de direitos, derrotadas entre 2016/2019. E prossegue promovendo capacitações de desenvolvimento humano, insuspeitadas à época de sua criação pela CF-1988, passíveis de viabilizar novas relações da economia familiar rural, qualitativamente autônomas e distintas das relações de dependência e desigualdade tradicionais.

6.5.2 – Experiências de economia popular

Aquilo que não se suspeitava ocorrer, ocorreu com a implantação da Previdência Social para as relações de trabalho fora do assalariamento formal, como é o caso do ‘regime de economia familiar rural’ (12) mencionado na seção precedente. Esta suscitou resgate de capacidades humanas ‘invisíveis’ ou bloqueadas pelas relações de dependência e desigualdade pré-existentes e liberou forças ou energias produtivas humanas para um outro estilo de economia. Provocou inúmeros arranjos sociais nas relações de gênero, na melhoria das condições de produção, na cooperação interfamiliar, na ampliação dos mercados, na inovação agroecológica etc., mesmo sendo apenas uma política de proteção social aos tecnicamente inativos do espaço rural.

O que a experiência anteriormente relatada revela, mais além dos resultados empíricos, é a existência de uma energia humana e econômica, na forma de capacidades não exercitadas ou precariamente exercidas, que uma vez desbloqueadas, contêm verdadeiro potencial de transformação, invisivelmente clamando por desenvolvimento.

Nesse mesmo sentido, há todo um acervo de experiências de economia popular, com ou sem suporte de políticas públicas, que poderiam vir a ser verdadeira força transformadora do Setor de Subsistência. Conhecer e resgatar essas energias humanas em suas diversas manifestações socioculturais, é caminho fecundo para penetrar no ‘Brasil profundo’, de uma economia popular transformadora dos limites de dependência e desigualdade, que ainda caracterizam seu Setor de Subsistência.

As evidências experienciais são de caráter multiforme, algumas mais desenvolvidas e socializadas, outras locais ou regionais; mas todas muito ricas em potenciais de desenvolvimento humano e ecológico, para ficar no âmbito temático deste livro. Não é possível fazer aqui um balanço rigoroso desse conjunto muito amplo de experiências. Mas tomando mais uma vez o exemplo de dada política executada, com propósito explícito de resgatar essas energias, penso que operamos com uma amostra representativa deste universo.

Refiro-me ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), executado entre 2003/2014 em condições de certa normalidade em todos os Estados da federação, de cuja avaliação da primeira década participei em 2013, muito embora não tivéssemos na ocasião conhecimento pleno de que seria aquela uma ‘avaliação final’ daquela experiência.

Observe-se que o PAA **(13)**, concebido em 2003 pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), contém explicitamente uma dupla inovação no contexto das autônomas políticas agrícola e social do Estado brasileiro. No primeiro caso, à política de garantia de preços aos produtores rurais de produtos armazenáveis, inova ao estabelecer um destinatário específico e um bem de valor de uso explícito. Destina-se ao agricultor familiar, produtor de alimentos em geral (não perecíveis e perecíveis). Inova uma segunda vez ao incluir as entidades assistenciais aos portadores de necessidades alimentares (predominantemente urbanas) na lista prioritária de atendimento pela produção oriunda desses agricultores. Com essa dupla inovação, constrói uma ponte, que de um lado fomenta a agricultura familiar produtora de alimentos diversificados; de outro, atende populações vulneráveis à insegurança alimentar. Essa ponte é o selo de legitimidade do Programa. E do ponto de vista da análise desta seção, uma experiência muito fecunda de resgate de um polo de produção inserido no Setor de Subsistência Rural e um polo de demanda fora do mercado convencional, muito claramente identificado com grupos portadores de necessidades humanas básicas do Setor de Subsistência Urbano.

Decorrida uma década (2003/2012) de execução do PAA, é interessante resgatar algumas conclusões-chaves, que constam de seu Relatório de Avaliação-Síntese **(14)** do ano de 2013, do qual participei da elaboração; e que claramente nos dão conta de um sujeito oculto, mas onipresente no interior do Setor de Subsistência:

“É patente a presença de inovações e energias criativas, observadas nesta avaliação, no amplo espectro de realidades regionais dos agricultores familiares brasi-

leiros – bancos de sementes ‘crioulas’, práticas agroecológicas, resgate de etnias e culturas campestres, recuperação de autoestima de comunidades rurais isoladas etc. –, que clamam por ações de desenvolvimento em modelo distinto do padrão da economia do agronegócio. O PAA tem sido eficaz no sentido de promover, ainda que isoladamente, uma ação de desenvolvimento, coerente com as energias criativas dessas comunidades, integrando-as ao mesmo tempo no mercado institucional que lhes absorve o ‘excedente alimentar’” (Cf. Relatório Síntese III, p. 6 – op. cit.).

O ‘Relatório Síntese’ supracitado faz referência genérica às transformações observadas no ambiente visitado (grupos de produtores vinculados ao PAA e de entidades assistidas com as ‘doações simultâneas’ de alimentos); mas é importante destacar aquilo que é até certo ponto inesperado em Relatório precedente (Relatório de Avaliação II – ‘Percepção do Público Alvo a Respeito das Ações do Programa’) **(15)**, em suas ‘Considerações Preliminares’:

“Por outro lado, há mudanças induzidas pelo PAA, não planejadas explicitamente, mas que apresentam forte significação social, que os agricultores revelam a partir de questionamentos genéricos iniciais. São mudanças que afetam a identidade, a autonomia e a autoestima de comunidades campestres dispersas ou organizadas em outras bases, que encontram no Programa um meio de afirmação de sua autoestima.

Neste sentido, são relevantes as reações provocadas pelo PAA à reorganização de comunidades quilombolas, associações agroecológicas, assentamentos de reforma agrária, bancos de ‘sementes da paixão’ e de agricultores (e pescadores) ribeirinhos da Bacia Amazônica, cujos processos de garantia de comercialização induzem mudanças mais profundas na identidade e autoestima desses grupos sociais”.

Observe-se que os 11 anos de funcionamento normal do Programa entre 2003/2013 foram interrompidos por evento inesperado, espécie operação de treinamento de algo muito maior, que viria depois. Inicia-se uma escalada de perseguição e criminalização do Programa, conduzida pelo então Juiz Sérgio Moro de Curitiba, ao fim da qual o único crime identificável é a própria escalada original. **Todos** (grifo nosso) os agricultores e funcionários da CONAB acusados foram absolvidos entre 2014/2016, por absoluta falta de evidências criminais, muito embora vítimas de execração pública durante o período processual.

Por várias razões, a experiência do PAA precisa ser revisitada. Ela revela dinamismos peculiares de economias humana e ecológica, susceptíveis de ações efetivamente transformadoras do Setor de Subsistência. Mas o Programa está desativado na prática desde o governo Temer e orçamentariamente extinto pelo governo Bolsonaro.

Outras sinalizações de como se opera com o Setor de Subsistência em linha completamente distinta das experiências de política pública narradas nas Seções 6.5.1 e 6.5.2 também precisam ser abordadas, até para atender ao título geral desta seção 6.5: “Potenciais de Transformação: Luzes e Sombras”.

6.5.3 – Propostas e promessas da “prosperidade teologal” e os riscos da criminalidade organizada

A chamada economia informal, principalmente na sua expressão urbana, é vista pelo professor Mangabeira Unger como campo de manifestação de forças sociais criativas de uma pequena burguesia empreendedora, ora movidas por certa *teologia da prosperidade*, que objetivamente estariam aptas a se engajarem em programas amplos de modernização tecnológica de última geração, propiciável por ação estatal. Esta tese é proposta como via de resposta simultânea aos desafios do desemprego e baixa produtividade da economia informal. Seu autor (Mangabeira Unger) identifica essas forças emergentes, especialmente com as correntes evangélicas neopentecostais e igualmente a uma corrente teológica que lhes serve de justificativa às iniciativas eco-

nômicas – a chamada *teologia da prosperidade*.

Não é possível aqui desenvolver de forma mais explícita a tese supracitada, emitida de forma verbal e de maneira genérica, sem maiores detalhes de como concretizar; mas que pareceu funcionar como espécie de aconselhamento político ao potencial candidato à Presidência da República, *Ciro Gomes*, em programa de internet por este patrocinado (*‘Repare Bem’*, nov. 2019).

Independentemente do mérito da proposta, pode-se a partir dela deduzir a identificação de um outro tipo de potencial econômico subjacente ao Setor de Subsistência da economia, que vai em linha muito distinta dos potenciais de desenvolvimento humano e ecológico antes discutidos. Visita provavelmente as teses do empreendedorismo competitivo radical, movido por certa ideologização religiosa, cujos centros de irradiação seriam os templos pentecostais. Mas dado o ideário explicitamente capitalista da proposta, não se lhes poderia associar quaisquer propósitos distributivistas ou igualitários, que não contêm; muito embora mobilize mentes e corações em periferias urbanas, utilizando (a meu juízo) indevidamente a mensagem religiosa evangélica. O tema assim colocado, pelas suas explícitas conexões econômico-teológicas, será retomado no Capítulo VII, em conexão com as abordagens ético-teológicas diametralmente opostas da *‘Economia de Francisco’*.

Por outro lado, há uma tese sem autor assumido, mas que é hipótese plenamente verificável na história social brasileira, principalmente na contemporaneidade: a indústria da criminalidade, que avança no Setor de Subsistência da economia, mormente nas fases do seu adensamento crítico. Há uma novidade contemporânea nesse contexto, da *‘contra criminalidade’* no formato de milícias, com missão auto atribuída de vender segurança pública à margem do Estado; e que obviamente opera em bases criminais.

Este misto de disputa e cumplicidade do crime organizado e da *‘contra criminalidade’* abrange uma parcela importante da economia do setor informal urbano, sobre o que não temos como quantificar. Mas pelos indícios, opera com somas extraordinárias com tráfico de drogas, comércio de armas, *‘proteção territo-*

rial e patrimonial' etc. no espaço urbano; e no espaço rural com verdadeira indústria clandestina ligada ao crime ambiental e à grilagem primária de terras públicas, oferecidas subsequentemente à 'regularização fundiária'.

Por diversas razões, a economia criminal ou 'contra criminal' das milícias são campos obscuros à pesquisa acadêmica. Seus focos temáticos são evitados pela dificuldade documental factual, embora todos tenhamos a partir da crônica policial indícios robustos de sua operação.

Infelizmente, o contraponto ao desenvolvimento humano nos moldes do aproveitamento de capacidades do Setor de Subsistência, tem sido entre nós o crescimento da indústria da criminalidade, tanto urbana como rural, que não podemos por razões óbvias documentar empiricamente; mas cujos indícios são grandes demais para escapar a uma criteriosa análise da situação.

Finalmente, o que se pode inferir, seja da abordagem da economia humana, seja do empreendedorismo pequeno-burguês, seja da economia criminal, é que ambas as propostas se dirigem às capacidades humana desocupadas do Setor de Subsistência da economia, ora para resgatá-las criticamente, ora para manipulá-las a outros projetos mal confessados ou inconfessáveis. E para quaisquer das abordagens são reconhecidos implicitamente os potenciais de inovação econômica, sendo decisivo aqui o sentido ético que se pretende imprimir à transformação.

6.6 Conclusões

O tema deste capítulo poder-se-ia caracterizar em princípio como uma realidade quase sem teoria – o Setor de Subsistência da economia.

Iniciamos pela abordagem empírica daquilo que não é normal dentro das regras do chamado 'Setor Formal' das relações de trabalho e produção, a partir do que se observa uma dimensão demográfica muito grande da força de trabalho albergada em relações informais ou de subsistência, durante pelo menos quatro décadas – 1980/2020.

Fenômeno similar, investigado na história econômica, revela-

-se também muito significativo do ponto de vista demográfico, praticamente impossível de ser ignorado por historiadores clássicos, a exemplo de Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raimundo Faoro. Mas sua relevância como categoria teórica é de certa forma desdenhada na história colonial (Caio Prado Jr.); ou parcialmente explicada por motivações extraeconômicas durante o período colonial (Celso Furtado), embora Furtado recupere implicitamente algumas características deste Setor de Subsistência em sua teoria do subdesenvolvimento (segunda metade do Sec. XX), na linha de uma certa dualidade econômica.

A tese da dualidade merecerá crítica explícita de Francisco de Oliveira (anos 70 do Sec. XX), com a afirmação direta de que ao invés de dual, o Setor de Subsistência é em verdade o polo atrasado do capitalismo brasileiro, a este integrado de forma dependente e desigual.

Por sua vez, há uma certa lacuna teórica nas abordagens históricas e teóricas sobre o tema, qual seja, a de não reconhecer potenciais dinâmicas internas desse Setor de Subsistência, passíveis de acionamento, tendo em vista precisamente sua transformação, nos marcos de uma economia humana do desenvolvimento.

Este filão hermenêutico é objeto de investigação, para o que são tomadas duas experiências contemporâneas de políticas públicas exercidas explicitamente sobre o Setor de Subsistência: a Previdência Rural, incidente sobre o 'regime de economia familiar rural' durante três décadas (1990/2020); e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (2003/2014). Este último contém propósito explícito de fazer uma ponte entre o fomento econômico (da agricultura familiar de alimentos) e o atendimento de necessidades básicas de alimentos de grupos sociais urbanos em situação de carência alimentar.

Pela análise dos resultados alcançados por essas políticas, o que se pode afirmar como muito significativo são 'os efeitos não esperados' ou insuspeitados, que aparecem nas avaliações dessas experiências, efeitos esses reveladores do resgate de capacidades humanas, com sentido transformador das relações de

dependência e desigualdade social no interior desse Setor de Subsistência.

No primeiro caso, da Previdência Rural, esses efeitos persistem na habilitação de uma economia feminista no espaço rural, dinamizando o regime de economia familiar; e por outro lado, uma melhoria significativa dos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), não apenas da População Inativa como também da PEA rural afetada pelo sistema (da Previdência Rural), que melhora seus indicadores de produção e rendimento familiar.

No segundo caso, do PAA, durante o seu funcionamento normal (2003/2014), há indicadores robustos de desenvolvimento humano para comunidades fomentadas – assentamentos de reforma agrária, quilombos, pescadores ribeirinhos, bancos de sementes ‘crioulas’, comunidades agroecológicas etc., ainda que faltassem a todas essas comunidades citadas, políticas mais completas de desenvolvimento rural. E por sua vez, a vinculação do fomento econômico (garantia de compra para ‘doações simultâneas’) com as entidades urbanas carentes de segurança alimentar, funcionou simultaneamente como selo de legitimidade do Programa e ponte significativa ao desenvolvimento humano nos polos rural e urbano do Setor de Subsistência que articulou.

A experiência do PAA foi interrompida mediante escalada de criminalização do Programa, espécie de ensaio geral do ex-juiz Sérgio Moro de Curitiba, para o que viria depois. Essa escalada, que com o tempo de 2014/2016 gera absolvição de todos os agricultores e funcionários da CONAB, mediante sentenças emitidas por outros juizes da Justiça Federal em Curitiba, demonstrou, pelos abusos e humilhações das vítimas da própria escalada, que o verdadeiro crime que se pode identificar, terá sido dos próprios abusos judiciais cometidos pelo ex-juiz.

Por outro lado, há propostas de políticas diametralmente distintas em circulação, sobre o como tratar das energias potenciais desse Setor. Uma delas, explicitamente assumida (Prof. Manguabeira Unger), é do fomento econômico de determinado empreendedorismo ‘pequeno-burguês’, movido por certa teologia da prosperidade, de cunho nitidamente neopentecostal, mediante

políticas públicas de modernização tecnológica de última geração.

Outra vertente, fora dos limites das políticas legítimas de Estado, captura o lado sombrio do Setor de Subsistência, sua vinculação com a criminalidade urbana, mediante fomento das milícias urbanas vendedoras de proteção territorial e patrimonial; como também de milícias rurais, atuando na criminalidade ambiental e na grilagem primária de terras públicas, para ulterior oferecimento às ilegítimas ‘regularizações fundiárias’.

Essa vertente criminal ganhou força nos últimos anos, seja pelo adensamento do Setor de Subsistência com muitos desempregados e desalentados, seja pela relativa liberalidade com que tem atuado as milícias urbanas e rurais na exploração ilegítima dos respectivos ‘mercados de terra’, cada qual com suas especificidades criminais

Finalmente, o que se pode concluir dessa realidade da ampliação do Setor de Subsistência, sob condições de crise persistente da economia principal, é certamente a necessidade política de uma estratégia de desenvolvimento humano para enfrentar os muitos bloqueios de capacidades. A inação na situação sob exame abre comportas à *barbárie social*, que no caso, tem nomes e endereços explícitos – as várias criminalidades organizadas que circulam no ambiente, das máfias criminais às milícias.

É preciso reconhecer nesse apelo político às estratégias de desenvolvimento humano, duas situações que podem ser demonstradas negativamente. Não é possível incorporar a maior parte do Setor de Subsistência nos limites da economia capitalista organizada pelo seu ‘Setor Formal’. E por outro lado, o apelo ao empreendedorismo ‘pequeno-burguês’, de nítida extração neopentecostal, não enfrenta as características de desigualdade e da pobreza, marcantes nesse Setor de Subsistência, mantendo-o refém das máfias criminais.

É preciso inovar e seguir inspirações de economias alternativas, apelando para as muitas manifestações e experiências de resgate de capacidades humanas; e para as práticas do associativismo da economia ecológica e da economia solidária, que po-

dem oferecer pistas significativas. E do ponto de vista de políticas públicas, resgatar e fortalecer as experiências bem-sucedidas.

Notas Referenciais

(1) Os agricultores familiares brasileiros, vinculados ao ‘regime de economia familiar’, gozam de direitos previdenciários ao abrigo da Previdência Rural. Do ponto de vista conceitual estariam incluídos no setor protegido ou ‘formal’ da economia, pelo critério estrito dessa relação com o Estado Social. Mas a grande maioria desses agricultores se inclui no Setor de Subsistência por outro critério – baixos ou nulos excedentes de renda monetária que geram individualmente no seu estabelecimento familiar.

(2) Segundo os dados da PNAD-Brasil (IBGE) para o terceiro trimestre de 2019, a População Economicamente Ativa –PEA, também conceituada por Força de Trabalho, correspondia nesta data a 106,3 milhões de pessoas, de uma População em Idade Ativa (PIA) de 172,3 milhões de pessoas. Estavam desempregados e procurando emprego na ocasião 12,5 milhões de trabalhadores e eram considerados desalentados na mesma data, e como tais excluídos da PEA, 4,7 milhões de pessoas.

(3) Para uma análise do Setor de Subsistência na história econômica brasileira, comparando sobre o tema as interpretações de Caio Prado Jr. Celso Furtado e Raimundo Faoro, ver de Delgado, Guilherme C. (2014) – ‘O Setor de Subsistência na economia e sociedade brasileira: ...’ in Ramalho, Jether P.e Arrouchellas, Maria H. (Orgs – 2004) – *Desenvolvimento, Subsistência e Trabalho Informal no Brasil*, São Paulo, Cortez Editora – 2004; pp. 45/75.

(4) – Cf. Delgado, Guilherme C. (2004), op. cit – pp. 51/56”.

(5) – Para uma análise histórica do Setor de Subsistência in Caio Prado Jr., ver Delgado, Guilherme C. (2004), op. cit. pp 46/48”.

(6) Oliveira, Francisco A. (1975) – ‘A Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista” in *Questionando a Economia Brasileira*, São Paulo, CEBRAP-Brasiliense, 1975.

(7) Para uma síntese da teoria do subdesenvolvimento, ver de Furtado, Celso (2000) – *Introdução ao Desenvolvimento...*, op. cit. pp. 9 a 26.

(8) Ver Delgado, Guilherme C. (2004) in Ramalho, Jether e Arrouchellas, Maria H. (Orgs. 2004) – op, cit , pp. 48/49 (‘O Setor de Subsistência em Celso Furtado”).

(9) Para uma análise das tendências da economia brasileira no período, ver de Delgado, Guilherme C. (2012) - *Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio...*, op. cit – cap. 5 (Reestruturação da Economia do Agronegócio- Anos

2000).

(10) Utilizo a expressão 'restos do Brasil' no sentido bíblico dos 'restos de Israel' – população camponesa, servos e outros sem profissão definida, considerados marginais pelos exércitos assírios; deixados em Israel por ser considerados inservíveis ao conquistador e, portanto, não levados ao cativeiro da Babilônia.

(11) Para uma avaliação empiricamente fundamentada sobre as mudanças introduzidas pela Previdência Rural no âmbito do 'regime de economia familiar', já na primeira década de sua implementação, ver de Delgado, Guilherme C. e Cardoso, José C. (2003) – *A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos Anos 90*- op. cit.

(12) O texto constitucional federal (Art. 195, § 8º) define o regime de economia familiar, do ponto de vista de sua contribuição à Seguridade Social, da seguinte forma: *O produtor, o parceiro e o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, contribuem para a Seguridade Social...*

(13) O PAA é formalmente instituído pela Lei 10.696, de 02/06/2003, em atendimento às recomendações do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Essas recomendações, cujo proponente original foi o Conselheiro Plínio de Arruda Sampaio, preconizavam ação integradora entre um polo de fomento produtivo à agricultura familiar produtora de alimentos, a outro polo de portadores de necessidades básicas, constituído por entidades assistenciais cuidadoras de grupos vulneráveis.

(14) Ver de Delgado, Guilherme C. (março de 2013) – Relatório de Avaliação do PAA – III: Síntese, op. cit.

(15) Cf. Delgado, Guilherme C. (jan-2013) – Relatório de Avaliação II - "Percepção do Público Alvo a Respeito das Ações do Programa – PAA", op. cit.

CAPÍTULO VII

‘Economia de Francisco’: o que Significa

7.1 Introdução

O sétimo capítulo deste livro presta uma homenagem ao tema da ‘Economia de Francisco’, inspiração das abordagens de Economia Humana e Economia Ecológica que realizamos nos capítulos precedentes. Mas a própria ‘Economia de Francisco’ é um misto de enigma e polissemia, que merece devida interpretação, seja naquilo que declara pretender, seja naquilo que denuncia em termos de distorção à economia humana.

Por sua vez, lançado o tema pela Mensagem de Assis (Papa Francisco) do dia 1º de maio de 2019, a inspiração temática torna-se ambivalente aos dois Francisco: o Santo de Assis, padroeiro das causas ecológicas; e o Papa Francisco, que pela doutrina socioeconômica que nos traz desde o início do seu pontificado (2013), muito tem a nos esclarecer sobre o significado contemporâneo dessa Economia.

Por outro lado, a fonte original de inspiração, seja da mística ecológica franciscana, seja da doutrina social a que Papa Francisco dá destaque e continuidade dentro da Igreja Católica; contém princípios e conteúdos bem específicos nos Evangelhos Sinóticos. E ainda que tal resgate não seja objeto próprio deste capítulo, fica a advertência de que pela relevância de sentido ético-teológico, merecerá tratamento no último capítulo deste livro.

Postas as balizas gerais que orientam o capítulo, cumpre-nos anunciar sua organização em três seções, além desta ‘Introdução’. A primeira (seção 7.2), dedica-se a esclarecer o significado da própria Mensagem de Assis, conectando-a à Doutrina Social

da Igreja Católica neste Século XXI, recorrendo ao pensamento de dois Papas do período recente – Bento XVI e Francisco.

A Seção 7.3 realiza, como o seu próprio título declara (“Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas”), tomando a Economia de Francisco pela sua ética teológica identificada na seção precedente; e de outro lado, as economias alternativas que abordamos neste livro. Mas há uma abordagem de confronto explícito: a da ética utilitária individual clássica, que por sua pretensão de autossuficiência, conspira contra toda proposta dialogal.

O tópico final das ‘Conclusões’ é uma síntese de todas as abordagens precedentes. E a partir desta, podemos interpretar a Economia de Francisco na perspectiva contemporânea de justificação ética e teológica das propostas de mudança de paradigma relativamente aos mercados autorregulados, rumo às economias alternativas tratadas neste livro.

7.2 A Mensagem do Papa Francisco e seu Conteúdo Enigmático a Esclarecer

No dia primeiro de maio de 2019 o Papa Francisco lançou sua Mensagem “...aos jovens economistas, empresários e empresárias de todo o mundo, convidando-os a uma iniciativa de estudo e prática de ... uma economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não depreda.”

A referida Mensagem propôs um Encontro em Assis entre 26 e 28 de março de 2020, posteriormente adiado para 21 a 23 de novembro do mesmo ano, mas este último também não pode se realizar na forma presencial programada, mais uma vez devido à pandemia Covid-19, tendo sido substituído por uma versão virtual por internet.

Por outro lado, no mundo inteiro a iniciativa do Papa Francisco repercutiu, e no Brasil em particular, que cuidou da organização de uma **Associação Brasileira sobre a Economia de Francisco e Clara**.

A iniciativa do Papa não entra em detalhes sobre o que significa a Economia de Francisco, até porque este tema ficou em aberto à

reflexão, tendo a Mensagem que o lançou apenas enunciado algumas pistas.

Em verdade, o próprio teor completo da Mensagem e principalmente as falas precedentes do Papa Francisco explicitam algumas ideias-força da Economia de Francisco, na contracorrente da economia mercantil contemporânea, a cujos problemas concretos sobre seu funcionamento se relacionam os verbos ‘matar’, ‘excluir’, ‘desumanizar’ e ‘depredar’, contidos na Mensagem de Assis. E por seu turno, os verbos ‘fazer viver’, ‘incluir’, ‘humanizar’ e ‘cuidar da criação’ estão apontando para aquilo que poderíamos chamar de novo paradigma de economia humana e ecológica, a ser construído.

Para avançar no conhecimento do significado daquilo que está sendo proposto, precisamos recorrer, por um lado, ao pensamento mais completo do sujeito que fala – o Papa Francisco – no campo do ensinamento social da Igreja Católica, que é o tema desta seção.

Por outro lado, há que fazer o diálogo ético teológico da fala desse sujeito com o pensamento já expresso neste livro sobre as economias alternativas em discussão. Mas algum confronto haverá com uma ética utilitária e individual não dialógica. Esta é a matéria da última seção (seção 7.3), que fecha o conteúdo analítico do capítulo, antes das ‘Conclusões’.

7.2.1 – O enfoque dos documentos eclesiais

Vou tomar como ponto de partida desta seção a Encíclica ‘*Caritas in Veritate*’. Seu conteúdo, muito focado nas questões da economia e do desenvolvimento e seu diálogo e inovações com relação à Encíclica ‘*Populorum Progressio*’, que em 2007 completou 40 anos, antecipa uma linha de reflexão do pensamento eclesial doutrinário para o Século XXI, em dois eixos principais: i) de crítica ética à economia real; e ii) de prospecção a uma nova cultura econômica na história do tempo presente.

Por sua vez, o Papa Francisco retomará com uma ênfase particular várias das questões levantadas na Encíclica ‘*Caritas in Veritate*’. Da crítica à economia mercantil à prospecção para no-

vos rumos de uma economia humana e ecológica, observa-se peculiar destaque às mudanças pastorais internas à Igreja, que se expressam em vários documentos eclesiais, tais como *Evangelii Gaudium* (2013), *Laudato Si* (2015), *Querida Amazônia* (2020), como também em inúmeras outras iniciativas, notadamente, visitas, sínodos, falas aos movimentos populares, atos de gestão interna etc., que têm por tônica os direitos econômicos e sociais em contraposição aos determinantes econômicos de caráter idiolátrico, que denuncia.

Nesses documentos citados, como nas outras iniciativas, vamos nos concentrar nas abordagens sobre sentido da economia, destacando em especial a crítica direta ou implícita ao ‘homo economicus’ de uma economia mercantil autorregulada, em contraposição aos valores de uma ética econômica responsável para com a vida.

Um ponto de partida: a Encíclica *Caritas in Veritate*

A Encíclica *Caritas in Veritate* (2007), do Papa emérito Bento XVI, é provavelmente o documento da doutrina social da Igreja Católica Romana, que de forma conceitual faz a crítica mais contundente à economia mercantil autorregulada, quando explicita a questão dos fins dela própria e afirma claramente que a economia moderna não tem sentido a partir de si própria e tampouco o chamado desenvolvimento econômico **(1)**. Esta formulação, na verdade já está presente na Encíclica *Populorum Progressio* (1967), de Paulo VI, que completara 40 anos nesta ocasião, à qual Bento XVI quis homenagear e retomar temas comuns.

O desenvolvimento econômico é um desses temas comuns, a que Bento XVI chamou atenção para novas questões, a exemplo do meio ambiente e das finanças globais, ainda pouco relevantes à época da *Populorum Progressio*, mas muito importantes na atualidade, precisamente para discernir sobre rumos do desenvolvimento, que a própria economia não é capaz de fazê-lo; ou quando o faz pelos seus valores internos, conduz a humanidade aos impasses das crises econômicas e ecológicas, sem controle.

Por outro lado, antecipando, no nível teórico, questões que o

Papa Francisco trataria tempos depois, com toda ênfase no nível pastoral, *Caritas in Veritate* realiza um diagnóstico ético-antropológico radical do 'homo economicus' da economia mercantil em várias questões que lhes são fundamentais, contrapondo argumentos de uma ética econômica externa à disciplina convencional. Os valores que destaca estão subliminarmente em oposição às omissões e anti-valores do sujeito oculto com quem conversa: a economia mercantil autorregulada. Assim, de modo resumido, temos que:

i. Enfatiza valores externos à economia mercantil – confiança, credibilidade e coesão social, que não podem ser produzidos pela economia, mas que lhes são essenciais ao próprio funcionamento (cf. n. 32), sem o que a incerteza corrói os comportamentos produtivos e o aproveitamento dos recursos humanos. Idêntica ponderação aparece no Documento *Oeconomicae et Pecuniariae Questiones*, de 2018 (op. cit.), da Congregação para Doutrina da Fé (ver nº 13).

ii. Faz a crítica ao egoísmo utilitário do 'homo economicus' da economia mercantil, associado ao progresso técnico, de cujo casamento clássico e neoclássico emerge a Ciência da Economia; e mais tarde (Sec. XX) a teoria do desenvolvimento econômico. Destaca valores essenciais abandonados nesse casamento, tais como o caráter relacional da conduta humana (n. 53); e a categoria fundamental da graça e do dom gratuito como motores do desenvolvimento humano (n.34), sendo o progresso técnico subsidiário e nunca finalístico.

iii. *Caritas in Veritate* dedica um capítulo (Capítulo IV) à relação do "Desenvolvimento dos Povos ... e Ambiente"; e outro (Cap. VI) ao "Desenvolvimento dos Povos e a Técnica", antecipando questões ético-teológicas que a Encíclica *Laudato Si*, do seu sucessor, abordará de maneira enfática, tanto no aspecto crítico ao 'homo economicus' moderno, quanto ao anúncio de um prospectivo 'homo ecologicus'.

As várias contribuições do Papa Francisco

Todos os temas de economia e desenvolvimento realçados na Encíclica *Caritas in Veritate* são retomados nas muitas falas públicas do Papa Francisco, desde 2013: Exortações Pós-Sinodais, Encíclicas, Cartas-Mensagem, Pronunciamentos a Movimentos Populares, 'Moto-Próprio', Homilias etc.

Para efeito dos objetivos deste texto, vou selecionar para o período 2013/2020 um conjunto dessas falas, muito significativas ao esclarecimento do enigma proposto pela Mensagem da Economia de Francisco: 1) *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium* (2013); 2) *Encíclica Laudato Si* (2015); 3) *Oeconomicae et Pecuniariae Questiones* (2018, Documento da Congregação para Doutrina da Fé e Dicastério para o Desenvolvimento Humano Integral); 4) *Carta do Papa ao Presidente da Pontificia Academia para a Vida* (2019); 5) *Exortação Apostólica Pós-Sinodal - Querida Amazônia* (2020).

Cada um destes documentos mencionados aborda questões eclesiais, teológicas e pastorais em diversos níveis, de maneira que a leitura que aqui faço deles é específica às questões sobre economia e desenvolvimento, com objetivo direcionado ao esclarecimento do enigma ora em discussão, a Mensagem sobre a Economia de Francisco.

O que há de comum em todos esses textos, pretendo didaticamente sintetizar em quatro pontos para análise, a saber:

- i.** Sobre o caráter destacadamente pastoral das múltiplas falas doutrinárias de Francisco, característica distintiva e frequente de suas manifestações públicas;
- ii.** Sobre as críticas profundas à associação do individualismo econômico em aliança ao progresso técnico como finalidade da economia;
- iii.** Sobre a crítica à idolatria do dinheiro;
- iv.** Sobre a emergência de uma nova antropologia econômica – 'o *homo ecologicus*' – para uma nova economia humana e ecológica em construção.

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013), no início do

seu mandato eclesial, demarca um conjunto de características que pretende imprimir ao que se poderia chamar de programa do pontificado. Conquanto as questões não sejam inéditas aos papados precedentes, distinguem-no, sobretudo pela orientação pastoral da Igreja Católica aos problemas típicos do Sec. XXI.

Em primeiro lugar, emerge evidente desde a *Evangelli Gaudium* (**EG**), passando pela *Laudato Si* (**LS**) de 2015, corroborada em 2020 pela Exortação Apostólica *Querida Amazônia* (**QA**) de 2020, como também em inúmeras falas e gestos intercalares deste período, o destaque ao caráter pastoral pragmático destes documentos, centrados nas dimensões social e ecológica como demarcadores para uma nova 'praxis' eclesial, com vistas à construção de uma nova cultura econômica.

Os documentos **EG**, **LS** e **QA** nestes oito anos do pontificado de Francisco (2013/2020) apresentam um conjunto coerente de exortações e proposições pastorais explícitas, a exemplo do Sínodo sobre a Amazônia, comunicando várias linhas de orientação à Igreja e à sociedade, na perspectiva de uma nova evangelização, com vistas a uma nova antropologia econômica, onde se destacam os seguintes pontos abaixo enunciados.

- O cerne da evangelização é uma ortopraxia pastoral da chamada 'Igreja em saída', muito bem definida no capítulo 1º da **EG**, especialmente nos números 19 a 27, nos quais recupera e atualiza as inspirações do Concílio Vaticano II aos sinais dos tempos. Ademais, há um destaque muito forte na catequese sobre a "...evangelização para aprofundamento do querigma ", o anúncio da pessoa de Jesus, ficando a ortodoxia doutrinal da Igreja no plano acessório que lhe concerne (ver especialmente os nºs 39 e 161 da **EG**). Do ponto de vista específico da "Dimensão Social da Evangelização" (**EG**, Cap. 4) e "Do que está acontecendo com a Casa Comum" (**LS**, Cap. 1º), ficam muito claras as opções pastorais pelos pobres e pela relação saudável com a natureza, como temas de uma nova economia humana, a ser perseguida.
- O enfoque a uma nova antropologia econômica é tam-

bém muito enfático nesses vários documentos citados, especialmente na **LS**. Aqui se assume, principalmente no Capítulo III, “A Raiz Econômica da Crise Ecológica”, a crítica profunda ao individualismo utilitário em associação ao estilo peculiar do progresso técnico, como espécie de matriz de um peculiar ‘hommo-economicus’, dilacerador do caráter relacional da criatura humana em três dimensões – relações com Deus, relações com a terra e relações com o próximo (ver **LS** n. 66).

- Por sua vez, o enfoque explicitamente econômico das abordagens do Papa Francisco aparece já na **EG**, quando trata do ‘Não a uma Economia da Exclusão’ (n^{os} 53 e 54), abordando sinteticamente as muitas formas de exclusão do mundo do trabalho; e mais adiante (n^{os} 55 a 60), quando trata explicitamente do ‘Não à idolatria do dinheiro’ e do ‘Não à desigualdade social que gera violência’. Esses tópicos tratam com precisão teológica o significado de uma economia que mata, referida na Mensagem de Assis, associada à chamada autossuficiência dos mercados, sob a égide moderna do capital financeiro. O tema da idolatria do dinheiro, muito caro à teologia latino-americana da libertação dos anos 80 do século passado (2) é recuperado com toda pertinência à atualidade.

- A abordagem de uma nova economia com referência ao atendimento de necessidades humanas básicas, por um lado, e por outro a relação amigável com a natureza; é preocupação que vem se reiterando nas falas e gestos concretos do Papa Francisco. Ao mesmo tempo, essas manifestações têm muita clareza da necessidade de reconstrução de certa antropologia econômica da modernidade, completamente centrada no ‘hommo-economicus’ individualista e utilitário, associado a um estilo de progresso técnico predatório da natureza e que cada vez mais prescinde de trabalho humano.

Tudo posto, um novo humanismo econômico parece fluir neste século XXI, explicitamente na Encíclica *Laudato Si* (2015), rei-

terada na Carta ao Presidente da Pontifícia Academia para a Vida (Carta- PPAV, 1º/02/2019), no sentido de erigir a ecologia integral (LS, Cap. IV) e o princípio do cuidado com a vida, susceptível a uma “...*abordagem em relação a vida, ao seu sentido e ao seu valor*” (Carta-PPAV n. 1) para penetrar no cerne da valorização econômica.

Esse enfoque pressupõe uma espécie de mudança de paradigma, não apenas da economia, como da própria cultura moderna, no sentido de eleição da ecologia integral como uma espécie de nova cosmologia, substitutiva do antropocentrismo da modernidade. A inspiração do Papa Francisco tem fundamentação bíblica, para o que faz uma devida interpretação do Gênesis a partir do mandato ao homem para “dominar a terra” (Gn 1,28), com o sentido de “cultivar e guardar” a terra (Gn 2,15), sem o que se rompe pelo pecado (Gn. 3,17-19) a relação harmônica do homem com Deus, com a terra e com o próximo.

Essas quatro caracterizações ficam expressas não apenas pelos documentos citados, como pelo período contínuo do pontificado. Podem ser sintetizadas didaticamente em quatro pontos: 1) numa ênfase da ortopraxis pastoral da “Igreja em saída”, retomando as inspirações do Vaticano II, de leitura dos sinais dos tempos; 2) o enfoque de uma nova antropologia econômica, que por simplificação denominaria de um novo “homo-ecologicus”, substancialmente distinto do “homo-economicus” da modernidade; 3) uma crítica radical às idolatrias econômicas do tempo presente, principalmente à idolatria do dinheiro; e 4) o anúncio da ecologia integral como uma espécie de nova cosmovisão do devir histórico, capaz de repor as relações do homem com Deus, com a terra e com o próximo em linha de plenitude da vida, à imagem e semelhança do Pai da criação.

7.3 Diálogo e Confronto de Éticas Econômicas

Do ponto de vista teórico, aqui referido à economia política clássica do Sec. XVIII, como também às formulações neoclássicas do Século XX, há um núcleo estruturante de princípios ético-econômicos, que Amartya Sen em seu livro “Sobre Ética e Eco-

nomia” assim resumiu:

“Na literatura econômica tradicional, a pessoa é vista como maximizando a sua função utilidade (por exemplo na análise do equilíbrio geral), que depende apenas do seu próprio consumo e que determina todas as escolhas. Esta estrutura complexa do ‘comportamento interessado’ tem três características distintas e essencialmente interdependentes:

1. Bem-estar egoísta: o bem-estar de uma pessoa depende apenas do seu próprio consumo (e em particular não envolve qualquer simpatia ou antipatia pelos outros).

2. Objetivos de bem-estar próprio: o objetivo de uma pessoa é maximizar o seu próprio bem-estar e – dada a incerteza – o valor esperado pela probabilidade desse bem-estar (e em particular, não envolve diretamente a atribuição de importância ao bem-estar dos outros).

3. Escolha do Objetivo Próprio: cada ato de escolha de uma pessoa é guiado imediatamente pela perseguição do seu próprio objetivo (e em particular não limitado ou adaptado pelo reconhecimento da interdependência mútua dos sucessos respectivos, dada a perseguição dos objetivos próprios das outras pessoas.” (3)

Independentemente da consistência interna recíproca desses princípios, que o próprio autor citado (Amartya Sen) põe em dúvida nas ‘Conclusões’ do seu livro, o que importa aqui destacar é a pretensão dessa abordagem teórica em erigir um comportamento ético fechado dentro do egoísmo utilitário comportamental, cujos fundamentos históricos e posteriores consequências sociais criaram de fato um ‘homo-economicus’ típico, protagonista de um período histórico de pouco mais de dois séculos, que precisamos contextualizar e compreender suas origens.

7.3.1 – O legado da ‘ética econômica’ da economia clássica e suas consequências atuais

A fundação da Economia como ciência moderna se dá nos marcos das transformações culturais, sociais e econômicas, que da

Europa se desencadearam para o mundo a partir da segunda metade do Sec. XVIII, sendo as principais, o Iluminismo, a Revolução Industrial, a Filosofia Empirista e suas interconexões, que condensam o campo de rupturas econômicas e ideológicas com o antigo sistema feudal, por um lado, e por outro, com a Ética clássica da filosofia grega. Isto tudo se dá no contexto da modernidade, em que nascem a Economia Política e várias outras ciências particulares, com pretensão de objetividade experimental e autonomia em relação ao conhecimento filosófico, tendência manifesta já no século XX à chamada Economia Positiva.

A filosofia empirista de David Hume (1711/1756), precedida pelas formulações econômicas de caráter utilitário do Conde Bernard de Mandeville (1670/1733), realizam uma ruptura radical com a ética clássica. Ao contrário da ética filosófica, para seguir o poema síntese de Bernard de Mandeville (*"Fabula das Abelhas"*, op. cit.), são os vícios privados que promovem os benefícios públicos; e não as virtudes humanas.

Para David Hume, a descoberta da verdade filosófica e o agir humano se distinguem por suas motivações. Enquanto a primeira *'descobre verdades'*, *mas na medida em que as verdades descobertas pela razão não provocam desejos, nem aversão, é óbvio que não podem influenciar o comportamento humano* (4).

A ética empirista-utilitária será formulada como princípio unificador dos espaços público e privado por Bernard de Mandeville, sendo o núcleo dessa unificação a combinação do auto interesse individual, maximizando o ganho econômico e impelindo a ação dos agentes econômicos, com que arrastariam mercados múltiplos a se mobilizarem, conduzidos por uma *'mão invisível'*. Todas as considerações sobre o agir ético, no sentido da virtude e do bem comum, ficam dispensadas deste contexto; mas o contrário, como de forma explícita afirma a *'Fábula das Abelhas'*, *"são os vícios – a desonestidade, a avareza, a inveja e a vaidade e tudo mais quanto seja vicioso no comportamento humano – as fontes da riqueza geral e móvel da ação econômica."* (5)

Essa formulação original de Mandeville, excluídas as derivações morais escandalosas, mas não seu núcleo teórico, ficará

explícita na teoria utilitária da “Riqueza das Nações”, de Adam Smith, com a ideia do auto interesse individual impulsionando a troca de bens e serviços, sendo esta ‘propensão natural à troca’, conduzida por uma mão invisível do mercado, realizadora do bem comum e da riqueza das nações:

“Não é por generosidade que o homem do tacho, quem faz a cerveja, ou o padeiro nos fornecem os alimentos: fazem-no no seu próprio interesse. Não nos dirigimos ao seu espírito altruísta, mas sim ao seu amor próprio. Nunca lhe falamos das nossas necessidades, mas dos seus próprios interesses.” (6)

O princípio utilitário liga toda uma corrente de precursores da Fisiocracia com os fundadores da economia moderna – Bernard de Mandeville, David Hume, Adam Smith, David Ricardo, dentre outros. Essa associação de empiristas e economistas se expressa pela combinação da ética do interesse próprio, impelida por paixões, preferências e desejos de renda e riqueza, por um lado; associados, por outro, ao progresso técnico – espécie de aliança ajustada para promover a riqueza nacional, posteriormente estilizada na linguagem do desenvolvimento econômico.

A ideia do progresso técnico como uma espécie de pedra angular da Revolução Industrial já está em Adam Smith, que destaca o princípio da divisão do trabalho, quando se transita da produção artesanal à produção manufatureira (7). Irá influenciar decisivamente todas as correntes do pensamento econômico dos séculos XIX e XX – Clássicos, Marxistas, Neoclássicos, Schumpeterianos, Keynesianos etc.

Sobre esta base do *utilitarismo individual* e do *progresso técnico*, sob a direção de uma classe de empreendedores capitalistas, erige-se um sistema econômico planetário, simultaneamente muito eficiente e eficaz à produção de mercadorias e serviços mercantis, sem paralelo na história; mas desigual na repartição dos frutos desse progresso material e também crescentemente predatório do ponto de vista da relação com a natureza.

Coube à geração dos anos 30/40 do século passado, colocar na agenda política dos países capitalistas a problemática da desi-

qualidade, de permeio com as pressões contestatórias do socialismo. Mas o sistema, nos pós II Guerra Mundial, absorveu a crítica keynesiana sobre o desemprego cíclico e sobre a necessidade de intervir na distribuição de renda, dada a endógena tendência do sistema por desigualdade na distribuição de renda e riqueza.

À geração do século XXI cabe enfrentar problemas mais complexos: o aprofundamento da desigualdade econômica, com os sucessivos ataques ao Estado de Bem-estar; e a manifestação explícita de um problema ecológico planetário, desafiando o paradigma do progresso técnico como finalidade do sistema.

7.3.2 – Problemas estruturais repõem dilemas éticos no século XXI

O legado da 'ética econômica' dos fundadores da economia moderna esteve sempre presente, mas frequentemente em xeque por ocasião das crises econômicas cíclicas de caráter geral, como também nas situações de catástrofe global, como foram as duas Guerras Mundiais do Século XX. Em tais situações, forjam-se as bases da proteção social do Estado de Bem-Estar e das convenções de proteção ao trabalho da Organização Internacional do Trabalho, tendo em vista introduzir instituições de direitos econômicos e sociais nas áreas do trabalho, educação, saúde, assistência e previdência social, independentemente das regras mercantis da economia.

Essas instituições do Estado de Bem-Estar, contudo, não se caracterizam como modelos tendentes a mudar estruturalmente o sistema econômico, até porque se situam na estrutura do Estado; e do ponto de vista econômico implicam apenas um pacto redistributivo, de grau variável em cada país, que uma vez rompido acarreta desigualdades crescentes e formas de privação social insanáveis endogenamente pelo sistema econômico.

Sob o enfoque do pensamento teórico em Economia, a justificação do Estado de Bem-Estar, como visto no Capítulo II, é encontrável na *Teoria Geral...* de John M. Keynes (op. cit., cap. 20), ao enfrentar os problemas do desemprego cíclico e da má distribuição de renda, assumidamente como questões endógenas do

sistema. Essa corrente teórica, conquanto hegemônica no Pós II Guerra, faz a crítica do pensamento liberal clássico e neoclássico, que desde os anos 30 do século XX já se opunha ao Estado de Bem-Estar e que a partir do final do século XX irá ser recuperada no chamado neoliberalismo (8).

Mas voltando ao Estado de Bem-Estar e ao keynesianismo no contexto do enfoque deste livro, há uma variação de enfoque ético da economia mercantil, no sentido de que a esta se acopla um subsistema de proteção social ou seguridade social de caráter universal, mas com variantes nacionais importantes em termos de cobertura e atendimento da população; com o ponto em comum de que todos esses sistemas são suportados por apreciável aporte de meios tributários.

Tal arranjo institucional pressupõe um certo pacto ético-político interno a cada país, que é hegemônico, principalmente na Europa Ocidental do Pós II Guerra; mas que começa a se fragilizar com o advento do neoliberalismo, cuja principal bandeira é converter direitos sociais em contratos de seguros privados nas áreas chaves da proteção social.

Por sua vez, do ponto de vista antropológico e ético-econômico, o Estado de Bem-Estar não afeta o comportamento do 'homo-economicus', mas realiza no plano da distribuição certa '*desmercadorização*' do consumo de determinados bens e serviços, mantendo intacto o sistema produtivo nos moldes da economia mercantil. Tudo dependerá do pacto político que realiza a redistribuição da renda tributária, para o sistema de seguridade social funcionar.

A mudança ética é de caráter macro político, com a criação dos sistemas de proteção social provedores dos direitos sociais na forma de benefícios monetários e serviços sociais (saúde, educação básica, previdência pública universal, assistência social, habitação popular etc.).

Por outro lado, mudanças estruturais e ideológicas profundas do capitalismo mundial, do final do século XX às duas décadas do século XXI, afetam sensivelmente os pactos políticos nacionais do Estado de Bem-Estar; a um tempo em que os corifeus do

neoliberalismo recuperam o pensamento conservador do Estado mínimo e da autossuficiência dos mercados. Pensadores ultra-conservadores negam os direitos sociais e a legitimidade da taxa progressiva da renda e da riqueza como forma de atender pessoas socialmente debilitadas, a exemplo de L. Von Hayek (9). Esse pensamento é reintroduzido na agenda neoliberal, mesmo depois das derrotas sofridas com o debate keynesiano desde os anos 30.

Obviamente, o neoliberalismo ou mesmo o liberalismo econômico clássico sempre foram objeto de crítica do pensamento social da Igreja Católica. Por sua vez, as formulações da proteção social do Estado de Bem-estar contêm pontes de diálogo, sem, contudo, formular um modelo antropológico alternativo ao 'homo-economicus' da economia liberal.

7.3.3 – Há pontes de diálogo com a economia humana e ecológica?

Há na literatura econômica crítica à economia mercantil e principalmente na 'praxis' social da sociedade civil, iniciativas econômicas geridas por princípios de solidariedade, cooperação mútua e proteção social, que dialogam diretamente com a Mensagem da Economia de Francisco. Ainda que não constituam um subsistema econômico estruturado, a exemplo do Estado de Bem-estar, apresentam-se na literatura internacional e principalmente na prática social com propostas ao estilo de *A Economia Social e Solidária...* (10), *Outra Economia é Possível...* (11) e *Ensaio de Economia Solidária...* (12). Já nas experiências internas da Igreja católica, o Movimento dos Focolares e suas iniciativas de Economia de Comunhão (13) se inscrevem neste mesmo campo da economia humana, com a espiritualidade da caridade e solidariedade, de inspiração da sua fundadora Chiara Lubich.

Essa literatura revela acervo significativo de experiências de cooperação e solidariedade econômica, principalmente junto aos setores mais afetados pelas crises econômicas, que por razões e motivações sociais relevantes se colocam na contracorrente da economia dominante. Com toda razão, esse campo se

coloca na esfera da economia humana, dialoga diretamente com as preocupações da Mensagem da Economia de Francisco, mas assim como esta, também apresenta seus enigmas, ainda não plenamente decifrados.

Por outro lado, a pergunta que encabeça esta seção supõe a possibilidade desse diálogo pragmático e fecundo no campo das experiências vividas; mas tem também a pretensão às abordagens teóricas de economia humana e ecológica críticas ao 'mainstream', capazes de dialogar com a Economia de Francisco.

Com o risco inevitável da simplificação que os limites deste texto impõem, vou tentar fazer uma síntese muito breve daquilo que na literatura de circulação acadêmica se costuma apresentar como referência, respectivamente de economia humana e crítica ao desenvolvimento econômico convencional, e de economia ecológica crítica ao 'mainstream', sempre na perspectiva do diálogo, ora sob conjectura.

No primeiro caso, de *crítica ao desenvolvimento econômico*, a meu juízo, o economista e filósofo Amartya Sen, consegue fazer uma espécie de síntese teórica no livro "Desenvolvimento como Liberdade" (14) sobre os fundamentos éticos de uma teoria do desenvolvimento, ancorada em valores muito próximos à Mensagem da Economia de Francisco. O autor apresenta as capacidades inerentes aos seres humanos como fonte principal do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que identifica os fatores de privação ou obstrução ao desenvolvimento como obstáculos que constroem essas capacidades. Daí que o objetivo do desenvolvimento na sua obra consiste em remover/desobstruir os fatores de privação humana, condição de possibilidade à liberdade das capacidades humanas, a fazer escolhas de valores que lhes são caros.

Traduzindo para uma linguagem teológica, a obra de A. Sen está nos dizendo precisamente que são os dons e carismas da graça de Deus, de que são dotadas as pessoas em geral e cada uma em particular; que se caracterizam como as fontes do desenvolvimento humano. Mas o resgate destes dons requer o desbloqueio das privações, que impedem as pessoas de exercitar suas liberdades.

des – as privações da saúde, educação, trabalho, direitos políticos e sociais etc. O progresso técnico, que na teoria convencional é finalístico, aqui vira um meio necessário a serviço de um fim, quando se realizam ações de desbloqueio das privações humanas e de apoio às capacitações.

Não por acaso, Amartya Sen foi convidado de honra para o encontro de Assis, que deveria se realizar em final de março de 2020 e que se realizou virtualmente no mês de novembro.

No segundo caso, da *economia ecológica*, há muitas evidências do seu avanço experimental, senão por convicção, por estado de necessidade. Mas uma síntese teórica é ainda arriscada de ser feita. O que vou tentar sintetizar é uma espécie de manifesto fundador, na área econômica, com a contribuição do físico, filósofo e economista romeno-norte-americano Nicholas Georgescu Roegen (15).

O que atualmente é consenso empírico mundial sobre o aquecimento global e suas causas de origem econômica, é motivo de um interessante trabalho de Georgescu, ainda nos anos 70 do século passado, “Energia e Mitos Econômicos” (Georgescu, 2005), no qual o autor apresenta tese crítica à moderna economia pela sua característica intrínseca de ‘alta entropia’ e ‘alta depleção’ dos recursos naturais não renováveis. Esses conceitos significam, respectivamente, perda de energia útil por dissipação, na forma de gases; e consumo crescente de fontes naturais de matérias primas não renováveis e que, portanto, tendem ao esgotamento, tese visitada e respaldada pelo Relatório do Clube de Roma no início dos anos 70 do século passado (16).

Georgescu Roegen é considerado um dos fundadores da Economia Ecológica, malgrado suas teses tenham provocado sua marginalização da vida acadêmica norte-americana. Mas o evoluir do tempo corroborou crescentemente suas teses, que têm também uma significação filosófica peculiar, qual seja, a de uma tendência endógena do sistema econômico, pelo efeito da alta entropia, a produzir caos planetário ao invés de organizar o cosmos com sua promessa de desenvolvimento.

Muito embora Nicholas Georgescu não dialogasse à essa época

(anos 70 do século passado) com o pensamento eclesial, até porque a questão ecológica ainda não era tema relevante da doutrina social da Igreja, as questões levantadas por ele têm implicações reais – econômicas e extra econômicas – e serão considerados com toda relevância no pensamento social da Igreja do século XXI, como já referimos na segunda seção deste trabalho.

7.3.4 – A ecologia integral como nova cosmologia e suas implicações econômicas e antropológicas

A ideia-força de um novo ‘homo-ecologicus’ visceralmente distinto do ‘homo economicus’ da modernidade, é uma proposta bem fundamentada na Encíclica *Laudato Si*, metodologicamente pelas antinomias que levanta, embora sem explicitar a afirmação como aqui levanto.

Do ponto de vista antropológico, é possível fazer uma espécie de confronto conceitual da ética econômica do ‘homo economicus’, estilizada na síntese de Amartya Sen apresentada no início deste capítulo; confrontada ao modelo de economia ecológica, que se deduz da conceituação da Ecologia Integral, segundo a *Encíclica Laudato Si* (capítulo IV). Essa comparação permite um confronto radical de éticas econômicas, que nem mesmo o socialismo real visitou.

São duas culturas ou duas perspectivas civilizatórias que descrevem antinomia profunda do ‘homo economicus’ X ‘homo ecologicus’ nos termos das suas relações básicas, como seguem; e que merecem que reproduzamos aquela caracterização já revelada no Capítulo IV.

Homo economicus

O ‘*homo economicus*’ é movido exclusivamente pela pulsão egoísta e utilitária no comportamento microeconômico, seja como consumidor, seja como empreendedor, seja como trabalhador; suas relações econômicas com outros indivíduos se dão nos marcos estritos do utilitarismo (troca mercantil); o mesmo se aplicando às relações com a natureza, à sociedade e a si

próprio. O princípio, de origem hedonista, de obtenção do máximo benefício individual (prazer) ao menor custo (sacrifício privado) é compulsório, pelo suposto de uma ética utilitária estrita da concorrência mercantil. E em assim agindo, alavancado pelo progresso técnico, essa conduta geraria crescimento econômico geral, balizado por um sistema de preços mercantis de oferta e de procura, conducentes mecanicamente ao equilíbrio de preços entre compradores e vendedores. Todas as relações econômicas seguem os princípios da racionalidade instrumental, ignoram os efeitos externos de suas ações para com terceiros (externalidades) e principalmente para com a natureza.

Homo Ecologicus

O 'homo ecologicus' da economia ecológica, segundo os princípios da ecologia integral, mantém relações completamente distintas consigo próprio, com outros seres humanos e com a natureza, porque mantém uma relação com Deus (dentro do 'approach' teológico).

Sendo como são, seres da natureza (ou da criação no enfoque teológico), o consumidor, o empreendedor e o trabalhador na economia ecológica perseguem a harmonia e o cuidado para com a natureza como norma de conduta humana. À produção e ao consumo ecológico estão diretamente associados, respectivamente, os padrões de minimização da entropia da terra (no sentido território e planeta); e a geração de um valor de uso final saudável para consumo humano.

A relação com a terra orienta-se por dois pressupostos, centrados numa ética da vida, assim definidos por Leonardo Boff:

"O primeiro consiste em considerar como valor supremo a salvaguarda de Gaia. Se ela não subsistir e persistir, desaparecem as bases para quaisquer outros valores. Frustra-se o projeto cultural, o projeto político mundial, o projeto humano. O segundo consiste em conservarmos as condições planetárias, bioatmosféricas, biossociológicas e espirituais para realização pessoal e coletiva da

espécie humana...Estes dois princípios se desdobram em outros dois: a solidariedade planetária e o contrato geracional.” (17)

Dentro desses pressupostos de uma ética da vida penetrando todas as esferas do agir humano, na perspectiva de reorganizar e reconstruir as bases de uma nova aliança do ser humano com a realidade circundante (social, terrena e cósmica), (18) é que se situa a economia ecológica ao estilo da ecologia integral, configurando em verdade uma nova cosmologia. Esta, teria o sentido de reversão das tendências caóticas da economia moderna, para gerar em perspectiva um novo pacto relacional humano-ambiente natural.

A perspectiva de uma nova civilização ecológica passa necessariamente pela superação do ‘homo economicus’ da modernidade, causa provável dos muitos riscos ambientais, sociais, sanitários e econômicos, que se acumulam de forma estressante na desordem cósmica.

7.4 Conclusões

O foco da reflexão sobre economia e desenvolvimento econômico no pensamento social da Igreja Católica, neste século XXI, são as ameaças, cada vez mais graves, oriundas de um estilo de agir econômico incompatível com a reprodução da criação e das criaturas humanas e não humanas, em condições saudáveis e seguras.

O alerta específico da Mensagem do Papa sobre a Economia de Francisco (1º de maio de 2019), chamando um evento especial para pensar e propor pistas a “... *uma economia que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não depreda*” está muito bem corroborado por várias manifestações precedentes e posteriores do próprio Papa Francisco (principalmente, *Evangelii Gaudium*, *Laudato Si e Querida Amazônia*), como também do predecessor Papa Bento XVI, que na Encíclica *Caritas in Veritate* adverte para problemas éticos e econômicos essenciais no centro da economia mercantil contemporânea.

Segundo **CV**, três problemas de fundamento da economia mercantil não merecem dela própria reflexão e ação compatíveis com a ocorrência cada vez mais frequente e profunda das crises econômico-financeiras, a saber: 1) a necessidade de valores externos à economia mercantil, sem os quais esta não pode funcionar adequadamente, tais como a confiança, a credibilidade e a coesão social, cuja quebra desencadeia processos destrutivos; 2) o caráter relacional da cultura humana, que não cabe no princípio do egoísmo utilitário comportamental como norma estrita da economia mercantil, ora sob hegemonia da área financeira; e 3) o caráter fundamental da graça e do dom gratuito como determinantes do desenvolvimento humano, que no sistema de economia mercantil ficam substituídos pelo progresso técnico como finalidade em si.

Por sua vez, o Papa Francisco, ao longo dos sete anos já decorridos do seu pontificado (2013/2020), recolhe essas importantes contribuições do predecessor; e à sua maneira, adotará em suas falas e gestos concretos, orientações ético-econômicas coerentes e ao mesmo tempo inovadoras nos seguintes aspectos: 1) de caráter pastoral, predominantemente, a uma ortopraxia da chamada “Igreja em saída” (**EG**); 2) de enfoque a uma nova antropologia econômica – crítica profunda do ‘homo-economicus’ moderno e prefigurante de um novo ‘homo ecologicus’, a ser construído no sentido da ecologia integral (**LS**); e 3) identifica explicitamente uma idolatria do dinheiro como causa profunda da crise financeira da economia mundial, que somada à crise ecológica, colocam a humanidade sob grave ameaça.

O pensamento de Francisco é muito claro e contundente sobre a economia que mata, exclui e depreda, identificada no sistema econômico dominado pela idolatria do dinheiro em aliança a um estilo de progresso técnico predador da natureza e do próprio homem que o adota.

Por outro lado, são anúncios da boa nova, a proposta de uma espécie de nova cosmovisão de um ‘homo ecologicus’, erigindo novas bases do agir econômico, ancoradas numa ética da vida e da ecologia integral.

A transição entre esses dois modelos econômicos e antropológicos implica em mudanças de paradigma na cultura humana, a exemplo do Iluminismo, da Revolução Industrial e da Filosofia Empirista no sec. XVIII, que lançaram as bases materiais e espirituais de uma certa cosmovisão da modernidade, regida por regularidades ao estilo da mecânica clássica.

Por seu turno, mudanças radicais na cultura humana, susceptíveis de configurar um novo paradigma, compreendendo o *“conjunto de saberes, convicções, ideias poderosas, visões, sonhos e utopias ... em geral surgem, a ponto de possuir condão de se apresentar como nova esperança, ... depois de uma tremenda noite de pesadelos...” (19)*.

A ideia da ecologia integral como novo paradigma das ciências em geral e da economia em particular, constitui na perspectiva de uma ética da vida, em nova cosmovisão, que a partir da crise ecológica geral se colocaria como sentido reconstrutivo do mundo contemporâneo – do caos da modernidade ao cosmo ecologicamente saudável.

Essa mudança de época na história, provavelmente já teria se iniciado, sujeita às dinâmicas planetárias mais aceleradas do aquecimento global, que ao tempo histórico normalmente requerido às mudanças de paradigma no campo da cultura humana.

De qualquer forma, seja por estado de necessidade, seja por revolução cultural, o paradigma da modernidade estaria rapidamente se esgotando pelas próprias mãos daquilo que fora o seu sucesso incontroverso por mais de um século – o crescimento econômico, movido pelas pulsões utilitárias do ‘homo economicus’. Daí, toda pertinência ao anúncio de um novo humanismo ecológico, a ser construído dialeticamente sobre o ‘ancien regime’ da modernidade, mas não necessariamente sobre os seus escombros.

É este precisamente o desafio que se nos colocam essas primeiras décadas do século XXI: erigir uma cultura ecológica, de caráter planetário, a que Francisco, o Papa, identifica na Economia de Francisco de Assis, como meio indispensável à transição epocal. E como toda transição está sujeita aos riscos de sua nega-

ção, esta, segundo consenso crescente da área das ciências, teria consequências catastróficas.

Finalmente, conquanto válida e pertinente a interpretação teórica que aqui faço do enigma da “Economia de Francisco”, com base na literatura citada; é preciso reconhecer a prioridade das experiências vividas como grande eixo pragmático de conhecimento dessa nova economia, a cuja literatura referida não pude recorrer mais destacadamente, dados os limites deste texto.

Notas Referenciais

- (1) Ver em especial na Encíclica **Caritas in Veritate** os capítulos III – ‘Fraternidade, Desenvolvimento Económico e Sociedade Civil – e VI – ‘Desenvolvimento dos Povos e a Técnica’.
- (2) Para uma abordagem na linha da Teologia da Libertação latino-americana (anos 80 do Sec. XX, ver obra de nove teólogos – Pablo Richard (Org, 1980) – **La lucha de los dioses...**- op. cit.
- (3) O texto citado de Amartya Sen do livro - **Sobre Ética e Economia** – op. cit, p. 93, é uma espécie de síntese em linguagem económica da literatura convencional, do chamado ‘comportamento interessado’, que o autor (Amartya Sen) critica, do ponto de vista da lógica interna, como também por não admitir quaisquer outras motivações éticas no comportamento económico.
- (4) Cf. interpretação de Fabio K. Comparato no livro – **Ética: direito, moral e religiões no mundo moderno**, op. cit. p. 78.
- (5) Cf. Bernard de Mandeville no poema - **Fábula das Abelhas**, op. cit, p. 4.
- (6) Cf. Adam Smith in - ... **as Causas da Riqueza das Nações**, op. cit, p. 14.
- (7) O capítulo primeiro de ... **as Causas da Riqueza das Nações**, op. cit., trata especificamente – ‘Da Divisão do Trabalho’, contribuição seminal na abordagem do progresso técnico como mola propulsora à elevação sistemática da produtividade do trabalho, considerada então na transição de uma economia de base artesanal para uma economia manufatureira.
- (8) A ideologia neoliberal esteve muito em voga a partir dos anos 80 do Sec. XX, desde a queda do socialismo real e a ascensão dos conservadores ao estilo Ronald Reagan (EUA) e Margareth Thatcher (Reino Unido). Recuperam-se à época autores neoclássicos dos anos 30/40 do Sec. XX, batidos no debate teórico contra o

pensamento keynesiano, a exemplo de L. W. Hayek e suas teses contidas no livro – **O Caminho da Servidão**, op. cit.

(9) Ver L.W Hayek in - **O Caminho da Servidão**, op. cit.

(10) Ver de Jean-Louis Laville – **A Economia Social e Solidária...**, op. cit.

(11) Ver de Manuel Castells (Org. - 2019) – **Outra Economia é Possível...**, op. cit.

(12) Ver de Paul Singer – **Ensaio de Economia Solidária**, op. cit.

(13) A 'Economia de Comunhão' é experiência comunitária do Movimento Focolares (Focolares), inspirado em sua fundadora – Chiara Lubick, cujas reminiscências vêm do período imediatamente posterior a II Guerra Mundial.

(14) Ver de Sen. Amartya (2000) - **Desenvolvimento como Liberdade**, op. cit.

(15) Ver artigo citado de Georgesku, Nicholas R. (2005) - 'Energia e Mitos Econômicos'. Op. cit.

(16) Ver Relatório Meadows ou do Clube de Roma, de 1972, intitulado 'Os Limites do Crescimento' – (disponível na internet).

(17) Ver de Boff, Leonardo (1999) – **Ética da Vida**, op. cit., p. 119.

(18) Ver de L. Boff – **Éticas da Vida**, Capítulo 5 – 'Nova Cosmologia, Deus e a Espiritualidade'.

(19) Ver de L. Boff – **Ética da Vida**, op. cit., p. 104.

CAPÍTULO VIII

Uma Narrativa Articulada de Economia Humana e Ecológica nos Evangelhos

8.1 Introdução e Justificativa

O capítulo precedente – “Economia de Francisco – o que significa” – é todo construído dentro da doutrina social da Igreja católica, sendo o Papa Francisco, merecidamente, o seu principal inspirador. Mas há um outro, Francisco de Assis, declaradamente inspirador do primeiro, que já no Século XII colocara seu fecundo testemunho de amor à natureza, cujo canto *‘Laudato Si’* virou título da Encíclica Ecológica por excelência do Francisco Papa.

Por outro lado, há uma inspiração referencial maior, que precisa ser recuperada como fundamento teológico mais geral, mesmo porque tanto a doutrina social da Igreja Católica, quanto a mística de São Francisco, têm nela sua fonte original de fundamentação. São as narrativas evangélicas com inúmeras referências às questões da economia humana e ecológica, em geral pouco conhecidas, mas que devidamente resgatadas e articuladas constituem uma proposta muito significativa.

Ademais, o uso e abuso contemporâneo da linguagem bíblica com objetivos econômicos utilitários, a exemplo do referido no Capítulo VII sobre a chamada teologia da prosperidade, inspira-nos ainda mais a ir às fontes originais do cristianismo, não apenas em corroboração ao que nos fala o ensino social da Igreja Católica, como também para esclarecer sobre uma abordagem pouco usual do cristianismo, qual seja a narrativa de uma economia humana, subordinada ao projeto maior dos Evangelhos. Essa abordagem, diga-se de passagem, não é explícita e direta, à maneira fundamentalista, mas fragmentária em várias dezenas de

citações dos Evangelhos Sinóticos. E como tal, requer um resgate estruturado dos seus significados, para o que precisamos nos preparar metodologicamente em termos de linguagem e exegese bíblica devidas. É precisamente esta a tarefa deste capítulo, nos termos que se seguem.

O texto aqui construído está baseado em narrativa evangélica do Século I da Era Cristã, período histórico em que as principais civilizações conviventes no centro do mundo de então, já haviam alcançado formas mais complexas de organização social, sob hegemonia dos impérios em disputa; mas também de afirmação das religiões monoteístas do tronco judaico-cristão.

O espaço da economia humana no mundo judeu, conquanto ainda coexistente com suas heranças tribais, defronta-se agora com novos problemas e protagonistas. Mesmo que as necessidades primordiais de subsistência e proteção social da sociedade tribal aí se reponham, já o são em comunidades humanas do Século I (DC), época em que o Templo (judaico), as Administrações Coloniais (de Israel) e a própria presença direta do Império Romano desempenham protagonismo na economia de então.

Por sua vez, a condição humana das pessoas mais simples depende fundamentalmente de um espaço ético **(1)** para atender suas necessidades básicas de subsistência, proteção social, terapia das privações humanas etc. – a família e o clã, que na esfera pública estão subordinados ao Império (romano) e à religião do Templo (judaico). É neste contexto histórico que vamos procurar desvendar uma narrativa estruturada de economia humana e ecológica, a partir de Jesus de Nazaré, artífice e portador de um projeto do Reino de Deus, começando neste mundo, e que obviamente contém uma economia humana subjacente.

As narrativas e formas de expressão desse projeto, como já assinalado, não são diretas, daí que precisamos recorrer a algum roteiro metodológico para desvendá-las e conectá-las.

Isto posto, já podemos didaticamente enunciar os passos a serem percorridos a seguir neste capítulo, sendo o primeiro (seção 8.2) a descrição sintética da própria 'Metodologia da Narrativa...', complementada em detalhamento pelo Anexo Metodológico.

A seção 8.3 apresenta a própria 'Narrativa Articulada...', baseada na metodologia descrita na seção anterior, com a seguinte estrutura básica de momentos cognitivos (A, B, C) e estilos ou linguagens de expressão explicitados (1, 2, ..., 9), a saber:

A) O Olhar com Sentido Ético-Teológico de Jesus, sobre as questões econômicas do seu tempo, expresso em linguagens específicas: 1. 'Orações', 2. 'Discurso Articulado', 3. 'Juízos de Discernimento' e 4. 'Parábolas'; todos os quatro elementos resgatados de 67 citações evangélicas (ver Anexo Metodológico...).

B) Os Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico, com conteúdos normativos pragmáticos e diretos, que se expressam naquilo que modernamente se denomina por atos de fala valorativos, isto é: 5. 'Declarações e Expressões de Valor'; 6. 'Advertência e Crítica de Princípios', e 7. 'Exortação à Ação'; todos as três expressões resgatadas de 23 citações evangélicas. (idem anterior, Anexo Metodológico...).

C) Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus, manifesto em: 8. 'Atitudes Autoexplicativas' e 9. 'Milagres'; cujos conteúdos possuem significados e orientações relevantes à economia humana da época, comunicadas aos tempos futuros, resgatados de 61 citações evangélicas. (Idem anterior, Anexo Metodológico...).

Ao final, a 'Síntese da Narrativa' revela um conjunto pragmático de princípios ético-econômicos discerníveis à economia humana em campos seminais, tais como as relações de trabalho, as relações com a terra, o tratamento do dinheiro e da riqueza em geral etc. Todas essas relações estão subordinadas ao princípio maior do atendimento de necessidades humanas básicas, especialmente dos mais desprotegidos da sociedade. São pedras angulares de uma economia humana, integrantes do mundo da vida e do anúncio do Reino de Deus, que é a proposta maior de Jesus à humanidade.

8.2 Sobre a Metodologia da Narrativa Articulada

Essa narrativa estruturada não existe originalmente nessa forma nos Evangelhos, que não são gêneros literários de expressão

de qualquer ciência particular da modernidade. Mas existe nos *evangelhos sinóticos* uma gama vasta de citações esparsas sobre questões da economia humana, distribuídas em formas narrativas muito diversas. Esse material também não segue uma linguagem da ética clássica dos gregos, mas está impregnada pela cultura judaica. Daí que, para tentar responder à questão inicialmente proposta, precisamos enfrentar alguns desafios metodológicos, quais sejam:

- i.** Recolher um acervo apreciável de citações econômicas de um evangelho sinótico, conferindo sua replicação nos demais sinóticos;
- ii.** Superar a fragmentação dessas citações, sem cair na tentação anacrônica de organizá-las em categorias da ciência moderna;
- iii.** Organizar as falas e gestos de Jesus, recolhidos em linguagens literárias dos próprios Evangelhos, classificando-as por estilos e articulando-as em momentos lógicos, não necessariamente temporais e sim cognitivos - do 'Ver, Julgar e Agir' -; mas sempre adaptando este esquema pastoral moderno à linguagem evangélica; e
- iv.** Toda essa narrativa toma um Evangelho em particular, o de Mateus, de todos os sinóticos o mais frequente em abordagem econômica; e faz a devida confrontação com os demais sinóticos, para aferir, sob um dos critérios de autenticidade da citação, sua repetição em outros Evangelhos.

Os vários passos dessa metodologia estão descritos em maior detalhe no "Anexo Metodológico" (2), de maneira que aqui no texto precisamos apresentar apenas os conceitos e a resultante do método aplicado.

Etapa 1 – Escolha do Material Primário

Com base nas situações concretas da economia do seu tempo, os evangelistas sinóticos, principalmente, e em menor escala o Evangelho de João, são pródigos em citações sobre questões econômicas. Recolhamos este material primário na forma descrita no Anexo Metodológico, autonomamente de cada Evangelho: no

Evangelho de Matheus em triplas citações (Mt., Mc. e Lc.) = 66 citações, acrescidas de duplas citações (Mt. e Mc), (Mt. e Lc.) e (Mc. e Lc.) = 50 citações; mais 46 citações individuais de cada Evangelho Sinótico, totalizando 162 citações. Esse material se apresenta de forma descontínua e até fragmentária em cada Evangelho, mas de certa forma, mais frequente e organizado em certas formas de narrativa evangélica, como nas Parábolas por exemplo, no Evangelho de Matheus. Daí a preferência por este evangelista para a organização da etapa subsequente (Etapa 2).

Etapa 2 – Classificação em Formas de Expressão e Momentos de Comunicação

De posse deste material extenso e fragmentário de 162 citações, composto na sua versão primária de ‘citações econômicas’ e de ‘milagres de cura’, os problemas elencados nos tópicos ‘ii’ e ‘iii’ da seção 8.2 precisam ser enfrentados. A porta de entrada para articulação dessas citações é sua organização em estilos ou expressões linguísticas próprias dos Evangelhos, estruturadas em ‘Falas e Gestos de Jesus’ típicas desse gênero literário, como também do sentido pragmático aí contido, que contempla e vai além da pura ética econômica.

A proposta a seguir, de classificação desse material primário, desdobrada em três Blocos (‘A’, ‘B’ e ‘C’), tem como propósito responder à questão original deste capítulo. Devidamente comentada e interpretada em sequência, constitui a ‘narrativa articulada’ de economia humana dos Evangelhos Sinóticos, apta ao diálogo ético-teológico deste livro.

A: Olhar com sentido ético-teológico de Jesus

A.1) Orações e meditações iniciais:

- a) “As Tentações do Pão no Deserto” (Mt: 4,1-11);
- b) “A Oração do Pai Nosso” (Mt.6,12-13; Lc. 11,1);
- c) “Eficácia da Oração” (Mt. 7,7);
- d) “Cumular de Bens os Famintos” (Lc.1,53).

A.2) Discurso Articulado:

a) "Sermão das Bem Aventuranças" (Mt. 5,1-11 e Lc. 6,20-17);

b) "Missão do Messias" (Mt. 11,5-6) e Lc. 4, 16-27; Lc. 7,22-23).

A.3) Juízos de Discernimento Ético-Teológicos:

a) Sete citações de Matheus em conexão com Lucas e Marcos em duas.

A.4) Parábolas e metáforas:

a) Oito parábolas recolhidas dos sinóticos, destaque a Mt.

B – Os Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico

B.5) Declarações e Expressões de Valor:

a) Oito declarações em Matheus, sete replicadas.

B.6) Advertências e Críticas de Princípios:

a) Sobre a ganancia (Mt. 10, 37-39); (Mc.8, 36-37) e (Lc. 9. 23-26);

b) Sobre a quebra da confiança (Mt. 12, 25-32) e (Lc. 11, 14-23).

B.7) Exortação à Ação:

a) Missão dos Apóstolos e Discípulos (Mt. 10,1-10), (Mc. 6,7-13) e (Lc. 9,1-6), (10,1-9) e (Lc. 5,4-8).

C: Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus

C.8) Atitudes Autoexplicativas:

a) Jesus paga tributo ao Templo (Mt. 17-24-27);

b) Expulsão dos vendedores do Templo (Mt. 21, 12-16; Mc. 11,15 e Lc. 19,45).

C.9) Milagres e Significação:

a) Multiplicações do pão: oito citações em Marcos, Matheus, Lucas e João;

b) Curas de vários males: 43 citações nos Sinóticos.

8.3 A Narrativa Articulada e sua Evolução Pragmática

Antes de procedermos à explicação de cada uma dessas nove

formas de falar e agir de Jesus de Nazaré sobre economia, que inclui também a linguagem dos gestos pessoais, todos eles do período pré-pascal, convém ainda um esclarecimento prévio sobre essa estrutura narrativa.

Observe-se que a evolução das falas do primeiro Bloco (Etapa A: Orações, Discurso, Juízos e Parábolas), segue uma estrutura narrativa presente nos capítulos iniciais de Matheus, do quarto ao décimo quarto. Nesse conjunto de expressões literárias sobre o falar de Jesus, é possível distinguir, como característica comum, um dado momento lógico de como Jesus encara as questões econômicas que lhe são colocadas de diversas maneiras, incluindo a própria fome de pão que sente no deserto. Todas as falas citadas em Matheus e nos sinóticos neste primeiro Bloco estão contextualizadas por situações concretas que se põem na caminhada da vida pública e reclamam de Jesus algum esclarecimento sobre como responde-las. Pressupõem um olhar sobre a situação e principalmente o discernimento sobre o sentido do agir humano. Com base nesta linha argumentativa, classificamos as várias citações recolhidas do material primário das citações econômicas dos sinóticos, no Bloco A: O Olhar com Sentido Ético-Teológico de Jesus.

Por sua vez, o Bloco B (Etapa B: Os Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico), contém um outro conjunto de expressões literárias: “Declarações e Expressões de Valor”, “Advertência e Crítica de Princípios” e “Exortações à Ação”. Complementam e se integram ao Bloco anterior, mas em grau distinto, explicitamente valorativo e orientado ao agir em dada direção.

Por último, completando uma espécie de pragmática coerente e integrada de falas e gestos de Jesus (Etapa C: Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus), expresso em gestos de “Atitudes Autoexplicativas” e “Milagres e Significação”, todos contidos no Bloco C / Etapa C.

Essa é a moldura de uma narrativa estruturada sobre economia, que como tudo o mais nos Evangelhos, compõe um testemunho vivo do Reino de Deus, a que certamente as questões econômicas não poderiam ficar de fora. Precisamos agora deixa-

-la falar, passo a passo, para encontrar a narrativa que estamos procurando. Ela está contida nas seções que se seguem – de 1 a 9, que correspondem a distintas formas de expressão, dentro dos momentos lógicos (Blocos A, B e C) acima referidos. É nessa linguagem narrativa, devidamente interpretada sequencialmente, que se responde à proposta deste capítulo.

8.3.1 – O olhar com sentido ético-teológico de Jesus

A.1) Orações e Meditações Iniciais

Nas meditações e orações no deserto, mesmo ainda sem situações públicas concretas a se pronunciar, o tema das necessidades biológicas básicas aparece; e Jesus enuncia condições para seu enquadramento numa economia do Reino de Deus, presente na história humana.

A narrativa das tentações no deserto (Mt. 4, 1-11) começa por um fato absolutamente previsível: depois de um longo jejum, Jesus tem fome de pão e nessa situação é tentado a transformar magicamente ‘pedras em pães’. Não dá esse tipo de resposta, mas sim uma resposta comum, também à oração do Pai Nosso: o pão nosso de cada dia sai da ‘palavra de Deus’. Essa expressão logo se esclarecerá na narrativa de Matheus, com a reposição da questão da necessidade do pão na oração do Pai Nosso (Mt. 6,12), que também pode ser interpretada por graça de Deus. Esta é onipresente, como a boa semente que germina e floresce na terra, é também aquela palavra ‘que perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos os nossos devedores’ (Mt.6,12).

Aqui nesta oração já se observa uma ligação muito forte da graça de Deus atuando no cotidiano da história humana perante necessidades reais, fazendo ao mesmo tempo a ponte com o tratamento das dívidas econômicas, que já então se estabeleciam, para o que se chama atenção ao sentido do tratamento justo. Esse tratamento justo pressupõe capacidades humanas plenamente habilitadas pela graça de Deus, para gerar o pão nosso de cada dia com auxílio das forças gratuitas da natureza; e que não sejam

esmagadas por relações desiguais entre credores e devedores, que as tornem estéreis. Afinal, o ser humano foi criado como ser com necessidades vitais, a serem supridas por uma força de trabalho, que assim como as forças da natureza, são dons gratuitos da criação de Deus. É importante destacar, desde a Oração do Pai Nosso, a centralidade da categoria *dívida* a ser subordinada às necessidades humanas, como critério organizador de uma economia humana.

Destaque-se, ainda na oração do Pai Nosso, Jesus recupera a tradição profética sobre tratamento das dívidas econômicas e simbólicas de que o profeta Isaias tratara precedentemente (Is. 61, 1-2). A referida citação de Isaias é lida por Jesus na Sinagoga de Nazaré, conforme narra Lucas (Lc. 4, 18-19) **(3)**, em contexto de palavra profética reiterada, mais apropriadamente ressaltada na categoria seguinte (Discurso Articulado), a que retomaremos.

Há ainda uma oração, destacada individualmente pelo evangelista Lucas, o *Magnificat*, neste caso recitada por Maria, onde o princípio da saciedade dos alimentos aos famintos e todo um conjunto de versos de nítida opção social pelos pobres e de advertência contra o culto da riqueza, transparece com certa centralidade nas meditações da primeira educadora de Jesus de Nazaré, ou seja, sua própria mãe.

A.2) Discurso Articulado sobre Necessidades Humanas

Quando Matheus já começa a narrar a vida pública de Jesus, *“ensinando em suas Sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda e qualquer doença e enfermidade do povo”* (Mt. 4,23), o evangelista dará grande destaque, na fase inicial de sua narrativa, ao Sermão da Montanha (Mt. 5,1-11), que funciona como uma espécie de roteiro de valor ético para o tema das necessidades humanas, enunciado nas ‘Orações e Meditações’.

No centro desse roteiro de valor, a pessoa do outro(a) necessitada é bem-aventurada. É definida em nove situações: *os pobres, os mansos, os aflitos, os que tem fome e sede de justiça, os misericordiosos, os puros de coração, os que promovem a paz, os perseguidos por causa da justiça e os que são blasfema-*

dos por todas as condições anteriores.

O serviço ao outro, prioritariamente àqueles (as) padecentes das muitas formas de opressão são bem-aventurados. A perspectiva do resgate dos seus dons e carismas abafados por toda sorte de opressões é a prioridade dessa economia humana, que lhes devolverá também a capacidade de prover o pão nosso de cada dia. Mas tudo isso, observa as demais condições do ser e do agir pessoais: mansos, justos, pacíficos, misericordiosos e puros de coração ajudam pobres, aflitos, blasfemados e injustiçados a superar esses estados de (des)graça.

Por sua vez, seja respondendo a questionamentos, seja espontaneamente recorrendo à leitura do profeta Isaías na Sinagoga de Nazaré (Lc. 4,16-27), Jesus acentua com toda clareza um discurso de preferência pelos necessitados, no sentido da superação das suas múltiplas condições de incapacidades (sociais, físicas e psíquicas), recebendo aplausos dos presentes; mas também sofrendo reações até violentas, quando destaca essa preferência como critério universal, para incluir os mais desprotegidos de então, os órfãos, viúvas e estrangeiros (3).

A.3) Juízos de Discernimento Ético-Teológicos

Entre os capítulos 6 e 7 de Matheus, o evangelista faz uso sequenciado de um conjunto de expressões, muito ao estilo dos livros sapienciais da Bíblia (Sabedoria e Provérbios), que aqui denominamos de “Juízos de Discernimento Ético”. Esse estilo parece com o das ‘Orações e Meditações’, mas dele se distingue pela tônica nos contrapontos, que permite fazer emergir o *discernimento ético*, aqui selecionado especificamente para o agir econômico. Vou enunciar a seguir a sequência de nove conjuntos de citações, que dando continuidade a esse Bloco A, contêm uma linha sapiencial muito importante, no sentido de uma certa concepção pragmática da economia humana:

- a) ‘Verdadeiro Tesouro’ (Mt.6,19,21);
- b) ‘Deus e o Dinheiro’ (Mt.6,24);
- c) ‘Deus e os Bens Econômicos’ (Mt.6,25-34);
- d) ‘Estreita é a Porta da Vida’ (Mt.7,13);

- e) 'Pelos Frutos se Reconhece a Arvore' (Mt.7, 15-20);
- f) 'Raposas e Aves Têm Suas Tocas e Ninhos' (Mt.8,20 e Lc.9,57- 63);
- g) 'Misericórdia e não Sacrificio' (Mt.9,13; Mc 2,13-17 e Lc.5,36);
- h) 'Caridade e Recompensa' (Mt. 10,42 e Mc. 9,41);
- i) 'Armadilha da Moeda de Cesar' (Mt.22,15-22; Mc. 12,13-17 e Lc.20,20-26).

Observe-se que os cinco primeiros 'juízos de discernimento' somente estão citados em Matheus; e seguem uma sequência narrativa logo após a oração do Pai Nosso. Aplicam o mesmo critério aos 'tesouros' ao 'dinheiro' e aos bens econômicos de subsistência (alimento, vestuário etc.), concluindo com a pergunta: "*não é a vida mais que o alimento e o corpo mais do que a roupa?*" (Mt. 6,25); para ressaltar no final, como os seres da natureza, simbolizados nas aves do céu e lírios do campo, 'resolvem' tão sabiamente essas necessidades.

Esse conjunto de citações econômicas sobre discernimento ético alcança seu ápice no início do capítulo oitavo, já quando Matheus inicia a narrativa das obras milagrosas de Jesus. Estas atraíam muita gente necessitada e também muito trabalho assistencial de Jesus, a ponto de lhe exigir pausas de repouso no meio da caminhada. Aí então, inquirido por alguém que lhe perguntava para onde iria, responde de forma muito significativa: "*As raposas têm suas tocas, as aves do céu ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça.*" (Mt.8,20; Lc. 9, 57,63).

O tema das necessidades humanas básicas continuará presente nas demais citações, mas sempre ressaltando o critério da plenitude da vida, da misericórdia e não do sacrifício; da caridade até como forma de recompensa pessoal nas quatro últimas citações, quase todas elas replicadas nos demais sinóticos. Dessas, vale a pena destacar a última, que volta à questão do dinheiro em um contexto de armadilha política no interior do Templo.

Ressalte-se que já no período histórico de Jesus a economia monetária alcançara o grau de exigência e generalidade das transações econômicas, que a tornara necessária como meio de troca e também meio de pagamento. O Estado já é seu emissor princi-

pal e todos quantos precisam comprar ou vender, pagar dívidas e tributos ou contrair empréstimos e receber salários, realizam esses atos com essa moeda.

É nesse contexto e no espaço do próprio Templo, de longa data usuário dessa moeda, que os fariseus lhe lançam uma questão, com visível sentido de armadilha: “*É lícito pagar tributo a Cesar ou não?*” A resposta de Jesus, pedindo que lhe mostrassem a moeda do imposto (um denário, com a efígie do Imperador) é de todos conhecida e coerente com tudo mais que afirmara sobre economia em toda sua pregação: “*...dai, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus a Deus*” (Mt. 22,21). Essa resposta repõe toda a prioridade da economia humana sobre a economia de Cesar, do Templo e Tetrarquia, que Jesus continuaria testemunhando ao longo de toda a caminhada, até o sacrifício da vida, processo que praticamente se desencadeia muito claramente a partir do gesto final de expulsão dos vendedores do Templo (ver sessão das ‘Atitudes Autoexplicativas’).

A.4) Parábolas e Metáforas da Natureza e do Trabalho

Um outro estilo literário muito utilizado na linguagem verbal de Jesus, o das parábolas e metáforas, é reproduzido abundantemente em Matheus e nos demais sinóticos. Apresenta, de forma simples, pequenas histórias da vida camponesa com referências simbólicas aos ritmos e processos da natureza, como também ao trabalho humano, comuns e compreensíveis ao povo em geral. Usam-se também, nestas histórias, linguagens em sentido figurado: as metáforas, igualmente de fácil compreensão, capazes de comunicar questões complexas de forma didática.

Em dez parábolas são tratadas questões econômicas de dois níveis muito relevantes ao que hoje denominaríamos de: a) Relações *Homem-Natureza* em contexto ecológico; e b) Relações *Trabalho-Sociedade* em uma economia tipicamente agrária. Por razões didáticas vou fazer esta distinção nas Parábolas recolhidas.

A.4.1 – Relações Homem-Natureza

Esse conjunto abaixo listado de parábolas trata com muita propriedade duas questões envolvidas na relação homem/natureza: 1) a dinâmica dos ritmos do tempo e das energias gratuitas da natureza, oferecendo frutos e produtos aos seres humanos; e 2) as indicações sobre como os seres humanos precisam se relacionar com a natureza, incluindo nesta o próprio corpo humano, de maneira a agir oportunamente às dinâmicas do tempo e da natureza que melhor se harmonizem a uma lógica de fins e meios da economia humana. São elas:

- a) Parábola-metáfora da má combinação de meios e fins (Mt. 9,16-16; Mc. 2,21-22; Lc. 5,36);
- b) Parábola do Semeador com Explicação (Mt. 13, 4-9 e 18-23; Mc. 4,3-9 e 13-20 e Lc. 8,5-7 e 11-15);
- c) Parábola do Joio e do Trigo com Explicação (Mt.13,24-30 e 36-43; Mc 4,26-29);
- d) Parábola do Grão de Mostarda (Mt. 13,31-32 e Mc.4,30-32);
- e) Parábola da Rede de Pescar (Mt. 13,47-50).

Provavelmente, a parábola-metáfora 'a', que denomino 'da má combinação de meios e fins' é um exemplo contextualizado desse duplo movimento: ritmos do tempo e ação humana inoportuna. Recorde-se que essa parábola é pronunciada em dado contexto, que segundo todos os sinóticos que a reproduzem (Mc, Mt. e Lc.), Jesus é interpelado pelos fariseus porque seus discípulos não jejuavam à semelhança dos discípulos de João e dos próprios fariseus, mas ao contrário, comiam e bebiam normalmente.

A resposta de Jesus é um primor de sabedoria: *"podem os amigos do noivo jejuar enquanto o noivo está com eles"*. Daí segue-se uma parábola muito significativa sobre a dinâmica do tempo condicionando o agir humano, sob pena do desperdício completo: *"Ninguém faz remendo de pano novo em roupa velha, porque a peça nova repuxa o tecido velho e o rasgo aumenta. Ninguém põe vinho novo em odres velhos; caso contrário, o vinho estourará os odres; e tanto os odres quanto o vinho ficariam inutilizados. Mas, vinho novo em odres novos"* (Mc. 2, 21-22).

Os ritmos do tempo e os serviços gratuitos da natureza, na forma de fecundidade e/ou produtividade naturais, com advertência para o seu contrário quando não se os observa, são retomados com muita versatilidade nas parábolas da natureza que se seguem, geralmente em capítulos próximos a essa primeira parábola da 'má combinação de meios e fins', tanto em Matheus, quanto em Marcos e Lucas.

O tema da produtividade da natureza, simbolizado na boa semente, semeada na boa terra, é explicitado na Parábola do Semeador (Mt., Mc. e Lc.). A pequena história pressupõe a combinação dessas gratuidades da natureza, fontes de produtividade, com o agir sábio do semeador/agricultor, atento à sua semeadura, para que ela vá ao espaço da natureza mais fecundo, que Jesus explica simbolicamente como similar ao próprio coração humano misericordioso. Em síntese, é pela combinação dessas duas gratuidades – as forças produtivas da natureza e sua recepção no agir humano sábio e misericordioso, atento aos ritmos do tempo e às diferenças do espaço geográfico – que se torna cada vez mais fecundo (produtivo) o trabalho do semeador/agricultor.

Logo em seguida à Parábola do Semeador, Matheus narra a Parábola do Joio e do Trigo, narrativa um pouco diferente em Marcos, que apresenta na mesma sequência a Parábola da 'Semente que Germina por Si Só' (Mc.4,26-29).

Pelo confronto dessas duas parábolas, depreende-se uma ideia central que é comum: a interação no tempo, da semente com a terra (germinação, crescimento, floração, frutificação), não deve ser interrompida por ação humana, mesmo que este processo vital da planta esteja sob competição da erva daninha. Há tempo apropriado para intervir, no final do processo e somente aí, quando já for o tempo da colheita. Uma intervenção legalista antecipada significaria, no dizer de uma metáfora popular, muita nossa conhecida: 'jogar fora a criança, juntamente com a água suja do seu banho'. Mesma ideia se observa na Parábola da Rede de Pescar (Mt. 19,44), cuja separação do peixe relativamente ao restante do material colhido somente se dá na última etapa do trabalho de pescar.

Finalizando esse conjunto de parábolas da natureza comuns aos sinóticos, temos a Parábola do Grão de Mostarda no contexto narrativo em que Jesus faz comparação com o Reino de Deus, da mesma forma que no caso anterior (Joio e Trigo): *“É como um grão de mostarda que, quando é semeado na terra, é a menor de todas as sementes da terra, mas quando é semeado, cresce e torna-se a maior de todas as hortaliças, e deita grandes ramos, a tal ponto que as aves do céu se abrigam à sua sombra”* (Mc. 4, 30-32).

Aqui estão presentes todas as ideias-força narradas nas parábolas anteriores, acrescida de uma nova: a produtividade autônoma da natureza, a gratuidade dos ritmos do tempo, a sabedoria do semeador, a par de uma nova ideia, que hoje denominaríamos dos ‘serviços ambientais’, sob a forma de pouso e abrigo às aves do céu.

Todo esse acervo de potências da natureza passa necessariamente por uma relação do homem com a natureza, típica de uma ecologia integral, na acepção moderna da Encíclica *Laudato Si*, recuperadora das inspirações de Francisco de Assis, como também dos Evangelhos.

Por último é importante destacar dessas parábolas relacionadas à natureza, principalmente da primeira (sobre a má combinação de meios e fins), que todas elas estão também falando da natureza humana, particularmente do próprio corpo, que precisa comer, beber e jejuar nos tempos e termos adequados à vida biológica e social das pessoas.

A.4.2 – Relações de Trabalho, Sociedade e Natureza

Uma outra tipologia de parábolas, muito cara aos Evangelhos Sinóticos, dá conta de relações sociais, que na modernidade as denominamos de caráter *agrário* (posse e uso da terra) e de *trabalho*, com explícitas considerações sobre repartição econômica dos frutos do trabalho extraídos dessa relação, bem como das relações paralelas com o mundo urbano a que essa economia agrária se vinculava. Também aparecem aqui, principalmente nas três primeiras parábolas, as relações de devedores e credores na

economia e sociedade da época, com significações que incluem – mas na verdade transcendem – a própria noção de dívida econômica, a exemplo da Parábola do Filho Pródigo. São elas:

- a) 'Devedor Implacável' (Mt.18,23-24);
- b) 'Filho Pródigo' (Lc.15,11-32);
- c) 'Trabalhadores da Vinha' (Mt. 20, 1-6);
- d) 'Vinhateiros Homicidas' (Mt. 21,33-34; Mc. 12, 1-10 e Lc. 20, 9-18);
- e) 'Talentos e Frutos' (Mt. 25, 14-30) e Lc. 19, 11-22 (Parábola das Minas).

Essas cinco parábolas antecipam questões que hoje denominaríamos de economia política, da maior relevância à vida contemporânea, como sejam: 1) o tratamento social das dívidas econômicas; 2) a abordagem da remuneração mínima do trabalho; 3) a justa repartição da renda da terra; 4) a necessidade de melhorias à produtividade do trabalho.

Na 'Parábola do Devedor Implacável', está explicitada simbolicamente a relação do devedor de grande fortuna (dez mil talentos, com cada talento à época correspondente a 17,4 kg de ouro), sendo credor o próprio Rei, capaz de executar a dívida segundo os padrões da época – sequestro de bens do devedor e venda dele e de sua família como escravos.

Perante a súplica angustiada do devedor por prorrogação daquela dívida, o credor concede-a e vai mais além, cancelando a própria dívida.

O gesto da anistia de uma dívida de dez mil talentos (174 ton. de ouro), não fica em segredo, ainda mais em situação inusitada. O devedor perdoado, que é também credor de pequenos empréstimos, recusa-se agressivamente a prorrogar uma dívida de cem denários (cada denário equivalia à época a 0,33 gramas de ouro), respondendo ao apelo do devedor com a ameaça da prisão até que pagasse sua dívida.

A parábola se conclui com a descoberta da conduta injusta do credor implacável para com seus devedores, que leva à anulação da anistia anterior pelo Rei, com todas as consequências, que antes lhes haviam sido perdoadas.

O tema da reestruturação das dívidas nas situações críticas de incapacidade humana para suportá-las, precede aqui, como na oração do Pai Nosso, a toda prioridade econômica. A reciprocidade também é válida, sem o que jamais se alcançaria justiça econômica e social em tal processo. Ignorar ou inverter tais processos, que é da própria índole da idolatria do dinheiro, tem as consequências éticas radicais das relações sabidamente injustas.

Por sua vez, a 'Parábola do Filho Pródigo' ressalta uma relação simbólica significativa muito comum às relações interpessoais, principalmente no contexto das relações patrimoniais familiares – a presunção de relações de débito e crédito – por herança, por favores, prioridades presumidas e expectativas de direito, à frente da fraternidade ou do amor filial. Já a conduta de perdão ao Filho Pródigo, acolhido pelo pai, e o conselho do pai ao filho mais velho, para abandonar sua atitude de 'credor moral', fica como incógnita à reflexão coletiva.

O tema do '*salário justo*' em contraponto ao salário convencional de mercado aparece na 'Parábola dos Trabalhadores da Vinha' (Mt. 20, 1-6). Aqui se trata da remuneração dos trabalhadores da vinha, no contexto de certa desocupação acentuada, a tal ponto de os trabalhadores ficarem das primeiras horas do dia até o anoitecer nas praças à espera de quem os contratasse; e não raro sobrassem muitas pessoas sem encontrar emprego.

A parábola é muito significativa, por ligar a promessa do '*salário justo*' (Mt. 20,4) aos trabalhadores que mais tempo esperaram; com o salário daqueles primeiros escolhidos, que, portanto, por mais tempo trabalharam na jornada. O critério do salário justo de Jesus não está referido à noção convencional de tempo de trabalho incorrido. Recorde-se que todos oferecem na praça os seus serviços e todos trabalham por necessidade, que é comum aos que conseguem, como aos que não conseguem emprego. Por essa razão, todos recebem o mesmo salário-dia, de 1 denário (equivalente a 0,33 gramas de ouro), que pela narrativa se deduz corresponder às necessidades diárias daquele trabalhador (e provavelmente de sua família), deslocado do seu habitat familiar para procurar emprego nas praças públicas. Essas pessoas

são portadoras de necessidades básicas, independentemente da quantidade de trabalho que realizem ou mesmo de nenhum trabalho realizado, por falta de contrato.

A ideia moderna que a parábola invoca é a do salário mínimo legal, como justo salário, independentemente das condições de oferta e demanda do mercado de trabalho e do 'preço' de mercado desse salário em condições parecidas aos da parábola – de excesso de oferta, quando o mercado paga sempre menos. Desloca-se, portanto, o critério mercantil para o critério da 'necessidade básica' como referência ao salário justo.

A '*distribuição da renda*' da vinha entre diferentes protagonistas da sua produção é o tema da '*Parábola dos Vinhateiros Homicidas*'. Aqui se desvenda, de maneira simples, tema dos mais complexos na economia política moderna – a questão da repartição justa da renda da terra e da renda do trabalho, aqui simbolizados na ideia da justa distribuição dos frutos do trabalho humano e dos bens gratuitos da natureza, previamente contratados.

Observe-se, na narrativa desta parábola, quem são as partes contratantes e em que condições acordam: "*...havia um proprietário que plantou uma vinha, cercou-a com uma sebe, abriu nela um lagar e construiu uma torre. Depois disso, arrendou-a a vinhateiros e partiu para o estrangeiro*" (Mt.21,33).

O contrato de arrendamento, nos termos descritos na parábola, pressupõe a repartição acordada entre duas partes, daquilo que modernamente chamaríamos de renda do trabalho e renda da terra, ambas associadas ao total de frutos gerados pela vinha. Mas uma das partes se recusa a repartir e se apropria da totalidade do produto, ignorando por completo o papel do sementeiro e da produtividade da vinha que este viabilizou com suas iniciativas de melhoramentos fundiários. Essa conduta egoística suscita outras tantas contra os emissários do sementeiro, culminando com o homicídio do seu próprio filho.

A parábola é rica de significados e sugestões. Há uma renda justa do trabalho a ser reivindicada em todo contrato, como se viu na parábola anterior; e há também um critério justo de repartição da renda fundiária, expressa pelo arrendamento da vinha.

Afinal, esses arrendamentos contêm usufruto da produtividade gratuita da natureza e da renda do trabalho do próprio proprietário-semeador, em partes previamente acordadas. Na parábola, a ganancia dos produtores de uvas e vinhos ultrapassa quaisquer limites da ética de costumes da época, prefigurando também uma *idolatria do dinheiro*.

A questão da *'produtividade do trabalho'* é tema central em duas parábolas muito parecidas dos evangelhos sinóticos – a 'Parábola dos Talentos' (Mt. 25, 14-30) e 'Parábola das Minas' (Lc. 19, 11-20). Nos dois casos os evangelistas narram histórias simbólicas contadas por Jesus sobre valores econômicos entregues por homens ricos aos seus empregados, para que os administrassem de maneira produtiva por um período dado em que estariam ausentes do país. Ao regressarem, estes senhores pedem contas aos seus administradores sobre os rendimentos obtidos e se deparam com duas situações qualitativamente distintas: alguns apresentam rendimentos altos ou baixos, mas sempre positivos. Mas em outra situação o rendimento dos valores entregues é zero, porque se opta por 'enterrar o talento' ao invés de fazê-lo produtivo.

O simbolismo das parábolas está no fato de destacar o trabalho social como fonte ativa de qualquer rendimento econômico ou produtividade e o não-trabalho do entesouramento, que é vetor de atrofia dos dons e carismas pessoais, provocativos da situação de estagnação. É nesse sentido que ambas as parábolas concluem com o elogio ao trabalho produtivo: *"... porque todo aquele que tem, será dado, mas aquele que não tem, será tirado até mesmo o que tem"* (Lc. 19,26).

Essa conclusão, que também aparece na 'Parábola dos Talentos', de maneira idêntica, embora com pequenas mudanças de forma, é lida erroneamente como elogio da desigualdade econômica. Mas o seu contexto de significação indica-nos o inverso: sendo fonte de produtividade (dons e carismas pessoais), seu resgate para a vida social requer esforço de trabalho, que será tão mais exigido, quanto mais se o tiver como dotação própria ou sob concessão. O elogio é à produtividade do trabalho como necessidade a ser colocada à disposição da sociedade, com prêmios ao

administrador eficaz e castigo ao dissipador, cuja única preocupação é guardar improdutivamente riqueza previamente recebida de forma gratuita.

8.3.2 – Os julgamentos explícitos sobre o agir econômico

As formas de expressão deste Bloco estão muito mais diretas na linha do julgamento de situações, enfoque que vai além do caráter de observação da realidade e discernimento sobre seu sentido mais profundo, que caracterizam o Bloco A. Por isso, as formas de expressão estão mais carregadas pela *tônica da valoração*, como também da crítica e advertência contra anti-valores presentes na história da vida humana, vista sob o critério econômico. E como em todas as anteriores formas de expressão, a narrativa dos 'Julgamentos Explícitos...' está impregnada de pragmatismo ético e não propriamente de doutrinação moral.

O enfoque de Jesus em todos os momentos dessa 'narrativa articulada' é caracterizado por aquilo que os teólogos chamam de *ortopraxis* (4). Diferentemente da ortodoxia, que parte das regras morais 'a priori', a ortopraxis ou ortopraxia extrai das situações concretas e contextuais os critérios para uma boa ação com vistas a uma vida sã, utilizando linguagens simbólicas.

Os julgamentos explícitos deste Bloco, complementam o "Ver com Sentido Ético" do Bloco A anterior; e de certa forma preparam o Bloco C final, "Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus".

Neste Bloco B, vamos analisar algumas citações dos sinóticos, sob as formas de "Declarações e Expressões de Valor", "Advertências e Críticas de Princípios" e "Exortações à Ação".

B.5) Declarações e Expressões de Valor

Esse conjunto de expressões, abaixo listadas, diferentemente das parábolas que narram pequenas histórias simbólicas, contém frases pronunciadas em contextos situacionais, que respondem a casos particulares concretos e se projetam como critérios de sabedoria existencial universal. A frase em geral é uma síntese

se comunicativa, dentro de uma fala mais contextualizada à situação particular e expressa com sentido didático um critério de agir ético universal. São elas:

- a) “Jugo Suave, Fardo Leve” (Mt. 11,30);
- b) “Sábado para o Homem e não o Homem para o Sábado” (Mt. 12,1-8); (Mc. 12,23-27); (Lc. 6, 1-5);
- c) “Dificuldade do Rico se Salvar” (Mt. 19,21-26) e (Mc. 10, 17-27);
- d) “Valor do Serviço ao Outro” – (Mt. 20, 26-28); (Mc. 9. 36-37); (Lc. 9, 33-37 e Lc. 13,36);
- e) “Atender Necessidades é Atender a Cristo” (Mt. 25, 32-46).

Meu *‘jugo é suave e meu fardo é leve’* (Mt. 11,30) fecha o capítulo 11 do Evangelho de Matheus, em sequência à pergunta de João Batista por intermédio de mensageiros: *“És aquele que há de vir ou devemos esperar outro?”*

Há várias diferenças com relação ao Messias esperado pelos judeus. Estes se impunham fardos e jugos mediante leis impostas pela ordem religiosa. Em contraposição, Jesus propõe aqui um trabalho bom, na linha de quem vem trazer misericórdia e não sacrifícios, diferentemente dos jugos e fardos autossuficientes da lei religiosa.

‘Sábado é para o homem e não o homem é para o sábado’, responde nas três narrativas mencionadas dos sinóticos a uma situação particular e muito concreta: discípulos caminhavam famintos na estrada e se alimentavam de espigas colhidas nas plantações do caminho, algo proibido pela lei religiosa por envolver algum tipo de trabalho no sábado, no caso a colheita das espigas. A precedência da necessidade humana da alimentação sobre a lei religiosa manifesta-se aqui pela frase-síntese, com sentido ético-pragmático muito claro:

“É mais fácil um camelo passar pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus!” Esta é uma resposta registrada identicamente por Marcos e Matheus a uma interpelação de um homem rico, sobre o que fazer para herdar a vida eterna. Jesus lhe aponta em primeira instância – seguir a lei de Deus, inscrita nos mandamentos.

Diante da resposta de Jesus, o homem contra-argumenta de

que já o fazia desde sempre, mas sentia que lhe faltava algo. Perante tal insistência, Jesus recomenda: “... *vender tudo o que tem; repartir com os pobres e segui-lo.*” Mas como o homem era muito rico, sua resposta foi escapar.

As expressões “*O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida como resgate por muitos*” (Mc. 20,27); e “*Todas as vezes que deixaste de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixaste de fazer*” (Mt. 25,46), pronunciadas em contexto de disputa pelo poder no seio da comunidade primitiva, encerram esta seção, respondendo ao mesmo tempo interpelações particulares, mas principalmente definindo um critério geral de economia humana, enunciado por Jesus.

O serviço ao outro, prioritariamente aos necessitados, é o valor maior dessa economia. Isto pressupõe a pessoa do outro necessitado como centro da ética econômica de Jesus.

Aqui, o serviço ao outro, coerentemente com todas as falas precedentes, é fonte de graças abundantes, no sentido de que tudo mais será dado por acréscimo a quem assim proceder.

Completamente distinto é o critério da ética econômica da economia clássica, de que tratamos no capítulo VII, em que o egoísmo comportamental explícito pela busca compulsória do auto interesse produz ou provoca coletivamente a riqueza das nações, impelida por um ente mágico – a mão invisível dos mercados. Subjacente a essa teoria clássica há um pressuposto de uma ética utilitária compulsória que impele a ação humana às maximizações da utilidade e dos benefícios monetários individuais ou empresariais, erigindo-se uma teoria do valor utilidade como referencial único de eficiência econômica.

Por sua vez, o critério do ‘*serviço ao outro necessitado*’ difere também da teoria de origem clássica (David Ricardo), adaptada por Marx em “O Capital” por meio da teoria do valor trabalho. Nesta, “o tempo de trabalho socialmente necessário” à produção da mercadoria é o cerne da teoria do valor econômico, da qual a ‘*mais valia*’ é uma derivação. Mas o que se deduz das muitas falas de Jesus sobre o valor do serviço ao outro necessitado ao longo de todo o texto é uma espécie de centralidade do valor do servi-

ço nesta economia humana, independentemente dos critérios de utilidade ou tempo de trabalho dispendido. Voltaremos a este tema ao final.

B.6) Advertências e Críticas de Princípios

Neste tópico Jesus faz advertências em dois contextos bem peculiares – na preparação dos discípulos para missões próximas, no primeiro caso; e no segundo caso enfrenta desconfianças e até calúnias dos fariseus, que atribuem milagres de Jesus, que acabam de presenciar, ao príncipe dos demônios Belzebeu. São as seguintes as citações:

- a) Sobre a ganância (Mt. 10,37-39); (Mc. 8,36-37) e (Lc. 9, 23-26);
- b) Sobre a quebra de confiança por blasfêmia (Mt. 12, 25-32 e (Lc.11, 14-23).

Nas duas situações trata de questões fundamentais à economia humana. Na primeira, aborda a questão de ‘ganhar a vida’, que no sentido moderno da ganancia econômica é uma espécie de mola propulsora da teoria e da prática compulsória da economia de mercado contemporânea **(5)**, baseada no princípio do máximo benefício (prazer) e menor custo (dor) individuais.

Nas citações referidas ao primeiro caso (a), coincidem as advertências de Jesus, principalmente contra a vertente hedonista, muito forte na cultura greco-romana da época, para a qual ganhar o mundo individualmente era signo de prazer, riqueza e poder, transferindo-se aos escravos, camponeses e endividados o ônus por carregar o fardo para obtenção desse ganho.

Jesus, por ocasião da preparação dos apóstolos e discípulos, faz uma preliminar preparação às missões, complementada mais adiante. Adverte-os contra todo estilo de ganância, que mata a própria vida, na medida em que centrada no próprio ego, abandona o princípio da misericórdia e da solidariedade para com o outro. Ademais, transfere o ônus para ser carregado pelos mais pobres; e não enfrenta sua própria cruz.

As consequências reais da opção pela ganância econômica hedonista/utilitária como finalidade de vida, significam a perda da

própria condição humana, traduzida numa linguagem moderna pela profunda alienação moral e espiritual deste estilo de vida econômica e social.

Há uma segunda advertência muito forte, sobre tema que é pressuposto ao funcionamento de qualquer sistema econômico, desde a época de Cristo, mas principalmente na modernidade – o estado de confiança social.

O leitor precisa atentar para o contexto da grave advertência de Jesus, registrada em Marcos e Lucas, sobre a *quebra de confiança social* que promovem os fariseus, por suas negativas ostensivas em reconhecer a graça transformadora do Espírito Santo de Deus presente na pessoa de Jesus, que acabara de curar um doente cego e mudo. O ato é público, mas é questionado pelos fariseus e até blasfemado, no sentido de que se operara um milagre pela força do príncipe dos demônios.

A blasfêmia, no caso, pretendia quebrar a confiança pública na força santa e transformadora do milagre, operado pela graça do Espírito Santo, segundo a narrativa do próprio Jesus. Mas ao assim proceder, os fariseus atentavam diretamente contra uma obra maior subjacente – o estado de confiança na graça de Deus, que é, assim como o oxigênio que respiramos, fonte imprescindível de energias vitais à própria existência digna dos seres humanos.

A calúnia, ainda mais difundida por educadores religiosos, como eram os fariseus, quebra a confiança pública nesta, como em tantas situações análogas de relacionamento humano, movidas por interesses outros, que não o da legítima verdade. É gravíssimo pecado – o da blasfêmia, mentira orquestrada, falsificação ostensiva da realidade. Dissemina no coração humano sementes de incerteza, desconfiança ou negação definitiva da graça de Deus. Esta semente maligna se realiza pela comunicação humana, cuja palavra é fonte simbólica do conhecimento, percepção e discernimento sobre o estado real do mundo da vida. Daí que, obstruir ou até inverter a comunicação da verdade, como reconhece a própria narrativa (Mt. 12,32) é ofensa que pode ser perdoada; mas obstruir e até inverter a comunicação da ação do

Espírito Santo na vida concreta, é pecado imperdoável (Mt. 12,32 e Lc. 12,10).

O leitor conhecedor dessas passagens bíblicas poderia questionar: o que tem a ver essa condenação radical da blasfêmia com a economia humana, tema deste texto?

A pergunta é pertinente e instigante. E a resposta preliminar é: tudo a ver. É o estado de confiança e as expectativas que daí se gestam às relações interpessoais, bem como ao evoluir futuro dos ganhos econômicos, a base fundamental sobre o que se assentam as ações e reações dos chamados agentes econômicos. Abalar o estado de confiança por disseminação de falsa informação traz consequências econômicas negativas de um tipo, qual seja, maior incerteza e desconfiança em relação ao futuro. Mas negar ostensivamente a verdade, obstruir sistematicamente sua comunicação ou até inverter os seus sinais sobre questões como desigualdade sociais, necessidades humanas ou sustentabilidade planetária, para citar exemplos contemporâneos que nos são caros; contém sementes malignas de sentido obstrutivo à legítima comunicação social, de consequências muito graves. Bloqueiam o campo do conhecimento e discernimento público, formação de consciência e principalmente sobre o agir com vistas a fins bons e saudáveis. Equiparam-se neste sentido ao pecado contra o Espírito Santo, narrado nos sinóticos.

O curioso é que esse tipo de ofensa gravíssima, banalizado que ficou pela 'naturalização' no âmbito da economia política e de suas estratégias midiáticas de manipulação do 'estado de confiança' econômico, não tem merecido a devida atenção no discurso religioso convencional. Este, muito centrado na ortodoxia da doutrina, aparentemente considera as questões práticas de manipulação da fé pública como questões externas à 'economia da salvação' (6).

B.7) Exortações à Ação

As Exortações à Ação de que aqui vamos tratar se referem especificamente às recomendações que os três evangelistas sinóticos revelam, como que instruções pragmáticas de Jesus aos apósto-

los e discípulos enviados a povoados e cidades, para missões de comunicação do Reino de Deus. O sentido efetivo dessa comunicação, relativamente ao eixo narrativo deste texto, em continuidade àquelas recomendações missionárias de serviço da seção anterior, precisamos interpretar. Acresce-se ao final uma exortação específica de Jesus aos quatro primeiros discípulos – a narrativa da ‘Pesca Abundante’, que pelo seu sentido simbólico merece comentário conclusivo. O elemento central aqui é este:

a) Missão dos Apóstolos e Discípulos (Mt. 10,1-10), (Mc. 6,7-13) e (Lc. 9,1-6), (10,1-9) e (Lc. 5,4-8).

Há três citações muito parecidas, originárias de Marcos (6, 7-13), replicadas em Matheus (10, 1-10) e (Lc.9,1-6), que se referem explicitamente aos 12 apóstolos; e uma outra somente citada em Lucas (Lc. 10, 1-9), que se refere aos 72 discípulos enviados às cidades da região. Ainda que com pequenas diferenças formais e de destinatários (12 apóstolos e 72 discípulos), o núcleo comum dessas quatro citações referidas é o mesmo: recomendações pragmáticas de nada levar, como se hospedar, ficar apenas onde fossem acolhidos e retribuídos com hospedagem solidária; e, muito explicitamente, realizar curas de enfermos e expulsão de espíritos malignos (demônios).

Observe-se que o conteúdo de todas as recomendações caracteriza um estilo, qual seja o do anúncio da boa nova no mundo da vida, a partir de situações concretas com que nos defrontamos no cotidiano. Não há entre as recomendações de Jesus quaisquer instruções doutrinárias da religião oficial de então, que o próprio Jesus conhecia plenamente.

Sobre economia humana, atentar para duas observações muito importantes. Os apóstolos e discípulos enviados vão prestar um serviço à comunidade, de cura aos enfermos e expulsão de demônios. Como o serviço requer deslocamento, hospedagem e alimentação, compete à comunidade destinatária assim fazê-lo, mediante retribuição destes meios, que não devem onerar a missão desses discípulos. Os atendimentos pessoais – curas de enfermos e expulsão de demônios – são graças concedidas aos enviados por Jesus, que não comportam pagamentos de retribuição;

como em quaisquer outros atendimentos pessoais.

A missão dos discípulos, pelo que nos é levado a induzir das várias citações, é o anúncio pragmático do Reino de Deus. Este já está presente nos locais a serem visitados, ali onde as pessoas recebem os enviados de Jesus, restando apenas ser acolhido pelo retorno à saudação da paz do Senhor, para que se desencadeie o fluxo transformador desse anúncio. Mas haverá situações de não acolhimento, para o que as recomendações também falam sobre como proceder.

Finalmente, é preciso destacar a confluência nessa ‘Exortação’ de três critérios ético-econômicos que se complementam pragmaticamente: 1) o serviço ao outro necessitado, como núcleo estruturante; 2) a necessidade de retribuição dos visitados, tanto em meios, a retribuição pela hospedagem simples, quanto em fins, pela retribuição da saudação da paz do Senhor; 3) a graça de Deus é subjacente nesses procedimentos cooperativos e solidários. É fonte de criação de valor econômico, mesmo em comunidades muito pobres como em geral o eram os destinos procurados pelos apóstolos e discípulos para suas missões.

A conjunção desses três critérios, coerentemente com o que veremos mais adiante, é fundamental para assimilar o significado das ações transformadoras do próprio Jesus – os milagres (ver Bloco C abaixo), que aqui são antecipados para seguimento e imitação pelos seus discípulos.

8.3.3 – Sobre o agir explícito e transformador de Jesus (atitudes e milagres)

Neste Bloco C vamos dar um passo além, relativamente aos Blocos anteriores A e B, que trataram de falas reiteradamente atribuídas a Jesus pelos evangelhos sinóticos, organizadas em diversos estilos de expressão falada.

Aqui no Bloco C trataremos de uma outra forma, não falada, de expressão – as atitudes autoexplicativas e os milagres – que no contexto pragmático dos evangelhos sinóticos revelam, segundo interpretação teológica de que comungo, um processo ascensional significativo no nível da consciência, do Jesus histórico e

humano à divindade. Essa ascensão, que se expressa dentro da história, geografia e cultura de uma dada época, continua e contém possibilidades de seguimento pelos discípulos daquele tempo, como também pelos discípulos do futuro. Isto, contudo, não é mera transposição de procedimentos, mas atenção aos sinais e significados que precisam ser recuperados em outros contextos históricos, geográficos e culturais.

Como se verá em sequência, as questões econômicas estão também aqui onipresentes, seja como ruptura, a exemplo da expulsão dos vendedores do Templo, seja como transformação de estados de morbidade ou morte para estados de plenitude da vida, processo que aqui se opera pelos milagres de Jesus. E neles há sempre um conteúdo imitável, em geral escondido em detalhes que precisam ser destacados, porque é o estilo de serviço de economia humana a ser perseguido neste texto.

Neste Bloco C, iniciaremos com a seção C.8 – ‘Atitudes Autoexplicativas’, finalizando-o com a seção C.9 – ‘Milagres e Significação’.

C.8) Atitudes Autoexplicativas

Tais atitudes possuem significados e orientações relevantes à economia humana da época, comunicadas aos tempos futuros. São elas:

- a) Jesus paga tributo ao Templo (Mt. 17, 24-27);
- b) Expulsão dos vendedores do Templo (Mt. 21,12-16); (Mc.11,15-19); (Lc. 19,45) e (Jo. 2,13-17).

Duas atitudes de Jesus – uma tomada ainda em Cafarnaum, quando acede em pagar o tributo anual e pessoal dos judeus, cobrado a título de cobertura das necessidades de manutenção do Templo de Jerusalém (Mt. 17,24-27); e outra de expulsão dos vendedores do Templo, adotada já em Jerusalém, narrada pelos três sinóticos e também por João – contém mensagens implícitas coerentes, apesar da aparência de contradição. Mais uma vez precisamos recorrer ao contexto desses gestos, como o fizemos com a expressão “*Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus*”, para que se compreenda plenamente a evolução do agir

pragmático de Jesus – do compromisso à ruptura.

Observe-se que esse tributo ‘per-capita’ ao Templo foi cobrado pelos coletores a Jesus, por intermédio de Pedro. Equivale ao salário básico de dois dias de trabalho/ano; talvez o tributo menor dentro do sistema de impostos públicos a que estavam submetidos os povos de Israel, pelo Império Romano, pelos governos regionais da Tetrarquia e pelo Templo. Jesus consente em pagar o *státer* (quatro dracmas), por si próprio e por Pedro, com certo gesto de compromisso, para não promover prematuramente e sem o devido esclarecimento a controvérsia sobre a legitimidade das relações econômicas iníquas, a que o Templo se prestava exercer.

O tempo oportuno chegaria mais adiante! Antes, porém, convém esclarecer, que relações econômicas eram estas que qualificamos de iníquas? O tributo ‘per-capita’ do Templo, relativamente baixo, não era a única forma semi-compulsória de obtenção de dinheiro pelo Templo. Havia também o pagamento do dízimo anual, das *primícias* (primeiros frutos de colheita agrícola); e ainda por ocasião da Páscoa judaica, todo judeu estava moralmente obrigado pela lei religiosa a fazer sacrifícios rituais de determinadas vítimas (pombos, cabritos, novilhos etc.), liturgicamente sem defeitos, fornecidos pelos sacerdotes e oferecidos como sacrifício para quitação dos pecados pessoais. E também em outros serviços narrados nos evangelhos, a exemplo das apresentações obrigatórias de crianças do sexo masculino, de doentes ‘impuros’ curados etc.

Ademais, os sistemas de tributação do Império Romano e dos governos locais se somavam ao do Templo, afetando um volume exagerado de pagamentos, cobrados pelos coletores de impostos, que também corrompiam por conta própria o processo. Estima-se entre 1/3 a 50% o valor anual da produção camponesa comprometida neste processo de extração do excedente econômico (7). Este processo, pelo fardo excessivo, provocava endividamentos privados em cadeia, preâmbulo de ruína para muitos pequenos agricultores e artesãos, vítimas prováveis à perda de suas terras e da própria liberdade pessoal, por dívidas inadimplentes.

Por seu turno, a relação pecado/dívida/sacrifício que a religião centrada no Templo e na sua casta religiosa administravam, prometia quitação de pecados mediante oferta de sacrifícios litúrgicos e/ou contribuições tributárias (dízimos), funcionando simbolicamente e também financeiramente como uma espécie de legitimação religiosa da situação.

É nesse contexto que precisamos inserir a resposta radical em Jerusalém, no próprio recinto do Templo: *“Virou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombos e não permitiu que ninguém carregasse objetos através do Templo. E ensinava-lhes dizendo: ‘Não está escrito: Minha casa será chamada casa de oração para todos os povos? Vós, porém, fizestes dela um covil de ladrões’* (Mc. 11.15-17).

Essa mudança de atitude de Jesus em relação ao Templo, do compromisso à ruptura com seus gestores, significa em verdade uma profunda coerência com tudo que dissera e fizera antes sobre economia do Templo e do próprio Império. Na verdade, o aprisionamento e legitimação da iniquidade numa relação teológica pecado/dívida/sacrifício, enclausura a ação libertadora do Espírito Santo em um verdadeiro triângulo idólatrico sem saída.

Jesus já apontara a relação pecado/perdão; dívida/perdão ou reestruturação em termos substancialmente distintos na oração do Pai Nosso, como também em muitas parábolas citadas neste capítulo. Chegara a hora, portanto, de romper a relação fechada pecado/dívida/sacrifício, subproduto espúrio de uma ortodoxia religiosa e de uma teologia sacrificial, muito conveniente às classes abastadas de então.

Esse gesto de Jesus terá consequências, certamente pactuadas entre a casta sacerdotal e os fariseus, para sua prisão e condenação à morte, processo que abriria, pelas suas implicações extremamente dolorosas, o desencadeamento da transformação central do cristianismo – a Ressurreição **(8)**. Esta, de certa maneira, já está presente de forma potencial nas atividades de curas e transformações que Jesus vinha realizando, juntamente com sua comunidade de seguidores, por toda a caminhada desde Cafarnaum – os milagres, a cuja significação vamos nos dedicar na

próxima seção.

C.9) Milagres e Significação

Esta última seção do tópico 8.3.3 deste capítulo encerra a 'Narrativa Estruturada' com duas abordagens, devidamente interpretadas, de alguns milagres pré-pascuais de Jesus, que pelos sinais que nos são fornecidos por uma frequência muito grande de citações nos Evangelhos Sinóticos, permitem-nos desvendar pistas significativas aos objetivos deste texto. São elas:

a) Multiplicação dos pães e peixes (oito citações nos 4 Evangelhos).¹

b) Sobre os milagres de cura aos enfermos.²

a) Sobre as Multiplicações de Pães e Peixes

Todas as oito narrativas citadas (sete dos sinóticos e uma de João) sobre milagres de '*multiplicação de pães e peixes*' nos quatro Evangelhos (9), descrevem os fatos, destacando a partilha de pães e peixes para multidões famintas. Essa partilha se dá de duas formas, segundo as diferentes narrativas: 1) pelo gesto de Jesus, por todos narrado, de abençoar e distribuir os alimentos aos discípulos, para que estes os repartam às várias dezenas de grupos com 50 ou mais convivas ali reunidos, a pedido do próprio Jesus (Cf. Mc e Lc.); 2) pelo provável (10) acréscimo aos bens abençoados e repartidos por Jesus, por procedimento imitativo interno a cada grupo, dos alimentos que algumas pessoas trouxeram para seu próprio consumo. Este segundo componente é aquela parte perfeitamente imitável do gesto de Jesus, capaz de liberar energias humanas extraordinárias.

Há, portanto, dois milagres em um só: o da multiplicação dos pães e dos peixes e o da partilha solidária, ambos provocados ou despertados por Jesus. O ponto alto do milagre terá sido não apenas multiplicar o alimento, como também abrir o coração das pessoas reunidas em grupos menores, que ao se reunirem, esca-

¹ Ver Anexo Metodológico;

² ver citações na nota n.12

pam do anonimato da grande multidão; e se sentem chamadas a partilhar aquilo que originalmente tinha sido trazido só para si.

Inverte-se aqui o primado da economia clássica de Adam Smith, segundo o qual cada um buscando o próprio interesse, promoverá o interesse geral, pela operação de uma mão invisível. O princípio da partilha é o inverso. Cada um atendendo o outro necessitado, todos ficarão saciados e ainda sobrarão. O operador deste milagre é a graça de Deus imiscuída nas energias conjugadas da cooperação e ajuda mútua. O símbolo da partilha suscita uma abertura profunda do ser humano às energias incomensuráveis da cooperação e solidariedade entre todos e vai ao cerne do milagre, a ser imitado pelos discípulos e seguidores de Jesus.

Observe-se um detalhe narrado, aparentemente menor, mas que é fundamental – a emergência de um princípio dinamizador da *cooperação interpessoal*, diretamente proposto por Jesus (Cf. Mc. 6, 39-40) e (Lc. 9, 14-15), que pede a uma multidão de cerca de 5 mil pessoas a se reunirem em grupos menores de até 50 pessoas (ou convivas na linguagem de Marcos). Essa solicitação de Jesus à formação de pequenos grupos é muitas vezes lida como detalhe irrelevante, que não o é. E aqui é válida uma digressão teórica econômica pertinente.

Cooperação interpessoal é possivelmente o ‘segredo’ do processo de divisão do trabalho que Adam Smith investiga no seu livro clássico **(11)** como motor do crescimento da produtividade do trabalho, historicamente na transição do artesanato para a manufatura; e desta para a indústria moderna. A cooperação entre várias pessoas para produzir um dado bem ou serviço homogêneo é mais produtiva, pela economia de tempo, movimentos e energias despendidas, comparativamente ao inverso, de cada um realizar todas as tarefas individualmente. A experiência é demonstrada em A. Smith.

Ao suscitar a cooperação na repartição de pães e peixes e abrir corações e mentes para a partilha com os mais necessitados, a narrativa da multiplicação dos pães põe em funcionamento essa dinâmica da cooperação, orientada a fins de atender necessidades e da misericórdia humana, diferentemente da economia

clássica; tema a que abordamos no confronto de éticas econômicas do Capítulo VII.

b) Sobre os Milagres de Cura aos Enfermos

Já sobre os *'milagres de cura aos enfermos'*, os evangelhos sinóticos, que tem por método fazer memória da caminhada histórica de Jesus, passo a passo, desde a vida familiar em Nazaré, da Galileia à paixão, morte e ressurreição em Jerusalém, na Judéia; registram pelo caminho uma frequência muito grande de milagres de Jesus, com notável prevalência entre eles das curas de todas as enfermidades então encontráveis, a saber: 13 referências em Marcos, 14 em Lucas e 16 em Matheus. **(12)**

Assim como os milagres da multiplicação de pães e peixes, as curas aos enfermos contêm também indução à imitação pelos seguidores de Jesus, que requer atenção aos sinais e significações desses gestos. Há aqui também uma dinâmica de transformação de situações, da carência à saciedade, como vimos na situação anterior, agora se manifesta pela mudança de estados de morbidez/atrofia e incapacitação para estado de plena capacidade e liberdade humana. É nesta situação ou para esta situação que as pessoas são criadas e dotadas de dons e carismas conferidos a todos e a cada um, a serem exercitados por atividades, que pressupõem a liberdade de agir.

Gerar saúde é também gerar salvação humana; daí que uma economia humana que se referencie nos milagres de curas, tem muito a nos dizer, mais além da technicalidade das ciências médicas, que por razões de método estão afastadas da perquirição do sentido da vida plena e dos valores inerentes à condição integral do corpo-espírito humanos.

A pergunta que a esta altura nos desafia é a seguinte: como podemos imitar as curas de Jesus nas situações em geral de pessoas comuns, não dotadas de dons humanos de cura e muito menos ainda da própria condição divina de Jesus?

A expressão *"Ide e Curai os Doentes"* **(13)** que Jesus utiliza várias vezes nas instruções aos discípulos e apóstolos de sua época, continua válida nos tempos modernos. Mas requer interpretação

daquilo que pode ser imitado por cada um de nós.

Das dezenas de milagres de cura narrados pelos sinóticos – 16 eventos narrados em Matheus, 13 em Marcos e 14 em Lucas (ver Anexo Metodológico) – de curas pessoais e coletivas, em todos estes casos temos explicitados dois momentos significativos: 1) o ato imediato da cura reabilitadora da pessoa, para viver a vida livre daquele ‘poder desintegrador do mal’ (14); 2) o processo curativo continuado, que requer ações de terapia e cuidados para a recriação de homens e mulheres livres daquelas forças desintegradoras que campeiam pelo mundo. Vou recorrer aqui a um especialista no tema, sintetizando, a meu modo, essa abordagem original de José Antônio Pagola, de ação teológica capaz de responder à questão central aqui colocada.

Uma ação teológica exemplar, capaz de reconciliar saúde e salvação, é o tema que permite integrar, na mesma abordagem, ato imediato e processo curativo continuado. Os estudiosos de Jesus histórico, a exemplo do conhecido biblista espanhol José A. Pagola, põem em destaque, com grande riqueza de detalhes, a missão de ‘curador da vida’, a que se dedicou Jesus de Nazaré em sua caminhada de vida pública.

Ao colocar em primeiro lugar a vida das pessoas e não a religião ou o proselitismo em torno da lei e do pecado, inverte completamente os termos da teologia oficial da época – teologia da retribuição, segundo a qual, saúde, salvação, riqueza e prestígio estariam associados ao *prêmio de Deus*, enquanto doença, miséria, pobreza e sofrimento humanos estariam associados ao *castigo de Deus*. A ação curativa de Jesus é completamente distinta e liberta desse triângulo cruel, de que já falamos anteriormente – pecado/dívida/sacrifício.

Nessa ação curativa, Jesus reconcilia os sentidos da saúde e salvação, corrompidos pela teologia da retribuição, aproximando-se e até mesmo tocando os enfermos, considerados ‘impuros’ pela lei religiosa, com que se lhes desperta, pela solidária compaixão, o resgate da identidade humana de filhos de Deus, massacrada por sofrimentos físicos, psíquicos e morais.

As quase duas dezenas de enfermidades mencionadas nos

Evangelhos de Marcos, Lucas e Matheus e provavelmente as milhares de pessoas acometidas pelas doenças mais comuns à época, presenciavam uma nova terapia e principalmente um novo terapeuta, distintos tanto da medicina oficial grega dos Templos de Esculápio (15), quanto das atividades mágicas exercidas por outros profissionais – os curandeiros populares daquele tempo. Essa nova terapia e seu poder de cura estão diretamente ligados a uma relação nova para com o enfermo, que o biblista Antônio Pagola assim caracteriza:

“O que é decisivo é o encontro com o curador. A terapia que Jesus põe em funcionamento é sua própria pessoa, seu amor apaixonado à vida, sua acolhida afetuosa a cada enfermo ou enferma, sua força para regenerar a pessoa a partir de suas raízes, sua capacidade de transmitir sua fé na bondade de Deus. Seu poder de despertar energias desconhecidas no ser humano criava as condições que tornavam possível a recuperação da saúde.” Cf. Pagola, A. (2013) p. 203.

Em suma, desperta-se no enfermo, pela recuperação daquilo que nós chamamos hoje de *autoestima*, a possibilidade de sentir-se amado e de acreditar que há um Deus da vida a quem apelar. Essa conjunção da compaixão do terapeuta com o redespertar da fé das pessoas enfermas é a fonte primordial da cura nessa abordagem teológica do ‘curador da vida’. E como tal, este caminho foi trilhado pelos discípulos de Jesus em sua época, no trato das muitas enfermidades pessoais e sociais, como também pode ser seguido nos tempos históricos contemporâneos.

Observe-se que o enfoque teológico dos milagres de Jesus nada tem a ver com os procedimentos mágicos, muito comuns à época, como ainda hoje, dos curandeiros, que mediante ritos específicos, apelos espirituais, palavras-chave e gestos especiais etc. exercem um outro tipo de medicina, exclusiva de um grupo de pessoas dotado de certas habilidades psicológicas e espirituais (dons e carismas da cura).

Diferentemente, a *terapia de Jesus*, muito bem sintetizada na citada passagem de Antônio Pagola, é de outra natureza, sem ne-

nhum demérito aos curandeiros legítimos. Percorre necessariamente uma relação interpessoal ou intersubjetiva ética e se realiza na integralidade da pessoa física, psíquica e espiritual, sem segmentações. Na verdade, a própria abordagem da enfermidade provocada pela desintegração psicológica e social do ser humano, explicitamente nos casos de esquizofrenia, histeria, epilepsia; ou nos estados alterados de consciência, como se os definem modernamente, encontrará um terapeuta – ver os casos muito frequentes dos ‘endemoniados’, especialmente o de Géresa (Mc. 4,1-2). Os espíritos que o atormentavam, no caso, se identificam como Legião, possível referência simbólica à opressão romana, como também da multiplicidade de fatores provocativos de sua enfermidade e isolamento. A cura de Jesus, no caso, conta com recomendação posterior ao antigo enfermo, de partilhar em família o próprio processo curativo.

Muitas outras enfermidades – cegos, surdos, mudos, deficientes físicos, portadores de doenças de pele, definidos à época como leprosos, todos sujeitos ao anátema de ‘impuros’ ou de exclusão explícita da preferência religiosa, segundo os Estatutos dos Essênios de Qumram (16) – passaram pela terapia de Jesus.

Finalmente, as determinações sociais das enfermidades, dentro de uma hermenêutica bíblica hoje amplamente aceita, estão associadas fortemente às opressões praticadas pelas dominações política, religiosa e sanitária exercidas pelo Templo, pelo poder romano colonizador e pelo governo interno (Tetrarquia), cujos processos de tirania social conspiravam contra a condição humana saudável.

8.4 Uma Síntese de Economia Humana e Ecológica a Partir da Narrativa

A ‘Narrativa’ deste capítulo, estruturada em três blocos ou momentos lógicos (Ver, Julgar e Agir) intercomunicativos, contém obviamente muito mais comunicação, que aquela a que estou aqui interessado em destacar por razões de método.

Por sua vez, os achados de economia humana e ecológica implícitos ou explícitos nas 162 citações evangélicas selecionadas

para interpretação, recuperam e recorrem a uma proposta maior à qual funcionam como meio – o anúncio do Reino de Deus à humanidade, naquilo que é indispensável à subsistência e proteção dos seres humanos no mundo.

Parece-nos instigante destacar alguns aspectos realçados nesta Narrativa, que contém importantes contribuições aos tempos modernos, envolvidos em uma crise de valores ético-econômicos insuportável.

Há uma certa centralidade – na economia humana dos evangelhos – aos conceitos de dom e graça, atribuídos às pessoas; de caráter necessariamente relacional a que esses dons e graças se manifestem nas interações econômicas. Traduzindo essa observação teológica, diga-se de passagem, retirada da Encíclica *Caritas in Veritate* (capítulo VII); o que modernamente chamamos de ‘capacidades humanas’ na teoria do desenvolvimento econômico, os textos evangélicos tratam como ‘dons e graças’ do Espírito Santo. Estes precisam ser exercitados pelas pessoas, para o que se requer trabalho social. E esse trabalho será tão mais fecundo quando exercitado para atender necessidades básicas dos seres humanos, especialmente dos mais frágeis.

Aqui há uma espécie de exaltação do valor econômico maior que guia todo o texto – o serviço ao outro necessitado é fonte de geração de valor econômico, suscitado pelo desabrochar de capacidades humanas (dons e graças) suficientes para abastecer, ainda com sobras, às necessidades coletivas (ver milagres da multiplicação dos pães e peixes).

Por seu turno, colocar o trabalho em movimento é também exercitar os dons e carismas pessoais em relações de trabalho, em relações com a terra, em relações entre credores e devedores, para as quais existem frutos legítimos do ponto de vista de sua produção e distribuição a gerar (ver parábolas selecionadas). Essas relações mencionadas são legítimas e harmoniosas quando respeitam as necessidades básicas dos trabalhadores, por um lado; atendem a critérios da relação saudável com a natureza; apoiam-se em acordos éticos de repartição dos frutos e finalmente repactuam dívidas insuportáveis, tendo em vista propiciar o

‘ganhar a vida’ com dignidade.

Merecem ainda destaque, por suas implicações muito significativas aos tempos modernos, duas ideias-força diretrizes à essa economia humana. Elas conferem um sentido novo à própria economia hegemônica nos tempos de Jesus. A primeira é a transição do triângulo teológico-econômico *‘pecado, dívida e sacrifício de quitação’*, dominante na teologia da retribuição então vigente; para um outro triângulo teológico *‘graça, perdão (ou repactuação) de dívidas e atendimento às necessidades dos mais frágeis’*. Isto na prática significa substituir uma economia de pesos insuportáveis aos camponeses e trabalhadores da época, por ‘um jugo suave e fardo leve’.

Essa transição se faz de maneira radical e autoexplicativa no testemunho de Jesus no próprio Templo de Jerusalém, por ocasião da expulsão dos vendedores, cambistas e comerciantes ligados aos negócios litúrgicos do próprio Templo, relacionados à quitação dos pecados.

Outra ideia-força muito significativa, também de superação da teologia da retribuição, que modernamente poderíamos associar ao desenvolvimento humano, é o elogio à produtividade do trabalho e condenação à sua atrofia – por desemprego, preguiça, medo ou idolatria à riqueza sem trabalho. E aqui mais uma vez se associa ao trabalho social o próprio exercício legítimo dos dons e carismas das pessoas (Parábolas das Relações de Trabalho).

Observe-se que o elogio da produtividade do trabalho contém claramente um sentido social, de colocar as capacidades humanas em movimento a serviço da coletividade, que efetivamente atenda a todos e não apenas ao indivíduo a quem foi confiada determinada dotação. Isto porque o sentido claro da mensagem é este: dons e graças são gratuidades recebidas para frutificar e repartir legitimamente.

Essa proposta implícita de desenvolvimento humano é o inverso da ideia individualista da “Riqueza das Nações...” de Adam Smith, como também das teses de uma teologia contemporânea da prosperidade, espécie de caldo requentado da teologia da retribuição vigente nos tempos de Jesus e claramente por Ele recu-

sada, como também já o fora no sábio e profético testemunho do Livro de Jó.

Finalmente, as ideias e práticas de Jesus, enunciadas nas várias parábolas que classificamos como de “...relações homem-natureza”. Aqui, o acento é posto na produtividade gratuita da natureza, resgatada pelo cuidado humano, forma muito peculiar do trabalho social. O destaque das parábolas selecionadas é para atenção aos ritmos e tempos da terra, mediante agir sábio e misericordioso, atento às necessárias interações das cadeias de vida. E o oposto a este processo dinâmico da vida é: semear em terrenos inférteis, desperdiçar e destruir os dons gratuitos da criação (natureza) e ou interromper inoportunamente o ciclo vital do ‘joio e do trigo’, em prejuízo ao bem comum. E como se vê, a inspiração original à ecologia integral da *‘Laudato Si’*, fica aqui muito evidente.

Anexo Metodológico

O ponto de partida da metodologia para construção da ‘Narrativa Articulada...’ do capítulo oitavo deste livro é a recolha do material primário, a ser posteriormente articulado narrativamente. O exercício preliminar de recolhimento deste material está previamente demarcado pelo foco temático nas questões ou situações que tratam do atendimento de necessidades de subsistência humana, proteção social e atendimento de outras prioridades materiais, para as quais a sociedade dos tempos de Jesus estabelece peculiares relações econômicas. Esse conjunto de questões e situações se insere no mundo da vida de então, subordinado às regras do Império e da Religião, que protagonizam as relações econômicas.

Feita esta breve explicação introdutória, busca-se primariamente recolher todo o conjunto de citações evangélicas, que de alguma forma contém narrativas sobre a economia da época, sendo protagonista, no nosso caso, as falas e gestos de Jesus de Nazaré sobre estas tais relações econômicas. Essas relações econômicas – fundiárias, trabalhistas, tributárias, monetárias etc. – incidem diretamente sobre as condições de vida da população e

dos mais pobres em particular, daí porque entram diretamente nas preocupações de Jesus.

Isto posto, recolhe-se o material primário de uma dada fonte – os Evangelhos Sinóticos, tomando Mateus por referência inicial. A escolha da fonte primária tem a pretensão de realizar uma certa ‘pescaria’, para captura de um tipo determinado de ‘peixe’ – as falas e gestos de Jesus do período pré-pascal, o mais próximo possível do Jesus histórico.

O recolhimento do material primário a partir de Mateus se dá autonomamente em cada um dos três evangelhos sinóticos, gerando uma massa primária de 162 citações dos três evangelhos sinóticos, 66 das quais estão presentes nos três evangelhos, 50 em dois evangelhos e 46 são citações individuais de cada evangelista, conforme discriminação em sequência. Nesta primeira abordagem utilizamos apenas o critério de seleção das situações e relações econômicas tratadas nos Evangelhos, como as falas e gestos de Jesus; e por decisão prévia incluímos todos os milagres de cura, e especificamente os milagres de multiplicação de pães e peixes.

Por sua vez, o material recolhido caracteriza-se pela repetição esperada de citações quase idênticas. É também fragmentário, porque pinçado dos evangelhos sinóticos para um propósito específico – o enfoque ético de Jesus na economia humana, que nos textos originais não está sendo tematizado especificamente. Há, portanto, que proceder sua organização temática, com o cuidado de não importar questões éticas ou econômicas anacrônicas à narrativa histórica dos tempos de Jesus.

O passo seguinte consiste na classificação do material recolhido, atendendo a duplo enfoque simultâneo: a) adotar formas de expressão originais, o mais possível, dos próprios Evangelhos; b) apreender o sentido ético das falas, todas elas previamente identificadas como de economia humana.

O primeiro critério de classificação é mais geral e de certa forma contém o segundo. Propusemos nove categorias classificatórias das falas e gestos de Jesus, a maioria das quais explícitas nos textos originais.

Por sua vez, a partir dessas nove expressões originais é possível distinguir diferentes momentos cognitivos e comunicacionais, que a pragmática contemporânea das pastorais católicas popularizou nos verbos “Ver”, “Julgar e “Agir”.

De forma mais complexa, a filosofia da linguagem do Sec. XX com sua teoria dos atos de fala (John L. Austin e J. R. Searle) classifica as falas humanas de forma geral em locucionárias, ilocucionárias e perlocucionárias; ou de forma mais simples, sentenças constatativas e performativas. Mas para os propósitos deste texto, não é necessário complexificar a classificação, que fugiria aos objetivos do trabalho.

Feitas essas considerações preliminares, vamos enunciar as referidas nove formas de expressão originais (1, 2, ..., 9), repartidas nos três momentos cognitivos: A) “Ver com Sentido Ético-Teológico”; B) “Julgamentos Explícitos sobre o Agir Econômico”; e C) “Sobre o Agir Explícito e Transformador de Jesus”.

Isto posto, as nove expressões literárias dos Evangelhos inseridas nestes três momentos referidos são as seguintes: A.1: Orações e Meditações; A.2: Discurso Articulado (Sermão); A.3: Juízos de Discernimento Ético; A.4: Parábolas; B.5: Declarações e Expressões de Valor; B.6: Advertências e Crítica de Princípios; B.7: Exortações à Ação; C.8: Atitudes Autoexplicativas; C.9: Milagres e Significação. Há uma décima classificação “Residual” que significa que as citações aí contidas não se enquadram em quaisquer dos nove critérios precedentes.

Relação do Material Primário Utilizado de Cada Evangelho com Respectiva Classificação

Anotações para classificação das citações evangélicas

I. Orações e Meditações; II. Discurso Articulado; III. Juízos de Discernimento Ético; IV. Parábolas; V. Declarações e Expressões de Valor; VI. Advertências e Crítica de Princípios; VII. Exortações à Ação; VIII. Atitudes Autoexplicativas; IX. Milagres e Significação; X. Residual.

***Evangelho de Mateus: citações exclusivas,
duplicadas ou triplicadas nos sinóticos***

A) Sobre questões econômicas:

- 1 “Tentação do Pão no Deserto” (Mt. 4,1-11) e (Lc. 4, 1-12): Mt. e Lc.; n. I.
- 2 “Sermão das Bem-aventuranças” (Mt. 5,1-11) e (Lc. 6, 20-26): Mt. e Lc.; n. II.
- 3 “Oração do Pai Nosso” (Mt. 6,12-13) e (Lc. 11,1): Mt. e Lc.; n. I.
- 4 “Verdadeiro Tesouro” (Mt. 6,19-21): Mt.; n. III.
- 5 “Deus e o Dinheiro” (Mt. 6,24) e (Lc. 12, 13-21): Mt e Lc.; n. III.
- 6 “Deus e os Bens Econômicos” (Mt. 6, 25-34): Mt.; n. III.
- 7 “Pérola aos Porcos” (Mt.7,6): Mt.; n. III.
- 8 “Eficácia da Oração” (Mt. 7,7) e (Lc. 11,9-13): Mt e Lc.; n. I.
- 9 “Estreita é a porta...” (Mt. 7,13): Mt.; n. III.
- 10 “Pelos Frutos se Reconhece Árvore” (Mt. 7,15-20): Mt.; n. III.
- 11 “Raposas e aves têm tocas e ninhos” (Mt. 8,20) e (Lc. 9, 57-63): Mt e Lc.; n. III.
- 12 “Misericórdia e Não Sacrificios” (Mt. 9,13); (Mc. 2,15-17) e (Lc. 5,31): Mt., Mc. e Lc.; n. III.
- 13 “Má Combinação de Meios e Fins” (Mt. 9,16-17), (Mc. 2,21-22) e (Lc. 5,36): Mt., Mc e Lc.; n. IV.
- 14 “Missão dos Apóstolos e Discípulos” (Mt. 10, 1-10), (Mc. 6,7-13) e (Lc. 9,1-6 e 10,1-9): Mt., Mc e Lc.; n. VII.
- 15 “Ovelhas entre Lobos” (Mt. 10,16) e (Lc. 10,3): Mt. e Lc.; n. VII.
- 16 “Crítica à Ganancia” (Mt. 10,37-39); (Mc. 8,36-37) e (Lc. 9,13-26): Mt., Mc. e Lc.; n. VI.
- 17 “Caridade e Recompensa” (Mt. 10,42) e (Mc. 9,41): Mt e Mc.; n. VII.
- 18 “Missão de Messias” (Mt. 11,5-6) e (Lc. 4,18-19 e 7, 22-23): Mt e Lc.; n. III.
- 19 “Jugo suave, fardo leve” (Mt. 11,30): Mt.; n. V.
- 20 “Sábado é para o homem” (Mt. 12,1-8), (Mc. 2,23-17) e (Lc. 6,1-5): Mt., Mc. e Lc.; n. V.
- 21 “Pecado contra o Espírito Santo” (Mt. 12,25-32) e (Lc. 11,14-23):

Mt. e Lc.; n. VI.

22 “Parábola do Semeador” (Mt. 13, 4-9), (Mc. 4,3-9) e (Lc. 8,5-7): Mt., Mc, e Lc.; n. IV.

23 “Explicação da Parábola do Semeador” (Mt. 13,18-23), (Mc. 4,13-20) e (Lc. 8,11-15): Mt. Mc. e Lc.; n. IV.

24 “Parábola do Joio e do Trigo” (Mt. 13,24-30): Mt.; n. IV.

25 “Parábola do Grão de Mostarda” (Mt. 13,21-32) e (Mc. 4,30-32): Mt. e Mc.; n. IV.

26 “Explicação da Parábola do Joio e do Trigo” (Mt. 13, 36-40): Mt.; n. IV.

27 “Parábola da Rede de Pescar” (Mt. 13,47-50): Mt.; n. IV.

28 “Milagre da Multiplicação dos Pães I (Mt. 14,13-21). (Mc. 6,35-44) e (Lc. 9,10-17): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.

29 “Milagre da Multiplicação dos Pães II (Mt. 15,32-38) e (Mc. 8,1-9): Mt e Mc; n. IX.

30 “Narrativa sobre Multiplicação” (Mt. 16,5-12) e (Mc. 8,18-21): Mt. e Mc.; n. IX.

31 “Jesus Paga Tributo ao Templo” (Mt. 17,24-27): Mt.; n. VIII.

32 “Jesus e as Crianças” (Mt. 18, 10-14), (Mc. 10-13-16) e (Lc. 18,15-17): Mt., Mc e Lc.; n. VIII.

33 “Parábola do Devedor Implacável” (Mt. 18,23-34): Mt.; n. IV.

34 “Dificuldade do Rico se Salvar” (Mt. 19,21-26), (Mc. 10,17-27) e (Lc. 18,18-23): Mt., Mc e Lc.; n. IV.

35 “Parábola dos Trabalhadores da Vinha” (Mt. 20,1-16): Mt.; n. IV.

36 “Valor do Serviço ao Outro” (Mt. 20,26-28), (Mc. 9, 33-37 e 10, 41-45), (Lc. 9,46 e Lc. 13,30): Mt., Mc. e Lc.; n. V.

37 “Expulsão dos Vendedores do Templo” (Mt. 21,12-16), (Mc. 11,15) e (Lc. 19,45): Mt. Mc e Lc.; n. VIII.

38 “Secar Figueira Estéril” (Mt. 21,18-22), (Mc. 11,20-22) e (Lc. 13,6-9): Mt., Mc e Lc.; n. VIII.

39 “Parábola dos Vinhateiros Homicidas” (Mt. 21,33-42), (Mc. 12,1-10) e (Lc. 120, 9-18): Mt., Mc. e Lc.; n. IV.

40 “Armadilha da Moeda de Cesar” (Mt. 22,15-22), (Mc. 12,13-18) e (Lc. 20,20-26): Mt., Mc. e Lc.; n. III.

41 “Parábola dos Talentos” (Mt. 25,14-30) e (Lc. 19,11-27): Mt. e Lc.; n. IV.

- 42 "Atender Necessidades é Cristo" (Mt. 25,32-46): Mt.; n. V,
43 "Unção de Betânia" (Mt. 26, 6-13): Mt.; n. X.
44 "Traição de Judas" (Mt. 26,14-16): Mt.; n. X.
45 "Judas Devolve Moedas da Traição" (Mt. 27,3-10): Mt.; n. X.
46 "Sepultamento de Jesus por J. Arimateia" Mt.; n. X.

B) Sobre milagres de cura

- 47 "Cura de um Leproso e Oferta ao Templo" (Mt. 8,1-4), (Mc. 1,40-45) e (Lc. 5,12-14): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.
48 "Cura do Servo do Centurião" (Mt. 8,5-13) e (Lc. 7,1-10): Mt. e Lc.; n. IX.
49 "Cura da Sogra de Pedro" (Mt. 8,14-15), (Mc. 1,29-31) e (Lc. 4,36-39): Mt., Mc e Lc.; n. IX.
50 "Diversas Curas" (Mt. 8,16-17), (Mc. 1,32-34) e (Lc. 4,40-41): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.
51 "Cura de Endemoniados Gadarenos" (Mt. 8,28-31): Mt.; n. IX.
52 "Cura de um Paralítico" (Mt. 9,1-8), (Mc. 2,1-12) e (Lc. 5,17-25): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.
53 "Cura de Hemorroísa e Ressurreição da Filha de Lázaro" (Mt. 9,20-26), (Mc. 5,21-43) e (Lc. 8,40-55): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.
54 "Cura de Dois Cegos" (Mt. 9,27-30): Mt.; n. IX.
55 "Cura de Endemoniado Mudo" (Mt. 9,32-34): Mt.; n. IX.
56 "Cura de Homem com Mão Atrofiada" (Mt. 12,9-14), (Mc. 3,1-6) e (Lc. 6,6-11): Mt., Mc. e Lc.; n. IX.
57 "Curas na Terra de Genesaré" (Mt. 1,34-35): Mt.; n. IX.
58 "Cura da Filha de Mulher Cananéia" (Mt. 15,21-28) e (Mc. 7,24-30): Mt. e Mc.; n. IX.
59 "Numerosas Curas no Lago" (Mt. 15,29-31) e (Mc. 6,35-56): Mt. e Mc.; n. IX.
60 "Cura de Endemoniado Epilético" (Mt. 17,14-17) e (Mc. 9,16-28): Mt. e Mc.; n. IX.
61 "Cura de Dois Cegos em Jericó" (Mt. 20,29-33) e (Mc. 10,46-52): Mt. e Mc.; n. IX.

C) Citações de Marcos e duplicadas (Mc. e Lc.)

- 62 "João Batista: Vida em Economia Natural" (Mc. 1,6-7): Mc.; n. X.

- 63 "CORBAN – Oferta Sagrada" (Mc. 7,11): Mc.; n. X.
- 64 "Primeiro de Todos os Mandamentos" (Mc. 12,28-34) e (Lc. 10,25-28): Mc. e Lc.; n. X.
- 65 "Óbolo da Viúva Pobre" (Mc. 12,41-44) e (Lc. 21,1-3): Mc. e Lc.; n. V.
- 66 "Cura de Endemoniado na Sinagoga" (Mc. 1,21-28) e (Lc. 4,33-37): Mc. e Lc.; n. IX.
- 67 "Cura de Endemoniado Geraseno" (Mc. 5,1-20) e (Lc. 8,26-39): Mc. e Lc.; n. IX.
- 68 "Cura de um Surdo-Gago" (Mc. 7,31-37): Mc.; n. IX.
- 69 "Cura de um Cego em Betsaida" (Mc. 8,22-26): Mc.; n. IX.

D) Citações exclusivas de Lucas (Lc.)

- 70 "Cumular de Bens os Famintos" (Lc. 1, 53) – n. I.
- 71 "Apresentação de Jesus ao Templo e Pagamento de Oferta" (Lc. 2,22-25) – n. X.
- 72 "Idas Anuais da Família Sagrada a Jerusalém" (Lc. 2,41) – n. X.
- 73 "Pregação de João Batista Sobre Repartição de Bens" (Lc. 3,9-14) – n. X.
- 74 "Órfãos, Viúvas e Estrangeiros São Preferenciais" (Lc. 4,16-24) – n. II
- 75 "Narrativa da Pesca Abundante" (Lc. 5,4-8) – n. VII.
- 76 "Critério de Julgamento do Outro" (Lc. 6, 37-38) – n. III.
- 77 "Erguer Casa sobre Rocha" (Lc. 6,47-49) – n. III.
- 78 "Parábola do Perdão a Desiguais Devedores" (Lc. 7,40-43) – n. IV.
- 79 "Lâmpada é para Iluminar" (Lc. 8,16-17) – n. III.
- 80 "Parábola do Bom Samaritano" (Lc. 10,29-37) – n. IV.
- 81 "Juízo sobre Reino Dividido" (Lc. 11,14-23) – n. III.
- 82 "Advertência a Fariseus e Legalistas" (Lc. 11,37-54) – n. VI.
- 83 "Abandonar-se à Providência" (Lc. 12,22-32) – n. II.
- 84 "Reflexão de Jesus sobre o Sofrimento" (Lc. 13,1-5) – n. III.
- 85 "Conselhos Estratégicos de Jesus" (Lc. 14,28-33) – n. III.
- 86 "Parábola da Ovelha Perdida" (Lc. 15,4-7) – n. IV.
- 87 "Parábola do Filho Pródigo" (Lc. 15,11-32) – n. IV.
- 88 "Parábola do Administrador Infiel" (Lc. 16,1-8) – n. IV.

- 89 “Parábola do Juiz Iníquo” (Lc. 18,1-5) – n. IV.
 90 “Parábola do Fariseu e Publicano” (Lc. 18,9-14) – n. IV.
 91 “Cura de Mulher Encurvada” (Lc. 13,10-17) – n. IX.
 92 “Cura de Hidrópico no Sábado” (Lc. 14,1-6) – n. IX.
 93 “Cura de Dez Leprosos, apenas um retorna” (Lc. 17,11-19) – n. IX

Síntese dos Dados Citados

Classificação por categoria narrativa

I Orações e Meditações: 3 (Mt. e Lc.) + 1 (Lc.) = 7 citações.

II Discurso Articulado: 1 (Mt. e Lc.) + 2 (Lc.) = 4 cits.

III Juízos de Discernimento: 2 (Mt., Mc. e Lc.) + 4 (Mt. e Lc.) + 5 (Mt.) + 6 (Lc.) = 25 cits.

IV Parábolas: 5 (Mt., Mc. e Lc.) + 1 (Mt. e Mc.) + 1 (Mt. e Lc.) + 5 (Mt.) + 7 (Lc.) = 31 cits.

V Declarações e Expressões de Valor: 2 (Mt., Mc. e Lc.) + 1 (Mc e Lc.) + 2 (Mt.) = 10.

VI Advertências e Crítica de Princípios: 1 (Mt., Mc. e Lc.) + 1 (Mt. e Lc.) = 5 cits.

VII Exortações à Ação: 1 (Mt., Mc. e Lc.) + 2 (Mt. e Mc.) + 1 (Lc.) = 8 cits.

VIII Atitudes Autoexplicativas: 4 (Mt., Mc. e Lc.) = 12 cits.

IX Milagres e Significação: 7 (Mt., Mc. e Lc.) + 6 (Mt. e Mc.) + 2 (Mt. e Lc.) + 2 (Mc. e Lc.) + 3 (Mt.) + 2 (Mc.) + 3 (Lc.) = 49 cits.

X Não Classificadas nas 9 Categorias: 1 (Mc. e Lc.) + 4 (Mt.) + 2 (Mc.) e 3 (Lc.) = 11 cits.

Total das dez categorias = 162 citações.

Classificação segundo frequência simultânea nos evangelhos sinóticos

Citações Triplicadas: (Mt., Mc. e Lc.) = 23 (3)
 = 66 citações

Citações Duplicadas: (Mt. e Mc.) = 18 cits.

(Mt. e Lc) = 24 cits.

(Mc. e Lc.) = 8 cits.

= 50 citações

Citações Individuais: (Mt.) = 18 cits.

(Mc.) = 4 cits.

(Lc.) = 24 cits.

= 46 citações

Total das citações por frequência nos sinóticos = 162 cits.

Notas Referenciais

(1) A palavra grega 'ethos', que também pode ser traduzida por espaço ético, significa – campo dos hábitos e costumes-, que estabelece normas do agir humano à comunidade.

(2) Ver Anexo Metodológico.

(3) A citação de Isaias, que Jesus lê na Sinagoga de Nazaré (Lc. 4,18-19) é a seguinte: *O espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres, enviou-me para proclamar a libertação dos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.*

O ano de graça do Senhor tem na tradição do Levítico (cap. 25) correspondência ao ano Jubileu (Lev. 25,8), com regras específicas sobre o pousio dos campos, perdão das dívidas e libertação dos escravos, a intervalos temporais pré-estabelecidos (de sete em sete anos). Essas regras, contudo, a pesquisa histórica não revela sua observância pelo mundo judaico sacerdotal, no sentido da sua regular aplicação.

(4) A diferenciação dos conceitos de ortodoxia e ortopraxia ou ortopraxis no contexto da 'Narrativa Estruturada...' deste capítulo, tem a ver com a preferência de Jesus pelas situações concretas, para a partir delas expressar seus juízos éticos, coerentes com a misericórdia em primeiro lugar e não com a legalidade 'a priori' às normas religiosas do seu tempo.

(5) 'Ganhar a vida' no sentido utilitário moderno destaca a prevalência dos princípios do auto interesse individual sobre toda outra forma de conduta, considerada por definição – menos eficiente que o agir utilitário.

(6) 'Economia da Salvação' no sentido dogmático que o emprega a Constituição Dogmática 'Dei Verbum', está relacionada a ação de Deus na história humana, ad-

ministrada pela (s) Igreja (s) para o caso dos cristãos. Tal conceito, aplica-se por analogia a outros contextos de expressão do sagrado na comunidade humana. Este conceito teológico-eclesiológico é distinto do que estamos empregando à economia humana neste texto, sem ser contraditório à economia da salvação.

(7) No livro de José Antônio Pagola (2013) – *Jesus – Aproximação Histórica* – op. cit., p. 45, o autor faz uma estimativa aproximada da carga tributária incidente sobre os camponeses – principal fonte de extração tributária de Israel à época de Jesus -, somando os impostos e taxas ao Império, aos governos locais da Tetrarquia e ao Templo. A soma dessas obrigações, juntamente com a extorsão praticada pelos cobradores de impostos, estima o autor, como sendo do mínimo de 1/3 ao máximo de metade da produção total desses camponeses.

(8) A parte 'C' da 'Narrativa Estruturada', sobre o 'Agir Explícito e Transformador de Jesus', que inclui os milagres, é toda ela do período pré-pascal, portanto da experiência histórica de Jesus. A referência de passagem à Ressurreição e sua ligação às curas e transformações que Jesus já realizava nesse período pré-pascal, está apoiada na conceituação teológica de Ressurreição, segundo Karl Rahner (1989) – op. cit., pp 330/332; que liga a Ressurreição à pessoa de Jesus e não a uma data específica da história de sua vida. A condição de Ressurreição já está presente antes da morte biológica de Jesus.

(9) As oito narrativas citadas sobre os milagres de multiplicação de pães e peixes são as seguintes: a) Evangelho de Mateus – (14,13-21) (15,32-38) e (16,50); b) Evangelho de Marcos – (6,35-44); (8,1-9) e (8,18-21) e c)- Evangelho de Lucas (9,10-17) e d) Evangelho de João (6, 5-15).

(10) O acréscimo de bens distribuídos com a participação de pessoas presentes em multidão, reunidas em grupos menores de até 50 pessoas; é não apenas provável, como induzida pelo gesto de Jesus. Isto porque, o milagre suscita a adesão de muitos, dentre os presentes, a exemplo daquele indivíduo localizado próximo ao grupo dos apóstolos, que havia trazido cinco pães e três peixes, prudentemente para atender suas próprias necessidades. Este, devidamente solicitado, foi o primeiro a oferecer alimento para partilha.

(11) Para fundamentação do princípio da divisão do trabalho e seu papel na elevação da produtividade econômica, ver capítulos 1 a 3 – Smith, Adam (1978), op. cit.

(12) Mateus, dentre os evangelistas sinóticos, é aquele que relata com maior frequência os milagres de cura aos enfermos – 16 casos, a maioria dos quais nos capítulos 8 e 9. Por sua vez, Marcos e Lucas relatam 13 e 14 milagres de cura, respectivamente (ver Anexo Metodológico).

(13) Para uma interpretação atual dos milagres de cura e principalmente ao seguimento contemporâneo das pastorais da saúde das igrejas cristãs – ver José A. Pagola (2015), op. cit.

(14) O capítulo 9 do livro ‘Ide e Curai’ – de José A Pagola (2015) -, trata especificamente da atuação de Jesus no mundo da saúde mental e aborda em profundidade os dois momentos citados – ‘o do ato imediato da cura’ e ‘o processo curativo (terapêutico) continuado’, tomando a situação de pessoa acometida por grave processo de desintegração da personalidade – caso de Gérasa citado in (Mc. 5-1-20); (Mt. 8,28-34) e (Lc.8, 26-39).

(15) À época de Jesus praticava-se a medicina oficial grega nos Templos de Esculápio, geralmente para pessoas de mais alto ‘status’ social; enquanto a medicina popular era atendida pelos curandeiros. A religião oficial, centralizada no Templo de Jerusalém, exercia papel regulador das funções sanitárias, mediante normas e interdições draconianas aos doentes, considerados ‘impuros’.

(16) A Regra da Comunidade de Qumram (essênios) é taxativa: a fraternidade (de Qumram) não pode atender ...os *néscios*, os *insensatos*, os *loucos*, os *idiotas*, os *cegos*, os *inválidos*, os *coxos* e os *surdos*. Cf. Pagola, J.A. (2015), p. 22 – op. cit.

CONCLUSÕES FINAIS

Duas ideias centrais inspiraram a pesquisa e a organização deste livro, ambas relacionadas à situação crítica da economia contemporânea. A primeira é a própria interpretação da crise econômica e social, segundo uma vertente pouco visitada no ambiente de dificuldades e sofrimento humano, qual seja, a das oportunidades em aberto às mudanças estruturais no próprio sistema econômico.

A segunda ideia-força, que em certo sentido é uma derivação da primeira, é a redescoberta de que há o campo das *economias alternativas* a ser visitado, para o que precisamos nos habilitar a enxergá-las como acervo de cultura humana, susceptível a revelar pistas de saída ao bloqueio por longa duração da via principal, ainda dominada pela economia de mercado regulada pelo seu sistema de preços.

Não por acaso, o livro se inicia (Capítulo I) pelo enfoque da “Crise Econômica: Enfoques Histórico e Teórico das Crises Capitalistas”, fazendo uma espécie de síntese das abordagens das crises cíclicas da economia capitalista, examinadas em profundidade por autores clássicos, tais como K. Marx, J. Schumpeter e J. M. Keynes. Em sequência são analisados os novos focos estruturais das crises sistêmicas, nomeadamente nos campos ambiental, financeiro e de precarização do trabalho, com datação histórica mais recente, do final do séc. XX às duas décadas do séc. XXI.

A novidade desse acervo de questões críticas está no fato de colocar em xeque um conceito chave da teoria do desenvolvimento

econômico – a tese da inovação técnica na economia, algo que é particularmente objeto de crítica inédita até então na teoria do desenvolvimento; e que passa a frequentar a construção do paradigma alternativo da Economia Ecológica; mediante contraponto à inovação ecológica.

Os temas da crise econômica e a emergência de economias alternativas se interpenetram ao longo da evolução do livro. E explicitamente fazemos no Capítulo III uma abordagem que ajuda a ligar os dois temas – os “Esclarecimentos Epistemológicos sobre a Crise da Ciência Econômica”. Nesse contexto, abordamos a crise econômica de uma outra perspectiva, qual seja a da influência que o ambiente econômico desestruturado por vários problemas ambientais, financeiros e de relações de trabalho, exercem sobre o chamado paradigma científico da ciência econômica normal. Esses problemas se manifestam também como contestações, no formato de novas proposições de paradigmas alternativos, nomeadamente nas áreas da Economia Ecológica e da Economia Humana.

Essas novas problematizações, não obstante reação negativa no âmbito da ‘ciência normal’, abrem caminho a experimentos de ‘revolução científica’, sob denominação de novos paradigmas científicos em competição com o esquema formal da economia de mercado, regulada pelo próprio sistema de preços.

Pelo exposto, pode-se aduzir às economias alternativas especificamente sob exame, duas categorias distintas no trato dos problemas econômicos na vertente crítica: a) campo de estudos ou de *experiências alternativas* relativamente à ciência oficial; b) disciplinas científicas novas com potencial de propor *paradigmas alternativos*, acolhidos ou não pela corrente principal da ciência econômica.

Essa distinção entre campos de estudos (ou experiências sociais) e disciplinas científicas críticas contém demarcações até certo ponto fluidas, como podemos constatar ao examinar mais detidamente dois objetos destacados deste livro – a Economia Ecológica e a Economia Humana. Estas, tratadas diretamente nos Capítulos IV e V, respectivamente, estão fundamentadas em

princípios, aplicações políticas e práticas sociais em conjunto, que as distinguem da economia de mercado, tratada no jargão anglo-saxônico pela palavra 'Economics'.

O surgimento ou emergência de uma ciência econômica alternativa nos domínios da Ecologia, como se depreende da leitura do Capítulo IV, provêm, em sua essência, de uma crítica profunda à relação entre ação econômica normal, estilizada no conceito de 'inovação econômica' e sua repercussão no espaço da natureza. Essa relação, pensada em termos filosóficos, faz a interação de uma tecnociência livre e desimpedida para realizar no espaço da natureza seu repertório de experimentações, guiadas exclusivamente pelo utilitarismo individual. E essas interações contêm devastadoras consequências às condições de reprodução das cadeias de vida em intercomunicação cósmica, a ponto de colocar em risco iminente as próprias condições de subsistência da vida planetária.

Inegavelmente, a Economia Ecológica contém todos os atributos de uma disciplina científica crítica, no sentido da formulação de paradigma científico em disputa no âmbito da ciência oficial. Mas são os argumentos da prática social e política e os diversos veios da chamada transição ecológica, aqueles que mais concretamente avançam na promoção de experiências aplicadas e conhecimentos novos da Economia Ecológica.

Por outro lado, quando tematizamos no Capítulo V – a “Fundamentação da Economia Humana: Ética e Política” – temos também argumentos mais que suficientes para reconhecê-la como disciplina científica crítica. Acolhe em seu objeto explícito as *necessidades humanas básicas*, a *proteção social* e o *desenvolvimento humano*; algo que a ciência dos mercados não o faz, com implicações graves ao seu funcionamento, principalmente, mas não exclusivamente, nas situações de crise. Ademais, a Economia Humana com a conotação de novo paradigma científico, de certa forma ganhou as merecidas medalhas no âmbito acadêmico desde os anos 30 do Século XX, com a “Teoria Geral do Emprego...” de J. M. Keynes. Igualmente está implicada no ‘Estado de Bem-Estar Social’ em situação de legitimidade política e convivência relati-

vamente amigável com o chamado capitalismo organizado.

Mas para as condições de funcionamento do capitalismo no Século XXI, coexistente às crises do Estado de Bem-Estar e emergência de novos e graves privações humanas, a problemática do desenvolvimento humano retorna com toda força. E nesse contexto, a tensão por nova e mais fecunda 'revolução científica' provém de vários campos de estudos, mas é olímpicamente ignorada pelo 'mainstream' acadêmico, comprometido com a doutrina neoliberal.

A abordagem da Economia Humana é pluridisciplinar e provém dela própria, da ciência política, do direito e da ética, com ramificações nas ciências sociais em geral. Converge na sua construção para demandar instituições de um Estado Democrático de Direito, no qual sua esfera pública constrói e legitima funções econômicas para o atendimento de necessidades humanas básicas e de proteção social. Em última instância, há um estado provedor e regulador redirecionado para aquilo que os mercados não fazem de 'moto próprio'. Nesse sentido, há um certo consenso teórico justificador da Economia Humana, quer nas situações de crise econômica, quer nas situações de normalidade da vida social.

Por outro lado, esse mencionado consenso teórico passa um pouco ao largo das novas problematizações da crise econômica, que analisamos no Capítulo I, a exemplo da desregulação financeira internacional, bem como de sociedades e categorias sociais que convivem no capitalismo organizado à margem de qualquer proteção social. Estas situações concretas, que não são excepcionais, levam-nos a recorrer a campos de estudos não tão estilizados como as disciplinas científicas citadas, para compreender o real funcionamento da economia humana no âmbito do 'Setor de Subsistência' da economia. Este, enquanto categoria histórica e sociológica da sociedade brasileira, é objeto de uma abordagem específica, figurando aqui não como mero estudo de caso, mas como categoria relevante à margem do capitalismo organizado, cuja compreensão e equacionamento dos seus problemas não cabem completamente na abordagem do Estado Social, muito em-

bora não prescindam deste.

O livro, aparentemente, poderia se concluir ao final do Capítulo VI, se não tivéssemos levantado dilemas ou enigmas éticos a desvendar; ou ainda se partíssemos de uma hipótese muito limitada, não corroborada pelas análises precedentes, isto é, de que as pistas de saída já estariam prontas perante avaria radical da pista principal. Isto, como vimos, ainda não é satisfatório.

Por seu turno, ao situar o debate da crise e da emergência das economias alternativas no âmbito da *fundamentação ética*, devo confessar que tive todo o meu interesse pelos temas deste livro aguçado por uma proposta de campo de estudo novo, algo que aparece aqui nos capítulos finais: VII – “O que Significa a Economia de Francisco” e VIII – “Uma Narrativa Articulada de Economia Humana e Ecológica a Partir dos Evangelhos Sinóticos”.

Nesses dois capítulos retomo o argumento da fundamentação ética às economias alternativas, como também à economia principal. Os princípios e critérios do agir econômico situam-se agora no âmbito da ética teológica, que como se vê, não são muito distintos da ética filosófica. Mas o confronto de quaisquer dos enfoques éticos nas formulações desses capítulos finais com o utilitarismo individual, coloca questões essenciais a resolver, para o que nem sempre estamos devidamente atentos a certa ‘naturalização’ forçada do utilitarismo econômico.

O Capítulo VII faz visita necessária à doutrina social da Igreja Católica neste Século XXI, para situar o tema da Economia de Francisco no plano da interpretação dos contrapontos algo enigmáticos, que levanta a Mensagem de Assis (1º de maio de 2019) sobre “*a economia que faz viver, incluir, humanizar e cuidar da criação*” ou da natureza; em contraposição ao seu inverso explicitado – “*matar, excluir, desumanizar e depredar a criação*” e a natureza.

A análise fundamentada da doutrina social recente, não apenas do Papa Francisco, mas também do seu predecessor Bento XVI, revela crítica contundente aos fundamentos éticos do utilitarismo individual (via principal); e muitos pontos de convergência com as pistas alternativas que analisamos neste livro quando

abordamos os temas da Economia Humana e da Economia Ecológica.

Dentre todo o material analisado, merece um particular destaque a Encíclica "*Laudato Si'*". Nesta, sobressai sua proposta ético-antropológica de uma ecologia integral, com certo sentido daquilo que Leonardo Boff denomina de nova cosmovisão civilizatória, de notórias implicações à transformação do 'homo economicus' da modernidade, no '*homo ecologicus*', que necessariamente precisaria crescer e amadurecer ainda neste Século XXI.

Por último, percebendo como é pertinente a abordagem da 'Economia de Francisco' ao plano geral deste livro, instiga-nos essa abordagem para uma compreensão mais didática do referencial maior que a inspira, seja a Francisco (o Papa), seja ao místico de Assis (São Francisco). Isto nos motivou a preparar uma narrativa articulada a partir dos Evangelhos Sinóticos, que dá título ao Capítulo VIII.

Essa 'Narrativa' precisa ser bem fundamentada em termos da exegese bíblica, para não cair no risco dos fundamentalismos contemporâneos, que tanto distorcem os Evangelhos; e que são utilizados por determinados grupos religiosos para finalidades econômicas inconfessáveis. Há, portanto, que se fazer um investimento importante em questões de método, antes de entrar propriamente nas falas e gestos legitimamente atribuídos a Jesus durante o período de sua vida pública, naquilo que tocam aos temas centrais deste livro. E como resultante deste caminho, temos um Capítulo VIII mais denso que os demais.

O esforço de exegese bíblica fornece muitos frutos bons. É possível estruturar uma narrativa articulada sobre várias questões relevantes – relações com a terra, com o trabalho, com a riqueza, o dinheiro e as dívidas econômicas e simbólicas; e principalmente um critério de valor econômico central para o atendimento dos necessitados e excluídos da proteção social, como cerne de uma economia de serviço à edificação inicial aqui na Terra da proposta maior de Jesus Cristo para o Reino de Deus.

Finalmente, creio que se pode interpretar da leitura de con-

junto do livro, algo que de certa forma nos inspirou e motivou a escrevê-lo nesses tempos incertos de pandemia. Penso que há sinais, alguns evidentes e outros subjacentes, de *mudança cultural em gestação*. Estes sinais, dentro do enfoque econômico, são aqui lidos pela emergência ou recuperação das economias alternativas, não apenas para enfrentar as crises, como também para construir um novo pacto civilizatório de convivência humana saudável e segura.

É desse pacto que nos fala a proposta da 'Economia de Francisco' em linguagem profética, algo enigmática, mas que pode ser decifrada de várias maneiras. Esse tema, talvez para muitos, seja ainda um enigma fechado. Mas, pelas consequências contemporâneas das crises ecológicas e sanitárias misturadas com as crises econômicas clássicas, mudanças estruturais já estão em curso, clamando por decifração de rumos. E se por estado de necessidade ou por convicção partilhada, novas estruturas de convívio humano precisam ser construídas, o sentido dessa mudança faz toda diferença, até para que não retornemos a uma normalidade antiga, que tenderia a nos produzir impasses irreversíveis.

O livro, de alguma maneira, pretende contribuir para *decifrar o enigma ético contemporâneo* das economias, tão bem expreso na Mensagem de Assis da 'Economia de Francisco', segundo uma perspectiva de esclarecimento das questões levantadas, que podemos reconhecer, estão em aberto para o discernimento heterodoxo das economias do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2004 (3ª impressão).
- Boff, Leonardo (1999). *Ética da Vida*. Brasília: Letraviva Ed. Ltda, 1999.
- Castells, Manuel (2019). *Cultura e economia em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- Clube de Roma (1972). *Relatório Meadows – Os Limites do Crescimento*. (Disponível na internet).
- Comparato, Fabio K. (2006). *Ética: direito, moral e religiões no mundo moderno*. São Paulo: Cia de Letras, 2006.
- Delgado, Guilherme C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965/1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.
- Delgado, Guilherme C. (2004). 'O setor de subsistência na economia e sociedade brasileira...'. In Ramalho, Jether P. e Arrouchellas, Maria H. (Orgs-2004). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez-Editora, 2004.
- Delgado, Guilherme C. (2012). *Do 'capital financeiro na agricultura' à 'economia do agronegócio': mudanças cíclicas em meio século (1965/2012)*. Porto Alegre: UFRGS-Editora, 2012.
- Delgado, Guilherme C. (2013). *Relatório de Avaliação II – percepções do público a respeito das ações do Programa – PAA*. Brasília: de 15-01-2013, dirigido à CONAB (não publicado).
- Delgado, Guilherme C. (2013). *Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA – III: Síntese*. Brasília: CONAB, junho de 2013.
- Delgado, Guilherme C. (2015) – “Brasil Pós-2010: Análise Econômica e Social e Relações Externas Relevantes”, in Nogueira, Roberto P. e Paranaguá, José (Orgs.) – *Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas: estudos e análise n. 2*; Brasília, FIOCRUZ, 2015.
- Delgado, Guilherme C. (2017). Desigualdades sociais face ao desenvolvimento científico e tecnológico. In *Ciência & Saúde Coletiva*; vol. 22, n. 7 – julho de 2017.
- Delgado, Guilherme C. (2018). *Terra, trabalho e dinheiro: regulação e desregulação em três décadas da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Editora Loyola/Fundação Perseu Abramo, 2018.
- Delgado, Guilherme C. (2021). *Desenvolvimento rural e economia ecológica: uma abordagem a partir do zoneamento*. Rio de Janeiro: Série Cadernos de Debate -

- ASPTA (no prelo), 2021.
- Delgado, Guilherme C. e Cardoso, J. Celso (Orgs., 2003). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. 2ª Edição - Brasília: IPEA, 2003.
- Dowbar, Ladislav (2017). *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Autonomia Literária/Fundação Perseu Abramo, 2017.
- Dowbar, Ladislav (2020). *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas*. São Paulo: Edições SESC, 2020.
- Doyal, Len e Gough, Ian (1991). *A theory of human needs*. Londres: Macmillan Education Palgrave, 1991.
- Encíclicas Papais e outros documentos do Vaticano: 1) Encíclica 'Populorum Progressio', de Paulo VI (1967); 2) Encíclica 'Caritas in Veritate', de Bento XVI (2007); 3) Exortação Apostólica 'Evangelii Gaudium', de Francisco (2013); 4) Encíclica 'Laudato Si', de Francisco (2015); 5) Documento da Congregação para a Doutrina da Fé et alii - 'Oeconomicae et Pecuniariae Questiones' (2018); 6) Exortação Apostólica Pós Sinodal - 'Querida Amazônia' (2020), do Papa Francisco.
- Felipe, Sônia T. (2000). Rawls: uma teoria ético-política da justiça. In Oliveira, Manfredo (Org.-2000). *Correntes fundamentais da ética contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Furtado, Celso (2000). *Introdução ao desenvolvimento- enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Georgesku, Nicholas R. (2005). Energia e mitos econômicos. In *Economia Ensaio*, n. 19 de 2005.
- Hayek, L.W. (2009). *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Hilferding, Rudolf (1963). *El capital financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.
- Keynes, John. M. (1990). *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: abril, 1990.
- Kuhn, Thomas (1975). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed Perspectiva SA, 1975.
- Laville, Jean-Louis (2018). *A economia social e solidária: práticas, teorias e debates*. Coimbra-PT: Edições Almedina S.A., 2018.
- Leopold. Aldo (1949). *A Sand County Almanac*. Londres/Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press, 1949.
- Mandeville, Bernard. *Fábula das Abelhas*. (Disponível na internet).
- Marx, Karl (1980). *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- Neves, Maria do Céu e Marques, Viriato S. (Orgs., 2017). *Ética aplicada: ambiente*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- Oliveira, Francisco (1975). A economia brasileira: crítica à razão dualista. In *Ques-*

- tionando a economia brasileira. São Paulo: Edições CEBRAP-Brasiliense, 1975.
- Pagola, José A. (2010). *Jesus – aproximação histórica*. Petropolis: Vozes, 2010.
- Pagola, José A. (2015). *Ide e curai: evangelizar o mundo da saúde e da doença*. Lisboa: Paulus, 2015.
- Pekety, Thomas (2014). *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.
- Pirrene, Henry (2007). *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 2007.
- Polanyi, Karl (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- Rahner, Karl (1989). *Curso fundamental da fé: introdução*. São Paulo: Paulus, 1989.
- Richard, Pablo (Org- 1980). *La lucha de los dioses – los idolos de la opresión y la busqueda del Dios Liberador*. San José-Costa Rica: DEI (Departamento de Investigacion Ecumenica), 1980.
- Santillán, José F. (Org- 2003). *Norberto Bobbio – antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto Editorial, 2003.
- Santos, Boaventura de Souza (2020). *A cruel pedagogia do virus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- Schumpeter, Joseph (1939). *Business cycles – a theoretical, historical, and statistical analysis of the capitalista process*. New York and London: McGraw – Hill Book Comp., 1939.
- Schumpeter, Joseph A. (1971). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Madrid: Aguillar, 1971.
- Schumpeter, Joseph A. (1982). *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Editorial Abril, 1982.
- Sen, Amartya (1999). *Sobre Ética e Economia*. São Paulo: Cia de Letras, 1999.
- Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia de Letras, 2000.
- Sen, Amartya (2001). *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- Shiva, Vandana (2005). *A violência da Revolução Verde – agricultura, ecologia e política do terceiro mundo*. Lisboa: Edições Mahatma, 2005.
- Singer, Paul (2018). *Ensaio sobre economia solidária*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2018.
- Smith, Adam – (1978). *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- Solow, Robert M. (Org., 2014). *Os desafios da economia – 12 Prêmios Nobel da Economia – análises das principais questões da atualidade*. Lisboa: Clube do Autor, 2014.
- Varandas, Maria José (2018). *Para uma ética ambiental – percursos fundamentais*. In Neves, Maria do Céu et ali (Org., 2018), op. cit.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO GERAL

CAPÍTULO I – Crise Econômica: Enfoques Histórico e Teórico das Crises Capitalistas

1.1 – Introdução

1.2 – Breve abordagem teórica das crises cíclicas da economia capitalista

1.3 – Problemas contemporâneos estruturais da economia

1.3.1 – Progresso técnico e questão ambiental

1.3.2 – Crise financeira, desemprego e precarização das relações de trabalho

1.4 – A natureza peculiar das crises econômicas no Brasil e suas implicações

1.4.1 – Sobre a frequência e intensidade das crises econômicas

1.4.2 – ‘Saneamento Financeiro’ e ‘Recuperação Econômica’ com captura das finanças sociais

1.5 – Conclusões

Notas referenciais

CAPÍTULO II – Enfoques Alternativos à Economia de Mercado: Experiências e Conceitos

2.1 – Introdução

2.2 – Economia social

2.3 – Economia solidária

2.4 – Economia ecológica

2.5 – O Estado do bem-estar social e sua economia vinculada

2.6 – Economia de subsistência e economia popular

2.6.1 – Iniciativas de economia popular

2.7 – Desenvolvimento humano e economia ecológica como resenha teórica

Notas referenciais

CAPÍTULO III – Esclarecimentos Epistemológicos sobre a Crise da Ciência Econômica

3.1 – Introdução

3.2 – Considerações preliminares: ‘economia com mercado’ e ‘economia de mercado’

3.2.1 – A fundação da Ciência Econômica (‘Economics’) e o paradigma da economia de mercado

3.3 – A ciência econômica sob tensão da mudança de paradigma

3.4 – As economias alternativas como expressões das mudanças estruturais

3.4.1 – Porque a questão ecológica é também um problema econômico de mudança de paradigma

3.4.2 – Economia humana e a questão da mudança de paradigma

3.5 – Uma síntese provisória sobre mudanças de paradigma da economia autorregulada

Notas referenciais

CAPÍTULO IV – Fundamentos da Economia Ecológica: Ética, Ciência e Prática Social e Política

4.1 – Introdução

4.2 – Os Diversos Enfoques da Fundamentação Ecológica

4.2.1 – O debate ético-ecológico e uma síntese atual (2015)

4.2.2 – A economia ecológica e sua nova problematização do desenvolvimento

4.2.3 – A fundamentação pragmática

4.3 – Transição Ecológica, Desenvolvimento e Inovação: Antinomias e Convergências

- 4.3.1 – Papéis díspares da inovação econômica e da inovação ecológica
- 4.3.2 – Sobre as condições necessárias à transição ecológica
- 4.3.3 – Áreas mais sensíveis à transição ecológica no Brasil
- 4.4 – Conclusões
- Notas referenciais

CAPÍTULO V – Fundamentos da Economia Humana: Ética e Política

- 5.1 – Introdução
- 5.2 – Uma aproximação conceitual superando ambiguidades
- 5.3 – Fundamentação sob o enfoque da proteção social contra riscos incapacitantes
- 5.4 – Fundamentação com base nos critérios das necessidades básicas e das capacitações
- 5.5 – Diferentes concepções de igualdade e justiça no Estado Social: Rawls, Sen e Bobbio
- 5.6 – Economia humana à margem do Estado
- Notas referenciais

CAPÍTULO VI – Setor de Subsistência da Economia: Dimensão e Significado no Brasil

- 6.1 – Introdução
- 6.2 – Uma preconcepção temática sobre uma economia humana à margem do Estado Social
- 6.3 – Uma teorização ainda marginal para uma longa história
- 6.4 – Dinâmica do sistema econômico com relação ao setor de subsistência
- 6.5 – Potenciais de transformação: luzes e sombras
- 6.5.1 – Uma experiência exitosa de transformação a partir da política social
- 6.5.2 – Experiências de economia popular
- 6.5.3 – Propostas e promessas da “prosperidade teologal” e os riscos da criminalidade organizada

6.6 – Conclusões

Notas Referenciais

CAPÍTULO VII – ‘Economia de Francisco’: o que Significa

7.1 – Introdução

7.2 – A Mensagem do Papa Francisco e seu conteúdo enigmático a esclarecer

7.2.1 – O enfoque dos documentos eclesiais

7.3 – Diálogo e confronto de éticas econômicas

7.3.1 – O legado da ‘ética econômica’ da economia clássica e suas consequências atuais

7.3.2 – Problemas estruturais repõem dilemas éticos no século XXI

7.3.3 – Há pontes de diálogo com a economia humana e ecológica?

7.3.4 – A ecologia integral como nova cosmologia e suas implicações econômicas e antropológicas

7.4 – Conclusões

Notas referenciais

CAPÍTULO VIII – Uma Narrativa Articulada de Economia Humana e Ecológica nos Evangelhos

8.1 – Introdução e Justificativa

8.2 – Sobre a Metodologia da Narrativa Articulada

8.3 – A Narrativa Articulada e sua Evolução Pragmática

8.3.1 – O olhar com sentido ético-teológico de Jesus

8.3.2 – Os julgamentos explícitos sobre o agir econômico

8.3.3 – Sobre o agir explícito e transformador de Jesus

8.6 – Uma Síntese de Economia Humana e Ecológica a Partir da ‘Narrativa’

Anexo Metodológico

Notas Referenciais

CONCLUSÕES FINAIS

Entre outros inúmeros méritos peculiares a suas análises nos campos da economia e da medicina, o livro de Guilherme Delgado contribui de modo destacado para uma ampla compreensão teológica acerca da natureza do poder curativo de Jesus. Apoiando-se na exegese do espanhol José Pagola, Delgado enfatiza que, independentemente de requisitos de mérito, ou seja, das virtudes de cada um, a intervenção curativa de Jesus desencadeava um processo de transformação pessoal curativa que propiciava ao enfermo conduzir sua vida de modo cada vez mais liberto da influência de forças desintegradoras. Assim, segundo Delgado, Jesus atuava nitidamente na contramão da “teologia da retribuição” vigente na época, para a qual, saúde, riqueza e prestígio estavam associados ao prêmio de Deus, enquanto doença, miséria, pobreza e sofrimento humanos decorriam do castigo de Deus. Tal tendência, no entanto, está longe de ser coisa do passado, pois não são poucos os avatares contemporâneos da teologia da retribuição que se fazem presentes em variadas correntes do cristianismo.

Roberto Passos Nogueira